

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

***Josué de Castro***  
***por uma agricultura de sustentação***

**Sirlândia Schappo**

**Campinas, outubro de 2008.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

***Josué de Castro***  
***por uma agricultura de sustentação***

Sirlândia Schappo

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a  
orientação do Prof. Dr. Fernando  
Antonio Lourenço.

Campinas, outubro de 2008.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**Sch16j Schappo, Sirlândia**  
**Josué de Castro por uma agricultura de sustentação /**  
**Sirlândia Schappo . - Campinas, SP : [s. n.], 2008.**

**Orientador: Fernando Antonio Lourenço.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Castro, Josué, 1908-1973. 2. Fome. 3. Questão agrária.**  
**4. Agricultura sustentável. I. Fernando Antonio Lourenço. II.**  
**Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e**  
**Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Josué de Castro for a sustentation agriculture.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Castro, Josué, 1908-1973**  
**Hunger**  
**Agrarian question**  
**Sustainable agriculture**

**Área de Concentração: Sociologia**

**Titulação: Doutor em Sociologia**

**Banca examinadora: Fernando Antonio Lourenço, Maria Orlanda Pinassi,**  
**Renata Medeiros Paoliello, Maria de Nazareth Baudel**  
**Wanderley, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.**

**Data da defesa: 02-10-2008**

**Programa de Pós-Graduação: Sociologia**

SIRLÂNDIA SCHAPPO

# “JOSUÉ DE CASTRO POR UMA AGRICULTURA DE SUSTENTAÇÃO”

Tese de Doutorado apresentada ao  
Departamento de Sociologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas sob a orientação do  
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Este exemplar corresponde à  
redação final da Tese defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora  
em 02/10/2008

## BANCA

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Orientador)

Profª Drª. Maria Orlanda Pinassi (Unesp)

Profª Drª. Renata Medeiros Paoliello (Unesp)

Profª Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Unicamp)

Profª Drª. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Unicamp)

## SUPLENTE:

Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR)

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (Unicamp)

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridendi (Unicamp)

Outubro/2008

## **AGRADECIMENTOS**

Aos membros da banca de qualificação, Walquiria G. D. Leão Rego e Rubem Murilo Leão Rego, por suas imprescindíveis considerações e contribuições;

À equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, pela gentil e carinhosa colaboração na pesquisa de tão vultosa obra.

Aos membros da banca examinadora da tese, que gentilmente aceitaram o convite de contribuir nesse momento especial, Maria Orlanda Pinassi, Renata Medeiros Paoliello, Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco;

Aos colegas da UFPR-Litoral que contribuíram das mais diversas formas neste processo de aprendizagem;

À Christina Facchioni, secretária do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, por suas atenciosas informações e ações, sempre que essas eram solicitadas;

Aos colegas de turma e a professora Élide Rugai Bastos, pelos primorosos aportes teóricos e metodológicos nos Seminários de Tese e demais atividades formativas;

À Anna Maria de Castro, por sua afetuosa e gentil atenção na indicação de referências, obras e autores importantes para a construção desta tese;

Aos integrantes do Projeto de Extensão *Vivenciando a proposta pedagógica da UFPR-Litoral no Projeto de Assentamento Agroflorestal José Lutzenberger* pelo apoio, carinho e troca de saberes constantes, em especial, aos camponeses que persistem resistindo na luta pela terra;

Ao orientador, Fernando Antonio Lourenço, por suas inestimáveis sugestões e mediações, oriundas de seu comprometimento, de seus valores e de sua competência intelectual. Entre inúmeras outras qualidades, destaco seu inspirador e admirável jeito “roceiro” de ser, demonstrando a importância dos camponeses na história e suas imbricações sociais, culturais, econômicas e políticas.

Aos amigos(as) que me incentivaram e colaboraram na efetivação desta tese, com um sorriso, um teto, uma correção de texto, uma tradução, uma fala ou um gesto inspirador: Rosalina Tavares, Carlos Tavares, Diomar Augusto de Quadros, Rodrigo Rossi Horochovski, Márcia Regina Ferreira, Jane Lindner, Eduardo Harder, Edmilson Páglia, Jussara Araújo, Silvana Hoeller, Marcia Marzagão Ribeiro, Mariana Pfeifer Machado, Antonio Sandro Schuartz e Gabriela Schenato Bica;

Agradecimentos especiais ao pai, Pedro Leonardo, à mãe, Cecília, e demais integrantes de minha querida família, com a qual aprendi a amar e a cultivar a terra;

Para Marco Aurélio, com quem compartilho minha vida em uma feliz união. Agradeço por todos os momentos e gestos de carinho, amor, apoio e motivações, imprescindíveis nesta e em outras grandes realizações de minha vida.

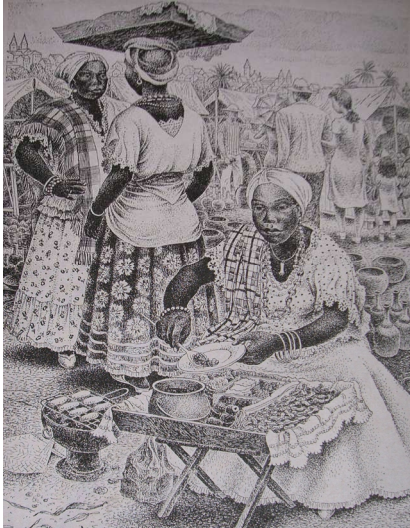


Fig. 1 Negras baianas que mantêm a tradição da cozinha Regional de acentuada tradição africana. Fonte: *Geografia da Fome*, 1946.

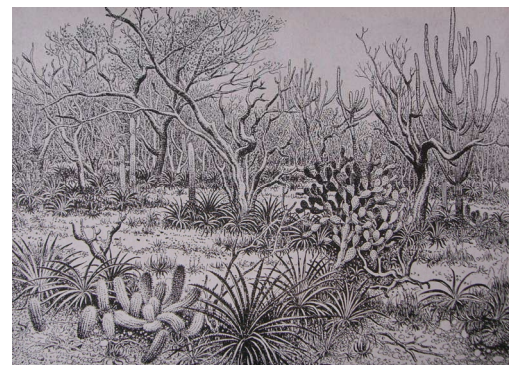


Fig. 3 Paisagem da monocultura da cana-de-açúcar (do Arquivo do Cons. Nac. de Geografia). Fonte *Geografia da Fome*, 1946.

“Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura, de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo as ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região”

**Josué de Castro**  
*Geografia da Fome*, 1946.

Fig. 2 Paisagem da caatinga do Nordeste. Fonte: *Geografia da Fome*, 1946.



“Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vasante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a êste tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana.”

**Josué de Castro**  
*Geografia da Fome*, 1946.

“Sem alterar a estrutura agrária do país não será permitido ao homem do campo sair do desolador quadro de miséria em que vive hoje, prisioneiro do latifúndio”

**Josué de Castro**  
*Jornal do Comércio*, 10 de dezembro de 1960.



Fig. 4 Conferência em João Pessoa, 1961. Fonte: Projeto Memória, 2004.

## RESUMO

Esta tese apresenta uma análise sociológica do pensamento e da trajetória intelectual de Josué Apolônio de Castro (1908-1973). Nela, priorizam-se os aspectos que contribuíram para que Josué desvendasse a importância da “agricultura de sustentação” no combate à fome e na ampliação das possibilidades alimentares no país. O objetivo central da tese é o de analisar como se gestaram as idéias e ações de Josué de Castro, em torno de um projeto político que tem como meta o combate à fome por meio do desenvolvimento da “agricultura de sustentação” fundamentado em uma reforma agrária. Compreende-se que diversas são as experiências, atores e acontecimentos que incidiram nessa perspectiva adotada pelo autor. Na primeira parte da tese, demonstra-se que desde sua infância e no decorrer de toda sua vida, Josué se deparou com fatos, personagens e experiências que o despertaram para a questão agrária no Brasil. Enfatiza-se o clima intelectual oriundo do movimento modernista da década de 1930, destacando-se os intelectuais e romancistas sociais nordestinos. Argumenta-se que as discussões e motivações geradas por esse contexto, como a valorização e a aproximação com a cultura popular e a busca pela identidade nacional, contribuíram para que Josué buscasse nos cultivos tradicionais dos negros, índios e sertanejos a importância da agricultura de sustentação no combate a fome. Dessa fase, especialmente entre as décadas de 1930 e 1940, destacam-se, ainda, o desvendamento das desigualdades sociais, a questão agrária e as conseqüências do processo de modernização nas condições de vida dos trabalhadores no meio rural e urbano. O contexto compreende um processo de urbanização que se efetivou sem uma correlata mudança nas estruturas agrárias do país. Compreende-se que a consagração intelectual e política de Josué, inclusive no âmbito internacional, ampliou os espaços e os cargos por ele ocupados e a ele indicados, com destaque ao período entre 1950 e 1960, quando Josué assume a presidência do Conselho da FAO e seus dois mandatos de Deputado Federal. Esse novo contexto é permeado pela expansão das Ligas Camponesas, pelas políticas de desenvolvimento do Nordeste e por freqüentes discussões e projetos de reforma agrária na Câmara dos Deputados. Na segunda parte da tese, resgata-se a participação ativa de Josué nessas discussões e ações e seu incisivo objetivo de pôr em prática, no âmbito das ações políticas, muitas de suas idéias germinadas nas décadas anteriores. Pode-se destacar o empenho na defesa do incentivo à agricultura de sustentação e a realização da reforma agrária como pilares imprescindíveis para a superação do problema alimentar e do subdesenvolvimento do país.

## ABSTRACT

This thesis presents a sociological analysis of thought and intellectual trajectory of the intellectual Josué Apolônio de Castro (1908-1973). It prioritizes the aspects that contributed for him to unmask the importance of “sustentation agriculture” to combat hunger and to enlarge the alimentary possibilities in Brazil. The main objective of this thesis is to analyze how Castro’s ideas and actions were formulated about a politic project that aims to combat hunger through the development of “sustentation agriculture”, based on agrarian reform. It is comprehends that there are many experiences, actors and events that had happened in the perspective adopted by the author. The first part of this thesis aims to demonstrate that since his childhood and all along his life, Josué had come across many facts, personages and experiences that made him aware of Brazil agrarian question. It is emphasized the intellectual atmosphere derived from the modernist movement of the decade of 1930, highlighting the northeastern intellectuals and social novelists. It is argued that the discussions and motivations generated by this context so as the valorization and the approach to the popular culture, and the search for a national identity contributed to that Josué looked forward the traditional cultures of indians, negros and *sertanejos*, the importance of a “sustentation agriculture” to combat hunger. From this phase, especially between 1930 and 1940, it is yet emphasized the uncovering of social inequalities, the agrarian question and the consequences of a modernization process on living conditions of workers in rural and urban. The context comprehends the urbanization process that had become effective without a correlated change on the agrarian structures of the Country. It is known that Josué’s intellectual and political consecration, also internationally, expanded the spaces and work positions he had occupied, with emphasis to the period between 1950 and 1960, when he had assumed the Presidency of the FAO Council and his two mandates as a Federal Deputy in Brazil. This new context is influenced by the expansion of peasant leagues, by Brazil’s Northeast developing politics and by frequent discussions and projects of agrarian reform at the Chamber of Deputies. This thesis aims to release, on the second part, Josué’s energetic participation on discussions and actions and his incisive objective to put in practice many of his ideas, germinated on past decades. It is possible to detach the determination to defend the incentive of “sustentation agriculture” and the realization of the agrarian reform as essential pillars to overcome the alimentary problems and the country underdevelopment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|           |                                                                       |     |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1  | Negras baianas que mantêm a tradição da cozinha Regional .....        | vii |
| Figura 2  | Paisagem da caatinga do Nordeste .....                                | vii |
| Figura 3  | Paisagem da monocultura da cana-de-açúcar .....                       | vii |
| Figura 4  | Conferência em João Pessoa, 1961 .....                                | vii |
| Figura 5  | Imagem do quadro <i>Café</i> .....                                    | 70  |
| Figura 6  | <i>Retrato de Josué de Castro</i> pintado por Candido Portinari ..... | 71  |
| Figura 7  | Imagem da cabeça de um retirante .....                                | 71  |
| Figura 8  | <i>Retirantes</i> de Candido Portinari. ....                          | 71  |
| Figura 9  | Conto <i>O ciclo do caranguejo</i> .....                              | 84  |
| Figura 10 | Conto <i>Assistência Social</i> .....                                 | 92  |
| Figura 11 | Ensaio Mocambo: habitação hygienica .....                             | 94  |
| Figura 12 | <i>Recife cidade desigual</i> .....                                   | 101 |
| Figura 13 | Crítica de Raquel de Queiroz ao livro <i>Geografia da fome</i> .....  | 137 |
| Figura 14 | Josué de Castro no Engenho Galiléia .....                             | 186 |
| Figura 15 | Josué de Castro discursa no Engenho Galiléia.....                     | 187 |
| Figura 16 | Josué de Castro no II Congresso de Trabalhadores Rurais no PR.....    | 191 |
| Figura 17 | <i>Jornal do Comércio</i> , Recife, 22 ago. 1961 .....                | 192 |
| Figura 18 | <i>Jornal do Comércio</i> , Recife, 25 ago. 1961 .....                | 192 |
| Figura 19 | <i>A União</i> , 25 ago. 1961.....                                    | 193 |
| Figura 20 | <i>A União</i> , 21 ago. 1961.....                                    | 193 |
| Figura 21 | Carta de Josué de Castro para Francisco Julião .....                  | 196 |

## Sumário

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                    | 01 |
| Capítulo 1 Um cidadão <i>roceiro</i> do mundo..... | 13 |

## PARTE I

### **Josué de Castro, aproximações e desavenças com o debate intelectual e político das décadas de 1930 e 1940**

|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Capítulo 2 Josué em românticas trilhas nordestinas e latinas: o despertar da fome como uma das expressões da questão agrária ..... | 57  |
| Capítulo 3 Reflexões agrárias em causos, contos e ensaios urbanos de um regionalista.....                                          | 83  |
| Capítulo 4 <i>Geografia da fome</i> : a inter-relação entre fome, questão agrária e agricultura de sustentação.....                | 109 |
| 4.1 A fome como uma das expressões da questão agrária.....                                                                         | 111 |
| 4.2 O índio, o negro e a agricultura de sustentação.....                                                                           | 123 |
| 4.3 O sertanejo e a agricultura de sustentação.....                                                                                | 130 |

**PARTE II****Josué de Castro na atuação política pela  
Agricultura de Sustentação e por uma reforma agrária**

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Capítulo 5 Aos roceiros, um convite à leitura de <i>Geopolítica da fome</i><br>.....                | 143 |
| Capítulo 6 Josué em Ligas por vários palmos de terra.....                                           | 181 |
| 6.1 Aproximações com as Ligas Camponesas.....                                                       | 183 |
| 6.2 Reforma Agrária e Agricultura de Sustentação: imperativos no combate à<br>fome.....             | 201 |
| 6.2.1 Josué na FAO e o <i>Seminário Latino-Americano sobre os problemas da<br/>terra</i> .....      | 202 |
| 6.2.2 Dois Projetos de Josué na Câmara de Deputados.....                                            | 207 |
| 6.2.3 Discursos de Josué na Câmara dos Deputados: por um desenvolvimento<br>econômico e social..... | 215 |
| Capítulo 7 O principal problema do Nordeste não é físico ou climático,<br>ele é agrário.....        | 225 |
| 7.1 Os dois Nordestes.....                                                                          | 226 |
| 7.2 Operação Nordeste: o debate entre Josué de Castro e Celso Furtado.....                          | 232 |
| Considerações Finais.....                                                                           | 249 |
| Referências Bibliográficas.....                                                                     | 265 |

## Introdução

Enfim, André Maurois, o mestre da biographia e o ensaísta de 'Le Poesie du Cinema', temendo talvez uma profanação por parte do cinema, em sua bagagem literária diz 'que lhe parece perigoso alterar a conclusão de um romance de algum autor vivo e indecente e inadmissível, se este autor já tenha falecido.'

De todas estas considerações póde concluir-se (e esta é a minha opinião), pela impossibilidade de uma transposição que respeite todas as idéias do romancista.

**Josué de Castro<sup>1</sup>**

A referência anterior faz parte de uma das várias crônicas escritas por Josué de Castro em 1929 sobre o cinema falado. O autor, ao se reportar à transposição da literatura para o cinema, coloca um desafio e um senso de responsabilidade a todos aqueles que um dia ousarem estudar seu pensamento: como visualizar as idéias de um autor sem alterá-las em sua essência? Na crônica, Josué alerta para o perigo de se distorcer a conclusão de um romance para adaptá-lo ao cinema falado, em que os fatos poderão divergir da versão contada de forma literária. Apesar de não se tratar aqui de uma obra cinematográfica, o desafio é semelhante: como apreender um pensamento situado em terras e tempos distantes de seus leitores? O mais desafiador, ainda, é quando as idéias do autor transcendem temporalidades históricas e são trasladadas por muitos ousados para fundamentarem questões da atualidade, uma ousadia oriunda da valoração atribuída a um pensamento e a novos velhos ideais.

Para além da atualidade dos temas abordados na obra de Josué de Castro, a questão que nos instiga e justifica o estudo sobre o pensamento desse autor é a de que suas idéias e sua trajetória política e intelectual contribuem para a interpretação de um período da história do país. Como afirma Elide Rugai Bastos<sup>2</sup>, o estudo sobre os intelectuais e sua interpretação do país, além de ser elemento constitutivo da

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. Cinema e a literatura. *Diário da Manhã*, Recife, 4 ago. 1929.

<sup>2</sup> BASTOS, Elide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio. *O que ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, ANPOCS, 2002.

reflexão sociológica brasileira, é componente fundamental da busca de explicações sobre o Brasil.

A obra de Josué expressa um contexto marcado por uma série de idéias e projetos de modernização que, apesar de convergirem para o ideal de um país moderno, divergem quanto ao conteúdo imbuído nas propostas, dependendo dos atores e conflitos de interesses envolvidos. Parte-se para uma apreensão de sua obra inserida em um contexto histórico, abrangendo também suas particularidades. O autor, bem como suas intenções, faz parte de uma realidade mais ampla de atores, interesses, fatos e relações que compõem uma época: a emergência e construção de um “país moderno”. Delimita-se a abordagem especialmente nos períodos compreendidos entre as décadas de 1920 e 1940 e de 1950 e 1960, pontuando o papel dos intelectuais, do Estado e do autor, tanto na viabilização, quanto na análise desse processo.

Nesses períodos históricos, analisam-se as diversas experiências que contribuíram para que Josué desvendasse a importância da “agricultura de sustentação” no combate à fome e na ampliação das possibilidades alimentares no país. A partir delas, busca-se apreender como se gestaram as idéias e ações de Josué, em torno de um projeto político que tem como meta o combate à fome por meio do desenvolvimento da “agricultura de sustentação” fundamentado em uma reforma agrária.

Situa-se o pensamento de Josué de Castro em sua interface com os dois pólos que, segundo Antônio Candido<sup>3</sup>, caracterizam a produção intelectual brasileira: as tendências universais e nacionais. Por um lado, pretende-se analisar o quanto Josué se mune de um arcabouço teórico e metodológico e participa de experiências que têm como horizonte o progresso da sociedade, baseando-se nos aportes necessários à emergência do cidadão moderno: autonomia, liberdade e acesso aos direitos, em especial, o acesso à propriedade da terra por parte de uma ampla

---

<sup>3</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968. “Este livro procura estudar a formação da literatura brasileira como síntese de tendências universalistas e particularistas” (p. 23) “Neste livro, tentar-se-á mostrar o jogo dessas forças, universal e nacional, técnica e emocional, que plasmaram como permanente mistura da tradição européia e das descobertas do Brasil.” (p. 28).

camada da população, divergindo, assim, de algumas tendências conservadoras nacionais. Destaca-se, ainda, nesse horizonte, sua crença na ciência, nos intelectuais e no rigor científico de suas obras, bem como o papel destes na construção de um mundo onde prevaleça o bem-estar humano. Por outro lado, propõe-se analisar o quanto o pensamento de Josué encontra-se imbuído pelas motivações do clima nacionalista, pós década de 1920. Josué rejeita a mera incorporação ou importação de teorias e de modelos de interpretação e de sociedade, buscando, nos poli-cultivos de sustentação existentes no país, aportes para se pensar o desenvolvimento nacional.

Argumenta-se que é nesta interface que o autor deixa transparecer sua proposição de um Brasil moderno que incorporasse o incentivo à agricultura de sustentação e à reforma agrária entre suas metas. O termo “agricultura de sustentação”, utilizado por Josué de Castro em diversas passagens de sua obra, refere-se especialmente aos cultivos característicos da policultura que ampliam as possibilidades alimentares de uma região. Objetiva-se argumentar que a importância concedida pelo autor àqueles tipos de cultivos emerge em um período marcado pela valorização e incorporação, no plano intelectual, de hábitos e tradições culturais populares, características do modernismo no Brasil. Busca-se demonstrar que Josué de Castro, imbuído de todo o clima intelectual da época, desvenda o papel do negro, do índio e do sertanejo na gênese da “agricultura de sustentação”. Seus escritos não se restringem ao resgate da cultura nacional, eles apresentam também uma denúncia das más condições de vida do povo, das desigualdades sociais e econômicas, da fome, da pobreza, da questão agrária, e da necessidade de uma transmutação das mesmas, sob os ares da segunda fase do modernismo (1930-1945).

Inúmeros são os adjetivos e qualificativos em torno do nome Josué de Castro: “Sociólogo da fome”, “cidadão do mundo”, “comunista”, “Geógrafo da fome”, “teórico do subdesenvolvimento”, entre outros<sup>4</sup>. A tese que ora se inicia, aglutina a esta

---

<sup>4</sup> Alguns destes qualificativos podem ser observados nos títulos de alguns trabalhos sobre o autor. A tese de Renato Carvalheira do Nascimento intitula-se *Josué de Castro: o Sociólogo da fome; Cidadão do Mundo* é nomeado o vídeo dirigido por Silvio Tendler. “Teórico do subdesenvolvimento” é uma

miscelânea de atributos outra denominação que se considera também sugestiva para a apreensão das idéias do autor bem como para o desvendamento do contexto em que elas emergiram. Sob inspirações euclidianas, pode-se aferir que “Josué de Castro é antes de tudo um sertanejo”. O atributo não se refere a um típico habitante regional, mas a uma identidade que engloba uma concepção mais ampla, podendo ser também substituída por roceiro, camponês, caipira, entre outras.

Entende-se que algumas características do sertão, presentes na obra de Josué de Castro, referem-se não apenas a uma região geográfica específica do Nordeste, mas a todo um modo de vida e de cultivo que aparece também como “agricultura de sustentação” em outras passagens. Esta é marcada pela policultura de alimentos, cultivo em pequena escala, práticas sustentáveis, trabalho cooperativo e valores solidários como o auxílio mútuo. Apesar de estas denominações terem sido traçadas em uma temporalidade distinta da atual, pode-se aferir que tais características se encontram no denominado “patrimônio sócio-cultural camponês” que persiste sob novas configurações na chamada agricultura familiar moderna<sup>5</sup>.

A “agricultura de sustentação” situa-se na obra do autor em diferentes espaços e temporalidades. Uma das passagens mais marcantes refere-se à oposição traçada em *Geografia da fome* entre a Área do Sertão e a Área do Norte Açucareiro. Dois espaços geográficos que refletem predominantemente dois modos de produção e de vida distintos: policultura x monocultura, trabalho familiar x trabalho assalariado, pequena propriedade x grande propriedade, agricultura de subsistência x agricultura mercantil, preservação x degradação ambiental, fome epidêmica x fome

---

denominação oriunda do livro de Giuseppe Di Taranto intitulado *Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro*. A atribuição ao seu nome como o “Geógrafo da fome” advém de seu próprio livro e da metodologia nele utilizada em *Geografia da fome*. A Cruzada Brasileira Anti-Comunista que teve nos anos 60 o apoio de jornais como a Tribuna da Imprensa e Os Diários Associados o acusavam de “notório comunista”, como aponta Tânia Magno Silva na tese *Josué de Castro: para uma poética da fome*. 1998, p. 437.

<sup>5</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out.1996. Conforme explicita o texto, os agricultores familiares nas sociedades modernas buscam se adaptar ao contexto sócio-econômico realizando modificações nas formas de produzir e no modo de vida tradicional. No entanto, as transformações do agricultor moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”. A inserção no mundo moderno não implica necessariamente uma perda da identidade camponesa. Ele detém um patrimônio sócio-cultural, um modo de vida que é transmitido de geração a geração, conforme as possibilidades existentes.

endêmica. Cabe ressaltar também a relevância dada pelo o autor à “agricultura de sustentação” ao demonstrar a importância da cultura e das formas de cultivo indígenas e africanas, especialmente aquelas presentes nos quilombos, para a superação da monotonia alimentar na região açucareira do Nordeste. Outro exemplo é a análise que Josué desenvolve sobre a agricultura na China Comunista. Nestes escritos, a política agrária e o modo de vida e de cultivo camponês reaparecem quase como um “modelo a ser seguido”. No âmbito da atuação política, pode-se destacar o projeto de reforma agrária de Josué de Castro, bem como os discursos, embates e interlocuções traçados com outros intelectuais e políticos em torno da problemática do desenvolvimento regional nordestino e de projetos de desenvolvimento nacional. Cabe ressaltar a questão central que opunha diferentes propostas: a realização ou não de uma reforma na estrutura agrária do país.

Parte-se do pressuposto de que as influências para o desvendamento da importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária no pensamento de Josué de Castro advêm tanto da sua trajetória de vida, das influências teóricas e do contexto como também dos espaços e grupos nos quais Josué circulou. Busca-se resgatar o itinerário intelectual de Josué e nele destacar aspectos considerados relevantes na consolidação de seu projeto político, ancorado no combate à fome por meio do desenvolvimento da agricultura de sustentação e na reforma agrária como um de seus pilares essenciais. Observam-se as incidências dos ideais dos modernistas, especialmente da fase que predomina o projeto *ideológico*<sup>6</sup>, destacando-se os intelectuais e romancistas sociais nordestinos.

As idéias de Josué sobre a questão agrária encontram-se também refletidas na defesa, por ele empreendida, de um projeto político de desenvolvimento que busca incorporar a distribuição de terras. O contexto, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960, compreende uma série de concepções e interesses conflitantes no âmbito dos projetos de desenvolvimento. Argumenta-se que a

---

<sup>6</sup> João Luiz Lafetá analisa, no livro *1930: a crítica e o Modernismo*, as duas fases que compõem o Modernismo no Brasil. Na primeira (1922-1930) predomina o projeto *estético*, ligado às modificações na linguagem (renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional). Na segunda (1930-1945) predomina o projeto *ideológico* (consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções, função da literatura, papel do escritor, ligações da ideologia com a arte).

valorização do sertão e dos cultivos da agricultura de sustentação refletirá, na década de 1950, em sua defesa da reforma agrária no Nordeste, em meio a uma série de debates e propostas que propagavam uma mistificação da problemática nordestina como uma questão física, demográfica e climática. Debates que revitalizavam, até mesmo, concepções malthusianas, em torno das quais Josué de Castro desenvolveu severas críticas, especialmente na controvérsia de idéias que compõem o debate entre ele e Celso Furtado, a ser exposto no último capítulo desta tese.

Parte-se de algumas questões que aparecem ainda de forma embrionária no âmbito das análises sobre o pensamento de Josué de Castro bem como no universo de estudos sobre os autores tidos como “intérpretes da questão agrária no Brasil”: Como Josué concebe a agricultura de sustentação e sua importância no combate a fome? Quais as influências para o desvendamento da importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária na trajetória intelectual de Josué de Castro? As idéias de Josué de Castro poderiam ser situadas no âmbito dos estudos clássicos sobre a questão agrária no Brasil? Sua análise sobre o processo de modernização e desenvolvimento do país seguiria uma perspectiva emergente, a partir de Euclides da Cunha com *Os Sertões*, de revelar o “abandono” da população do interior pelos governos? Quais são os projetos, ações, discursos e embates empreendidos por Josué para o desenvolvimento da agricultura de sustentação e para a reforma agrária?

Na construção desta tese busca-se enfocar uma contextualização das idéias e propostas de Josué de Castro voltadas a um projeto político de reforma agrária e de incentivo à “agricultura de sustentação”, situando-as em um mosaico de diferentes proposições e tendências. Pretende-se apreender as discussões sobre a questão agrária tanto no período que antecede quanto naquele posterior a publicação de um dos principais livros do autor: *Geografia da Fome*, publicado pela primeira vez em 1946.<sup>7</sup> O livro expressa no pensamento de Josué a transição dos estudos regionais

---

<sup>7</sup> Em 1945, Josué publica na revista mexicana *América Indígena*, vol. 5, n. 3, um artigo que congrega uma espécie de síntese do livro *Geografia da fome*, publicado no Brasil em 1946. Nele o autor antecipa muitas questões abordadas posteriormente em um de seus principais livros.

para os de âmbito nacional, bem como a consagração do autor enquanto um intérprete da realidade do Brasil.

A repercussão da obra no pensamento social brasileiro encontra-se em parte refletida no imenso número de críticos que sobre ela se debruçaram na época, como Raquel de Queiroz, Sérgio Milliet, Olívio Montenegro, Luís da Câmara Cascudo, Nelson Werneck Sodré, entre outros.<sup>8</sup> Outro indício da valorização de seu pensamento é o grande número de notas de rodapé contidas na primeira edição que, posteriormente, são incorporadas ao texto nas outras edições. Esta constatação revela-se como um indício do acolhimento de seu pensamento quando se parte do pressuposto de que a nota de rodapé é um elemento de descontinuidade no texto.<sup>9</sup> O que para o autor parecia um elemento estranho ao texto, passa a ser valorado nas edições posteriores à consagração do livro, como parte constitutiva da voz principal da composição textual.

Porém, o que instiga tal recorte temporal refere-se ao fato de o autor aprimorar naquele escrito a problematização e algumas propostas políticas diante da questão agrária, as quais serão por ele analisadas de forma mais enfática nas edições posteriores de *Geografia da Fome*. Ao enfatizar a necessidade de um plano de política alimentar, Josué destaca um conjunto de medidas de caráter urgente que visavam reformular a economia agrária do país, entre elas o combate ao latifúndio e à monocultura e o incentivo à “poli-agricultura”.

Compreende-se que as tendências e especificidades que marcam o pensamento de Josué de Castro demandam ensinamentos metodológicos multidisciplinares para uma apreensão de seu pensamento, tanto da História das idéias, da Sociologia das idéias, quanto da Crítica Literária. Pretende-se analisar a

---

<sup>8</sup> A partir da segunda edição, o autor inclui como apêndice *A contribuição da crítica brasileira*, contendo as principais sugestões dos diversos críticos que contribuíram para a elaboração dos volumes seguintes.

<sup>9</sup> Conforme Leopoldo Waizbort, em Pequena sociologia da nota de rodapé. *Novos Estudos*, n. 48, jul.1997, p. 183, “A nota de rodapé é um elemento de descontinuidade. Inicialmente ela rompe o fluxo contínuo do texto e a seguir insere um corpo estranho em meio ao pensamento. Por essa razão, ela exige um pensamento mais afeito à ginástica mental, que consegue ir e vir, serpentear, estabelecer relações, compreender a descontinuidade. Ela possui, ademais, um parentesco próximo com o fragmentário. A relação entre o todo e o fragmento, com isso, é posta como problema a ser necessariamente enfrentado. Não há uma homogeneidade dada de antemão, senão que o heterogêneo irrompe a cada vez, a cada nota.”

obra do autor na tentativa de revelar tanto o que ela tem de específico – “análise interna” (porém, compreendendo que no interno o próprio externo se encontra), bem como as circunstâncias e condicionamentos sociais, lingüísticos, econômicos e políticos em que a obra foi produzida, assim como as aproximações e afluências do autor e de suas idéias com estilos de pensamentos de um determinado contexto ou de determinados grupos – “análise externa”.<sup>10</sup>

A metodologia proposta nesta tese refere-se assim a uma abordagem que busca evitar a supervalorização da obra ou do meio social e da influência excessiva de um sobre o outro.<sup>11</sup> Objetiva-se assim, não submeter a obra às reduções ou determinações tanto sociológicas como psicológicas, contextualistas ou internalistas, mas sim, canalizar o estudo para os grupos, circunstâncias e contextos que incidiram sobre a vida e a obra do autor bem como averiguar o autor e sua produção enquanto um sujeito inserido na sociedade e que nela desenvolve reflexões, ações e influências.

---

<sup>10</sup> Heloísa Pontes sugere que na história intelectual e cultural duas são as posturas que recortam esta área: a “internalista” e outra “externalista”. Entre os autores da primeira perspectiva a autora situa Lévi-Strauss e Carlo Ginzburg e na segunda, Norbert Elias, Wolf Lepenies, Pierre Bourdieu e Raymond Williams. PONTES, Heloísa. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 34, 1997.

<sup>11</sup> Cabe citar alguns exemplos de abordagens recentes menos dicotômicas (entre texto e contexto). Um deles é a referência: VELOSO, Mariza. MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. As autoras pretenderam definir, a partir de autores como Elias, Bourdieu, Mannheim e Gramsci *instrumentos conceituais que permitissem compreender as regras que estruturam o campo intelectual e as categorias imanentes às narrativas estudadas, desnaturalizando-as, isto é, fazendo ver como as idéias são construídas e contingentes, e como devem sempre estar referidas a um momento histórico e a uma sociedade específica* (p. 28-29); Outro exemplo pertinente é o recente estudo ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 44, out. 2000. A autora em sua análise sobre o movimento intelectual da geração de 1870 observa que “aquele movimento não era alheio à realidade nacional, nem visava formular teorias universais. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, elas sofriam um processo de triagem: havia um critério político de seleção” (p. 36). Pode-se aferir que a conclusão de Alonso advém do método adotado pela autora: o de priorizar a tensão entre a obra e a experiência social de seus autores que resulta em certas formas de pensar. Um importante estudo que segue uma metodologia semelhante à de Alonso é a de Botelho, André. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH, Unicamp, 2002. O autor busca a relação entre as idéias como forças sociais e a sociedade brasileira dos anos 20. Além da relação texto/contexto, o autor preocupa-se em abordar o lugar social ocupado pelos textos em tradições e quadros mais amplos de idéias.

Entende-se que as sugestões de Antonio Candido<sup>12</sup>, no que se refere à análise de uma obra, são fundamentais para a compreensão desta enquanto produto tanto da iniciativa individual quanto de condições sociais, e não como alternativas mutuamente exclusivas. Nesse sentido, busca-se analisar as idéias de Josué de Castro como fruto tanto das mais diversas discussões, fatos e relações estabelecidas e vividas pelo autor, quanto do que ela tem de específico, revelando-se não apenas como a conformação de tendências e influências, mas tendo ela mesma uma especificidade. Nessa perspectiva, compreende-se que a aproximação de Josué de Castro com diversas tendências e atores, sem uma filiação que o limitasse a determinada perspectiva, contribuiu para o desenvolvimento de uma obra marcada por aproximações, renovações e singularidades em relação ao pensamento emergente em sua época. Exemplos disto são suas aproximações e divergências em relação a Gilberto Freyre, Daniel de Carvalho e Celso Furtado.

Diversas são as fontes que nutrem nesta tese o estudo do pensamento e da trajetória de Josué de Castro. A principal delas refere-se aos seus escritos em jornais publicados nas décadas de 1920, 1930 e 1940. Nestes, encontra-se o germinar das reflexões de Josué ainda pouco pesquisadas no âmbito de estudos sobre o autor. Compreende-se que elas revelam a inserção desse pensador no movimento regionalista dos anos 30, contribuindo para a análise da repercussão desse movimento na trajetória intelectual de Josué.

Vários Anais da Câmara dos Deputados contribuem para caracterizar a atuação política de Josué de Castro. Destacam-se ainda outras fontes de dados significativas: livros, artigos, coletâneas, vídeos, dissertações e teses sobre o pensamento do autor. Diversos, porém ainda raros, são os estudos que abordam o autor, seu pensamento, ou ainda, sua atuação política. Após a morte de Josué, sua obra permaneceu praticamente ausente no universo de estudos sobre o pensamento social brasileiro. Após a década de 1980, ampliaram-se os estudos sobre o autor, especialmente a partir de 2000. A importância de seu pensamento vem à tona com

---

<sup>12</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.  
Idem. *Formação da literatura brasileira*. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.

maior ênfase com a Campanha Contra a Fome organizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e posteriormente quando o combate à fome torna-se a principal meta defendida pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Poucos são os nomes que estudaram o pensamento de Josué de Castro: Tânia Elias M. da Silva, Giuseppe di Taranto, Alain Tobelem, Manuel Correia de Andrade, Rosana Magalhães, Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, Anna Maria de Castro entre outros. Uma descrição dos diversos autores e estudos sobre Josué de Castro foi realizada por Renato Carvalheira do Nascimento na Dissertação intitulada: *Josué de Castro: O Sociólogo da Fome*, que por seu mérito, julgamos desnecessário um novo detalhamento dos mesmos.

Outra fonte de dados que embasa este estudo refere-se ao registro das relações de amizades, embates e interlocuções estabelecidas pelo autor com diferentes personalidades. Para tanto, compreende-se que as correspondências enviadas e recebidas por Josué aglutinam uma significativa fonte de informação.<sup>13</sup> Entende-se que elas remetem não apenas um material pessoal ou a troca de idéias entre emissor e receptor, mas permitem a apreensão de um contexto histórico, envolto por diferentes grupos de interesses, idéias e projetos, com os quais Josué compartilha ideais, influencia e é influenciado nas questões de seu tempo.

Percorrer os caminhos pelos quais o cientista, político, poeta, romancista e ensaísta Josué de Castro deixou marcas de seus passos seria um desafio que pode ser considerado inatingível. Diversas são as regiões, cidades e países por onde Josué projetou, criou, refez e aglutinou suas idéias e ações. Poder-se-ia ainda, a partir da afirmativa anterior, conjugar os verbos no presente e no futuro, congregando uma miscelânea de influências já postas e aquelas por vir. Frente a esses limites, no primeiro capítulo desta tese, pretende-se centrar a análise da trajetória de vida de Josué nas principais experiências aqui destacadas como fundamentais na gênese de uma retórica de valorização das populações camponesas, do desenvolvimento da agricultura de sustentação e da defesa da reforma agrária.

---

<sup>13</sup> O Acervo de correspondências, emitidas e recebidas, do autor encontra-se no Centro Josué de Castro, em Recife, compondo cerca de 6000 correspondências. Adota-se o critério de seleção do material a partir dos autores e atores envolvidos com a problemática da questão agrária.

Os demais capítulos desta tese encontram-se mapeados em duas partes, nelas situam-se os capítulos referentes às temáticas de cada uma das partes. Na primeira delas, composta por três capítulos, situam-se as idéias de Josué de Castro nos debates intelectuais e políticos das décadas de 1930 e 1940, agregando também escritos do final dos anos 20. Inicia-se o texto com uma descrição dos caminhos trilhados pelo autor naquele período, pontuando algumas experiências, viagens, atores, escritos e relações por ele estabelecidas e consideradas significativas para a construção da inter-relação estabelecida por Josué entre fome e questão agrária. Através dos escritos do autor naquela época, pretende-se revelar sua afinidade com um pensamento emergente de valorização da identidade nacional, de crítica à monocultura e ao latifúndio enquanto características centrais das estruturas agrárias do país, bem como às mazelas advindas ou agravadas com o processo de modernização. Compreende-se que é nesta aproximação com as questões e reflexões de seu tempo que ocorre a gênese de um pensamento amadurecido nas décadas posteriores, em especial as idéias e ideais de Josué de Castro em relação à agricultura de sustentação e à reforma agrária. Na segunda parte do texto, composta por três capítulos, busca-se apreender indícios de suas reflexões originadas nas décadas anteriores, porém, situados em um novo contexto que agrega novas questões, atores, escritos e projetos, emergentes nas décadas de 1950 e 1960. Encontram-se nesta parte capítulos referentes à atuação política em prol do desenvolvimento da agricultura, destacando-se seu empenho para a efetivação de uma reforma agrária.

## 1 Um cidadão *roceiro* do mundo

O nome da rua onde Josué de Castro nasceu: Joaquim Nabuco, situada no Bairro do Espinheiro em Recife, marca um acaso no nascimento, em 05 de setembro de 1908, de um autor que estabeleceu uma relação nem um pouco ocasional, mas sim de identidade com o pensamento do abolicionista defensor da reforma agrária. “-Nasci no Recife, no número 01 da Rua Joaquim Nabuco. Eu escrevia o nome de Nabuco, mesmo antes de saber quem ele era. Depois foi uma personalidade que me interessou sempre.”<sup>1</sup> Josué expressa uma afinidade com esse personagem cujo nome estampa as placas da Rua de seu berço. As incidências do pensamento desse abolicionista encontram-se expressas nas idéias e ideais de Castro. Uma de suas falas mais fortes em relação à problemática agrária no Brasil demonstra o quanto ele se inspira em Nabuco. A fala refere-se a uma intervenção de Josué, enquanto deputado federal, em um aclamado discurso de Gabriel Passos na Câmara de Deputados em comemoração ao Treze de maio.

Para terminar devo frisar neste dia que se comemora a emancipação do escravo, que devemos entrar numa nova cruzada, de tão alta significação quanto aquela que executou Nabuco: é a de libertação da terra brasileira, até hoje escravizada dentro das estruturas feudais arcaicas, porque, sem emancipar a terra e sem quebrar as forças que oprimem sua possibilidade de produção, a libertação do homem é ilusão. Ele é livre social e politicamente, mas é economicamente escravo, escravo da terra improdutiva, escravo da miséria, escravo da fome.<sup>2</sup>

A fala em que Josué se refere a Nabuco foi precedida por um discurso de Gabriel Passos que salientava as condições de miséria e abandono em que viviam os escravos no Brasil. Josué interferiu no discurso, salientando que com a “evolução” as condições de vida não mudaram, pois as classes proletárias, principalmente

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. In.: Pedro Bloch entrevista: Josué de Castro. *Revista Manchete*, nº 625. Rio de Janeiro, abr. 1964.

<sup>2</sup> CASTRO, Josué de. Aparte ao discurso de Gabriel Passos A libertação dos escravos e a libertação econômica do país. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol. IV. 29ª Sessão, 13 mai. 1959.

rurais, no Brasil, continuariam vivendo e estavam vivendo até aquele momento em condições inferiores à dos escravos. “Os senhores dos escravos os defendiam, pois eram uma peça de sua propriedade. Quando êles aparentemente se emanciparam, numa ilusão de liberdade, ficaram abandonados à desgraça e ao seu infortúnio [...]” E completou que “nunca foi o escravo o mais mal alimentado, nem o mais desprotegido da estrutura social brasileira, porém, o aparentemente livre. O escravo econômico das classes mais favorecidas”.<sup>3</sup>

A aproximação das afirmativas anteriores com o pensamento de Joaquim Nabuco é evidente no que se refere ao abismo existente entre o país legal e o país real em termos de emancipação. Ambos preteriam a reforma agrária como um dos pilares fundamentais para a efetivação da emancipação dos escravos. Nabuco também era recifense e preconizava, já no século XIX, reformas institucionais e sociais que superassem a escravidão no país. Em seus escritos e discursos dedicava atenção primordial ao problema da escravidão e não descolava deste a problemática da terra. Em sua campanha às eleições do Recife em 1884, destaca-se o seguinte pronunciamento:

A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado. Eu, pois se for eleito, não separarei mais as duas questões – a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão.<sup>4</sup>

A origem de Josué também expressa dois traços marcantes na obra do autor: a Zona da Mata e o Sertão. Seu pai, Manuel Apolônio de Castro, filho de sertanejo de Cabaceiras no sertão paraibano e retirante da seca de 1877, era mercador de gado e leite. Sua mãe, Josepha Carneiro de Castro, era filha de criação de donos de engenho, Carneiro da Cunha, na Zona da Mata Pernambucana. Seu pai e sua mãe

---

<sup>3</sup> CASTRO, Josué de. Aparte ao discurso de Gabriel Passos A libertação dos escravos e a libertação econômica do país. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol. IV. 29ª Sessão, 13 mai. 1959.

<sup>4</sup> NABUCO, Joaquim. In.: SILVA, Leonardo Dantas. A atualidade de Joaquim Nabuco. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000, p. XVII.

se separaram quando ele tinha quatro anos. Após a separação Josué morou com a mãe, que dava aulas para filhos de operários pobres no Recife.<sup>5</sup> Este fato colocou Castro desde os quatro anos em contato com as condições de vida precária dos operários naquela cidade. Uma realidade que despertaria mais tarde, em 1932, o interesse de Josué em realizar o estudo sobre as condições de vida das classes operárias do Recife.

Apesar de originária da região dos engenhos de açúcar, Dona Moça, como era chamada sua mãe, era filha de criação<sup>6</sup> e após a separação passou a viver com poucos rendimentos, diferentemente de seu pai, que, mesmo oriundo da zona da seca, encontrava-se em situação financeira mais estável. Josué conviveu assim no interior de sua família com um fato que revelava como as condições de vida dos descendentes de escravos e dos descendentes de senhores de engenho eram distintas, explicitando as desigualdades entre a casa grande e a senzala.<sup>7</sup> Até os oito anos, período em que Josué morou com a mãe, ele passou algumas de suas férias no sertão paraibano, onde seu pai tinha uma fazenda, o que o fez, desde a infância, ter o sertão e a cidade como constitutivos de sua própria identidade.<sup>8</sup>

Dos oito aos quatorze anos Josué morou com o pai em uma antiga casa colonial próxima da beira do rio no bairro Madalena no Recife, próxima a zona dos mocambos. É este cenário, marcado pelo convívio e amizades com moradores que buscavam, no mangue e nos bairros pobres de Afogados, Pina, Santo Amaro e Ilha do Leite, possibilidades de uma estranha sobrevivência no “moderno” Recife, que instigou o olhar e a reflexão de Josué para a problemática da fome. Uma paisagem

---

<sup>5</sup> SILVA, Tânia Elias Magno da. Josué de Castro: para uma poética da fome. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 11.

<sup>6</sup> No século XVIII e XIX muitas famílias tinham o costume de tomar “crianças para criar”. Numa sociedade escravista, os filhos de criação poderiam suprir a demanda por mão-de-obra dos escravos. A partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, devido à escassez de mão-de-obra, ampliou-se o projeto filantrópico de preocupação por parte das elites, em relação aos “menores carentes”. PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos*. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

<sup>7</sup> O itinerário diferencial de descendentes de senhores e descendentes dos escravos é discutido por Afrânio Garcia no artigo A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Renato Carneiro do. *Josué de Castro: o Sociólogo da fome*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, 2003. p. 36.

retratada no seu conto *O ciclo do caranguejo* de 1935 e no romance *Homens e caranguejos* de 1967.

É no mangue que Josué começou a observar através de *papos e causos* contados pelos moradores dos mocambos que a problemática da urbanização resultou de um universo rural permeado pela expulsão da população em decorrência tanto das secas quanto dos latifúndios. A imagem que Castro tinha sobre as condições de vida nos dois nordestes foi complementada ainda pelas histórias contadas pelo pai, revelando as dificuldades de vida nos períodos da seca no sertão.

Mesclando ficção e realidade, Josué revelou parte significativa de sua própria vida no romance *Homens e caranguejos* de 1967. O livro apresenta diversas temáticas abordadas na literatura social nordestina: migração, fome, seca, questão agrária, urbanização, modernização entre outras que expõem em diversas passagens o atraso das estruturas sociais do Nordeste. Embora o livro tenha sido escrito em um contexto distinto daquele da *Geração de 30*, o autor deixou transparecer sua aproximação com intelectuais como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Américo de Almeida, José Lins do Rego, entre outros, ao contar de forma figurada parte essencial de sua vida.

No início do romance, Josué afirma que a temática do livro é a história da descoberta da fome nos seus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde o autor conviveu com os “afogados naquele mar de miséria”, habitantes dos mangues do Capibaribe. “Foi com estas sombrias imagens dos mangues e da lama que comecei a criar o mundo da minha infância. Nada eu via que não me provocasse a sensação de uma verdadeira descoberta. Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome”.<sup>9</sup>

O livro não é constituído apenas por um desenho de uma aparente miséria marcada pela paisagem de mangues, caranguejos e mocambos na infância do menino João Paulo na cidade do Recife. O romance desvenda ainda, através de papos e causos lembrados e contados por amigos e familiares, o que seria para

---

<sup>9</sup> CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 4.

Josué a essência da permanência da fome: um processo de modernização mal conduzido e de uma questão agrária ainda a ser resolvida.

As desigualdades sociais são expressas na imagem de uma cidade que se modernizava e se dividia ao mesmo tempo. Nela, perpetuava-se o contraste entre “o lado dos ricos e o lado dos pobres”. Neste último, os mangues e alagados eram tomados por mocambos construídos por uma população que só ali encontra a “terra da promessa” o “paraíso dos caranguejos”, como expressa o diálogo de João Paulo com seu pai e sua mãe:

- Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?
- Porque quando viemos do interior foi aqui que encontramos a nossa terra da promessa, o nosso paraíso – responde Zé Luís com uma voz tranqüila.
- Paraíso dos caranguejos – acrescenta em tom de revolta a mãe de João Paulo.
- Mas o menino volta à carga:
- Mas, por que aqui no mangue, por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como se fosse um outro mundo.
- Foi o destino, João Paulo, que nos trouxe aqui – respondeu o pai.
- Lá do outro lado é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres – diz-lhe a mãe fitando-o bem dentro dos olhos.<sup>10</sup>

Josué expressa através do personagem fictício João Paulo suas próprias amizades de infância no mangue. Chico, leproso, era uma de seus principais amigos, ele foi para o mangue fugindo de uma possível internação pela caridade pública organizada. Através da história de vida de seu outro amigo, o Cosme, Castro desvenda a problemática da monocultura na Amazônia, o ciclo da borracha e o beribéri<sup>11</sup>. Cosme tornara-se paralítico devido a sua passagem naquela região e, por conta disto, observava o mundo apenas através do reflexo de um espelhinho e pelos jornais que João Paulo recolhia das ruas da cidade. Cosme retribuía seu amigo

---

<sup>10</sup> CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 11.

<sup>11</sup> O Beribéri é uma doença causada pela carência de vitamina B1(tiamina). As conseqüências da deficiência de tiamida afetam o sistema nervoso e cardiovascular: edemas, fraqueza muscular, dificuldades respiratórias e pode gerar graves problemas circulatórios e paralisia. “Os alimentos com principais fontes de tiamina são: grãos integrais, cereais, carnes (especialmente a carne de porco), aves, peixes, vegetais e produtos derivados do leite. Arroz polido, açúcar, gordura e vários alimentos refinados são pobres em vitamina B1”. MINICUCCI, Marcos F. ZORNOFF, Leonardo A. M. MATSUE, Mirna, INOUE, Roberto M. T. Edema Generalizado e Circulação Hiperdinâmica – Um Possível Caso de Beribéri. Arquivos Brasileiros de Cardiologia - Volume 83, Nº 2, ago. 2004.

contando sua própria experiência de vida marcada pela migração do sertão decorrente não da seca, mas do monopólio. Quando ele era pequeno comerciante de algodão na Vila do Seridó, região do sertão onde se produzia algodão de fibra, Cosme foi expulso de lá em decorrência do monopólio que se desenvolveu na região por atravessadores de São Paulo que trabalhavam para uma grande companhia estrangeira especialista em importar algodão.

Cosme se estabelecera na sua vila como negociante de algodão. Montou uma pequena descaroçadeira e comprava e vendia o algodão produzido na região. No seu caso, não fora a seca que o expulsara do sertão. Às várias secas tinha conseguido resistir. Fora outra coisa muito pior.

– Foi o monopólio – dizia ele –, que é um monstro bem mais impiedoso do que a seca. Ademais, a seca chega e depois vai embora, e a gente que ela expulsa pode voltar às suas terras. O monopólio, não. Quando ele chega e se instala numa região, não sai mais.<sup>12</sup>

Cosme migrou para Recife e lá lera nos jornais que os homens de coragem enriqueciam no Acre rapidamente. Com a guerra na Europa, a borracha estava em alta e a Amazônia era o paraíso da borracha. Cosme partiu junto com outros nordestinos, retirantes das secas, para a Amazônia. Esses *causos* contados a João Paulo revelam a problemática do monopólio da borracha, especialmente suas conseqüências para a alimentação na região, analisadas por Josué já na década de 1920 e, posteriormente, em *Geografia da fome*.

Da noite para o dia fiquei importante. Só comia coisas importadas da Europa: carne e feijão enlatados, verdura, legumes e frutas de conserva, chocolates e vinhos finos [...]. Na Amazônia mesmo, só se produzia borracha. Ninguém cultivava outra coisa senão de colher borracha, defumá-la, vendê-la e ficar rico depressa [...]. Vivia assim, como um lorde, seguro de mim e do futuro quando, uma noite, ao sair de um cabaré, senti na rua, de repente, o chão fugir debaixo dos meus pés. Pensei, a princípio, que tinha bebido champanhe demais e, por isso, sentia as pernas bambas e os pés fofos. Mas não era bebedeira o que eu sentia. Era o beribéri subindo-me pelas pernas e tomando conta do meu corpo. Era a paralisia provocada pela fome de alimentos frescos que, naquela noite, me jogava na cama, de onde eu jamais me levantaria com as minhas próprias pernas. Na minha arrogância que me fazia sentir dono do mundo, eu nunca esperara ser derrubado pelo beribéri, embora tivesse notícia que milhares de outros seringueiros tinham sido atacados dessa estranha doença que, naquela

---

<sup>12</sup> CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 32.

época, ninguém sabia o que era e que, hoje, se sabe ser uma doença de fome.<sup>13</sup>

Cosme retornou para o Recife para não morrer naquele “inferno verde”. Já paraplético, passou a viver na cama e com o espelhinho na mão passou a observar da janela o mundo a sua volta e, com os jornais trazidos por João Paulo, recebia notícias do mundo mais distante.

O romance *Homens e caranguejos*, além de ser um relato autobiográfico, especialmente sobre a infância de Josué, pode também ser considerado parte significativa de *Geografia da fome* contada de forma literária. No romance constam as dificuldades de subsistência das populações do Sertão e da Amazônia ao conviverem com o monopólio e com a monocultura, uma realidade expressa em um ambiente urbano que também as oprime frente às desigualdades sociais oriundas de uma modernização perversa.

Entre os *causos* contados no mangue, pode-se destacar a história de Seu Maneca que, com a seca, se dirigiu até o brejo com o intuito de esperar que as chuvas voltassem a cair no Sertão para assim retornar a sua terra.

Mas não vi jeito de me acomodar na zona de açúcar para esperar que a seca abrandasse. Fui chegando nessa zona e fui logo me assustando. Descia uma serra, quando vi embaixo, no vale, um imenso mar de verde. Pensei que já estava na costa e que aquilo tudo era água. Mas não era não. Era um mar de cana. Era cana que não acabava mais, até perder de vista. Nunca tinha visto plantação tão descomunal. Assustei-me. No meio daquele mar de cana havia uma grande casa branca bem ao lado da usina, com um bueiro mais alto do que a torre da Igreja do Carmo. Achei uma beleza de lugar. Havia uma lagoa grande em frente da casa e um sítio com fruteiras ao lado. Tudo limpo, brilhando ao sol. Ofereci-me para trabalhar ali, mas me disseram que nem pensasse nisso. O dono da usina não queria nem ouvir falar em retirantes do sertão. Tinha horror deles, porque uma vez um grupo de retirantes famintos tinha invadido o armazém das mercadorias. Agora ele punha dois cabras armados na porta do armazém para receberem os retirantes a bala. Era o que diziam os moradores. E diziam coisas piores. Diziam que aquela água tão calma e tão verde da lagoa continha, no seu fundo, as ossadas de muitos retirantes que o homem tinha mandado sangrar para se vingar de terem comido o seu feijão e a sua farinha sem pagar. [...] E Zé Luís completou: Conheci dois caboclos que trabalhavam pra ele, mas que um dia se meteram a valentes e foram reclamar do homem um aumento de salário. Saíram da Usina Estrela

---

<sup>13</sup> CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 34.

com o cu em brasa, com o clistel de pimenta e sebo quente que receberam no rabo.<sup>14</sup>

Através da história de Seu Maneca, observam-se as diferenças entre os dois nordestes apontadas por Josué em *Geografia da fome*. Na Zona do Sertão, a população produzia de forma diversificada, obtendo variados alimentos quando não atingida pela seca. A migração é, na imaginação do sertanejo, um projeto provisório que cessa na medida em que retornam as chuvas no Sertão. A descida até o brejo em busca de um trabalho temporário revela um fenômeno recorrente no Nordeste, efetuado pelos chamados *corumbas*, trabalhadores temporários que buscam na zona do brejo não um projeto de vida e sim uma estratégia de sobrevivência. Na fala de Seu Maneca, a Zona da Mata era marcada pelo latifúndio e pela monocultura, constituindo-se uma região nada acolhedora para os retirantes da seca e para aqueles trabalhadores que almejavam melhores condições salariais. Apesar de retratar um cenário marcado pela monocultura da cana-de-açúcar, Seu Maneca se refere também aos moradores, ao sítio e às fruteiras. Esta categoria de trabalhadores, bem como a agricultura de subsistência por eles desenvolvida no interior dos engenhos e das usinas, é lembrada por Josué em sua obra, mas de forma menos enfática que a predominância da cana-de-açúcar. Esta discussão será retomada mais à frente, na análise de um dos principais contos escritos por Josué na década de 1930, *O ciclo do Caranguejo*.

Mesmo com dificuldades financeiras, o pai de Josué custeou os estudos do filho em medicina, sob apelo de D. Moça, que queria ver o filho formar-se médico. Buscando atender a vontade da mãe, e não por vocação, Josué admitiu se tornar médico. Desiludido com o curso na Bahia, Josué transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde também não demonstrou interesse pela maioria dos assuntos da forma como eram apresentados. Josué confessa que, em sua formação, os colegas Arthur Ramos e Teotônio Brandão tiveram maior influência que seus professores. Com seus colegas, Castro discutia e descobria autores como

---

<sup>14</sup> CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 53-54.

Freud. Foi nesse período que Josué lançou seu primeiro ensaio, *A literatura moderna e a doutrina de Freud*.<sup>15</sup>

No Rio de Janeiro Josué escreveu diversos ensaios e crônicas que refletiam o clima intelectual posterior à Semana da Arte Moderna de 1922 e a emergência da *Geração de 1930*, com suas críticas ao processo de modernização e a valorização da brasilidade. Seus escritos do final da década de 1920 priorizavam a crítica às invenções do cinema falado, ao processo de urbanização desigual e controlado e a importância da literatura nacional e latino-americana. Entre seus diversos ensaios e crônicas, destacam-se alguns referentes a esses temas: *Coisas de Norte América*, *Cinema e Literatura*, *Maluquice e urbanismo*, *Estudos americanos* publicados no jornal *Diário de Manhã* de Recife em 1929.

Cabe destacar que Josué já articulava, na década de 1920, no Boletim Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública, as relações entre o problema da alimentação com a monocultura, argumentando que o que estava por detrás do surto do beribéri na Amazônia era um fenômeno econômico. Toda a alimentação era importada, depreciada, especialmente enlatados e conservas, com nociva inferioridade nutritiva. O interesse pela temática parece decorrer diretamente das histórias, anteriormente apontadas, contadas por seu amigo Cosme no mangue. Mais tarde, após o surto do Beribéri, Josué analisou que foi a atividade agrícola – posterior à extração da borracha, com o cultivo do feijão, milho, legumes e frutas – que veio a fornecer aos habitantes dos sertões amazônicos uma alimentação nutritiva e saudável, além dos recursos monetários que ficavam agora circunscritos à própria região. Para Josué, enquanto o homem, para equilíbrio do seu orçamento, plantasse para comer, teria nutrição suficiente e saudável e estaria livre daquele terrível mal.

No Rio de Janeiro, Josué freqüentou várias embaixadas latino-americanas, com destaque para a do México. Essas relações possibilitaram que Josué se tornasse o presidente do Centro Universitário Latino-americano e chefiasse uma delegação de estudantes ao México para assistir à posse do presidente Pascual

---

<sup>15</sup> SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. (Tese de Doutorado) Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 11-12.

Ortiz Rubio, ex-embaixador no Brasil. A viagem para o México ocorreu no dia de sua colação de grau, 28 de dezembro de 1929, fato que o impossibilitou de se apresentar nesta cerimônia, mas que contribuiu para amenizar as dificuldades financeiras por que passava no Rio de Janeiro.<sup>16</sup> Do México partiu para os Estados Unidos, onde permaneceu por quatro meses estagiando na Universidade de Colúmbia e no Medical Center de Nova Iorque.<sup>17</sup>

No México, Josué entrou em contato com a história das populações indígenas camponesas. Um povo que resistia na luta pela reforma agrária e pela preservação do que ainda persistia da cultura asteca, com seus milenares cultivos agrícolas. O tempo que Josué permaneceu naquele país, apesar de curto, foi suficiente para um primeiro contato com as populações indígenas. Acompanhado de um de seus amigos e às margens dos trilhos do trem em que viajava, Josué visualizava os agentes da Revolução Mexicana. Personagens e acontecimentos contados por seu amigo e companheiro de viagem, o mexicano Salas, a cada nova paisagem que surgia no horizonte. “Cada história era como uma mancha de sangue naquela paisagem encantada. Era o depoimento do crime da terra gorda e tropical que chupou o sangue dos heróis [...]. Tudo era volúpia de amor e de morte. Tudo era história da revolução.”<sup>18</sup> Seu amigo Salas cursava direito, tocava violino e aos quatro anos assistira à revolução russa. Apesar de seu amigo falar dos companheiros e camaradas de todo o mundo “como um bom neto de Lenine”, ele se identificava mesmo era com o México, com seu povo, com sua história. “Era mexicano, muito mexicano mesmo” como descreve Josué<sup>19</sup>.

Naqueles tempos, eclodia no México um dos maiores movimentos camponeses da história e que constituía a Revolução Mexicana, emergente na primeira década do século XX. O período que antecede o movimento – na passagem do século XIX para o século XX – corresponde à fase em que o país encontrava-se sob o comando ditatorial de Porfirio Díaz (1876-1911). O México passava por um

---

<sup>16</sup> A viagem para o México foi financiada pelo Ministério do Exterior.

<sup>17</sup> SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 34.

<sup>18</sup> CASTRO, Josué de. A revolução mexicana vista de perto I. *A Província*, 03 mai. 1930.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

acelerado crescimento do capitalismo nos setores da agricultura, indústria e mineração controlados por estrangeiros. Um processo que, além de não ter melhorado as condições de vida do operariado e dos trabalhadores rurais, resultou em um rápido processo de concentração territorial. Um terço das terras do México passou a ser controlado por empresas estrangeiras, milhares de comunidades indígenas perderam suas terras comunais (*ejidos*), aumentando o número de camponeses indígenas sem terra.

A insatisfação gerada nos camponeses indígenas mobilizou grande parte da população atingida, que se manifestou através de um amplo movimento antilatifundista e antiimperialista, no qual se destacou, como uma de suas principais lideranças, o mexicano Emiliano Zapata. Apesar das diversas pressões de governos dos Estados Unidos e de grupos de empresas petrolíferas estrangeiras e grandes proprietários do país, diversas foram as conquistas geradas pelo movimento. Exemplos são as medidas que se viu obrigado a tomar o governo de Venustiano Carranza, que assumiu a presidência em 1915. No seu governo iniciou a reforma agrária baseada no sistema de *ejidos*. Outra conquista foi a Constituição de 1917, que estabeleceu o direito de propriedade do Estado sobre as terras e águas e as riquezas do subsolo que estavam sob controle dos monopólios estrangeiros, ou ainda, medidas que regulamentavam a distribuição de terras improdutivas, aboliam a peonagem e melhoravam as condições de operários nas indústrias. No governo de Plutarco Elias Calles (1924-1928) pode-se destacar ainda a expropriação de parcelas de terras de grandes fazendas, distribuídas às aldeias como propriedade comunal.<sup>20</sup>

Ao retornar para Recife, Josué escreveu uma série de artigos no jornal *A Província* relatando sua experiência no México.<sup>21</sup> Apesar de sua trajetória naquela viagem ao exterior incluir também outro roteiro, os Estados Unidos, o que parece ter deixado fortes marcas em sua vida e em seu pensamento foram as imagens e diálogos vivenciados no México, seu contato com aquelas populações camponesas e a persistente resistência por elas gestada. As incidências desta passagem pelas

---

<sup>20</sup> AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das sociedades americanas*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

<sup>21</sup> A experiência relatada no Jornal *A Província* será retomada em capítulo posterior, quando serão analisados os anos em que Josué permanece na cidade de Recife na década de 1930.

terras daquele país e junto às populações mexicanas foram expressas na trajetória de vida de Josué e suas enfáticas e persistentes ações e arguições em prol da reforma agrária, assim como seu envolvimento com os movimentos camponeses no Brasil.

De volta ao Recife, Josué se deparou com um período de forte agitação política – a Revolução de 1930, que depusera o governador do Estado, Estácio Coimbra, um grande usineiro de Pernambuco, cujo governo elaborou um trabalho visando uma modernização conservadora, com a modificação no ensino, na Escola Normal de formação de professores, sob a orientação do pedagogo Antonio Carneiro Leão. Apesar de Josué de Castro não estar ligado a tais movimentos que deixaram o poder por conta da corrente ligada ao grupo canavieiro, ele participava das preocupações culturais e sociais daquele momento e dedicava-se às pesquisas de campo, como aponta Manoel Correia de Andrade ao contextualizar as experiências de Josué.<sup>22</sup>

Nesse início de carreira, as ligações políticas que Josué tinha e que possibilitariam um emprego na administração pública sucumbiram ante os acontecimentos de 1930. A alternativa encontrada por ele foi abrir uma clínica de doenças da Nutrição, a primeira do Norte, custeada através de um empréstimo.

Formado fui para Recife. Ia para a Secretaria da Educação. Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freire e outros eram do grupo de José Maria Belo, que ia ser governador. Um cargo na Educação me estava destinado por todos eles. Foi quando estalou a revolução de 30, com a vitória da revolução foram-se os sonhos de um bom emprego na administração de Pernambuco. Abri então, consultório, prá fazer nutrição [...].<sup>23</sup>

A experiência na clínica, onde atendia clientes ricos e obesos, passou a chocar com a experiência que teve em 1932 em uma fábrica onde operários pobres recebiam salários insuficientes para suprir as necessidades alimentares. Foi demitido ao tentar provar que as doenças por que passavam os empregados da fábrica eram

---

<sup>22</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, 11(29), 1997, p. 172.

<sup>23</sup> SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 47.

oriundas dos baixos salários. O trabalho na fábrica deixou o médico recém-formado angustiado frente ao tratamento paliativo dos doentes exigido pelo diretor da mesma. Este acusava seus empregados de preguiçosos por não apresentarem uma doença definida. A partir daí, Josué enriqueceu sua percepção de que o fenômeno da fome não é apenas biológico, mas também social e econômico. Sua experiência como médico nesta fábrica é retratada em um de seus contos escritos na década de 1930, *Assistência Social*, através do personagem Dr. Félix. Esta nova compreensão sobre a fome é demonstrada em uma pesquisa realizada em 1932, que desvenda as condições de vida das classes operárias em Pernambuco, trabalho desenvolvido através do Departamento de Saúde do Estado, posteriormente publicado em forma de ensaio, *As condições de vida das classes operárias do Recife*.<sup>24</sup>

A partir destas experiências e da influência de autores como Gilberto Freyre, Josué passou a questionar as teorias que se apoiavam nos conceitos de eugenia<sup>25</sup>. Parcela da elite intelectual acreditava que as endemias e a baixa produtividade da população se deviam a qualidade da “raça brasileira”. A mistura de brancos, negros e índios criaria um “tipo nacional condenado à preguiça e a debilidade física e mental”. Pode-se destacar, nesta perspectiva, os trabalhos do médico João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional e seu estudo *Os métis ou mestiços do Brasil*, publicado em 1911.<sup>26</sup>

Nesse período, Josué de Castro, ao lado de outras personalidades, como Nelson Chaves e Gilberto Freyre contribuiu para a emergência do campo da Nutrição em Pernambuco.<sup>27</sup> Os autores compartilhavam de uma matriz ideológica que visava a construção da nacionalidade. Eles pretendiam desfazer os mitos em torno dos preconceitos raciais e climáticos, como na célebre frase de Castro de que “o mal do

---

<sup>24</sup> Alguns dos principais argumentos e algumas das repercussões deste inquérito encontram-se explicitados em capítulo posterior.

<sup>25</sup> A eugenia estudava, especialmente no início do século XX, as características raciais e apontava que os brancos eram os mais perfeitos representantes da espécie humana, as demais raças seriam dotadas de alguma “inferioridade biológica.” BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 2006.

<sup>26</sup> BERTOLLI FILHO, Claudio. *Ibidem*.

<sup>27</sup> Sobre o assunto há um interessante artigo de Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. O texto foi publicado na *Revista História, Ciências, Saúde*. Vol. VIII(2), jul/ago. 2001.

povo brasileiro não é de raça e sim de fome”. Porém, apesar das semelhanças, os autores apresentavam também fortes divergências. Apesar dos três autores identificarem-se por meio do quadro de miséria social do Nordeste brasileiro como cenário por eles analisado, as idéias desses pensadores apresentavam divergências, especialmente sobre as condições de vida, alimentação e habitação nos tempos da Casa Grande, as quais serão pontuadas em capítulo posterior.

O período que Josué permaneceu no Recife na década de 1930 correspondeu ao contexto intelectual de emergência dos escritores da chamada literatura social nordestina. O acervo de Josué revela as fecundas amizades e trocas de idéias e de ideais com esses escritores. Pode-se destacar os artigos de Josué sobre o romance social nordestino, o prefácio ao livro de José Américo de Almeida, *A Parayba e seus problemas*, a crítica ao livro *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego, as correspondências recebidas e emitidas com Jorge Amado, a crítica de Raquel de Queiroz ao livro *Geografia da Fome*, entre outras referências a serem analisadas em capítulo posterior. Se com Gilberto Freyre as aproximações condizem com a construção da nacionalidade, da identidade nacional e com um pensamento que se opunha aos preconceitos de ordem racial, com os romancistas sociais nordestinos, chamados de *Geração de 30*, além destas aproximações, enfatiza-se ainda o desvendamento das desigualdades sociais entre a casa grande e a senzala, a questão agrária e o processo perverso de modernização para os trabalhadores no meio rural e urbano.

Em 1932, Josué tornou-se livre-docente em Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife com a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, publicada no ano seguinte, na qual aborda as necessidades específicas da alimentação no contexto brasileiro. Em 1933, participou do grupo que idealizou e fundou a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. Ao lado de Aníbal Bruno, diretor da nova Faculdade e também professor da Faculdade de Medicina do Recife, Josué de Castro assumiu a vice-direção. A instituição viria suprir necessidades demandadas por pesquisadores sociais no Nordeste, como a formação de equipes capacitadas na área de ciências sociais, métodos científicos de interpretação e avaliação e bibliotecas especializadas. Josué foi também professor

de Geografia Humana na nova Faculdade, onde conheceu Glauce Rego Pinto, uma de suas alunas, com quem se casou mais tarde. Com ela compartilhou sua vida e teve três filhos(as): Josué Fernando, Anna Maria e Sonia.

Pode-se citar ainda outra publicação desta fase: *Alimentação e Raça* (1935), que aglutina alguns de seus estudos da época, inclusive a pesquisa *As condições de vida das classes operárias do Nordeste*. No livro, Josué estende sua preocupação também para com as condições de vida dos trabalhadores do campo, argumentando a necessidade da realização de um exaustivo inquérito sobre as condições de trabalho agrícola no Brasil:

Para que sejam conhecidas sistematicamente em seus aspectos, as condições de trabalho agrícola no Brasil, faz-se necessário o conhecimento de inúmeros dados relativos aos vários meios econômico-geográficos onde o trabalho se executa, a sua maneira de ser executado, e, finalmente, as condições gerais de vida do elemento humano nos vários núcleos rurais [...]. Trabalho árduo que só se justifica pelo número enorme de benefícios que decorrerão para a economia nacional, do conhecimento perfeito que se venha a ter das condições do trabalho agrícola no Brasil.<sup>28</sup>

Como se pode perceber, a atenção de Josué para com os trabalhadores do campo emergiu logo em seus primeiros escritos. O objetivo da pesquisa seria determinar com dados estatísticos o rendimento proporcional do trabalho agrícola em relação aos diversos fatores que determinam as oscilações de produtividade. A proposição desse inquérito coaduna com o intuito mais geral do autor de demonstrar que os problemas do atraso e da pobreza não poderiam ser reduzidos a fatores climáticos e étnicos. O problema do povo brasileiro, do operário ou do comumente chamado *jeca tatu* do interior não seria para Josué um mal de raça, e sim, um mal de fome, decorrente das precárias condições de vida e de trabalho.

Em 1935, Josué tornou a morar no Rio de Janeiro. As causas desta transferência de cidade é um fato aparentemente inexplicável, mesmo para os próprios filhos, que pouco sabiam sobre o episódio, conforme relatou Tânia Magno

---

<sup>28</sup> CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 140-141.

da Silva.<sup>29</sup> O período que antecedeu esta mudança foi marcado pelo alvorecer de seu prestígio intelectual, como médico e professor da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, ambas do Recife. Por outro lado, Josué passou a conviver com uma série de oponentes aos seus ideais, alicerçados aos interesses dos grupos dominantes. Ao adoecer com sintomas de depressão, Josué decidiu voltar ao Rio de Janeiro. Giuseppe Taranto<sup>30</sup> atribuiu como causa da mudança de cidade a publicação do conto *O ciclo do caranguejo*, o qual lhe teria custado a expulsão do Recife por ser subversivo. As inquietações geradas pelo conto podem ser visualizadas a partir do conteúdo nele impregnado com forte crítica à estrutura agrária vigente no Nordeste, caracterizada pela monocultura, pela concentração fundiária e pelas relações de trabalho dela decorrentes. Em capítulo posterior, busca-se apresentar com mais detalhes as temáticas abordadas no conto.

Deixar para trás uma estabilidade profissional e iniciar uma nova vida no Rio de Janeiro exigiu de Josué esforços frente às dificuldades financeiras daí decorrentes. Foi nesse período que ele escreveu diversos artigos, contos e ensaios para diversos jornais do Rio de Janeiro e do Recife, destacando-se os seguintes jornais: *Diário da Manhã*, *A Platéia* e *A Manhã*. Em 1936 abriu seu consultório no Rio como clínico e especialista em doenças de nutrição e ingressou como professor de Antropologia na Universidade do Distrito Federal a convite do Reitor Azevedo do Amaral. Os escritos posteriores de Josué expressaram as marcas da influência desta Universidade e de personagens que por ela transitavam.

As diferenças entre os intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, em especial no contexto de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, são evidenciadas por autores como Luiz Werneck Vianna e Maria Hermínia Almeida.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 58.

<sup>30</sup> TARANTO, Giuseppe Di. *Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro*. Tradução de Maria de Fátima Mendes Leal. Belém: CEJUP, 1993, p. 12.

<sup>31</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*. In: *História das Ciências Sociais no Brasil*. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice/Idesp, vol. 1, 1989.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Enquanto em São Paulo a *intelligentsia* se organizava em um departamento universitário, visando muito mais influir decisivamente no circuito da opinião pública e da sociedade civil do que se instituir, seja no Estado ou nos partidos, como ator direto do processo de transformação social, no Rio de Janeiro, os intelectuais denominados por Werneck Vianna de *intérpretes do moderno e da modernização* localizam-se em posições chave no Estado, assumindo a representação em geral de tais temas, privilegiando o papel do Estado na mudança social e os modelos de interpretação desenvolvimentistas.

A Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro foi criada em 1935 e extinta em 1937. Em 1939 fundou-se a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Ao se referir ao contexto de emergência das ciências sociais no Rio de Janeiro, Almeida assinala que

A efetivação do ideal universitário seria garantida pelo concurso do que havia de melhor entre a intelectualidade modernizante no país e pela contribuição seminal de professores estrangeiros. Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Álvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Lourenço Filho, Mário Casassanta, Mário de Andrade, Heitor Villalobos, Cândido Portinari, Arnaldo Estrela, entre outros, foram chamados a compor o plantel nacional na área de ciências sociais, letras e artes.<sup>32</sup>

Almeida observa que os estudos do período são marcados por um estilo de trabalho mais próximo do grande ensaio. Tal característica também marcaria os primeiros escritos de Josué de Castro. “Tratava-se de uma produção que não se dirigia à comunidade acadêmica nem tampouco aos cultores de conhecimento diletante e desinteressado. Ao revés, os destinatários das Ciências Sociais eram a cidadania esclarecida e, antes dela, as elites políticas do país.”<sup>33</sup>

No Rio de Janeiro, a cultura política e as condições organizacionais do seu ambiente cultural favoreciam a emergência de uma *intelligentsia* que adotava uma

---

Sobre o contexto social, cultural e político das décadas de 30-40 é interessante consultar PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n.47, 2001.

<sup>32</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice/Idesp, vol. 1, 1989, p. 196.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 216.

perspectiva de modernização e de reformas “por cima”, privilegiando o papel do Estado na “mudança social provocada”. A modernização induzida pelo Estado provocaria uma transformação da sociedade. Os intelectuais do Rio caracterizavam-se como uma *intelligentsia* mannheimiana, assumindo a representação em geral dos temas da modernização e da mudança social e intervindo diretamente como estrato social na vida pública.

Não há para essa *intelligentsia*, uma oposição insanável entre o Estado nacional e a sociedade, que deva culminar em uma ruptura revolucionária. Sob a intermediação da *intelligentsia*, Estado e povo podem ser aproximados, transformismo ativo que quer fazer do Estado a agência de aceleração das “modificações moleculares” no tecido social, e, por meio da ação popular, provocar a reforma democrática dessa instituição.<sup>34</sup>

Josué compartilhou com outros autores mannheimianos<sup>35</sup>, como Guerreiro Ramos e Celso Furtado<sup>36</sup>, a idéia de uma ciência que se opõe à concepção de comunidade científica, isolada na Universidade e especializada em “detalhes da vida social”. Como afirma Werneck Vianna, a Sociologia, nesta perspectiva revelada no pensamento de Josué e emergente no Rio de Janeiro, seria um recurso científico de uma *intelligentsia* que se inscreve diretamente na vida pública em nome da luta pela mudança social. O desenvolvimento não seria um processo espontâneo devido à

---

<sup>34</sup> WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 196.

<sup>35</sup> Josué aproxima-se da concepção de Mannheim no que se refere à possibilidade de um grupo de intelectuais voltar-se para os interesses gerais da sociedade, o que não significa que estes intelectuais estejam completamente alheios às relações de classe. Segundo Mannheim a *intelligentsia* representa um agregado situado entre e não acima das classes. Seus membros podem ou não terem uma orientação particular de classe ou de partido, mas acima destas orientações eles estarão preparados para encarar os problemas do momento a partir de várias perspectivas e não apenas de uma. “Dissemos que ele está equipado para encarar os problemas de sua época a partir de mais de uma única perspectiva, ainda que em diferentes casos ele possa atuar como partidário e alinhar-se como uma classe. Seu equipamento adquirido torna-o mais instável que os outros. O membro da *intelligentsia* pode mais facilmente mudar seu ponto de vista e está menos rigidamente engajado num lado do conflito, pois ele é capaz de experimentar concomitantemente várias abordagens conflitantes da mesma coisa. Essa propensão pode ocasionalmente entrar em conflito com os interesses de classe da mesma pessoa.” MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 81.

<sup>36</sup> Sobre a fundamentação mannheimiana na obra de Guerreiro Ramos ver Werneck Vianna (1997) e na obra de Celso Furtado ver REZENDE, Maria José de. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*. Maringá, v. 26, n. 2, 2004.

incapacidade dos interesses em ação na sociedade civil para superar os impasses à modernização. Para tanto, seria necessária uma *intelligentsia* influente na agência estatal para que a partir dos seus diagnósticos apontasse com precisão quais os obstáculos para superação do atraso e do subdesenvolvimento e se chegar a uma nação moderna.

A Sociologia proposta é interventiva, assumindo a representação em geral da sociedade, em nome da erradicação do atraso e orientada pelos problemas macroestruturais. Esta visão de intelectuais como interpretes da sociedade, bem como o papel que eles desempenham na superação do atraso, perpassa o pensamento de Josué de Castro. Primeiramente, Castro observa no Estado o grande responsável pela mudança social, mas, posteriormente, em especial após os avanços do movimento camponês no Nordeste nas décadas de 1950 e 1960, como pontuaremos mais à frente, o autor ressalta também o papel dos intelectuais na formação da consciência coletiva, em que o povo seria um dos grandes atores do processo de “revolução social”.<sup>37</sup> Neste último período, aparece mais claramente a influência de Jean Paul Sartre na concepção de Josué sobre o papel dos intelectuais.

A crença de Josué de Castro na necessidade de “homens espiritualmente capazes” para a concretização de um governo eficiente encontra-se explicitada no artigo *Ensino Universitário*, publicado em 15 de junho de 1935 sob o clima intelectual de criação da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro. Nesse escrito, Josué argumenta que as revoluções sociais nos impõem sempre não apenas novos problemas de economia e de política, mas também novos problemas de cultura. Seria imprescindível que o país armazenasse conhecimentos e sistematizasse as suas forças de pensamento e de vontade. O ensino universitário, que até então se situava à margem de incentivos no país, teria esse papel. Josué deixa claro que não se refere ao ensino técnico-universitário, este seria uma imagem deturpada da verdadeira finalidade do ensino universitário.

A criação da recente ‘Universidade do Distrito Federal’, nos moldes em que se está apresentando, constitui a primeira experiência educacional entre

---

<sup>37</sup> Em especial no livro *Sete palmos de terra e um caixão*.

nós, capaz de merecer o verdadeiro nome de Universidade. Centralizando sabiamente os seus estudos em torno de uma escola de philosophia e sciencias sociais, ella poderá muito bem vincular a nossa cultura às correntes tumultuosas da nossa vida popular, formando technicos de idéas gerais, homens de verdadeira cultura, em lugar de perros eruditos, myopes autodidactas, limitados especialistas e apressados improvisadores, como se formam aos milhares por este Brasil afóra.<sup>38</sup>

A proposta explicitada por Josué compreende a formação de técnicos de idéias gerais e de universidades enquanto campos de estudo de todos os nossos problemas vitais, rompendo-se assim com a idéia de universidade como a reunião de escolas profissionais superiores, onde os estudantes adquirem, para fins utilitaristas, conhecimentos que lhes permitam viver, exercendo uma profissão. Para Josué esse novo modelo romperia com uma medicina transformada em simples artifício de curar sintomas ou com as ciências jurídicas reduzidas apenas ao “direito civil para o rico e o direito penal para o pobre”.

A partir dessa concepção de intelectual e do papel deste nas questões mais gerais da sociedade, Josué passou a se inserir nas principais discussões que afligiam o país naqueles tempos, destacando-se sua atuação na busca de soluções para a problemática da alimentação e da agricultura nacional.

Nos seus primeiros escritos da década de 1930, Josué centrou-se no aspecto fisiológico da alimentação, especialmente em *O problema da alimentação no Brasil* (1934). No livro *Alimentação e Raça* (1935), o autor já procurava relacionar o fenômeno biológico com vários aspectos sociais da vida brasileira, como os baixos salários que dificultavam o acesso ao alimento por parte da classe trabalhadora. Em *A alimentação à luz da geografia humana* (1937) e em *Geografia Humana* (1939), Josué acentuou a importância de uma visão de totalidade do problema. Esta seria alcançada pelo método geográfico, articulando questões sociais, naturais e estruturas sociais, demonstrando a influência francesa em seu pensamento, destacando-se Vidal de La Blache.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> CASTRO, Josué de. *Ensino Universitário*. 15 jun. 1935. s/r.

<sup>39</sup> Vidal de La Blache reagiu contra o determinismo geográfico do meio sobre o homem como um suporte rígido que regulasse os destinos dos povos. O autor buscou destacar as influências mutuas entre o homem e o meio.

Prosseguindo no estudo do problema, e cada vez mais, convencidos de sua vultosa importância, chegamos à evidência de quanto seria interessante tratá-lo não mais em seus aspectos parciais, mas em seu conjunto, o que só se poderia conseguir com um estudo baseado nos métodos e princípios da geografia humana, capaz de permitir uma visão total do assunto, com as várias perspectivas que ele encerra. Fomos, desse modo, levados a escrever mais um livro sobre alimentação. Assim se explica a insistência.<sup>40</sup>

Josué chama a atenção para o fato de o problema da alimentação não ser um assunto simples e conhecido no seu sentido mais profundo. Suas raízes encontram-se mergulhadas profundamente nos campos da Biologia, da Antropologia, da Sociologia, da Economia Política e da História, nos quadros mais variados de manifestações da vida. O autor explicita, ainda, a influência da Primeira Guerra na grande importância social e econômica que o tema alimentação veio a ter em diversas nações.

A luta que ensangüentou a Europa de 1914 a 1918 veio mostrar o valor do capital alimento impondo às nações beligerantes um prodigioso esforço científico para que a fome não pusesse em perigo a sua resistência à luta. Data deste momento a resolução dos aliados que, em conferência reunida em Paris, em novembro de 1917, resolveram criar uma comissão internacional de controle da alimentação<sup>41</sup>

Segundo Josué esta comissão se empenhou em orientar a produção, a repartição e o consumo dos alimentos, cientificamente, dentro dos princípios da economia alimentar. Quando a Guerra cessou, vencida pelos aliados<sup>42</sup>, estes teriam posto em comum não só os homens e as armas, mas também os alimentos. Surgia aí uma nova concepção da importância da alimentação na economia dos povos. Josué ressalta que “Daí em diante ficou praticamente demonstrado que da solução do problema alimentar dependia o bem-estar do povo, a eficiente produção do trabalho, a paz social e a segurança nacional da nação”.

Para o autor, em contraste com países como a Inglaterra, França, Rússia, América do Norte, Itália, Austrália, Alemanha, Dinamarca, México e Argentina, no

---

<sup>40</sup> CASTRO, Josué. *A alimentação à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Edição da Livraria O Globo, 1937. p.13.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>42</sup> Josué utiliza a palavra aliados em vez de Tríplice Entente.

Brasil quase nada se fizera de maneira sistemática para estudar os problemas da alimentação e nutrição. O autor manifesta os objetivos de aplicação das conclusões a serem obtidas sobre as condições alimentares do nosso povo: traçar diretrizes de combate à desnutrição do brasileiro. Por decretos legislativos criava-se o Instituto de Saúde Pública e um Instituto Nacional de Nutrição, onde seriam encaminhados os estudos sobre alimentação, e coordenadas às soluções ao problema.

A partir desse contexto, Josué passa a compreender que o estado de “degenerescência” do povo era resultado da organização econômico-social. Castro faz uma crítica e se contrapõe à “clássica” e “superficial” atribuição dos males e imperfeições do país a dois preconceitos – de raça e do meio – no pensamento brasileiro. O do meio se referia ao clima tropical e o de raça às manchas “inferiorizantes” da mestiçagem. Se a organização econômica é falha e primitiva é por culpa do clima maléfico – se o brasileiro nascesse fraco, se ele se desenvolvesse mal e se mantivesse débil e raquítico – seria por culpa da mistura racial.

Percebe-se no pensamento de Josué, com destaque aos escritos da década de 1930, a influência de integrantes do movimento sanitarista emergente a partir do início do século XX, especialmente entre 1916 e 1920. Integrantes desse movimento, como Belisário Penna e Arthur Neiva, desmistificavam preconceitos de raça e de clima presentes no país. Teríamos sido condenados, pelo nosso estoque racial e pelo clima tropical da pátria, à eterna inferioridade e improdutividade? A medicina moderna indicava que não. O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória aos governos. A doença era vista como o principal problema do país e o maior obstáculo à civilização. Os intelectuais da campanha do saneamento, especialmente no meio rural, aproximavam-se, assim, de uma tendência de crítica às teses de determinismo racial. Eles trouxeram para o debate dois novos elementos: a idéia de doença como característica central do povo e a qualificação do isolamento do sertanejo, indicado por Euclides da Cunha, como

um estado de abandono da população do interior pelos governos.<sup>43</sup> Josué incorporou também esta crítica aos preconceitos de raça e de clima, assim como, ressaltou o abandono do sertanejo pelo governo Brasileiro com constantes afirmações sobre o abismo social que marca a separação entre o universo rural e urbano no país.

Porém, Josué foi além dos dois novos elementos trazidos pelos sanitaristas da década de 1910 e 1920, para ele mais do que a herança racial e a ação do clima, agiram sobre a nossa “evolução social”, “impedindo que ela tomasse velocidade como entre os norte-americanos”, certas causas de fundo social econômico. Para Josué, além da rareza do elemento humano, diluído em excesso em desmedidas extensões e a falta de meios de defesa contra as doenças tropicais, estaria contribuindo de forma substancial para aquela situação o regime latifundiário implantado no país. Este seria o ponto nevrálgico que nos separa do desenvolvimento alcançado por algumas nações incorporadas como modelos a serem seguidos. Josué em vários outros momentos tentou se desvencilhar desses modelos de sociedade “importados”, porém, não deixou de cair nas amarras presentes no pensamento brasileiro, que ligariam os projetos nacionais a determinados padrões de desenvolvimento. No entanto, os padrões que regem as comparações estabelecidas por Josué congregam os bens e serviços que propiciariam o bem-estar da humanidade e não padrões regidos pela suposta superioridade ou inferioridade de seus povos. Foi na década de 1930 que Josué passou, assim, a destacar com maior ênfase o sistema colonial baseado na monocultura da cana-de-açúcar e no latifúndio como causas principais da alimentação defeituosa. “E, senhor de engenho ou mineiro, descuida o colonizador, por completo, a sua alimentação, donde o rebaixamento do padrão alimentar do Brasil.”<sup>44</sup>

O Brasil passava por um desordenado processo de urbanização que aprofundava a crise alimentar. Em 1940, Josué passou a atuar, assim como diversos

---

<sup>43</sup> LIMA, Nívia Trindade. HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: SANTOS, Ricardo Ventura (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

<sup>44</sup> CASTRO, Josué. *A alimentação à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Edição da Livraria O Globo, 1937. p. 127.

outros intelectuais, no governo de Getúlio Vargas. Primeiro, ele assumiu o cargo de diretor do Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS). Entre as ações do SAPS destacam-se a criação de restaurantes populares, o fornecimento de alimentos por alguns empregadores e a participação na educação alimentar. No mesmo ano foi criada a Sociedade Brasileira de Nutrição, da qual Josué foi um dos fundadores e presidente por dois anos. Esta sociedade buscava colaborar com o Estado na execução de políticas públicas e promover estudos e pesquisas que tratassem da alimentação como uma questão social. Vários países da América Latina o convidaram para colaborar com a elaboração de projetos para a alimentação.

Posteriormente, no ano de 1943, em plena crise de abastecimento, quando a questão alimentar passa a ter prioridade nas preocupações do governo diante de uma economia desorganizada no período da II Guerra Mundial, Josué assumiu a direção do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN) e do Instituto Técnico de Alimentação. O STAN realizou pesquisas e experimentos na área de tecnologia alimentar e publicou, a partir de 1944, o periódico *Arquivos Brasileiros de Nutrição*. Em 1945, o STAN foi substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA) e esta também passou a ser dirigida por Josué. Era um órgão do Conselho Federal de Comércio Exterior que tratava de dar um caráter mais permanente às atividades iniciadas pelo STAN: educação alimentar e assistência à indústria nacional de alimentos.

Josué de Castro instigava, já na década de 1940, a necessidade de projetos direcionados à problemática da alimentação, porém suas proposições para solucionar a crise alimentar congregavam aspectos distributivistas e não meramente produtivistas. Em seu plano de política alimentar e agrícola, o aumento da produção de alimentos seria correlato aos investimentos na “poli-agricultura” nas pequenas propriedades e ao combate ao latifúndio e à monocultura. Esta correlação compreende uma das maiores singularidades do pensamento do autor, o seu empenho em colocar a reforma agrária, o incentivo à agricultura de sustentação e a questão alimentar como prioridades indissociáveis da agenda política da época.

Ao buscar desvendar as causas da fome no país, Josué relacionou-as em *Geografia da fome* (1946) com as estruturas sociais e econômicas do país. No ano da publicação do seu principal livro, Josué participou da fundação e tornou-se o primeiro diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil.<sup>45</sup> Em 1948, efetivou-se como professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, através de concurso para a cátedra de *Geografia Humana*, defendendo a tese *Fatores de localização da cidade do Recife*.

Segundo Josué, *Geografia da fome* revela-se como um documentário de uma era de calamidades. A obra foi “pensada e escrita sob a influência psicológica da pesada atmosfera que o mundo vem respirando nos últimos vinte anos. Atmosfera abafada pela fumaceira das bombas e dos canhões, pela pressão das censuras políticas, pelos gritos de terror e de revolta dos povos oprimidos e pelos gemidos dos vencidos e aniquilados pela fome.” A guerra, a revolução, a fome e a peste constituíam aquela era de calamidades. “Devemos confessar honestamente que não nos foi possível fugir na elaboração do nosso trabalho a tão dominadora influência.”<sup>46</sup>

O objetivo do livro é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Josué desejava com o livro, com seu pensamento e com suas ações contribuir para a melhoria do mundo, ele acreditava que com a ação de cada pessoa esta melhoria seria possível.

O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante.<sup>47</sup>

Após a publicação de *Geografia da fome*, Josué propôs e participou da Conferência Latino-Americana de Nutrição, convocada sob o patrocínio da FAO - Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Josué participou desta Conferência, realizada em julho de 1948, em Montevideu, como delegado do Brasil e

---

<sup>45</sup> Atual Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>46</sup> CASTRO, Josué de. Prefácio do autor. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

<sup>47</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

nela foi escolhido como membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição do Órgão. Em junho de 1950, Josué organizou a Segunda Conferência Latino-Americana de Nutrição, realizada em Petrópolis no Rio de Janeiro. Na Terceira, em outubro de 1953, em Caracas, já se encontrava na presidência do Conselho da FAO.

A publicação de *Geografia da fome* e o seu reconhecimento internacional ampliaram o universo de sua inserção política no país e no mundo. Na década de 1950, Josué foi membro da Comissão Nacional de Política Agrária, criada por Vargas em 1951<sup>48</sup>, e assumiu ainda a vice-presidência da Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS) sob a presidência do Ministro do Trabalho. Em 1950 recebeu condecorações como professor Honoris-Causa da Universidade de San Domingos, na República Dominicana, e da Universidade de San Marcos, no Peru. A participação de Josué nas atividades políticas no Brasil, nesse período, permaneceu mesmo após ser eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, sediado em Roma, quando teve de deixar o país para ocupar o cargo entre 1952 a 1956. Ainda na presidência desse Conselho, Josué recebeu o Prêmio Internacional da Paz, no ano de 1954, do Conselho Mundial da Paz, expressando o reconhecimento internacional de suas ações e sua intensa dedicação no combate à fome no mundo.

Josué permaneceu intimamente ligado ao Brasil e à política brasileira. Em 1954 elegeu-se deputado federal por Pernambuco pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo seu mandato em fevereiro de 1955. Ainda em 1955 tornou-se vice-líder do PTB e presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados. Entre os projetos por ele desempenhados, pode-se destacar a Campanha Nacional de Merenda Escolar.

A defesa da reforma agrária e de uma política para a agricultura de sustentação aparece de forma incisiva em seus escritos e ações. Destacando sua participação na Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) e no *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra* na cidade de Campinas – São Paulo realizado entre 25 de maio e 25 de junho de 1953 e organizado pela FAO um ano

---

<sup>48</sup> O objetivo da CNPA era o de estudar e propor ao Presidente da República as medidas julgadas necessárias para a organização e desenvolvimento da economia agrícola e o bem-estar rural.

após Josué assumir a presidência de seu Conselho. Os discursos e projetos do autor, quando este assumiu seus dois mandatos de deputado Federal, 1955-1958 e 1959-1962, também revelam a importância por ele atribuída à questão. O Projeto nº 11 de 1959, de Josué de Castro – “Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação”; e seu Projeto nº 442, de 1959 – “Dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares.” A intenção de Josué vai além da consagração de suas idéias no ambiente intelectual da época. Sua reincidente proposição da reforma agrária e de incentivo à agricultura de sustentação ultrapassa o plano teórico. Josué, já com imenso prestígio internacional, passou a invocar constantemente a implantação destas idéias na agenda pública do Estado.

A década de 1950 é marcada pelos avanços do movimento camponês no Nordeste, pelo projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e pela ampliação das propostas de reforma agrária no Congresso Nacional. Permeadas por esse novo contexto nacional, as idéias de Josué de Castro passaram a enfocar, além da aliança intelectual e Estado, o papel do intelectual na formação da consciência coletiva, onde o povo seria um dos grandes atores do processo de revolução social, sendo também responsável pela mudança social. Esta nova percepção encontra-se, em especial, no livro *Sete palmos de terra e um caixão* (1965). Neste livro Josué revela a estrutura agrária nordestina e a emergência das Ligas Camponesas, contando com a contribuição de Alberto Passos Guimarães na fundamentação dos capítulos dedicados ao estudo do feudalismo agrário brasileiro e de sua evolução sociológica e, de Francisco Julião na história das Ligas Camponesas. Nele, observa-se que, entre as décadas de 1950 e 1960, o pensamento de Josué recebeu novas influências, decorrentes de um clima intelectual que propunha a defesa dos interesses nacionais das ameaças externas ligadas ao imperialismo, o desenvolvimento econômico e a emancipação das classes populares por meio da tomada de consciência quanto a sua vocação revolucionária.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990. p.15.

Esta fase é marcada também pela criação em 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Formado por um grupo de intelectuais, o Instituto fora convidado pelo próprio poder a intervir ou legitimar a gestão da política econômica. As perspectivas adotadas pelo grupo transitaram entre o nacional-desenvolvimentismo, nacional-populismo e nacional-marxismo. A ideologia nacionalista propagada pelos membros do Instituto combinava diferentes concepções advindas da CEPAL, do marxismo, do nasserismo, do existencialismo sartriano e do hegelianismo. Josué de Castro não foi membro permanente do ISEB, porém, foi um de seus conferencistas eventuais, como o fora também Celso Furtado. Segundo Nascimento “foi o que se deu com Celso Furtado e Josué de Castro, por exemplo. Este último foi convidado a ministrar duas conferências no instituto denominadas *A China Hoje*, em 28 de novembro de 1957, e *A Significação Geopolítica de Brasília*, como parte do *Curso Extraordinário: Brasília e o Desenvolvimento Nacional*, em 29 de março de 1960.”<sup>50</sup> Cabe destacar ainda a Conferência sobre Reforma Agrária por ele proferida no ISEB em 1959, argumentando a necessidade da reforma agrária para o desenvolvimento do país e a superação do descompasso entre o setor industrial e o setor agrícola.

A partir desta época, além do clima nacionalista, os escritos de Josué revelam a influência da perspectiva que ganhava força, no pós-Segunda Guerra, em conceber o engajamento enquanto um compromisso moral no que se refere ao papel dos intelectuais. Contribuir para a construção de um mundo melhor constituía-se a intenção e o clamor de intelectuais daquela época.<sup>51</sup> Pode-se destacar a crítica que Josué faz à especialização e à ciência “independente” que teme interferir no processo de mudança social. Josué clama para um compromisso dos intelectuais para com as classes mais desfavorecidas. Através do conhecimento racional poderia o intelectual contribuir para superar a situação de desigualdade bem como favorecer

---

<sup>50</sup> NASCIMENTO, Renato Carneiro do. Josué de Castro: o Sociólogo da fome. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, 2003. p. 71.

<sup>51</sup> Sobre o compromisso moral dos intelectuais com o bem-estar da humanidade consultar o livro de BASTOS, Élide Rugai e REGO, Walquíria D. Leão. (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

a substituição de valores puramente privados e econômicos por valores mais fraternos e universais.

A influência do clamor pelo compromisso moral e engajamento dos intelectuais manifesta-se, nesse período, pela aproximação de Josué com Jean-Paul Sartre, não apenas nos textos de Castro, mas também nos contatos pessoais mantidos entre os dois. Segundo Silva (1998, p. 338), de 22 a 26 de fevereiro de 1960, Josué de Castro participou ao lado de Jean-Paul Sartre, Arnold Zweig e Albert Schweitzer da Assembléia Européia de Cultura, cuja finalidade era abrir os contatos entre os mundos culturais africanos e ocidentais. Maria Thétis Nunes<sup>52</sup> lembra que foi na casa de Josué de Castro que conheceu Sartre e Simone de Beauvoir:

Eu lembro que foi na casa de Josué que eu conheci Sartre e Simone de Beauvoir, porque eles foram recepcionados por Josué quando estiveram no Brasil em 1960. O genro de Josué trabalhou no ISEB e era amigo nosso e ele nos convidou e nós fomos [...] lá conheci também Luiz Carlos Prestes. Sartre tinha vontade de conhecer o Luiz Carlos Prestes e o Josué era muito ligado a esse pessoal de esquerda.<sup>53</sup>

O engajamento, no sentido dos intelectuais assumirem um compromisso ético para com a coletividade, perpassa a vida e o pensamento de Josué de Castro. A obra do autor ultrapassa o objetivo de se constituir um “fim em si mesmo”. Josué tomou posição e sua escolha dirigiu-se aos interesses das classes menos favorecidas da sociedade e através de suas ações materializou esta escolha e assim deixou de ser um mero expectador, colocando o seu pensamento a serviço de uma causa. A obra de Josué reflete a proposição de Sartre de se conceber no ato da escrita, além da intenção estética, o projeto ético que a justifica e que a torna um ato público, exercendo uma função na sociedade.

---

<sup>52</sup> Maria Thetis Nunes nasceu em Sergipe e formou-se em Geografia e História na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, e em Museologia no Museu Histórico Nacional. Professora fundadora da Faculdade Católica de Filosofia, em 1951, tornava-se a primeira mulher sergipana a ingressar no magistério superior. Em 1956 cursou a primeira turma do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), apresentando no fim do curso o trabalho *Silvio Romero e Manoel Bomfim - pioneiros de uma ideologia nacional*. Ali permaneceu quatro anos como assistente da cadeira de História, dedicando-se à Pesquisa da História da Educação no Brasil. (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Biografias, disponível em <http://www.ihgb.org.br>, 17 fev. 2008.)

<sup>53</sup> SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 371.

Colocar em penhor, fazer uma escolha, estabelecer uma ação; eis os três componentes semânticos essenciais que determinam o sentido do engajamento, na acepção utilizada e glosada por Sartre e assim definida pelos dicionários: participação, por uma opção conforme as suas concepções profundas e assumindo dela os riscos da ação, com relação à vida social, política, intelectual ou religiosa do seu tempo.<sup>54</sup>

A missão social com a qual Josué se comprometeu não significa que o interesse geral fosse menosprezado, pois segundo Josué, as demais classes também obteriam benefícios ao cooperarem na redução das desigualdades, já que “enquanto uns não comem outros não dormem com medo dos que não comem”. Esta afirmativa encontra-se na sua obra *O livro negro da fome*, publicada em 1957.

A realidade desta miséria universal dividiu o mundo em dois grupos de seres humanos: o grupo dos que não comem e o grupo dos que não dormem. O grupo dos que não comem habita os países pobres e se julga esmagado em sua miséria pela opressão econômica das grandes potências industrializadas. O grupo dos que não dormem habita as áreas mais ricas do mundo, mas não dormem pelo pavor que lhes infunde a revolta dos que não comem.<sup>55</sup>

É a partir desta concepção sobre o papel dos intelectuais e do conhecimento enquanto força social que possibilitasse uma mudança na sociedade que Josué desenvolveu seu pensamento em relação aos projetos de reforma agrária. A ênfase em um desenvolvimento que possibilitasse o atendimento do interesse geral da sociedade não significa que o autor estivesse desvinculando seu compromisso para com as classes menos favorecidas. Esta idéia do autor demonstra, sim, a crença dele na possibilidade de que os interesses da população dos níveis mais baixos sócio-economicamente se somassem com o interesse geral da sociedade em uma espécie de consenso cooperativo, sem deixar transparecer em seu pensamento os conflitos e interesses divergentes, imanentes à sociedade e a política<sup>56</sup> capazes de inviabilizar na prática o seu plano de idéias.

---

<sup>54</sup> DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento*: de Pascal a Sartre. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002, p. 32.

<sup>55</sup> CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 21.

<sup>56</sup> Jacques Rancière ao discutir sobre o dissenso na política alerta para os problemas incutidos na retórica do consenso. “A sabedoria consensual apresenta-se como uma tese sobre a evolução do

A proposta de um consenso cooperativo entre as nações, povos e diferentes classes foi permeada, no plano de ações desencadeadas por Josué, pelo contexto de criação da Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam), fundada por ele e Abade Pierre em 1957. Josué assumiu a presidência da Ascofam e contou com o apoio de outros membros como Padre Joseph Lebret, Lord Boyd Orr e René Dumont. O livro *negro da fome* foi publicado pela primeira vez em 1957, como um manifesto recomendando a criação da referida associação. O documento inicial continha apenas 30 páginas, no qual Josué procurava apresentar a situação alimentar do mundo, com suas graves implicações políticas e sociais e recomendar a necessidade urgente de um movimento internacional capaz de combater com eficácia os fatores que determinam a existência da fome universal como a mais típica e a mais trágica manifestação do subdesenvolvimento econômico.

O objetivo principal deste nosso ensaio fôra o de demonstrar que a fome e subdesenvolvimento são uma coisa só, não havendo outro caminho para lutar contra a fome, senão o da emancipação econômica e da elevação dos níveis de produtividade das massas famintas, que constituem cerca de dois terços da população mundial.<sup>57</sup>

Após a criação da Ascofam, o documento foi divulgado em várias línguas. O impacto que o livro ocasionou no despertar de uma consciência coletiva sobre o significado do fenômeno social da fome conduziu Josué a ampliar o documento inicial, transformando-o em um livro, colocando-o ao alcance de um maior círculo de leitores. Nos três anos que se seguiram à publicação inicial, houve, segundo Josué,

---

político resumida na seguinte idéia: a antiga forma da política, a do conflito, caducou. A forma moderna é a do concerto, para lidar, entre parceiros responsáveis, com os dados objetivos da situação que se impõe a todos. Segundo essa interpretação, as perturbações das democracias e as catástrofes totalitárias resultaram do fato de que os problemas reais da sociedade eram recobertos pelo jogo de sujeitos fictícios e por seus combates de fantasmas. Seres abstratos, fantasmáticos – classes, povo, proletariado, luta de classes -, impediam a identificação dos atores reais e dos problemas objetivos da situação. Hoje, teríamos finalmente nos desembaraçado desses fantasmas, desses sujeitos excedentes, e poderíamos identificar exatamente o papel desempenhado pelas diferentes partes do corpo social e os problemas a resolver para assegurar sua coesão e sua prosperidade”. (p. 379) “O consenso não quer mais sujeitos divididos e divisores característicos da política. Em seu lugar, quer partes reais do corpo social, corpos e grupamentos de corpos claramente enumeráveis, claramente constituídos em sua identidade.” (p. 381). RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

<sup>57</sup> CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 1.

uma mudança de atitude por parte dos governos e das elites dirigentes, em face do grave problema. “O assunto deixou de ser escabroso e proibido, passando a fazer parte do repertório ortodoxo do mundo civilizado”. A atitude dos povos e do pensamento oficial estaria mudando; percebia-se melhor, na visão do autor, a necessidade de melhor distribuição de riquezas e de uma mais adequada estrutura da economia universal. O apoio dado à Ascofam por parte dos governos das mais diversas ideologias e dos mais diversos níveis de poder econômico foi para Castro a evidência de que “conquistamos a consciência universal para a nossa causa.” No Brasil, cabe destacar, entre as várias ações, o I Seminário sobre Desnutrição e Endemias Rurais, na cidade de Garanhuns, em 1958, estudos e pesquisas sobre reforma agrária e o filme *O Drama das secas*, com roteiro de Josué de Castro e direção de Rodolfo Nanni. Constata-se, novamente, na trajetória intelectual de Josué, o papel essencial da reforma agrária na resolução da problemática da fome, constituindo temáticas indissociáveis em seu pensamento.

Os reflexos da Ascofam no plano político internacional podem ser observados nas ações decorrentes após sua criação. Em 1959, a FAO aprovou em Conferência uma resolução que preconizou a realização de um amplo programa de ação internacional para lutar contra a fome. A FAO aprovou a Campanha Mundial Contra a Fome que visava, no entender de Josué, “não apenas a ajudar de forma paternalista os famintos a suportarem a sua fome sem revolta explosiva, mas a exterminar a fome da superfície da Terra, atacando as raízes do problema”. Para Josué o contexto era representado pela criação de um programa de reestruturação da economia do mundo capaz de integrar no seu seio os países hoje marginais, de economia dependente, que são os grandes cenários do drama da fome universal.

Esta nova perspectiva universal levou o autor a analisar, posteriormente, e sob a forma de livro, *O livro negro da fome*, novos fatores em jogo: o problema da cooperação universal, da moderna utilização da energia atômica, da cooperação acima das ideologias e do desarmamento universal, entre outros. Nele, Josué repudia as idéias de Malthus e as observa como justificativas para os fracassos de nossa civilização. Castro busca demonstrar mais uma vez que a fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas:

um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade criadora do homem. Malthus apontava que a pobreza, a miséria e a fome seriam o resultado natural de uma explosão demográfica, caso nenhuma providência fosse tomada. Conforme dados da época, Malthus afirmava que o crescimento da população se dava em uma progressão geométrica enquanto a produção de alimentos crescia em uma progressão aritmética. O autor propunha por um lado, o controle da natalidade, e por outro, o aumento da produção agrícola como formas de prevenir tal problemática.<sup>58</sup>

Estatísticas posteriores não confirmaram as idéias de Malthus, tanto em relação à taxa de crescimento da população, quanto à produção de alimentos. Novas descobertas químicas e técnicas permitiram um expressivo aumento da produtividade agrícola e da utilização de métodos anticoncepcionais, já utilizados no início do século XX, que reduziram o crescimento da população. Porém, Josué se deparou com o contexto da chamada Revolução Verde<sup>59</sup> e de retomada das idéias de Malthus por autores neomalthusianos como William Vogt (1951)<sup>60</sup>, que reafirmavam ser necessário o controle da natalidade para salvar o mundo da fome diante da “escassez” de recursos naturais. Josué buscou, incessantemente, mostrar ao mundo o quanto eram falsas e insustentáveis as teorias malthusianas e neomalthusianas. Em *Geopolítica da fome* (1950) esta crítica aparece de forma incisiva.

Quatro anos após a publicação de *Geografia da fome* que representou, segundo o autor, uma análise regional do problema da fome (abordando a questão apenas no Brasil), Josué lançou *Geopolítica da fome*. O livro foi publicado primeiro nos EUA e na Inglaterra sob encomenda da editora Brown & Co. de Boston. Tanto *Geopolítica da fome* quanto *Sete palmos de terra e um caixão* foram livros escritos

---

<sup>58</sup> MALTHUS, Thomas Robert.(1798). *Ensaio sobre a população*. Tradução: Antônio Alves Cury. (Os Economistas).2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

<sup>59</sup> A Revolução Verde corresponde ao aumento significativo da produção, especialmente na década de 1960, gestado a partir dos processos, experimentos e disseminação de novas sementes, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização da lavoura. O aumento na produtividade gerou também, nos países subdesenvolvidos, o aumento da concentração fundiária e uma dependência tecnológica para com os países desenvolvidos, além de outros problemas sociais e ambientais.

<sup>60</sup> VOGT, William. *O caminho da sobrevivência*. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

especialmente para o público norte-americano. No primeiro, Josué amplia a perspectiva do problema, utilizando-se da geopolítica, que é considerada como um método de interpretação da dinâmica política em sua realidade espacial. A partir deste método, o autor correlaciona o fenômeno da fome com as contingências políticas nos diferentes países e continentes. O contexto pós Segunda Guerra é permeado pelas teorias neomalthusianas especialmente as de Vogt e Osborne. Josué se contrapõe a tais teorias e argumenta a existência de recursos naturais suficientes para alimentar toda a humanidade e critica, de forma enfática, as idéias de que os solos cultiváveis do mundo são limitados e esgotáveis e de que o crescimento das populações é naturalmente ilimitado.

No prefácio à segunda edição, Castro revela o receio inicial em relação aos críticos originários de países colonizadores ou imperialistas, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, nações apontadas como as maiores responsáveis pela miséria no mundo. O medo referia-se a um possível ataque crítico que viesse a obscurecer a tentativa de uma interpretação científica sobre as causas e efeitos da fome universal contida no texto. Uma das razões apontadas por Josué para o tabu da fome advinha de interesses econômicos. Em uma civilização marcada pelo colonialismo e pelo imperialismo, não interessava às minorias dominantes, obcecadas pela ambição do lucro, uma produção e distribuição de alimentos regida por interesses sociais. Estas eram direcionadas unicamente ao interesse econômico e financeiro. Josué afirma ser a fome “produto, antes de tudo, da desumana exploração das riquezas coloniais por processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, que permitiam a obtenção, por preços vis, das matérias-primas indispensáveis ao seu industrialismo próspero”.<sup>61</sup> Por afirmativas desta ordem é que Josué ficou receoso frente aos possíveis ataques críticos. Porém, já na segunda edição, o autor mostrou-se menos apreensivo. O livro já tinha sido publicado em 14 línguas e a alta compreensão e o espírito de tolerância dos críticos e homens de ciência representavam para Castro sinais promissores de uma nova era

---

<sup>61</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 49.

de convivência e melhor entendimento entre os povos, abrindo-se assim a possibilidade de uma melhoria das instituições vigentes.

Após uma ampla aceitação de suas idéias por pensadores ingleses como Lord John Boyd, Gilbert Mc Allister, Harold Wilson, Clifford Selly, Petter Thomas e Mark Holoway, Josué reconheceu que a política colonial não traduzia o sentimento unânime de toda a coletividade britânica e de que existia, no plano das atividades públicas, um grande número de personalidades que condenavam o colonialismo. Tal percepção deu-se após a troca de idéias do autor com parlamentares britânicos da Câmara dos Comuns sobre a necessidade de se criar um Fundo Internacional de Emergência para um combate no plano universal. Castro observou que todos os líderes: Aneurin Bevan, Harold Wilson, Sir Richard Acland, Gilbert Mc Allister, Clements Dais e Julian Snow, reconheciam a necessidade urgente de substituição da economia colonial por uma economia de mútua cooperação de interesses, uma proposta expressa em *Geopolítica da fome*.

O livro foi também acolhido por críticos norte-americanos. Os membros da Associação Americana de Ciências Políticas concederam a ele o Prêmio *Franklin Delano Roosevelt*, o qual é destinado ao melhor livro do ano no campo das ciências políticas e sociais. *Geopolítica da fome* foi também escolhido pelos dirigentes do Find Book Club como o *Livro do Mês*.

Josué aponta que somente após duas guerras mundiais a civilização ocidental percebeu que não era mais possível ocultar a realidade social da fome aos olhos do mundo. A sociedade estaria passando por uma fase revolucionária de sua história. Para tal convicção, Castro baseia-se nos conceitos de revolução de Ortega y Gasset<sup>62</sup> e de Julian Huxley<sup>63</sup>. A revolução não significa para Josué um processo violento de derrubamento das autoridades constituídas e de tomada do poder, e sim, expressa um processo de transformação integral, de substituição de um mundo de convicções sociais por outro diferente, no qual os valores sociais anteriores já não têm significação.

---

<sup>62</sup> ORTEGA & GASSET, José. *El libro de las Misiones*. Buenos Aires, 1940.

<sup>63</sup> HUXLEY, Julian. *On Living in a Revolution*. Londres, 1944.

Chamamos fase revolucionária da História àquilo que Ortega y Gasset chama de crise histórica. Explica o filósofo espanhol que o processo histórico se desenvolve de duas maneiras: pela mudança sucessiva das coisas em nosso mundo ou pela mudança do mundo em conjunto. No primeiro caso, trata-se de evolução histórica; no segundo, de crise, ou revolução histórica. Assistimos, em nossos dias, a uma completa demolição dos sistemas sociais vigentes e dos estilos de vida do começo do século.<sup>64</sup>

Josué baseia-se também nas concepções de Julian Huxley. Em *On Living in a Revolution*, Huxley procurou caracterizar duas eras: a passada, a era do homem econômico, e a nova, a era do homem social. Até a Primeira Guerra Mundial, a civilização ocidental seria exageradamente economicista e preocupada exclusivamente em dominar pela técnica todas as forças da natureza e concentrando todo o seu interesse nos problemas da exploração econômica e na criação de riquezas, deixando quase ao completo esquecimento o homem e seus problemas. A era do homem social, segundo Josué, compreende o mundo pós-guerra, onde por toda parte (no setor ocidental, capitalista, e no oriental, socialista) estava ocorrendo uma focalização intensiva do homem biológico como entidade social concreta, uma espécie de prioridade dos problemas humanos sobre os problemas econômicos puros. Nesta nova era, a Economia estaria orientada para a obtenção do bem-estar humano, uma ciência capaz de ensinar os métodos capazes de promover uma melhor distribuição do bem-estar coletivo.

A ampla aceitação de suas idéias e o fato de Josué de Castro ter assumido na década de 1950 a presidência do Conselho da FAO contribuíram para a ampliação da crença do autor e ator político na possibilidade de um consenso entre os povos para o desenvolvimento de uma economia humanitária. Porém, ao deixar o Conselho da FAO, o discurso de Josué expressava um pessimismo sentimental e uma frustração pelo fato das idéias, com as quais compartilhava, não tinham suscitado ações práticas que gerassem uma mudança significativa na sociedade.

No que se refere à luta contra a fome, a FAO – Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – gerou, segundo Josué, uma impressão ilusória de estar à altura das circunstâncias. Criada em fins da última Guerra, a partir da

---

<sup>64</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. Vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 52.

Conferência de Hot Springs (1943) convocada pelo presidente Roosevelt, tinha o objetivo de ajudar os povos pobres ou dilapidados pelo conflito internacional a vencer a fome e teve como primeiro diretor-geral Lord Boyd Orr, porém, na compreensão de Josué, ela não dispunha de poderes suficientes para realizar esta missão. Os técnicos desse organismo internacional sentiam-se com as mãos atadas para enfrentar os problemas de base, que constituíam os obstáculos fundamentais à libertação do flagelo da fome e tinham até mesmo receio de influenciar nesse sentido, a fim de não desagradarem as delegações dos grandes países – quase sempre pouco interessados que se mexa nesses complicados assuntos da distribuição internacional de alimentos. Foram estas as impressões de Josué ao deixar o Conselho da FAO na década de 1950:

Durante 4 anos que estivemos na Presidência do Conselho Executivo da FAO e lutamos para fazer implantar nesse organismo alguns princípios de ação que nos pareciam essenciais para que ele viesse a desempenhar integralmente os seus objetivos. E durante êsses quatro anos pudemos comprovar como era difícil vencer as resistências impostas pelos interesses particularistas dos países e grupos econômicos. Problemas como o da reforma agrária e da criação de uma reserva alimentar de emergência que exigem modificações das estruturas vigentes não conseguiam transpor a barreira dos preconceitos e dos miedos acumulados. [...]

Foi diante desta constatação que, ao deixarmos a presidência do Conselho da FAO, em 1955, pronunciamos um discurso do qual desejo inserir, neste livro, o seguinte trecho: 'longe de mim menosprezar a obra realizada pela FAO mas desejo dizer, com toda a sinceridade – e peço que me perdoem por falar com uma sinceridade um tanto brutal – que me sinto decepcionado diante da obra que realizamos. Decepcionado pelo que fizemos porque, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo, as desesperadas necessidades do mundo e nossos objetivos. Não fomos suficientemente ousados, não tivemos a coragem suficiente para encarar, de frente, o problema e buscar as suas soluções. Apenas afluímos a sua superfície, sem penetrar em sua essência, sem querer, na verdade, resolvê-lo, por falta de coragem de desagradar a alguns. Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade. Para servi-la em conjunto, é que foi criada, sob a inspiração do grande Presidente Roosevelt, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas'.<sup>65</sup>

Refletindo sobre sua experiência de quatro anos naquele órgão, Josué apontou que, após quinze anos de existência da FAO, pouco mudou em relação ao

---

<sup>65</sup> CASTRO, Josué. *O livro negro da fome*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 54-55.

período de antes da Segunda Guerra, quando praticamente não havia qualquer política de cooperação internacional nesse campo social. Apesar do aumento na produção de alimentos, este se verificou nos países ricos e industrializados e não nos países de “agricultura primitiva e tecnicamente desarmados dos indispensáveis instrumentos à intensificação dos processos de exploração da terra.” O que alargou o fosso que separa os países da fome e os países da abundância. A persistência da problemática alimentar nas décadas de 1950 e 1960, englobando grandes contingentes de populações com fome, marcou, na compreensão de Josué, o grande *dilema entre o pão e o aço*<sup>66</sup>, expressando a tensão entre a prioridade de investimentos na indústria em detrimento da agricultura. Um processo de industrialização acelerada onde não se modificou as estruturas agrárias que ainda persistiam, na concepção de Josué, como arcaicas e semi-feudais nas regiões subdesenvolvidas.

Josué assumiu a partir da década de 1950 a luta contra a fome como uma luta contra o subdesenvolvimento. Um quadro de subdesenvolvimento caracterizado pelo desnível econômico e de consumo entre as diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões. Somente através de uma distribuição da riqueza, das terras e de um mais justo critério de investimentos nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país é que seria possível superar o subdesenvolvimento. As constantes referências nesse período à necessidade de uma reforma agrária e aos incentivos na agricultura de sustentação, bem como seu papel na transformação desse quadro, serão retomadas em capítulo posterior.

Outro fator que parece ter contribuído para que Josué se empenhasse na defesa da reforma agrária e de uma agricultura de sustentação foi a viagem que realizou em 1957 para a China, aceitando o convite, feito um ano antes pela Academia de Ciências daquele país. Josué tinha a intenção de documentar aquela experiência para escrever um livro sobre os problemas da alimentação e da fome no mundo socialista. Um livro específico sobre esta temática não chegou a ser escrito por ele. No entanto, a partir da terceira edição brasileira de *Geopolítica da fome*, bem

---

<sup>66</sup> Subtítulo que passa a compor o livro *Geografia da fome* na década de 1950.

como, em *O livro negro da fome*, Josué incorporou a análise da Nova China de Mão-tse-Tung. A viagem também foi por ele relatada em três artigos publicados no jornal *Última Hora*, assim que retorna daquele país em 1957.

Para o autor, na Velha China, descrita como um país de fome milenar, processou-se uma mudança radical após a Revolução Social de 1949 e o estabelecimento da Nova República Popular Chinesa sob a uma nova estrutura econômica. Ao relatar sobre sua viagem e o que vivenciou naquele país, Josué analisa que a revolução comunista triunfou na China porque Mao-Tse-Tung procurou liderar o seu povo na luta contra a fome, na aspiração de libertá-lo da exploração imperialista do solo e do homem daquela região. Josué relata que os adeptos de Mao-Tse-Tung são os milhões de camponeses, entre os quais distribuiu terra, e que antes eram rendeiros ou possuíam minifúndios, sendo que a grande parte da terra pertencia aos grandes proprietários. A análise que Josué faz sobre a China será enfatizada em capítulo posterior devido à importância dela para a temática aqui abordada.

As diversas indicações do nome Josué de Castro para ocupar o cargo de Ministro da Agricultura refletem, por um lado, a importância de suas idéias e propostas para o desenvolvimento da agricultura no país. Por outro lado, o fato de Josué ser impedido, após todas as indicações, de ocupar o cargo demonstram o incomodo que suas idéias geravam aos grupos conservadores do país.

No Segundo Governo de Getúlio Vargas, na década de 1950, Josué foi indicado como o candidato de Vargas a Ministro da Agricultura. Porém, a forte oposição de grupos conservadores do Partido Social Democrático (PSD), que apoiavam o governo, impediu a sua ascensão ao Ministério<sup>67</sup>. Quem assumiu a pasta da Agricultura, no período de 1951 a 1954, foi o político, empresário e usineiro da região de Vitória de Santo Antão na Zona da Mata de Pernambuco João Cleophas de Oliveira.

Diversos jornais de Recife expressaram em 1957 o nome Josué de Castro como aquele a ser indicado por Jucelino Kubitschek ao Ministério da Agricultura,

---

<sup>67</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, 11(29), 1997, p. 180.

ocupado desde 1956 por Mário Meneghett, como o *Jornal Pequeno*, 16 de agosto de 1957, e *Diário da Noite*, de 30 de setembro de 1957. Em 1959 Josué foi nomeado Ministro da Agricultura por Kubitschek, no entanto, por disputas internas do PTB gaúcho, a nomeação foi desfeita. Em junho de 1960 assumiu o Ministério da Agricultura, interinamente, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, de João Pessoa – PB, e posteriormente, o senador Barros de Carvalho (1960-1961), de Palmares - PE. Jornais da época, como, *A Notícia*, de 02 de junho de 1960, denunciaram que o vice-presidente João Goulart teria rasgado o decreto de nomeação de Josué de Castro e indicado Barros de Carvalho como o novo Ministro. Um dos argumentos contrários à nomeação baseava-se no fato de que Josué foi, na ocasião, indicado para presidir a Campanha Mundial contra a Fome e teria suas atenções voltadas para os problemas mundiais.

Conforme relatos de Bandeira de Mello, Jânio Quadros também propôs o Ministério da Agricultura à Josué caso ele o apoiasse na campanha. Bandeira de Mello afirmou que ele e outros amigos consideravam uma guinada muito grande e ele poderia perder as bases. “[...] Jango assumiu e eu interpreto que ele considerava o Josué uma dificuldade, porque o tamanho dele não cabia naquele tipo de PTB bem estruturadinho e com uma visão muito pragmática. [...]”<sup>68</sup> No governo de Jânio Quadros (1961), Romero Cabral da Costa, de Recife – PE, assumiu o Ministério da Agricultura. Nesse período, João Cabral de Melo Neto, primo de Romero, ocupou o cargo de chefe de gabinete em sua pasta.

Em uma carta encontrada no arquivo de Josué, endereçada na época da campanha de Jânio Quadros à presidência, Josué manifesta seu apoio àquele candidato. O motivo exposto refere-se ao fato do candidato demonstrar disposição em desenvolver os setores e as regiões até então marginais no processo de desenvolvimento e o compromisso de libertar da fome e da desnutrição a nação brasileira:

Neste programa pretende Vossa Excelência atacar as estruturas de base superadas e não apenas tratar o assunto em superfície. O impacto desse

---

<sup>68</sup> Bandeira de Mello em entrevista realizada por Tânia Magno da Silva em 1995 em Recife.

pronunciamento tão categórico e o patriótico apelo que me fez Vossa Excelência para levar minha modesta colaboração a este corajoso programa de emancipação total do país e conduziram a rever, numa análise mais acurada, o sentido político da candidatura de Vossa Excelência.<sup>69</sup>

No governo de João Goulart novamente Josué foi indicado para Ministro da Agricultura, conforme relata Darcy Ribeiro no vídeo de Silvio Tendler, *Cidadão do Mundo*: “Eu era chefe da Casa Civil, então eu conversei com o Jango e disse: o homem mais brilhante do Brasil, mais importante nessa área de alimentos, de agricultura é Josué de Castro”. Darcy afirma ter convencido Jango de que Josué deveria ser o Ministro da Agricultura. Josué ao saber que seria o Ministro contou o fato em Pernambuco e assim, “imediatamente surgiram os anti-corpos, uma quantidade de políticos foram em cima de Jango, em cima de mim, dizendo: eu sou muito melhor membro do partido, Josué não põe o pé no Brasil, está sempre fora, por que dar a ele?” Alguns membros do próprio PTB teriam se lançado contra, impedindo que ele assumisse. Darcy relata ainda o que Josué intencionava caso ocupasse o Ministério: “Imagine como fazer uma economia agrícola em que o povo comesse”. Josué ao ocupar o Ministério da Agricultura seria capaz de efetivar o que, na opinião de Darcy, seria o principal papel daquele Ministério: “fazer ter comida farta em cada casa todo dia, coisa que nós estamos longe de conseguir.”<sup>70</sup>

No final da década de 1950, Josué participou ativamente das discussões sobre a criação da SUDENE e da União Parlamentar Norte-Nordeste. Enquanto deputado, Josué enfatizou nesses espaços que o principal problema do Nordeste não é o climático, e sim, o agrário. Através de suas ações políticas retomou assim a discussão dos dois nordestes anteriormente analisados em *Geografia da fome*. O Nordeste é composto não apenas pelo Sertão, mas também pela Zona da Mata. Esta, na opinião de Josué, congrega um universo de estruturas sociais e econômicas essenciais para o desequilíbrio alimentar na região, especialmente suas origens no regime colonial e no tipo de exploração da terra dele decorrente, baseado na

---

<sup>69</sup> Carta de Josué de Castro em resposta a correspondência enviada por Janio Quadros na qual solicitava o apoio de Josué a sua campanha à presidência.

<sup>70</sup> Darcy Ribeiro em depoimento ao vídeo *Cidadão do Mundo*.

monocultura e no latifúndio. Os debates, discursos e ações que Josué desenvolveu nesse sentido encontram-se no último capítulo desta tese.

No período que antecede o Golpe de 1964 e o exílio, Josué empenhou-se por uma articulação nacional pela reforma agrária, atuando junto com os movimentos dos trabalhadores rurais, especialmente com as Ligas Camponesas. Sua intenção era a criação de uma Aliança Popular Pró-Reforma Agrária com o papel de construir um amplo movimento de opinião em defesa da reforma agrária. As ações, conferências, discursos e escritos que consolidaram a referida Aliança também serão analisados em capítulo posterior.

Entre 1962 e 1964 Josué assumiu o cargo de Embaixador-chefe da delegação do Brasil junto à ONU, em Genebra. O reconhecimento, a ascensão e indicação de Josué de Castro aos diferentes cargos no governo nacional e em organismos internacionais não foram suficientes para fazer prevalecer suas idéias. Com o Golpe de 1964, a crítica por parte das alas mais conservadoras do país, a censura e a repressão dos grupos conservadores culminaram com o Ato Institucional nº 1 que lhe cassaria os direitos políticos. Seu nome encontra-se entre os 100 primeiros brasileiros cassados em 09 de abril de 1964. O Ato ilustra as imbricações entre as relações de poder, a trajetória intelectual e a repercussão política dos seus escritos e ações, especialmente seu empenho pela reforma agrária e pelo combate à fome.

O Golpe de 1964 não impediu a repercussão de suas idéias no mundo. Josué continuou no exílio em Paris a participar de diferentes organismos internacionais que buscavam combater a fome. Tornou-se membro do Instituto de Formação Humana e Pesquisa da ONU. Em 1969 tornou-se Professor Estrangeiro Associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris VIII), como responsável pela cadeira de Geografia dos Países Subdesenvolvidos. Também participou do corpo docente de pós-graduação no Instituto de Altos Estudos para a América Latina, da Universidade de Paris. Josué foi eleito pelo Congresso dos Povos como o 1º Cidadão do Mundo<sup>71</sup>, participando de um grupo de treze personalidades, os Cidadãos do Mundo, reunidos a partir de 1967 para discutir a formação de

---

<sup>71</sup> SILVA, Tânia Elias Magno da. Josué de Castro: para uma poética da fome. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 439.

instituições mundiais encarregadas de exprimir as reivindicações de todos os povos. Entre os membros estavam Lord Boyd Orr, Alfred Kastler, o abade Pierre, Linus Pauling, Rajan Nehru e Bertrand Russell. Em 1965 fundou, e presidiu até 1973, o Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), uma organização não-governamental voltada para assessoria aos países subdesenvolvidos.<sup>72</sup> Seus projetos, escritos e ações em prol de um desenvolvimento econômico e social com mudanças nas estruturas de base ganharam repercussão mundial e foram reproduzidos em seus textos. Como exemplo síntese, pode-se citar o texto *A estratégia de desenvolvimento* (1971).

Por outro lado, o contexto da Ditadura Militar prejudicou sua saúde. A saudade do país e a política que adiava em muito seu retorno ao Brasil e a impossibilidade de continuar seus projetos e ações no seu país de origem abalaram seu entusiasmo pela vida. Josué Montello registrou o encontro que teve com Josué de Castro nas ruas de Paris pouco antes de sua morte:

Nunca esquecerei o encontro que tive no Boulevard Saint Germain, numa fria tarde de outono, por entre folhas caídas e vento áspero, com Josué de Castro, de mãos enterradas nos bolsos laterais do sobretudo, o passo vagaroso, o olhar ensimesmado e distraído. Vinha vindo pela calçada fronteira, como se não soubesse em que se ocupar na tarde cinzenta, longe de sua pátria, longe de seus livros, longe de seus amigos. Para mim, que o conhecera extrovertido e fluente, sua figura alta e triste impressionou. Dir-se-ia que o exílio tinha-lhe tocado a fonte da vida.<sup>73</sup>

Após traçar a longa trajetória intelectual de Josué, torna-se difícil escrever as últimas palavras, pois elas me deixam simplesmente triste em afirmar que a morte de Josué foi assim consolidada. Porém, consolidou-se no sentido vil de uma palavra e de uma data: 24 de setembro de 1973. Apenas nesse sentido, pois, as flores daquela primavera parecem ainda vivas e a exalar o perfume que de Josué roubaram e que a Ditadura, por um período, impediu-as de exalar.

---

<sup>72</sup> *Josué de Castro*: por um mundo sem fome. Projeto Memória, Banco do Brasil, 2004.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

## **2 Josué em românticas trilhas nordestinas e latinas: o despertar da fome como uma das expressões da questão agrária**

No decorrer deste capítulo, enfatiza-se a importância da *Geração de 1930* para a “tomada de consciência” de Josué de Castro sobre a história e a realidade social de sua região. Esta tomada de consciência condiz com o desvendamento da fome como uma das expressões da questão agrária em seus escritos e a importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária no combate à fome. A síntese de seu pensamento, interligando fome e questão agrária, nesse período, encontra-se no conto “*O ciclo do caranguejo*” (1935) e no ensaio “*Mocambo: habitação hygienica*” (1936), os quais serão analisados no próximo capítulo desta tese. O Movimento Modernista no Brasil despertou em Josué o interesse por conhecer também os escritores latino-americanos que valorizavam em seus escritos a história e a cultura de seus países. Demonstra-se como, a partir dos escritos do poeta mexicano Salvador Díaz Miron, Josué se interessa pela história do México e pela causa da reforma agrária. Um interesse ampliado com as impressões surgidas na sua viagem àquele país, em 1929, e relatadas, em 1930, no Jornal *A Província*, de Recife.

Analisa-se tanto a vida quanto a obra de Josué, envoltas por um contexto que compreende um processo emergente desde o Movimento Modernista da década de 1920 até a segunda fase do modernismo. Nesse período, Josué demonstra sua preocupação com a identidade e a valorização nacional, a cultura popular, o negro, as populações sertanejas, a policultura, a questão agrária e a crítica às influências européias da intelectualidade brasileira. A década de 1930 configura a expansão da literatura social. Um cenário intelectual no qual Josué de Castro encontrava-se inserido, influenciando e recebendo influências de intelectuais, movimentos e romancistas nordestinos.

No universo acadêmico e político da década de 1930, as discussões sobre a interligação entre questão agrária e fome ainda eram embrionárias. Estes temas

eram considerados por Josué como tabus até então não superados. Porém, nesse mesmo período, nos romances, especialmente os regionais nordestinos, aquelas temáticas ecoavam de forma significativa, ocupando lugar de destaque entre as principais preocupações dos escritores no universo da literatura de caráter crítico e social. É a partir deste clima intelectual, aliado ao contexto político, econômico e social da década de 1940<sup>1</sup>, que Josué de Castro desenvolveu seus primeiros escritos que remetem à análise da interligação entre fome e questão agrária, à importância da agricultura de sustentação, à crítica à monocultura, ao latifúndio e ao processo de urbanização emergente no país.

No livro *Sete Palmos de Terra e Um Caixão* (1965) Josué de Castro revela a importância dos romancistas sociais nordestinos da década de 1930 no desvendamento da realidade social brasileira. Josué considera que os escritos de Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego e outros foram “os primeiros documentos da autodescoberta do Nordeste, de sua realidade social, de sua humanidade singular. Neles se cristaliza o sentimento difuso do povo revoltado contra a opressão econômica que mantinha esmagado e faminto um país de imensas riquezas potenciais.”<sup>2</sup>

A cultura até então venerada no país, bacharelesca, vazia de crítica, quase toda de importação, contribuía, na acepção de Josué, para conservar o *status quo*. O latifúndio se mantinha não apenas pela permanência da terra inculta, mas também pela permanência de homens “incultos”, que desconheciam as causas dos males da miséria e da opressão. Porém, a partir de fins da década de 1920, uma nova literatura, de tipo popular, emergiu e passou a manifestar a preocupação pelos problemas do povo, pela tragédia de vida desse povo.

Nesse clima intelectual, a fome é revelada por Josué, em seus ensaios e contos da década de 1930, como uma das expressões da questão agrária. Esta compreensão da realidade também era expressa e difundida através da poesia popular, por meio da literatura dos folhetos, impressos e vendidos nas feiras do

---

<sup>1</sup> Década em que emergem os primeiros projetos de reforma agrária na Câmara dos Deputados.

<sup>2</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 158.

Nordeste. Segundo Josué, estes folhetins também tratavam de temas como os problemas da terra, da fome, da miséria e da opressão dos senhores latifundiários.

Foi nesta fase da história, de tomada de consciência com a história, que tomei consciência individualmente da realidade social da região onde nasci. Foi por esta época e nesta paisagem humana que me impressionaram certas imagens negras daquilo que eu depois chamaria de a *Geografia da fome*. Naquele momento resumi minhas impressões destas imagens numa simples crônica, a qual fez referência o jornalista Tad Szulc em seu documento que publicou no New York Times e intitulei esta crônica de *Ciclo do Caranguejo*.<sup>3</sup>

Josué de Castro destaca, em diferentes passagens de sua obra, a importância da década de 1930 e dos escritores de sua época preocupados em denunciar o atraso das estruturas sociais do Nordeste e em autodescobrir a realidade de um país marcado por fortes desigualdades sociais, econômicas e políticas. É a partir desse contexto que a fome como expressão da questão agrária passa a constituir questão fundamental em seu pensamento. Nesse sentido, compreende-se ser importante abranger a assimilação de uma parte da obra de Josué de Castro em que ele se reporta aos escritores da literatura social da chamada *Geração de 30*, revelando a importância deles na constituição de seu pensamento.

Resgata-se o prefácio ao livro de José Américo de Almeida, *A Parayba e seus problemas*, a crítica ao livro *Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, os escritos sobre o Romance do Nordeste e sobre a “independência artística do Brasil”, entre outras referências a serem analisadas. Com Gilberto Freyre as aproximações condizem com a construção da nacionalidade, da identidade nacional e com um pensamento que se opunha aos preconceitos de ordem racial. Em relação aos romancistas sociais nordestinos, além dessas aproximações, enfatiza-se ainda o desvendamento das desigualdades sociais entre a casa grande e a senzala, a crítica à naturalização da problemática nordestina, a questão agrária e o processo perverso de modernização nas condições de vida dos trabalhadores no meio rural e urbano.

---

<sup>3</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. p.161.

Os primeiros escritos de Josué caracterizam-se pela preocupação do autor em contribuir para a definição do campo científico da nutrição no país. De um enfoque centrado nas questões ligadas aos alimentos, aos aspectos fisiológicos, nutricionais, Josué passou a abordar, especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940, questões ligadas às estruturas sociais e econômicas do país e do mundo. Nesta nova abordagem, destacam-se a relação entre fome e questão agrária e a importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária no combate à fome. É na interface entre esses dois períodos que se focaliza a atenção para as influências que marcaram essa mudança de interesse em relação à temática aglutinada na obra do autor. Seus escritos desta fase constituem o germinar de um pensamento que se fortalece nas décadas posteriores, quando novos atores e novas reflexões entram em cena.

Em *Poesia, documento e história*, Antonio Candido destaca que “os romancistas da *Geração de 1930*, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro porque tentaram resolver a grande contradição que caracteriza a nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior”.<sup>4</sup> Na acepção do autor, enquanto esta dualidade não for resolvida, enquanto as grandes massas da nossa população não forem incorporadas à vida moderna, não podemos falar de civilização brasileira. Para Antonio Candido a literatura no Brasil precedeu a obra dos políticos, dos economistas, dos educadores e colocou primeiro e encaminhou em seguida a solução do problema.

O romance de Trinta se colocou como um “movimento de integração, ao patrimônio de nossa cultura, da sensibilidade e a existência do povo, não mais tomado como objeto de contemplação estética, mas de realidade rica e viva, criadora de poesia e de ação, a reclamar seu lugar na nacionalidade e na arte, que, neste momento, tocava o ponto vivo da sua missão no Brasil.”<sup>5</sup> Os romancistas que até então escreviam tendo em vista a satisfação da burguesia passam a criar livremente

---

<sup>4</sup> CANDIDO, Antonio. *Poesia, documento e história*. In.: *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.45.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 47.

num sentido muito mais amplo, voltando-se menos para a Europa, aceitando o povo e dando um sentido humano ao programa estético da Semana de 1922.

Josué de Castro participa ativamente desse movimento, onde o povo como afirma Antonio Candido “não era assunto, mas realidade criadora”, onde os escritores aprenderam com os trabalhadores de engenho, os estivadores, os plantadores de cacau, os operários de fábrica. Segundo Josué, atitudes pacatas, contemplativas e acomodadas marcavam a fase literária que antecede o romance de Trinta no Recife. Diante delas, Josué, integrando um grupo de rebelados, revelou seu “instinto de fera, exaltado ao máximo.” Um período em que ele fez o maior número de inimigos conforme relata.

[...] É que o Nordeste atravessava uma fase literária de atitudes pacatas e contemplativas. Ainda não tinha estourado na planície nordestina a fumarada vulcânica dos romancistas desabusados que criaram o chamado romance social do nordeste. Estávamos na fase de fermentação da qual saltariam as vozes dramáticas de José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego, e outros, mas que em sua aparência de fogo apagado dava uma impressão de decadência definitiva. E foi sobre essa decadência que eu procurei derramar meu pretensioso desdém. Formamos um pequeno grupo de rebelados. Tomávamos atitudes forçadas e *snoberes* só para desconcertarmos o rebanho dos cordatos e acomodados. Lembro-me bem, que durante um certo período nunca saí de casa sem um livro debaixo do braço – romance de brochura ou mesmo grosso tratado técnico – com exclusivo propósito de assustar os filisteus com tão massuda cultura axilar. [...] <sup>6</sup>

Do meio daquele Nordeste acomodado e conformado teria saído um grupo de rebelados, a primeira “fornada de verdadeiros romancistas brasileiros”. “Romancistas chamados de proletários, porque se meteram em lugares escusos onde só os pobres penetram e de lá vieram com um cheiro travoso de vida. Cheiro irritante e desagradável para os meios limpos e correctos.” <sup>7</sup>

Nesse período, Josué clama por uma independência artística nacional, na qual “vivêssemos do que produzimos”, sem imitações estrangeiras forçadas. Sua proposta é de valorizar, incentivar e reconhecer a arte autêntica que, em sua

---

<sup>6</sup> CASTRO, Josué de. S/R. In.: SILVA, Tânia Elias Magno da. Josué de Castro: para uma poética da fome. Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 1998, p. 48.

<sup>7</sup> CASTRO, Josué de. O Romance do Nordeste. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1936.

compreensão, pouco se fazia presente no país.<sup>8</sup> Analisa que nos primeiros tempos de colonização, os europeus, desvinculados no meio, criavam uma literatura cujo mérito consistia em movimentos complicados e o belo residia no rebuscado e no difícil e que pouca coisa teria mudado até próximo da década de 1930.

No Brasil então a coisa é típica: todo rapazinho que faz os peores versos do mundo e publica artigos para a leitura exclusiva dos parentes próximos, conhece como a palma de sua mão, todo o movimento modernista na França, com suas decadentes escolas dadaístas e surrealistas, mas, é bem capaz de ignorar, que na nossa capital, mora um poeta maior que Rimbaud e que tem o nome brasileiro simples de Jorge de Lima. E ignora na certa, quanto Aluísio de Azevedo é admirado na Inglaterra e Mário de Andrade conhecido na América do Norte.<sup>9</sup>

Embalado por esse clima intelectual Josué foi despertado a se interessar pela história do México, por seu povo e por seus escritores, interesse que antecede a sua viagem àquele país. Um contexto marcado pelo emergente movimento modernista de valorização e reconhecimento de escritores nacionais e latino-americanos, com seus romances enraizados em seus países e continente e menos voltados para a cultura européia. O poeta mexicano Salvador Díaz Miron, integrante de uma geração de escritores modernistas que a partir de fins do século XIX contribuiu para a germinação de um romance tipicamente latino-americano, foi quem parece ter aclarado as impressões de Josué sobre o México revolucionário. “Estudando a personalidade deste poeta magnífico que foi Díaz Miron eu pretendo aclarar sobre certo ponto a impressão a que se tem da terra de Hidalgo, de Morelos e dos ‘ninos heróicos.’”<sup>10</sup>

A inexistência de intercâmbios intelectuais e de comunicações diretas com a “Sulamérica”, aliada à cortina de “bárbaras mentiras” que as agências norte-americanas espalhavam pelo mundo estaria, na compreensão de Josué, ocultando o “espetáculo radioso” que é o progresso daquela gente no México. “A luta titânica

---

<sup>8</sup> Em *O Nordeste e o romance brasileiro* Josué faz exceção apenas a alguns poucos escritores, por ele considerados até então criadores de nossa arte verdadeira: Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto, Raul Pompéia e Manuel Almeida.

<sup>9</sup> CASTRO, Josué de. Independência artística do Brasil. *A Nação*, Rio de Janeiro, 1936.

<sup>10</sup> CASTRO, Josué de. Estudos Americanos. Salvador Díaz Miron ou o espírito mexicano. *Diário da Manhã*, 01 ago. 1929.

deste povo forte, de gestos nobres e independentes pela victoria da América livre.”<sup>11</sup> Josué aponta que Díaz Miron, após encontrar na vida irremovíveis obstáculos aos seus ideais de sonhador, encontrou no pensamento, na arte e na poesia, um refúgio. “Sua vida foi a inspiração deste seu poema, reflexo dum espírito independente e libertário:

Tres heroísmos en conjuccion,  
el heroísmo del sentimiento  
el heroísmo del pensamiento  
el heroísmo de la expresión”

Díaz Miron é considerado por Josué um precursor da Revolução Mexicana e um iniciador do socialismo moderno. Após se passar mais de um ano da morte de Salvador Díaz Miron, ocorrida em junho de 1928, e inspirado nas revelações de seu pensamento, Josué conheceu de perto a realidade mexicana.

A viagem ao México realizada por Josué em dezembro de 1929, indicada em capítulo anterior, possibilitou uma reflexão, por parte do autor, sobre o processo de colonização e expropriação dos indígenas camponeses de suas terras naquele país e uma sensibilização para a importância da reforma agrária. Ao retornar para Recife, Josué relata por meio de uma série de artigos, no jornal *A Província*, sua experiência no México. Destaca-se o resgate histórico da dominação espanhola, o processo de formação dos grandes latifúndios e o movimento revolucionário gestado a partir das históricas injustiças construídas naquele país.

Explicações confusas divulgadas pela imprensa norte-americana pelo mundo visavam ocultar a grandeza da tentativa de libertação da revolução mexicana. Josué descreve sua viagem àquele país com o intuito de esclarecer algumas das motivações e fatos que guiavam aquele processo revolucionário. Uma revolta latente, oriunda das marcas das injustiças geradas desde o início da colonização.

Os relatos revelam um povo que traz em sua história a estratégia da posse pela violência, tribos que disputavam terras, riqueza e deuses que posteriormente foram apropriados pelos colonizadores.

---

<sup>11</sup> CASTRO, Josué de. Estudos Americanos. Salvador Díaz Miron ou o espírito mexicano. *Diário da Manhã*, 01 ago. 1929.

Consolidada a conquista, o nativo era escravo da metrópole, trabalhando como um animal para o fausto da coroa. Todas as terras eram propriedade dos guerreiros hespanhóes agraciados pelo rei em recompensa de seus feitos. Ao consumir-se a independência, o povo exigiu a entrega de suas terras, mas foi negado pelos poderes conservadores: o capital, a nobreza e o clero.<sup>12</sup>

O povo continuou a ser escravo e em sua aparente submissão “fervia sua revolta latente.” Várias foram as tentativas de libertação, porém, sem grandes resultados. A Ditadura de mais de 30 anos de Porfírio Diaz (1876-1911) apenas alguns proveitos materiais trouxe, subjugando o povo a um estado de pobreza e miséria.

Cercado de sábios, intelectuais e nobres e divorciado do povo, Porfírio Diaz abandonou o índio a mais objecta miséria. As terras continuavam em mãos de grandes latifundistas (na maior parte o clero) e a instrução era privilégio duma elite de burgueses e nobres degenerados. Para o povo apenas a ignorância e a pobreza.<sup>13</sup>

Toda esta situação não abalou, segundo Josué, o ânimo do índio mexicano que continuou com seu instinto de rebeldia até que “a dor insuportável da humilhação acendeu a revolta e o incêndio da revolução varreu o país inteiro.”

Josué se refere à Revolução Mexicana, que se constituiu a partir de um dos maiores movimentos camponeses emergente na primeira década do século XX. Nela, revelou-se a ampliação das injustiças e desigualdades gerada com o processo acelerado de crescimento do capitalismo controlado por grupos estrangeiros. Um processo que resultou em uma acelerada concentração territorial e um aumento no número de indígenas camponeses sem terra. A Revolução, apesar das violências e do sangue derramado, é avaliada por Josué como um grande acontecimento de luta por justiça que exibiu, após uma fase destrutiva, os tributos dos sacrifícios daquele povo. Tributos que emergiram na fase construtora. Para Josué o governo de Venustiano Carranza teria afirmado na terra o ideal da revolta. O ideal aqui aparece como a terra a ser conquistada, e a sua efetivação iniciou-se no governo de

---

<sup>12</sup> CASTRO, Josué de. A revolução mexicana vista de perto II. *A Província*, Recife, 07 maio 1930.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

Carranza que assumiu a presidência em 1915, iniciando a reforma agrária baseada no sistema de *ejidos*. A fase construtora seria marcada ainda pelos governos de Álvaro Obregon Salido (1920-1924) e Plutarco Elias Calles (1924-1928), que também efetivaram várias medidas que beneficiavam os camponeses.

O interesse pela história do México, advindo de autores como Salvador Díaz Miron e de experiências de viagem, possibilitou a Josué um conhecimento real da luta empreendida por aquelas populações camponesas, a resistência e a persistente luta pela terra. Fatos, visões e reflexões que registram o despertar da sensibilização de Josué para a necessidade da reforma agrária em países como o Brasil, com grandes concentrações de terra e fortes desigualdades sociais.

Quando retorna para Recife, na década de 1930, Josué amplia seus conhecimentos em relação ao mundo rural do Nordeste. A partir de experiências, fatos e atores envolvidos na apresentação de uma realidade brasileira até então pouco revelada, Josué desenvolve ações e escritos visando demonstrar a importância do negro e de sua policultura no processo de formação social do Brasil, as condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona da Mata, a agricultura do sertanejo em épocas normais e as potencialidades que o Nordeste apresenta para uma política de desenvolvimento na região.

Em 05 de fevereiro de 1935, Josué proferiu a conferência *Aspectos sociológicos da alimentação*, na Sociedade de Etnografia e Folclore. Na mesa estava presente o presidente daquela Sociedade, um de seus grandes amigos, Mário de Andrade. Na ocasião, Josué referiu-se ao romantismo da sociologia e enaltece o trabalho dos não-sociólogos, os médicos e os engenheiros que percorreram as zonas do interior, recolhendo dados de grande valor. Para a análise histórica da alimentação no Brasil, Josué aponta os ciclos de produção no Brasil, revelando a influência, no que se refere aos ciclos históricos de produção no país, de parte das idéias de Roberto Simonsen em seu pensamento.

Os ciclos de produção que começaram com o do pau-brasil, modificaram as condições da alimentação no Brasil. O ciclo da canna de açúcar desgraçou o país, introduzindo a monocultura, ao ponto de se proibir a criação de gado na zona da Mata pernambucana.

O cyclo da criação de gado foi favorável a alimentação popular, embora a carne só fosse acessível à mesa dos senhores de engenho. Os bois valiam pelo couro e não pela carne. Os escravos comiam feijão, milho e toucinho, que um sociólogo considera uma alimentação excelente, sem coragem para prová-la. [...]

O cyclo da mineração favoreceu extraordinariamente a alimentação, pois a riqueza metálica atraía os rebanhos do norte para minas, dahi a boa alimentação do sul do país, favorecida pela policultura agrícola. No norte a monomania da borracha destruiu as populações da Amazonia, que só se salvaram com a queda da "hevea". Os seringueiros entravam na floresta com caixas de conservas inglesas e voltavam com beri-beri...<sup>14</sup>

Josué antecipa uma discussão que fará mais tarde em *Geografia da fome* quando expressará seu descontentamento em relação à perspectiva adotada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* de que os escravos eram bem alimentados. Esta questão constituirá parte da discussão do terceiro capítulo desta tese. Na Conferência, as palavras de Josué destacam aspectos negativos da monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata e da borracha na Amazônia, como a degradação de outras possibilidades alimentares nestas regiões. Por outro lado, ressalta a importância da policultura agrícola no Sul do país como um fator positivo para a alimentação.

Nesse mesmo ano, Josué enfatiza a abordagem inteligente de Gilberto Freyre, autor que, antes de Arthur Ramos, trouxe especial contribuição à obra de Josué, despertando-o para a importância dos negros na formação sócio-histórica do país.

Há uma porção de annos, muito antes do Sr. Arthur Ramos iniciar a sua campanha de revalorização do negro dentro do nosso meio ambiente cultural, Gilberto Freyre publicou no *Diário de Pernambuco* um artigo delicioso, atacando a attitude affectada dos intellectuaes e dirigentes brasileiros que se davam ares de impenetráveis á influencia negra, tapando, com cuidado mal disfarçado, as chamadas manchas inferiorizantes de nossa raça.<sup>15</sup>

Na compreensão de Josué, Gilberto Freyre louvava a tendência de alguns escritores jovens que não tinham vergonha de declarar em público as virtudes do irmão negro e a confessar as influências e qualidades que esse irmão lhes havia inculcado no sangue e na alma. Josué declara ter ficado a espera de novos amantes

---

<sup>14</sup> *Diário de São Paulo*. Aspectos sociológicos da alimentação brasileira. 05 fev. 1935.

<sup>15</sup> CASTRO, Josué de. *O Folk-lore negro do Brasil*. 1935.

da sinceridade do canto de louvor puxado por Gilberto Freyre. Antonio Candido, ao descrever as reações dos intelectuais após a publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, revela a importância desse livro para uma nova interpretação do negro na formação social brasileira.

Resumindo, eu diria que talvez as nossas primeiras impressões depois da leitura de *Casa-grande & senzala* foram que o negro teve importância fundamental não apenas na economia, mas na formação familiar e afetiva do brasileiro; e que a mestiçagem não era um fato relativo aos outros, mas a cada um de nós, eventualmente. Mais tarde viemos a saber que muitas dessas coisas já tinham sido ditas, inclusive por Sílvia Romero. Mas no tempo de Sílvia os tempos não estavam maduros, de modo que a bomba foi lançada por Gilberto Freyre, a quem ficamos devendo a noção exata da presença e da dignidade do negro.<sup>16</sup>

Na percepção de Josué, Arthur Ramos, autor de *O negro brasileiro*, publicado em 1934, e seu ex-colega de faculdade, foi o próximo escritor com coragem e capacidade para reconhecer e demonstrar a permanência viva, ativa e criadora do sentimento negro no Brasil. Gilberto Freyre teria mostrado a extensão da contribuição do negro na formação econômico-social do país, despertando, a partir daquele momento, um interesse sincero pelo problema do negro. Novos estudos de antropologia, como os de Arthur Ramos, estariam revelando o papel altamente complexo que o negro desempenhou na nossa formação, como elemento étnico e cultural.

Josué de Castro demonstra seu engajamento com um grupo de intelectuais que, na década de 1930, explana-se interessado em revelar a importância da cultura e das populações africanas na formação social brasileira. Além do desenvolvimento de estudos dedicados à temática afro-brasileira, surgiram na época debates acadêmicos com a participação de movimentos negros que buscavam discutir a importância do negro na formação da nação, como os Congressos Afro-brasileiros de 1934, em Recife, e o de 1937, na Bahia.

A influência desse movimento intelectual, no sentido de analisar a relevância do negro e da cultura africana no país, reflete-se no interesse de Josué em valorizar

---

<sup>16</sup> CANDIDO, Antonio. In.: PONTES, Heloísa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n.47, 2001.

a diversidade alimentar dos negros e seus cultivos, característicos da policultura. Ao revelar a importância da policultura, Josué desenvolve também uma crítica à monocultura imposta pelos colonizadores. “O negro foi que contribuiu mais para a alimentação brasileira. [...] O negro agricultor, proveniente do Golfo Guiné, adaptou-se á nova terra, fugindo á monocultura, e erguendo Palmares, onde existia o regime polycultor.”<sup>17</sup> Josué inicia na década de 1930 a análise que aprofundará em *Geografia da fome* sobre o papel do negro e da policultura por ele praticada na ampliação da diversidade alimentar no país.

Ao descrever o negro e as raízes culturais africanas, Josué não se prende a uma visão idílica, retratando também o negro no eito. A força do trabalhador negro orienta um corpo tornado máquina diante do trabalho pesado quando este não consegue fugir às amarras das grandes plantações, num contraste que expressa os limites impostos pelo processo de colonização para o desenvolvimento da policultura. Os versos de Josué assim o descreve:

### **Raça Preta**

Meio dia,  
O trabalho, a raça e o tempo  
Esculpiram no corpo de Zeiko  
Uma estátua de ferro batido  
Os músculos são um rosário  
De pérolas negras  
Que fazem ondulações cheias de reflexos  
Na luz violenta do sol  
A pele de azeviche  
Envernizada, espelhante  
Poreja um suor lubrificante  
Que se espalha  
Nas placas metallisadas dos peitoraes  
E todo o seu corpo é uma machina a carvão  
De grande força latente

---

<sup>17</sup> *Diário de São Paulo*. Aspectos sociológicos da alimentação brasileira. 05 fev. 1935.

Que desloca e orienta  
Pesadas alavancas de metal.<sup>18</sup>

O poema de Josué retrata um trabalhador que se assemelha aos quadros pintados por Cândido Portinari, como *Café*, pintado em 1935. A obra de Cândido Portinari, um dos grandes pintores do modernismo no Brasil, sugere uma contribuição na análise que Josué de Castro faz sobre os trabalhadores nas grandes propriedades, observando-os no trabalho pesado das grandes plantações e não nas roças e sítios dos moradores que também compunham o cenário das fazendas monocultoras. Apesar de Cândido Portinari retratar, posteriormente, também o vaqueiro – como na obra *Gado* (1938) e *Vaqueiro do Nordeste* (1943) e as culturas de subsistência, como em *Colheita de arroz* (1954); *Colheita de Milho* (1956); *Colhendo Batatas* (1940), *Batendo Feijão* (1956) – a ampla maioria dos trabalhadores rurais em sua obra é constituída por aqueles que desempenhavam atividades na monocultura da cana-de-açúcar, do café, do cacau, do algodão e do fumo.

No artigo *Independência artística do Brasil*, de 1936, Josué demonstra sua admiração pela obra de Portinari. Nele, além de constar com grande destaque a imagem do quadro *Café*, que fora premiado recentemente nos Estados Unidos<sup>19</sup>, Josué demonstra sua indignação pela falta de reconhecimento de Portinari no Brasil.

---

<sup>18</sup> CASTRO, Josué de. [Poema] *Raça Preta*. *Diário da Manhã*. s/r.

<sup>19</sup> Em 1935, na exposição internacional do Carnegie Institute de Pittsburgh.

Os Estados Unidos acabam de descobrir Portinari como um dos maiores pintores do mundo, e agora o Brasil começará repentinamente a compreender seu punjante talento. Ainda bem que não foi fora de tempo. A sorte o ajudou. E agora virão muitas vitórias já que a sorte chegou. Vitórias que serão exclusivamente produto desta sorte. Da sorte de ter exposto “Café” pro júri norte-americano. Sim, meu caro Portinari, serão o resultado da sorte. Porque, si o talento valesse, quantas e quantas vitórias já não teria alcançado. Felizmente você é um camarada de boa complexão e pode atravessar os maus tempos que o Brasil artístico não se apercebeu de seu valor. As vezes com essa displicência nacional o talento só impressiona depois de ter deixado definitivamente o país como habitante do outro mundo, é visto com um certo ar de estrangeiro.<sup>20</sup>



Fig. 5 Imagem do quadro *Café* no artigo *Independência Artística do Brasil*.

<sup>20</sup> CASTRO, Josué de. *Independência artística do Brasil*. *A Nação*, Rio de Janeiro, 1936.

No mesmo ano em que Josué publica o artigo *Independência Artística do Brasil*, Portinari pinta o retrato *Josué de Castro* (1936), publicado posteriormente em *O drama universal da fome*<sup>21</sup>, livro que congrega um conjunto de homenagens ao cinquentenário de Josué de Castro. No livro, além do retrato, constam palavras, idéias e elogios de diversos políticos, intelectuais, professores e críticos literários do Brasil e de diversos outros países que participaram do Simpósio Comemorativo, realizado em 1958 e organizado pela Secretaria Geral da Associação Mundial de Luta Contra a Fome – ASCOFAM.

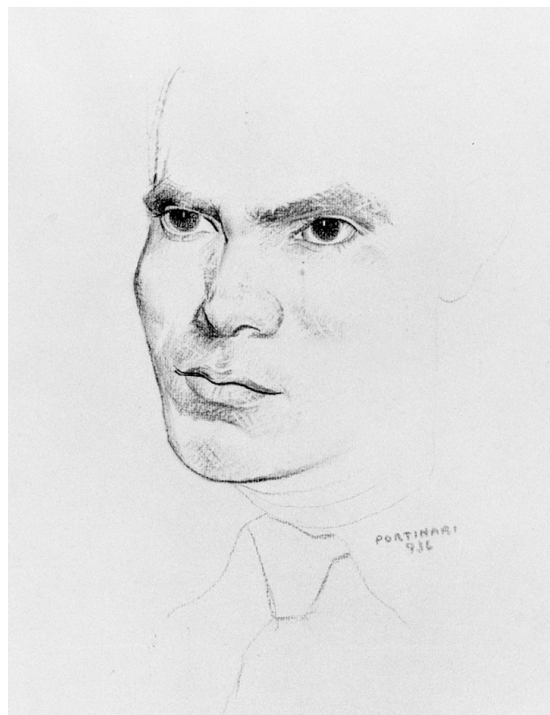


Fig. 6 Retrato de Josué de Castro pintado por Candido Portinari.

As influências da obra de Candido Portinari no pensamento de Josué de Castro encontram-se também refletidas na imagem da cabeça de um retirante que consta no livro *Geografia da fome*, detalhe de *Retirantes* (1944), um dos quadros mais conhecidos de Portinari.



Fig. 7 Imagem da cabeça de um retirante. *Geografia da fome*, 1946.



Fig. 8 *Retirantes* de Candido Portinari.

<sup>21</sup> *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958.

Josué destaca, ainda em 1936, a relevância de José Lins do Rego, enquanto um autor que retrata fielmente a realidade brasileira na segunda fase do modernismo no Brasil. Em 1935, José Lins publica o livro *O Moleque Ricardo*, agregando mais um livro à série chamada de “ciclo da cana-de-açúcar”, iniciada com *Menino de Engenho*, em 1932 e composta de seis obras<sup>22</sup>. *O Moleque Ricardo* simboliza um momento da obra em que o autor amplia o seu mundo romanesco, situando-o para além do espaço do engenho, englobando também o espaço urbano e a nascente industrialização do país, as precariedades do mundo do trabalho na cidade e o movimento operário. O livro retrata um trabalhador do engenho e sua trajetória à condição de proletário urbano. Uma transição que nem sempre significava uma melhoria nas condições de vida.

Em 01 de setembro de 1936, Josué publica sua crítica ao livro *O Moleque Ricardo* no *Diário Carioca*. Nela, analisa que ao lado dos críticos e ensaístas que “pularam do pateosinho da fazenda brasileira” para os horizontes do pensamento europeu, há os romancistas que continuam humildemente em casa, continuando seu dever de romancistas sinceros. Na compreensão de Josué, esta sinceridade deveria reger o comportamento de todo intelectual, mas infelizmente não rege. Porém, ele acredita que o romance brasileiro salvará nossa cultura em função desse diferencial de sinceridade, como é apresentada no livro de José Lins do Rego.

O livro de José Lins do Rego demonstra uma *sympathia* tão compreensível pelas classes humildes, que mesmo que no sentido político prático venha o romancista a ser um dia eminentemente burguez, o seu livro destacado d'elle, será um marco revelador da posição e orientação do seu espírito na hora que vivemos, será a confissão que vem das profundezas do seu ser para abraçar-se no consenso colectivo. Se o romancista trair, o romance não trairá. É com esses marcos de sinceridade que se levanta o mappa de uma civilização. Quem nos dera que todos os intellectuaes, pelo respeito ao sentido ethnologico da palavra intellectual, ordenassem sempre os seus valores de intelligencia em consideração da verdade.

---

<sup>22</sup> O “Ciclo da cana-de-açúcar” é constituído pelas obras autobiográficas de José Lins do Rego, escritas a partir das experiências do autor no engenho de seu avô. Nelas, encontra-se a fase histórica de decadência do engenho de açúcar e a sua substituição pela usina. São seis os livros que compõem este ciclo: *Menino de Engenho* (1932); *Doidinho* (1933); *Bangüê* (1934); *O Moleque Ricardo* (1935); *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

*O Moleque Ricardo* é um desses livros sinceros e honestos. Que é um livro inteligente e muito bem feito. Cousas essas de pouco valor no momento, não há necessidade de dizer.<sup>23</sup>

O livro *O Moleque Ricardo* de José Lins do Rego enfatiza questões condizentes com as idéias emergentes na literatura social de 1930 e na análise de alguns escritos de Josué em que ele lança críticas à chamada “modernidade” brasileira. Algumas de suas crônicas ou ensaios são referentes ao modo de vida “civilizado”, urbano e industrial das grandes capitais. Nele, perpetuam-se as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria dos trabalhadores que a partir de diferentes estratégias buscavam sobreviver, por meio dos baixos salários ou do que a natureza camaradamente lhes oferecia: o mangue e seus caranguejos.

Na crônica *Hábitos civilizados da província*, publicada no jornal *A Manhã*, em 27 de novembro de 1935, Josué retrata a imagem que tinha em relação à elite de usineiros, mandões da terra. Estes chegavam de suas farras do Rio de Janeiro, viajando em navios de primeira classe. Ao aportarem em Pernambuco, uma porção de gente os aguardava com estima, no cais. Ao narrar a admiração de um oficial inglês diante de tamanha estima, Josué declara ter esclarecido que os habitantes da terra não se estimavam na verdade com a veemência que aparentavam. “ – Essa prova de estima tão eloqüente que o senhor notou é só entre os abastados, os patrões da terra, e exclusivamente para uso público.”<sup>24</sup> Quem os estimava era gente que viajava naqueles mesmos navios, gente da elite. A prova de estima é para Josué apenas um respeito convencional. Esses senhores que conheciam bem suas próprias “manchas”, ou seja, a origem obscura de suas fortunas e prestígios, precisavam se entender bem para que o povo não levasse a sério as “lendas” de suas origens. Era mais uma questão de disciplina de classe que propriamente de estima.

Para Josué os emergentes centros urbanos reproduziam desigualdades sociais e aglomeravam em seus espaços situações de pobreza e miséria oriundas de outras terras: tanto daquelas secas, quanto das banhadas pelos imensos mares de

---

<sup>23</sup> CASTRO, Josué de. *O Moleque Ricardo*. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 01 set. 1936.

<sup>24</sup> CASTRO, Josué de. *Hábitos civilizados da província*. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1935.

cana. Seus escritos sobre as condições de vida nos centros urbanos, além de revelarem a fome e a pobreza dos operários, analisam a questão urbana como fruto da questão agrária. Esta compreensão de Josué encontra-se no terceiro capítulo desta tese.

A partir de 1937, Josué passa a considerar também a relevância dos estudos sociológicos sobre a alimentação no Brasil. Na acepção de Josué, em *O problema da alimentação e a sociologia brasileira*<sup>25</sup>, Gilberto Freyre também não esqueceu o problema e o aborda com inteligência em *Casa Grande & Senzala*, porém, mais por seus aspectos pitorescos do que propriamente por seu lado científico.

Josué analisa a importância dos escritos sociológicos da década de 1930 sobre o fator alimentar. O autor destaca que o fator alimentar, agindo sobre o homem e a sociedade, em conexão com outros fatores, passa a ser considerado em estudos sociológicos. Uma intensa focalização do problema pela escola médica brasileira teria provocado uma mudança de atitude na sociologia. Em sua concepção, sociólogos passaram a dar maior valor aos processos biológicos, às condições gerais de vida e de higiene como fatores antropológicos e sociais que durante muito tempo foram ignorados.

Já se vai tornando frase feita entre os modernos sociólogos de que o homem é fraco no Brasil e o Brasil pobre no mundo por falta de alimentação adequada do seu povo e de outros requisitos de higiene coletiva. Com todo o exagero que contenha esta afirmativa tomada assim rigidamente sem uma certa prudência científica, ela é bem mais salutar ao país do que a afirmativa retórica dos antigos discursos políticos de que – *O Brasil é um país feliz onde ninguém morre de fome*.<sup>26</sup>

Partindo desta contextualização, Josué destaca alguns autores e estudos sociais que apontam nesta direção: Afrânio Peixoto em *Clima e saúde* mostrando como a alimentação constitui uma espécie de ponte, de dispositivo através do qual o meio natural atua sobre os grupos humanos e como a alimentação no Brasil tem influenciado o nosso tipo de brasileiro e o nosso tipo de cultura; Roberto Simonsen em *História econômica do Brasil* mostrando as possibilidades econômicas e as

---

<sup>25</sup> CASTRO, Josué de. *O problema da alimentação e a sociologia brasileira*. Dom Casmurro, 1937.

<sup>26</sup> Ibidem.

reservas alimentares do país em várias fases de nossa história colonial; Castro Barreto denunciando a fome como um dos mais fortes motivos da fraca capacidade do brasileiro de criar riquezas; Araújo Lima em *Amazônia – a terra e o homem* analisando o tipo de alimentação peculiar a esta zona, apontado seus graves defeitos e suas conseqüências. O mesmo fez Djacir Menezes quando estuda o Sertão nordestino em *O outro Nordeste*. “É pena, que não se tenha o sociólogo estendido um pouco mais sobre a cosinha sertaneja, tão rica de traços característicos e quase virgem de pesquisas etnográficas, apenas aflorada certa vez pela inteligência saborosa de Luiz Câmara Cascudo no seu *Viajando o Sertão*.”<sup>27</sup>

Luís da Câmara Cascudo, autor de obras clássicas como *História da Alimentação no Brasil* (1967), *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), *Vaqueiros e Cantadores* (1939), *Viajando o Sertão* (1939) revela nelas história, folclore, memória e etnografia do povo brasileiro. No início de sua carreira, o autor já registra, na imprensa do Rio Grande do Norte e em outros de seus primeiros escritos, suas andanças pelo Brasil. O colorido das páginas escritas pelo autor demonstra a preocupação em registrar tudo o que vê pelo caminho. *Viajando o Sertão*, uma série composta de dezoito crônicas, publicadas em 1934, no Jornal *A República*, expressa esse intuito de Câmara Cascudo.

Nela, o autor relata sua viagem pelo Sertão, feita em junho de 1934, juntamente com o interventor federal, Mário Câmara, e outras autoridades locais. A série foi posteriormente reunida em livro com o título de *Viajando o Sertão*.<sup>28</sup> Apesar de Cascudo descrever espaços oficiais da política, prioriza aqueles populares, onde se contam histórias, casos e conversas. Josué demonstra seu encanto pela descrição que Câmara Cascudo faz da cozinha sertaneja, assim como da variedade de plantios no sertão de inverno, estes últimos descritos na obra *Vaqueiros e*

---

<sup>27</sup> CASTRO, Josué de. O problema da alimentação e a sociologia brasileira. *Dom Casmurro*, 1937.

<sup>28</sup> NEVES, Margarida de Souza. *Viajando o Sertão: Luís da Câmara Cascudo e o solo da tradição*. In: CHALHOUB, Sidney (Org.). *A História em Coisas Miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005. Margarida de Souza Neves é doutora em História e professora do Departamento de História da PUC-Rio. A autora coordenou, entre 2001 e 2004, o Projeto Integrado de Pesquisa intitulado *O encantamento do passado. Luís da Câmara Cascudo, Historiador*.

Resultados desse Projeto de Pesquisa encontram-se no site [www.modernosdescobrimentos.inf.br](http://www.modernosdescobrimentos.inf.br).

*Cantadores*, a qual será analisada no capítulo 5 desta Tese. Ambas influenciam Josué em sua primorosa análise sobre as condições alimentares no Sertão, bem como na comparação destas com a alimentação na Zona da Mata.

A Cozinha sertaneja está decadente. Menos por sua própria essência do que pelo indesculpável acanhamento em mostrar-se. [...] O nosso sertanejo disfarça, esconde, mistifica sua culinária quando tem visitas. Crê ficar desonrado servindo coalhada com carne-de-sol, costela de carneiro com pirão de leite, paçoca com bananas, milho cozido, feijão verde, o mungunzá que o africano ensinou e a carne moqueada que ele aprendeu com o indígena.

Nada mais antipatriótico e desumano que esta modéstia criminosa. Nós devemos ter orgulho de nossa alimentação tradicional, formadora de rijos homens de outrora, vencedores da indiada, lutando com onças a facão e morrendo de velhos.<sup>29</sup>

O autor revela a importância por ele atribuída à tradição sertaneja, compreendendo como negativa a tendência de avanço da influência do litoral ou da cidade sobre os costumes e práticas sertanejas, apesar da permanência e necessidade de conservação das práticas tradicionais. O colorido e a variedade da cozinha e da agricultura sertaneja, presentes na obra de Luís da Câmara Cascudo, servem de base para Josué desenvolver suas análises sobre a região.

A alimentação e a agricultura de sustentação praticada pelo sertanejo é questão fundamental no pensamento de Josué de Castro. Ao buscar respeitar as diversidades regionais e seus diversos tipos de alimentação, Josué analisa as possibilidades de produção agrícola que servem de contraponto à monocultura da cana-de-açúcar da Zona da Mata, como aquelas apresentadas no Sertão nordestino. Além dos estudos etnográficos de Luís da Câmara Cascudo, Josué baseia-se em vários dos argumentos apresentados por José Américo de Almeida sobre as potencialidades daquela região.

José Américo de Almeida<sup>30</sup>, um dos principais escritores da *Geração de 30*, contribuiu fortemente, com um trabalho monográfico, para a crítica à naturalização da

---

<sup>29</sup> CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Viajando o Sertão*. 3 ed. Natal: Fundação José Augusto/CERN, 1984. p. 27.

<sup>30</sup> José Américo de Almeida nasceu em uma família da oligarquia rural e optou por uma política liberal. Era filho de senhor de engenho do brejo paraibano. Enquanto político teve grande atuação no seu Estado no governo de João Pessoa, de quem foi auxiliar e, na revolução de 30, foi dos que

problemática nordestina e para construção do argumento de Josué de Castro de que a seca não constitui a causa do fenômeno da fome no Nordeste. Um argumento incisivamente apontado por Josué, nas discussões posteriores, geradas a partir da constituição da Operação Nordeste, na década de 1950, questão central do último capítulo desta tese. A importância atribuída à perspectiva trazida por José Américo encontra-se expressa no prefácio escrito por Josué de Castro para a segunda edição do livro de José Américo de Almeida, *A Parayba e seus problemas*, publicado em 1937.

O livro foi lançado em 1923. Nele, o autor aborda aspectos econômicos, físicos, políticos e sociais do Estado da Paraíba e da região nordestina, com destaque para a problemática da seca e os esforços locais e do governo federal para encontrar meios de se combater o problema. No prefácio à primeira edição, José Américo de Almeida apresenta o livro como resultado de um desejo de Sólon de Lucena, governador da Paraíba durante a execução de grandes obras contra os efeitos das secas. Sólon de Lucena achou que perpetuar num livro a história desse esforço redentor seria o meio mais sensível de expressar a Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução para os problemas das secas.

A reedição da obra, em 1937, é fruto do interesse da Biblioteca de Investigação e Cultura em editar uma coleção de monografias que estudasse isoladamente as várias regiões características do Brasil e seus diversos aspectos naturais, em suas variadas paisagens humanas. A série foi iniciada com a reedição do livro *A Parayba e seus problemas*.

---

combateram os coronéis do sertão, liderados por José Pereira, chefe político de Princesa, quando eles se mantiveram fiéis a Washington Luís e receberam o apoio do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra. Em 1930, como auxiliar do Governo Estadual, revoltou-se contra as estruturas políticas dominantes no país, que preservavam para os grandes Estados as posições políticas mais em evidência e excluía a sua Paraíba. Participou do Governo Popular de Vargas (1930-1934), mas como aristocrata do açúcar, temia o avanço do operariado, das forças populares que poderiam conduzir o país a reformas de profundidade, a reformas estruturais. As informações anteriores são colocadas por Manuel Correia de Andrade em *José Américo de Almeida e a Paraíba e seus problemas* na quarta edição de ALMEIDA, José Américo de. *A Parayba e seus problemas*. 4 ed. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de José Américo, 1994.

No prefácio à segunda edição, Josué de Castro reconhece que o livro foi escrito visando justificar, com dados objetivos, o acerto e a oportunidade da assistência que o Governo Federal então dispensava ao Nordeste, no combate contra as secas. No entanto, Josué afirma ser o livro o primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural dessa região do Brasil, naquele tempo, mal conhecida cientificamente. Os conhecimentos da realidade nele contidos ultrapassam, na acepção de Josué, um simples ponto de vista político-administrativo de justificação da assistência do Governo Federal ao Nordeste no combate contra as secas.

As bases científicas utilizadas com proveito dessa justificativa possuíam, porém, tão intenso valor próprio que levaram o livro a ultrapassar seus fins imediatos, transformando-o, de simples defesa de um ponto de vista político-administrativo, num verdadeiro livro de ciência. Livro de inestimável valor, para todos os que se interessam por nossos problemas de ordem geográfica, econômica e histórica, porque nele, encontram subsídios indispensáveis a interpretação de inúmeros traços e complexos de nossa organização econômico-social. Para esses estudiosos dos problemas de nossa terra, planejamos esta segunda edição.<sup>31</sup>

A segunda edição deixou, a pedido do autor, de incluir os capítulos referentes às obras públicas, que naquele momento realizavam o governo do Estado e a Inspetoria de Obras Contra as Secas. O livro estava, assim, segundo Josué, mais bem enquadrado nos propósitos daquela coleção. Enquanto a primeira edição, feita em caráter oficial pelo Governo do Estado, tinha imbuída um caráter político-administrativo, a segunda constituía-se de valor científico para os estudiosos dos problemas regionais.

Josué, ao reconhecer o valor do livro, destaca aspectos considerados relevantes. Além da melancolia e do drama das secas, o autor teria orgulho e amor pela terra e pelo povo nordestino. Os males situam-se mais no abandono da região pela falta de assistência que nos fatores climáticos. Com frases do tipo “Não há na Paraíba um só palmo de terra imprestável” José Américo de Almeida busca demonstrar que o Nordeste apresenta condições de clima e de solo viáveis a um

---

<sup>31</sup> CASTRO, Josué de. Prefácio. In: ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980. p. 26.

projeto de desenvolvimento econômico. A obra visa “reabilitar” esta parte do país e libertá-la do que o autor considera ser um injusto descrédito.

Em períodos normais, na acepção de José Américo, a Paraíba tinha recursos naturais que permitiam uma produção regular. Além das potencialidades naturais, a produção era auxiliada pela energia inelutável e pelo apego ao solo, por parte do nordestino, que motivavam a capacidade reconstrutora da região. Alia-se a isto, a solidariedade do sertanejo que se manifesta nos auxílios recíprocos da criação e da lavoura.

Não há vaqueiro capaz de deixar no campo sem cura e sem aviso a rês do seu vizinho atacada de qualquer mal ou de se negar à solicitação de um favor, como seja o ajuntamento de uma boiada. E também é habitual a cooperação nos trabalhos agrícolas ou troca de dias de serviço.<sup>32</sup>

Em anos regulares, o Estado é provido por recursos mesmo sem auxílio dos poderes centrais. Porém, as secas periódicas aniquilam a região, até então abandonada pelos governos. Enquanto se tomavam apenas medidas paliativas e caritativas, ampliava-se o número de retirantes.

Apesar de o livro servir para legitimar a ação do governo de Epitácio Pessoa, na construção de açudes e estradas nas obras contra as secas, nele, José Américo desmistifica a tese de que a problemática nordestina situa-se apenas nos fatores climáticos. O autor ressalta que o mal decorria predominantemente pelo desleixo dos governantes e secundariamente pelos fatores naturais, pois em épocas normais havia pujança de recursos. No inverno, praticava-se uma agricultura que rivalizava, na compreensão do autor, com as privilegiadas zonas brejosas. Na seca, o sertanejo explorava as vazantes e escavava o leito dos rios até encontrar o elemento favorável às culturas.

E, graças a tanta diligência, vive, se não o salteiam as vicissitudes climáticas, em feliz mediania. Enquanto os deserdados da região fertilíssima, favorecida por um regime regular de chuvas, vegetam numa inacreditável miséria, não há sertanejo que não tenha qualquer coisa: a casa de telha,

---

<sup>32</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Parayba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980. p. 549.

algumas vacas ou o chiqueiro de cabras. Se não fossem as devastações periódicas, todos viveriam na abundância.<sup>33</sup>

José Américo não aponta a necessidade de uma ampla reforma agrária, “Não precisamos de uma legislação agrária especial para evitar a consolidação dos grandes domínios, de prejuízos econômicos e sociais, porque essa tendência só se objetivaria mediante as empresas de exploração”.<sup>34</sup> Para José Américo o meio mais fácil de subdividir as propriedades, menos valorizadas, seria a intervenção do Estado, em benefício da colonização, mas as forças orçamentárias não lhe permitiriam ainda essa iniciativa para o regime de lotes. O autor argumenta também que os grandes latifúndios vão-se fracionando pouco a pouco por força das sucessões hereditárias porque os proprietários pouco a pouco alienam partes.

José Américo parece ter contribuído em muito para a consolidação do pensamento de Josué de Castro, ao chamar a atenção para a valorização do homem sertanejo e para uma política que vise o desenvolvimento da agricultura e da pecuária da região, contrapondo-se à mistificação de que a problemática da região é natural e inevitável. José Américo colaborou para a redução dos preconceitos de raça e de clima em torno das causas do subdesenvolvimento do Nordeste. Em uma reportagem do *Diário de Pernambuco* de 1933<sup>35</sup>, encontram-se algumas idéias de Josué que se assemelham às de José Américo. Ambos os autores compartilham, nesse período, o argumento de que o Sertão do Nordeste apresenta possibilidades naturais para se desenvolver, mas, para tanto, impõe-se a necessidade de um plano geral de combate às secas e de valorização do Nordeste.

Para José Américo, a causa dos males nordestinos não estaria no homem ou em fatores naturais e inevitáveis, mas sim, em uma concepção de administração pública que levou a região, desde os tempos da conquista, ao estado de abandono por parte dos governos centrais que voltavam, até pouco tempo antes, suas políticas

---

<sup>33</sup> ALMEIDA, José Américo de. *A Parayba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980. p. 549-550.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 608.

<sup>35</sup> *Diário de Pernambuco*. Pela inclusão das obras contra as secas na futura Constituição. Recife, 04 de janeiro de 1933. Estas idéias foram também publicadas posteriormente no artigo de Josué de Castro, Revalorização do Nordeste, publicado no *Diário da Manhã*, em Recife, no ano de 1936.

para as regiões Sul e Sudeste do país. O autor argumenta, assim, que o problema do Nordeste é antes um problema político que uma questão de clima ou de incapacidade do homem nordestino.

O livro de José Américo parece ter deixado profundas marcas no pensamento de Josué de Castro. Josué compartilhará vários argumentos científicos que compõem o livro *A Parayba e seus problemas*, destacando-se a desmistificação de que a problemática nordestina é natural, climática e inevitável, questão analisada no último capítulo desta tese. No entanto, enquanto José Américo localiza o principal problema nos aspectos político-administrativos, Josué de Castro situará como central a questão agrária e a necessidade de uma reforma agrária na região. Em 1937, mesmo ano em que é lançada a segunda edição do livro de José Américo, Josué compreende que as bases da problemática da fome no Nordeste, e que colocam a região na pior posição no país em termos de alimentação, congregam outros fatores além da seca.

Aliás, o phenomeno se explica facilmente, se attentarmos na série de factores que trabalham em sentido desfavorável à nutrição do homem do nordeste, como sejam a monocultura da canna de assucar, as seccas periódicas, a falta de conhecimentos dos princípios básicos de hygiene alimentar, etc. Falar de alimentação no Nordeste de uma maneira geral é uma ousadia, um verdadeiro erro de interpretação ecológica; há pelo menos trez typos bem diferenciados de alimentação nesta zona do Brasil. Infelizmente todos deficitários, sendo o melhorzinho, o typo de alimentação do sertanejo. Entre a alimentação da zona da matta e a área urbana das capitais é difícil precisar qual o peor.<sup>36</sup>

Os escritos de Josué revelavam, já na década de 1930, sua compreensão de que a fome é uma das expressões da questão agrária e que os fatores geradores da miséria no Nordeste não se limitavam, assim, às secas. A citação anterior explicita o germinar de suas idéias desenvolvidas posteriormente, em *Geografia da fome*, publicada pela primeira vez em 1946, em que o autor demonstra a importância da agricultura de sustentação do sertanejo na geração de possibilidades alimentares na região e as limitações impostas pela monocultura da cana-de-açúcar para a alimentação na Zona da Mata.

---

<sup>36</sup> CASTRO, Josué de. *Alimentação defficitaria do Nordeste*. s/r. 1937.

Com base nos relatos, críticas, escritos e experiências de Josué na década de 1930, afere-se que esta fase significou para o autor o desvendamento da relevância de três eixos centrais que perpassam sua obra a partir de então: a questão agrária, a agricultura de sustentação e a reforma agrária. Uma percepção oriunda de intelectuais e romancistas da *geração de 1930* que buscavam reinterpretar a realidade brasileira. Josué passa a compreender que os trabalhadores da monocultura da cana-de-açúcar na Zona da Mata ou da borracha na Amazônia sobreviviam em condições alimentares bem inferiores às do sertanejo que em período de clima normal desenvolvia a sua agricultura de sustentação. A partir do escritor Díaz Miron e de sua experiência com as populações indígenas camponesas no México revolucionário, Josué sensibiliza-se diante da necessidade da reforma agrária. A importância atribuída ao negro e à cultura africana na formação da nação o leva a estudar o papel de negros na construção e origem da “agricultura de sustentação” bem como o significado desta no combate a fome.

### **3 Reflexões agrárias em *causos*, contos e ensaios urbanos de um regionalista**

Pretende-se enfatizar, neste capítulo, os escritos de Josué de Castro da década de 1930 em que o espaço regional, o Nordeste, e o local, a cidade do Recife apresentavam-se em pleno processo de modernização e urbanização. Um cenário constituído por diversos atores que despertaram a atenção de Josué para a problemática da fome e sua inter-relação com a questão agrária. Este ambiente constitui o lugar onde Josué nasceu e conviveu durante sua infância com a miséria do ciclo do caranguejo nos mangues do Recife. Após formar-se em Medicina (1929), retornou para sua cidade de origem e por lá permaneceu até 1935.

Objetiva-se enfocar ensaios, crônicas e contos de Josué em que ele manifestou, nesta fase, uma nova percepção frente aos problemas aparentemente urbanos. Josué aprimorou sua análise da fome como uma expressão das estruturas sociais e econômicas do país. A miséria urbana, com a qual ele se deparava desde a sua infância, fazia parte de uma questão mais ampla: fruto não apenas da seca, mas principalmente do latifúndio e da monocultura. Ela aglomerava também, na acepção do autor, reflexos de um contexto marcado pelo processo de urbanização, que trazia à tona o estado de “abandono” de grande parte das populações do interior do Brasil.

Em seus ensaios e contos escritos na década de 1930, como o descrito a seguir, Josué já evidencia que os projetos de industrialização e urbanização foram implantados sem que a questão agrária fosse resolvida, o que agravou os problemas nas grandes cidades. O êxodo desordenado, os baixos salários no campo e a falta de acesso à terra constituem fatores que contribuíram para a formação de um aglomerado de pessoas vivendo em condições de subalimentação nos centros urbanos. O autor aponta, como uma das principais causas da miséria urbana, a questão agrária. Um exemplo claro desta consideração está presente na análise sobre a mocambópolis no Recife, *ali onde tudo é, foi, ou vai ser caranguejo*. A

problemática dos mocambos é apontada por Castro especialmente no conto *O ciclo do Caranguejo* (1935), no ensaio *O problema dos mocambos* (1936) e no romance *Homens e Caranguejos* (1967).

### O ciclo do caranguejo<sup>1</sup>

A FAMÍLIA SILVA mora nos “mangues” da cidade do Recife, num “mocambo” que o chefe da família fez quando chegou de cima.

A família é originária do sertão. Desceu do Cariri, na sêca, perseguida pela fome. Fêz uma paradinha no brejo, para tentar o trabalho das usinas, mas não se pôde agüentar com os salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter, nem ao menos o recurso do xiquexique e da macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse.

Nesse tempo espalharam pelo interior um boato que o govêrno tinha criado um ministério para defender os interêsses do trabalhador e que com os fiscais da lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o govêrno bom oferecia aos pobres.

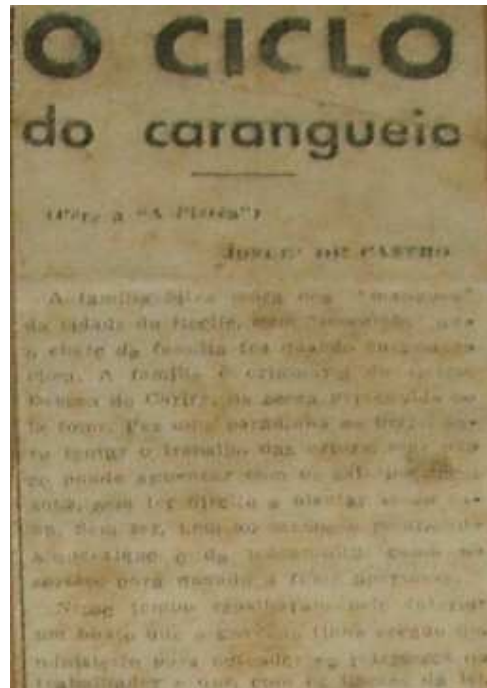
Logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p`rôs olhos, pouca coisa p`rá barriga.

O caboclo Zé Luís da Silva não quis desanimar. Adaptou-se: “Quem não tem remédio remediado está”. Entrou na luta da cidade com todas as fôrças de que dispunha, mas as fôrças dêle não rendiam que desse para a família viver com casa, roupa e comida. Casa só de 80 mil réis para cima, para comida uns 150 e os salários sem passarem de 5 mil por dia.

Começou o arrôcho. Só havia uma maneira de desapertar: era cair no mangue. No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o côr-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as côres negras da lama, paraíso dos caranguejos.

No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num dêles, o caboclo Zé Luís levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. A coberta de palha, capim sêco e outros materiais que

Fig. 9 Conto *O ciclo do caranguejo*.



<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. *O ciclo do caranguejo*. *A Platéia*, São Paulo, 30 mar. 1935. O conto encontra-se também publicado no livro *Documentário do Nordeste*.

o monturo fornece. Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo.

Agora, quando o caboclo sai de manhã para o trabalho, já o resto da família cai no mundo. Os meninos vão pulando do jirau, abrindo a porta e caindo no mangue. Lavam as ramelas dos olhos com a água barrenta, fazem porcarias e pipi, ali mesmo, depois enterram os braços de lama a dentro para pegar caranguejos. Com as pernas e os braços atolados na lama, a família Silva está com a vida garantida. Zé Luís vai para o trabalho sossegado, porque deixa a família dentro da própria comida, atolada na lama fervilhante de caranguejos e siris.

Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita p'ro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente p'ro caranguejo. Tudo aí, é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo dos seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar caranguejo outra vez.

Nesta placidez de charco, identificada, unificada no ciclo do caranguejo, a família Silva vai vivendo, com a sua vida solucionada, como uma das etapas do ciclo maravilhoso. Cada elemento da família marcha dentro desse ciclo até o fim, até o dia de sua morte. Nesse dia os vizinhos piedosos levarão aquela lama que deixou de viver, dentro dum caixão p'ro cemitério de Santo Amaro, onde ela seguirá as etapas do verme e da flor. Etapas demasiado poéticas, cheias duma poesia que o mangue não comportaria. Parte-se aparentemente, nesse dia, o ciclo do caranguejo, mas os parentes que ficam, derramam caridosos as suas lágrimas no mangue para alimentar a lama que alimenta o ciclo do caranguejo.

No conto de 1935, as origens da família Silva, que mora em um mocambo nos mangues do Recife, revelam as transformações ocorridas no meio rural nordestino no século XX. Estas mudanças expõem, mais do que a seca, os fatores determinantes da pobreza e miséria urbana. O processo é constituído pela substituição do engenho pela usina, o primeiro baseado em técnicas de produção tradicional e na utilização de mão-de-obra escrava e posteriormente por um número expressivo de trabalhadores residentes, os chamados “moradores”. Já a usina caracteriza-se por seu perfil industrial e capitalista baseado na produção em larga escala e no trabalho assalariado. O processo marca a substituição do engenho bangüê pela usina de açúcar<sup>2</sup>. Este contexto é expresso por Josué de Castro no conto, especialmente no parágrafo selecionado a seguir:

---

<sup>2</sup> PALMEIRA, Moacir. Nordeste: mudanças políticas no século XX. *Cadernos Brasileiros*. Ano VIII, n. 5, set/out. 1966.

A família é originária do sertão. Desceu do Cariri, na sêca, perseguida pela fome. Fêz uma paradinha no brejo, para tentar o trabalho das usinas, mas não se pôde agüentar com os salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter, nem ao menos o recurso do xiquexique e da macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse.

Quando Castro afirma “... não tinha direito a plantar senão cana.”, expressa, por meio do conto, a questão agrária sob dois aspectos: reflete, por um lado, os trabalhadores oriundos do Sertão que se distinguiram dos chamados “moradores” e, por outro, um contexto histórico de expansão da monocultura da cana-de-açúcar, com o surgimento das usinas e o declínio dos engenhos tradicionais, repercutindo na redução do número de trabalhadores residentes com seus roçados e sítios.

Um texto fundamental para se contextualizar a afirmativa de Josué de Castro é *A nação dos homens*, de Lygia Sigaud<sup>3</sup>, sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco. Nele, observam-se os diferentes tipos de relação contratual que os trabalhadores mantinham com os proprietários. Aqueles que migravam do Sertão (em particular da área do agreste) para a Zona da Mata, os “corumbas”, por não encontrarem alternativas econômicas na área onde residem, ao obterem a quantia de recursos financeiros desejados ou quando iniciam as chuvas voltam para o Sertão para iniciar o plantio em sua terra. Esta categoria de trabalhadores, assim como outros<sup>4</sup>, é constituída por assalariados, os quais se distinguem dos “moradores”. Estes últimos são trabalhadores permanentes que moram na propriedade, estabelecem uma relação pessoal com o proprietário e dispõem de roçados ou sítios nos quais parte da produção é utilizada para cobrir as necessidades da força de trabalho.

---

<sup>3</sup> SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens: uma análise regional de uma ideologia*. *Anuário Antropológico*. n. 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

<sup>4</sup> A autora classifica ainda os demais trabalhadores que se distinguem do morador: o “trabalhador de rua”, ex-morador que mora na cidade, em geral, nas “favelas”, que estabelece uma relação com o proprietário através da figura do “empreiteiro”; o trabalhador residente no engenho sem obrigações com o proprietário e que só trabalha com empreiteiro; o Trabalhador residente na cidade que mantém um contrato formal de trabalho com o proprietário ou com a empresa, mas não tem nem os direitos nem os deveres do morador; o pequeno proprietário ou foreiro, que trabalha uma terra de sua propriedade ou arrendada e que, para complementar o orçamento doméstico, na época da moagem vai vender sua força de trabalho no engenho ou diretamente, ou através do empreiteiro. *Ibidem*, 1980, p. 29-30.

Tanto os engenhos quanto as usinas empregavam, além dos trabalhadores residentes, os trabalhadores de fora durante a safra e também na entressafra. Porém, com o estabelecimento dos “engenhos centrais”, em fins do século XIX, precursor do processo de expansão das usinas<sup>5</sup>, ampliou-se a incorporação de terras para o plantio exclusivo da monocultura da cana-de-açúcar. A partir da década de 1950 ocorreu a supressão de muitas áreas de terra que eram até então cedidas aos moradores para o plantio de subsistência. A ampliação da área cultivada em terras de qualidade inferior provocou uma elevação dos custos médios de produção, uma baixa de rentabilidade e uma forte pressão sobre os salários dos trabalhadores. Neste período, constata-se, assim, uma expansão do trabalho assalariado e uma redução dos “moradores”<sup>6</sup>.

O período é marcado pela expansão das Ligas Camponesas, fundação de sindicatos e transformações na organização da *plantation* tradicional açucareira. Lygia Sigaud analisa a idealização do passado por parte dos trabalhadores neste contexto de aquisição de “direitos” regulamentados em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural. A autora observa que os direitos, na percepção do trabalhador, representaram uma perda ao contribuírem para a supressão dos lotes de subsistência (roçados e sítios) e expansão da área de cana. Entre as oposições,

---

<sup>5</sup> Em 1875 – Governo Imperial aprovou a Lei 2687, na tentativa de se modernizar a produção açucareira no Brasil, visando a instituição dos Engenhos Centrais, baseados na separação da produção e da indústria. Apesar de não ocorrer uma expansão desse processo, os Engenhos Centrais serviram de base para o estabelecimento das usinas. Com a Proclamação da República, o governo incentivou os senhores de engenho a instituírem as Usinas – retomou-se a unidade produção e indústria. Ampliação da produção própria de cana e independência em relação ao fornecedor de cana. Esse processo acentuou-se após a crise de 1929/1930, reforçando-se a intervenção do Estado na economia canavieira no período de 1930-1941 – Cria-se em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Consolidou-se a hegemonia das usinas em relação aos engenhos tradicionais. Em 1941 estabelece-se o Estatuto da Lavoura Canavieira – importante decreto de proteção dos fornecedores, que estavam perdendo suas terras para os usineiros. MEIRA, Roberta Barros. Banguês, engenhos centrais e usinas. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo/USP, 2007.

<sup>6</sup> Conforme Moacir Palmeira, morar está sempre associado a engenho, mesmo quando se trata de uma usina. “Se se trata de um morador de engenho de usina, ele dirá que trabalha ‘para a empresa’, mas que mora ‘no engenho x’. Ninguém é morador de usina ou trabalhador de engenho. [...] A mudança freqüente de engenhos, a que se referem os historiadores de *plantation* canavieira, é secundária aqui, desde que, onde chegue, o morador se ligue de uma maneira específica ao proprietário”. O principal nesta relação é a casa de morada, a qual permite ao trabalhador o sustento dele e de sua família. PALMEIRA, MOACIR. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *Plantation* tradicional. *Contraponto*, ano II, n. 2, nov. de 1977, p. 104.

passado positivo/presente negativo e passado negativo/presente positivo, a autora analisa que não há um mesmo peso no discurso do trabalhador. A oposição passado positivo/presente negativo teria papel dominante, questão constatada pela presença de um maior número de referências a um passado idealizado. Na percepção do trabalhador, os direitos deveriam se somar à morada e ao sítio e não implicar negação.

Expropriado de seu sítio, ameaçado de perder a morada, tendo que dispensar cada vez mais a sua força de trabalho para fazer salário e obrigado a recorrer permanentemente ao Sindicato e a justiça para receber os seus direitos, o trabalhador se volta para o passado e o idealiza. E faz isso, na esperança de poder conciliar a situação do morador tradicional com os direitos. Na medida que não percebe que a expropriação do sítio e da morada e a introdução dos direitos são coisas que se desencadeiam e fazem sistema em função da própria lógica das transformações, e que, conseqüentemente, morada/sítio e direitos são realidades irreconciliáveis, o trabalhador procura acumular as vantagens das duas situações.<sup>7</sup>

Na década de 1930, Josué já destacava os problemas gerados pela monocultura, em diferentes ciclos econômicos, nas condições alimentares no Brasil, como na Conferência pronunciada em 1935 na Sociedade de Etnografia e Folclore. Josué aprimora posteriormente esta concepção, em especial em *Geografia da fome*, publicada em 1946, analisando o papel devorador da monocultura da cana-de-açúcar e a busca incessante de lucro por parte dos colonizadores, causas principais da obstrução de outras formas de cultivos, onde predominava até então a policultura.

Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entravando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando ao máximo, desse modo, os recursos alimentares da região.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> SIGAUD, Lygia. A idealização do passado numa área de *plantation*. *Contraponto*, ano II, n. 2, nov. de 1977, p. 125.

<sup>8</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 116.

A citação anterior refere-se a um pensamento desenvolvido na década de 1940, mas que germinou nas décadas anteriores. A partir de afirmações como a descrita anteriormente, Josué demonstra a primazia da monocultura sobre os cultivos para a alimentação no processo de colonização. Seus enfáticos argumentos aparentam uma aproximação com uma linha de pensamento que “menospreza” os roçados e os sítios dos “moradores” dos engenhos nas plantações tradicionais, apesar do autor ser um convicto defensor da policultura ou da “agricultura de sustentação”. No livro *O Sul, caminho do roçado*<sup>9</sup>, Afrânio Garcia invoca a importância desses cultivos comumente ignorados na perspectiva que expõe apenas a exclusiva hegemonia da monocultura da cana-de-açúcar. O autor chama a atenção para a enorme importância dos pequenos roçados e sítios na região do Brejo Paraibano. Afrânio Garcia aponta que o confronto “terra de cana” versus “terra de agricultura”, quando a primeira é identificada com a região do Brejo e a segunda com o Agreste, tende a isolar o cultivo da cana como se fosse o único existente em terra de engenho e a anular os cultivos de roçados e dos sítios dos moradores, naturalizando-se, assim, as relações sociais.

Apesar de Josué de Castro, na década de 1930, não se referir diretamente aos moradores e seus roçados, posteriormente, em *Geografia da Fome*, baseando-se em *História econômica do Brasil* de Caio Prado Júnior<sup>10</sup>, Josué observa, em uma nota de rodapé incorporada em outras edições no corpo do texto, o processo em curso como um agravante das condições alimentares na região.

No Nordeste, se até os meados do século passado o relativo atraso dos processos fabris do açúcar, com sua produção por unidade, limitada por seus mecanismos rotineiros, não levou a extensão das culturas a ocupar inteiramente toda a área da mata, deixando algumas reservas, embora escassas, de terra, a partir de 1870, com o estabelecimento dos chamados “engenhos centrais”, precursores das grandes usinas atuais, a absorção das terras pelo latifundiarismo progrediu assustadoramente, acentuando a miséria alimentar nesta zona. Nestes últimos cinquenta anos as condições de alimentação da zona açucareira chegaram ao grau mais acentuado de

---

<sup>9</sup> GARCIA JR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

<sup>10</sup> O livro de Caio Prado foi publicado pouco antes da primeira edição de *Geografia da Fome*.

pobreza, e as medidas tomadas até hoje para remediar a situação quase nada têm conseguido.<sup>11</sup>

A partir deste reconhecimento do agravamento das condições alimentares na região, pode-se aferir que Josué compara o avanço da monocultura da cana-de-açúcar com os, até então existentes, cultivos alternativos na região. Na visão de Josué, a utilização de todo um arcabouço de técnicas modernas das usinas, aliada a concentração fundiária, acentuou a problemática alimentar na zona açucareira. Tal processo de modernização teria contribuído para a destruição das florestas e para o esgotamento e erosão dos solos, ameaçando de forma progressiva as condições alimentares na região, bem como agravando os problemas urbanos com o crescimento desordenado das grandes cidades.

Além dos fatores de “expulsão” do campo, Josué critica, no conto *O ciclo do caranguejo*, escrito em 1935, a política populista de Getúlio Vargas, ao se referir a uma espécie de propaganda sobre os feitos sociais a partir da criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio em 1930. O Ministério fora criado em 1930 para interferir por meio dos sindicatos, no conflito entre capital e trabalho, ou entre empregados e patrões. Através dele o Estado buscava controlar as organizações sindicais, e revelava seu caráter corporativista por meio do reconhecimento das organizações sindicais patronais.<sup>12</sup> O conto revela um contexto marcado pela emergência de uma *cidadania regulada*<sup>13</sup> que compreende como cidadãos de direitos aqueles que se encontram inseridos no mercado de trabalho formal. Uma modernização seletiva que mantém afastada a população rural dos benefícios sociais. Almejar uma carteira de trabalho e uma vida nos centros urbanos seria um pré-requisito para se alcançar a “condição de cidadão”.

---

<sup>11</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 123.

<sup>12</sup> Em 1943, é editada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que garantia a estabilidade do emprego, descanso semanal, regulamentação do trabalho de menores, da mulher e do trabalho noturno, a criação da Previdência Social, a instituição da carteira profissional e jornada de trabalho fixada em 8 horas de trabalho.

<sup>13</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Na compreensão do autor: “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (p. 68).

Nesse tempo espalharam pelo interior um boato que o govêrno tinha criado um ministério para defender os interêsses do trabalhador e que com os fiscais da lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome. A família Silva ouviu esta história acreditou piamente e resolveu descer para a cidade, para gozar das vantagens que o govêrno bom oferecia aos pobres.<sup>14</sup>

O encanto frente à perspectiva de melhoria nas condições de vida se desfazia, porém, logo na chegada à cidade, quando os migrantes se deparavam com uma modernização perversa, que dispõe aos olhos os visíveis ares modernos e ao mesmo tempo os torna inacessíveis, ou acessíveis a poucos. “Logo de chegada a família viu que a coisa era outra. Não havia dúvida que a cidade era bonita, com tanto palácio e as ruas fervilhando de automóvel. Mas a vida do operário, apertada como sempre. Muita coisa p`rôs olhos, pouca coisa p`rá barriga”. Com salários insuficientes para cobrir as necessidades básicas, como habitação, alimentação, vestuário entre outras, as condições de vida do trabalhador na cidade transitava não só na pobreza, mas na miséria, pois os rendimentos não eram suficientes nem mesmo para cobrir as necessidades de alimentação adequada. Para aqueles que não se beneficiavam do processo de modernização do campo e da cidade, o jeito era ir para o manguê. Lá, estabelecia-se a camaradagem pelo fornecimento de graça de casa e comida, ou melhor, de mocambo e caranguejo.

Na década de 1930, Castro relata ainda, em outro conto, sua experiência como médico em uma grande fábrica em Recife e suas frustrações frente ao tratamento paliativo requerido pelo diretor da fabrica aos trabalhadores. Os empregados eram considerados preguiçosos por não apresentarem uma doença definida. Josué foi demitido por considerar que a doença que eles tinham era fome, resultante dos baixos salários.

---

<sup>14</sup> CASTRO, Josué de. O ciclo do caranguejo. *A Platéia*, São Paulo, 30 mar. 1935.

## Assistência Social<sup>15</sup>

Fig. 10 Conto *Assistência Social*, 1935.

[...] Doutor, o senhor sabe que nós temos todo o interesse pelo bem-estar e pela saúde dos nossos operários, que foi exatamente isto que nos levou a contratá-lo pagando-lhe 200\$000 por seus serviços médicos. O Sr. Sabe, doutor, que quando algum operário adoece a ponto de

não poder trabalhar nós continuamos a pagar-lhe in-te-gral-men-te...”

O doutor Félix rememorou o número imenso de tuberculosos trabalhando na seção das tintas e que foi um trabalho enorme para mudar os que não podiam respirar ali para outra seção – porque não havia vagas. E eles não queriam ficar sem emprego. Morrer de fome logo de uma vez: preferiam esperar para morrer mesmo de tuberculose.

- “...o senhor sabe, doutor, que todo o remédio que o senhor receita nós fornecemos sem descontar da folha de pagamento...”

O doutor lembrou-se dos salários miseráveis daquela gente de 3 a 6 mil réis por dia.

- “...vê portanto o senhor que temos toda a benevolência e espírito de humanidade com os nossos operários...”

O doutor Félix sorriu melancolicamente mas o sorriso não passou despercebido do gerente que, mudando o tom melífluo de sua voz, continuou irritado:

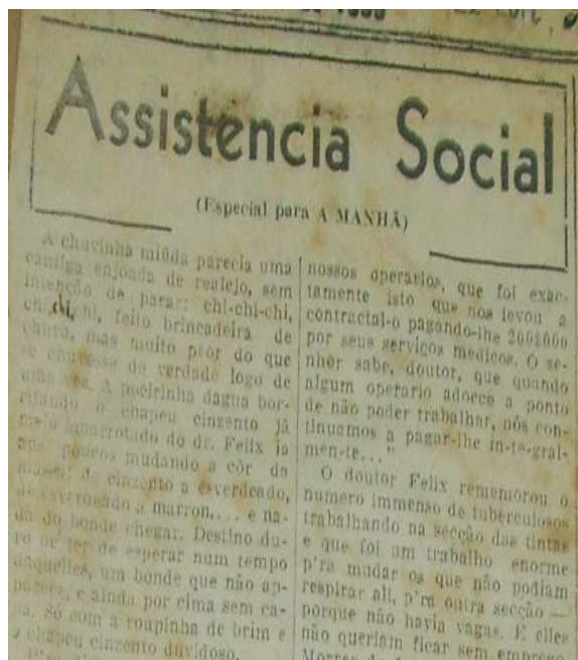
- “Mas o senhor deve compreender que a nossa benevolência tem limites. Não pode ser também de pai para filho. As despesas em remédio estão sendo enormes. É preciso uma providência...”

O dr. Félix teve vontade de dizer que a providência seria dar comida e conforto aos operários para não adoecerem todo dia, mas resolveu calar e continuar ouvindo.

- “...o senhor imagine que o mês passado foram 400\$000 de medicamentos. 400\$000! Senhor doutor... O que o senhor tem que fazer é receitar purgativo para esta cambada de vagabundos...”

O médico não respondeu nada. Saiu do escritório do gerente, entrou na salinha de consulta, tirou o paletó molhado e em mangas de camisa começou a trabalhar. Atendeu a onze operários: cinco tuberculosos, três velhos cardíacos, uma mulher hidrópica e duas crianças anemiadas, subnutridas, da seção de embalagem. Receitou-os como lhe pareceu mais acertado. Mesmo atendendo à sugestão do gerente de que tuberculose em operário não é doença, não lhe pareceu indicado receitar purgativos...

No dia seguinte o jovem médico recebeu uma carta da fábrica onde em nome da diretoria eram dispensados os seus serviços médicos para se proceder a uma reforma na assistência médico-social dos operários. A carta era datada de 5 de março e assinada pelo gerente.



<sup>15</sup> CASTRO, Josué de. *Assistência Social*. A Manhã, Rio, 04 ago. 1935. O conto também consta no livro *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

Em 1932 Josué realizou, por intermédio do Departamento de Saúde Pública do Estado de Pernambuco, um Inquérito sobre *as condições de vida dos operários no Recife*<sup>16</sup>, nele, o autor observa as deficiências qualitativas e quantitativas da alimentação dos trabalhadores e pôde comprovar cientificamente suas constatações advindas da experiência como médico naquela fábrica. Josué argumentava que o problema da fome não deveria ser visto apenas do ponto de vista biológico e que os problemas do atraso e da pobreza não poderiam ser reduzidos a fatores climáticos e étnicos. Esses problemas precisariam ser compreendidos enquanto uma questão social e econômica. A fome do trabalhador é apontada como consequência de um salário insuficiente para adquirir os alimentos necessários a uma alimentação básica<sup>17</sup>. Castro constatou o salário de fome dos trabalhadores, insuficiente para uma alimentação completa e harmônica, chegando à seguinte conclusão: “Diante desta exposição fica evidenciada a péssima qualidade da alimentação operária, sendo seu regime impróprio sob todos os aspectos. Só há uma maneira de alimentar-se pior do que esta: é não comer nada. É por isto, que esta gente não fala em alimentar-se, mas em enganar a fome.”<sup>18</sup>

Este estudo foi o primeiro inquérito realizado, por parte do governo no Brasil, sobre as condições de vida do povo brasileiro, sendo seguido de diversos outros estudos que explicitaram na época, com base nos orçamentos familiares, a problemática alimentar da classe trabalhadora. Ao abrir pistas para este gênero de pesquisa sociológica, logo surgiram inquéritos semelhantes em outras áreas do país. Cabe destacar ainda que o Inquérito realizado por Josué, juntamente com outros do gênero, contribuiu para a emergência da problemática junto à agenda do Estado e

---

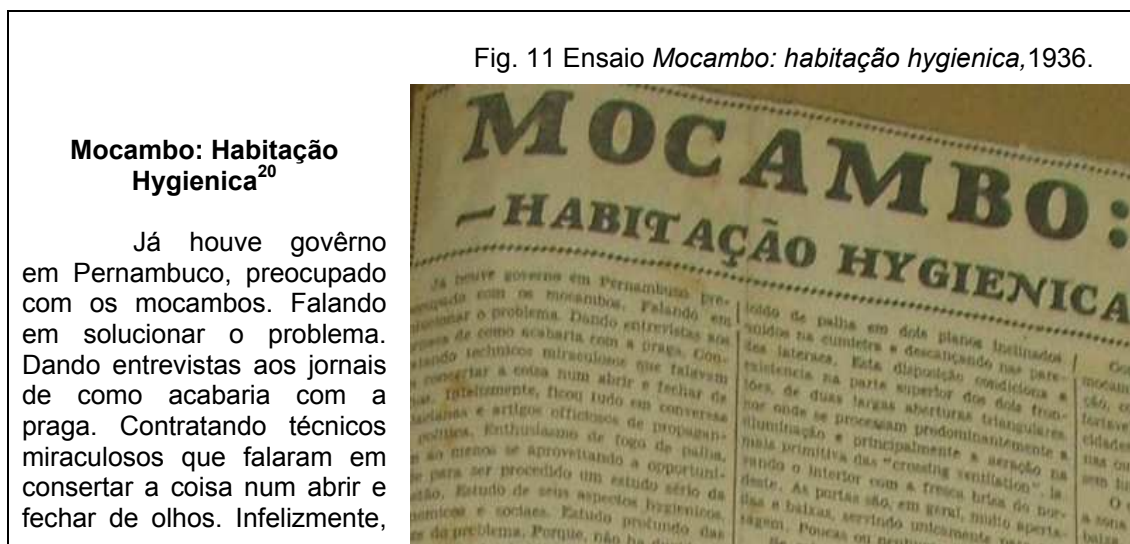
<sup>16</sup> O texto *As condições de vida das classes operárias no Nordeste* foi publicado no livro *Alimentação e Raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

<sup>17</sup> Segundo Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, o resultado deste estudo teve ampla divulgação nacional, provocando a realização de estudos similares, até mesmo daquele que serviu de base para a regulamentação da lei do salário mínimo e da formulação da chamada ração essencial mínima, estabelecida por intermédio do decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. *História, Ciência e Saúde* vol. VIII (2), jul-ago, 2001, p. 323.

<sup>18</sup> CASTRO, Josué de *Alimentação e Raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 104.

para regulamentação do salário mínimo no governo de Getúlio Vargas na década de 1940.<sup>19</sup>

Nos diferentes textos em que Josué aborda a cidade do Recife e principalmente os mocambos, observa-se a aproximação do autor com intelectuais preocupados com a valorização de uma identidade regional e nacional, uma perspectiva que emerge a partir do Manifesto Regionalista de 1926. No entanto, a preocupação central de Josué não foi apenas caracterizar ou descrever um tipo de habitação ou modo de vida que valoriza a região e suas origens primitivas, mas sim revelar as causas da miséria, da fome e das desigualdades sociais, as quais estariam ligadas às estruturas sociais e econômicas do país. O pensamento do autor liga-se, assim, mais aos romancistas sociais da década de 1930 e 1940 que ao regionalismo tradicionalista representado por Gilberto Freyre, um de seus principais teóricos.



<sup>19</sup> Sobre o assunto ver NATAL, Jorge Luiz Alves. *A questão alimentar-nutricional na política econômica (1930-1976)* – Um vai-vem na periferia da agenda pública. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH, Unicamp. Campinas, 1982. Além do inquérito realizado por Josué de Castro, o autor cita outros que surgiram ainda na década de 1930, SOUSA, G.H de P.; CINTRA, A. de U. e CARVALHO, P. E. de. Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo. *Revista Arquivo Municipal* 2(17), out. 1935; DAVIS, H. B. Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo. *Revista Arquivo Municipal*. São Paulo: 2(13), Jan. 1935. LOWRIE, S. M. Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública da municipalidade de São Paulo. *Revista Arquivo Municipal*, vol. 51 a 54.

<sup>20</sup> CASTRO, Josué de. *Mocambo: habitação higienica*. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936. Publicado em *Documentário do Nordeste* com o título *O problema dos mocambos*.

ficou tudo em conversas palacianas e artigos oficiosos de propaganda política. Entusiasmo de fogo de palha, nem ao menos se aproveitando a oportunidade para ser procedido um estudo sério da questão. Estudo de seus aspectos higiênicos, econômicos e sociais. Estudo profundo das raízes do problema.<sup>21</sup> Porque, não há dúvida de que o mocambo, habitação improvisada, onde vive uma grande massa da população do Estado, tem suas fundas raízes, difíceis de serem extirpadas. E, com estas raízes, fincadas no ambiente cultural do Nordeste, não há plano possível de solução do problema. Espécie de planta braba que pega e reponta sempre que se deixa na terra uma pontinha de raiz, a vegetação de mocambos não se extermina com um simples decreto, nem com tentativas empíricas de urbanização.

Gilberto Loyo, eminente sociólogo mexicano, num recente trabalho intitulado “A Política Demográfica”, afirma que o México é um país de choças, onde vive a quase totalidade da população índia, mas não fica na simples afirmação do fato; investiga e apresenta as razões sociais que condicionam esse estado de penúria das habitações, daquela república. É pena que entre nós não se tenha procedido a nenhuma investigação desta ordem, para determinar com segurança, quais as forças diretrizes que fizeram do Recife a capital dos mocambos. E sem este conhecimento integral, que só através de pesquisas sociais se pode adquirir, é ingênuo falar em solucionar o problema. Enquanto não se processarem essas pesquisas, pode-se, apenas, formular algumas hipóteses baseadas na análise e no conhecimento do clima social da região, que tenham talvez algum fundo de verdade. Por exemplo, não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifundismo da cana de açúcar. Na grande área do Estado, de monocultura açucareira, vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona. Fenômeno sociológico explicável, porque, não havendo em toda a região senão uma única fonte de produção econômica e, portanto, uma mesma espécie de trabalho, ficam o grau de opção do trabalhador, a sua liberdade de escolha de trabalho, reduzidos ao mínimo, e isto constitui, como afirma Loria, uma circunstância decisiva para manutenção de um nível baixo de salário.

Esta situação de vida nas usinas provoca a fuga dos inadaptados ao trabalho do açúcar e de todos aqueles que se não podem manter pelos encargos de família dentro deste quadro econômico. E a fuga se processa quase sempre para a cidade, para o Recife, que é o foco de atração de todo o Nordeste.

Estes elementos aí chegando, sem armas técnicas de luta, nem reservas econômicas de nenhuma ordem, ficam durante certo tempo flutuando, desambientados no ritmo urbano e são levados, assim, pela necessidade, a improvisar uma moradia, que por imitação e facilidade natural de construção, é sempre o mocambo. Acresce a esse contingente, o de retirantes, não mais do brejo, da zona das usinas, mas do alto sertão, assolado pelas sêcas. Depois, brejeiros e sertanejos vão pouco a pouco se ambientando, começando a trabalhar, mas raramente conseguem ganhar um salário que lhes permita sair do mangue, levantar-se do nível dos mocambos. O que, porém, não se pode determinar, é a proporção em que entra cada um dos elementos, na formação desta população adventícia da cidade.

Aumenta, assim, dia a dia, o número de mocambos da cidade pela incorporação desses elementos rurais ou pelo desdobramento em novas famílias dos já radicados nos mocambos; cada casal que se forma, construindo, sempre, novo mocambo para morar.

Quase não influem no crescimento da cidade dos mocambos, fenômeno de deslocamento, de translação de elementos de outras camadas urbanas. É fenômeno excepcional, que se desloquem moradores de casas de telhas para os mocambos. Também, não é muito comum a mobilidade no sentido contrário – do mocambo para a casa de telha. O que acontece, quando há melhoria sensível na vida econômica do morador, é o mocambo sofrer retoques ou modificações parciais com a intenção de embelezá-lo, de disfarçar suas

<sup>21</sup> “Este ensaio foi escrito em 1936, quando não havia nada sobre o assunto. Hoje já foram feitas algumas sondagens sociológicas, mas não na escala e profundidade que seria de desejar fossem feitas”. CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

características de mocambo. A substituição da habitual cobertura de palha por uma de zinco constitui uma dessas inovações que traduzem prosperidade. Mal aplicada prosperidade, que em lugar de melhorar, vem piorar, e de muito, as condições higiênicas de mocambo. Já que chegamos a abordar o aspecto higiênico, façamo-lo um pouco mais demoradamente.

O mocambo, em sua expressão mais elementar, reúne até, como recinto habitável, uma boa dose de qualidades higiênicas, fruto da experiência das populações primitivas do Nordeste.

Guardando o estilo das habitações rurais, adaptando a forma, aos novos tipos de materiais de que dispõe, o trabalhador nordestino constrói, muitas vezes, um bom abrigo, de acordo com as condições mesológicas em que vive. Com as paredes de barro batido, num engradado de ripas, formando a estrutura chamada “taipa”, o mocambo tem em regra a forma retangular, com as quatro paredes da mesma altura e é coberto por um tôlido de palha em dois planos inclinados, unidos na cumeeira e descansando nas paredes laterais. Esta disposição condiciona a existência na parte superior dos dois frontões, de duas largas aberturas triangulares, por onde se processam predominantemente a iluminação e principalmente a aeração, no mais primitivo tipo de *crossing ventilation*, lavando o interior com a fresca brisa do Nordeste. As portas são, em geral, muito apertadas e baixas, servindo unicamente para passagem. Poucas ou nenhuma janela.

Se esta disposição especial das paredes, tanto externas como internas, não alcançando a cobertura, constituem uma solução curiosa do problema da ventilação, a cobertura de palha ou capim também constitui um admirável meio de defesa contra o excesso de calor. Estes materiais, pelo volume, de ar que comportam nos interstícios de seus elementos, constituem magníficos isolantes do calor externo, preservando, assim, o ambiente interior dos malefícios do sol tropical, nos dias de verão.

Infelizmente, nem todos os mocambos mantêm esta simplicidade tão racional. Já vimos que se substitui, muitas vezes, a palha pelo zinco, ótimo transmissor do calor, material especialmente feito para transformar o mocambo fresco numa verdadeira estufa.

Também, por efeito de arrebiques e enfeites, levantam-se, muitas vezes, tôdas as paredes do mocambo, até alcançarem a cobertura. Adeus, ventilação e iluminação.

Conclui-se desta exposição rápida que o mocambo, como forma primitiva de habitação, constitui um recinto muito mais confortável do que a maioria das casas de nossas cidades, residências pobres, de tipo europeu, agarradas uma nas outras, forradas de madeira, arrolhadas, sem luz. O que desgraça o mocambo, no Recife, é a zona onde ele é geralmente edificado. Zona baixa, úmida, dos mangues. Zona de lama, de mosquitos e de caranguejos. Única zona urbana que, inadaptável a qualquer produção mais rendosa, é explorada no plantio da vegetação proletária dos mocambos.

Qualquer solução apressada, que os poderes públicos procurem dar a tão complexo problema, talvez fracasse, dando a emenda pior do que o soneto. Dando na construção de gaiolas, verdadeiras assadeiras em série, com material impróprio, disposição arquitetônica em desacordo com as condições do meio, (como a maioria das vilas operárias, construídas entre nós); e onde a população esfalfada, contaminada e subnutrida do Nordeste, que se agüenta vivendo nos mocambos porque lá ainda dorme com gosto, mesmo nas noites quentes, se exterminaria de uma vez, torrada e exangue.

A meu ver, a melhor solução, no momento, para o problema dos mocambos, é cuidar duma porção de outras coisas ligadas ao ambiente cultural que os envolve e não mexer nos mocambos.

No ano de 1936, Josué de Castro escreveu o ensaio *Mocambo: habitação higienica*, quando, segundo o autor, não havia nada sobre o assunto. Em

*Documentário do Nordeste*<sup>22</sup>, Castro afirma que “hoje já foram feitas algumas sondagens sociológicas, mas não na escala e profundidade que seria de desejar fossem feitas.” Compreende-se que a menção refira-se aos textos e livros de Gilberto Freyre, como *Sobrados e mocambos* (1936) e *Mocambos do Nordeste* (1937), sendo o primeiro publicado no mesmo ano em Josué lança seu ensaio. O fato de Castro afirmar que na época não havia nada sobre o assunto, no mesmo ano em que Freyre lançava uma de suas principais obras, *Sobrados e mocambos*, revela outra vez as discordâncias intelectuais de Josué em relação a alguns aspectos do pensamento de Freyre, o que pode ser observado, quando Josué considera, mais de uma década depois, já existir algumas “sondagens sociológicas, mas não na escala e profundidade que seria de desejar fossem feitas”.

No entanto, são perceptíveis também as aproximações entre os referidos autores. No conto, Josué, assim como Freyre, revela as qualidades do mocambo em comparação com outros tipos de habitação urbana. O problema dos mocambos é para Josué a zona onde ele é edificado: baixa e úmida, zona de mosquitos e caranguejos. “Conclui-se desta exposição rápida que o mocambo, como forma primitiva de habitação, constitui um recinto muito mais confortável do que a maioria das casas de nossas cidades, residências pobres, de tipo europeu, agarradas umas nas outras, forradas de madeira, arrolhadas, sem luz”.

No texto, Josué demonstra sua preocupação para com um estudo das raízes do problema. A expansão dos mocambos não seria controlada por um simples decreto ou pelas tentativas “empíricas” de urbanização. Até então não havia nenhuma investigação que determinasse com segurança quais as forças diretrizes que fizeram do Recife a capital dos mocambos. Sem este conhecimento integral do problema mediante pesquisas sociais, seria para Josué ingenuidade falar em solucionar a questão, pois ela está para ele diretamente ligada em questões mais amplas, como a problemática agrária.

Enquanto não se processarem essas pesquisas, pode-se, apenas, formular algumas hipóteses baseadas na análise e no conhecimento do clima social

---

<sup>22</sup> CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957, p. 69.

da região, que tenham talvez algum fundo de verdade. Por exemplo, não pode haver dúvida de que uma das causas diretas da miséria urbana do Recife é o estado de miséria rural condicionado pelo latifúndio da cana de açúcar.<sup>23</sup>

A monocultura açucareira é apontada como uma das principais causas da problemática urbana. Ela estaria contribuindo para o pauperismo e os baixos salários na região das usinas.<sup>24</sup> Sendo esta a única fonte de produção econômica e uma mesma espécie de trabalho, o grau de opção do trabalhador, segundo Josué, estaria reduzido ao mínimo. Esta situação é que provoca a fuga dos “inadaptados” ao trabalho e daqueles que não conseguem se manter pelos encargos de família dentro deste quadro econômico.

Estes elementos aí chegando, sem armas técnicas de luta, nem reservas econômicas de nenhuma ordem, ficam durante certo tempo flutuando, desambientados no ritmo urbano e são levados, assim, pela necessidade, a improvisar uma moradia, que por imitação e facilidade natural de construção, é sempre o mocambo. Acresce a esse contingente, o de retirantes, não mais do brejo, da zona das usinas, mas do alto sertão, assolado pelas secas.<sup>25</sup>

Pode-se aferir que a problemática nordestina refere-se antes às estruturas econômicas e sociais, em especial a questão agrária, que ao problema climático das secas. Este último viria apenas agravar o primeiro. Tal perspectiva, empreendida por Josué, será analisada com mais afinco em capítulo posterior, quando o autor apresenta algumas controvérsias em relação às idéias de Celso Furtado.

Apesar de Josué se aproximar dos ideais nacionalistas – propor uma redução das desigualdades regionais bem como desvendar os elementos valorativos da região nordestina, como a alimentação, os cultivos e a habitação dos negros – o autor se afasta, de algum modo, tanto da perspectiva adotada por Gilberto Freyre,

---

<sup>23</sup> CASTRO, Josué de. Mocambo: habitação higienica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936.

<sup>24</sup> Alguns inquéritos foram utilizados por Castro em *Geografia da fome* (1946) para demonstrar as deficiências salariais e alimentares da região rural nordestina: *Condições de vida do trabalhador na agro-indústria do açúcar*, 1945, de Vasconcellos Tôres, onde o autor observa na zona rural um regime alimentar deficiente e semelhante àqueles dados referentes ao meio urbano. Outro estudo realizado na zona rural em 1939 por Gileno De Carli em oito usinas pernambucanas também comprova os baixos salários do trabalhador rural e a falta de outras opções de trabalho, o que fazia com que ele se submetesse a terrível exploração ou emigrasse para as cidades e para outras zonas econômicas do país.

<sup>25</sup> CASTRO, Josué de. Mocambo: habitação higienica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936.

quanto daquela proposta por Celso Furtado. Josué aproxima-se antes dos romancistas sociais nordestinos, aos quais ele não dispensa referências apologéticas, como assinalado em capítulo anterior.

Neste sentido, o pensamento de Josué de Castro difere de muitas análises sobre o Nordeste que emergem com maior vigor a partir do século XX. Segundo Gadiel Perruci, nelas há a predominância de uma espécie de mitificação que caracteriza a região ou como geradora de “problemas sociais” – cangaço, fanatismo, secas, revoltas camponesas, etc., – ou sob o ponto de vista regional, quando a intelectualidade, especialmente nas décadas de 1920 e 1930 está voltada para dentro da região e descolada do sistema nacional e mundial.

[...] O Nordeste teria sido vítima de uma mitificação/mistificação da classe dominante brasileira, veiculada por intelectuais, tanto os progressistas-liberais como os conservadores, no sentido de manter a região isolada do resto do país, ora como geradora de problemas sociais, ora como reduto da “brasilidade” mais autêntica e, portanto, potencialmente geradora de soluções não alienígenas para os problemas nacionais.<sup>26</sup>

Apesar das diferenças assinaladas, as análises que Josué de Castro desenvolve sobre o espaço urbano, os mocambos e a modernização do país ligam-se ao debate intelectual emergente no Recife a partir das décadas de 1920 e 1930. Ao analisar a questão dos mocambos no ensaio *Mocambo: habitação higienica*, Josué de Castro ressalta que:

Qualquer solução apressada, que os poderes públicos procurem dar a tão complexo problema, talvez fracasse, dando a emenda pior do que o soneto. Dando na construção de gaiolas, verdadeiras assadeiras em série, com material impróprio, disposição arquitetônica em desacôrdo com as condições do meio, (como a maioria das vilas operárias, construídas entre nós); e onde a população esfalfada, contaminada e subnutrida do Nordeste, que se agüenta vivendo nos mocambos porque lá ainda dorme com gôsto, mesmo nas noites quentes, se exterminaria de uma vez, torrada e exangue.

O contexto do texto é permeado por uma política de urbanização que, assim como em outras grandes cidades, consistia por um lado em uma espécie de limpeza

---

<sup>26</sup> PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo da história social e econômica do Nordeste (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 94.

sanitária dos centros urbanos e, por outro, na construção de um projeto arquitetônico “moderno”, com a edificação de moradias, pontes, escolas e também através de novos hábitos de higiene e consumo. Em conjunto com as edificações arquitetônicas, construía-se também sob estes espaços o imaginário de uma vida “urbanizada”, “civilizada” e “moderna”.

A construção deste imaginário pode ser observada com a publicação, na década de 1940, de *Cidades e Sertões: páginas de história e geografia do Brasil*, de José de Lima Figueiredo.<sup>27</sup> Ao descrever o “progresso” atingido pelas modernas capitais e cidades do Brasil (como São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras), Lima Figueiredo (1941) tem como horizonte as grandes indústrias e avenidas, os automóveis e seu dinamismo, o comércio e o ritmo veloz da vida urbana em contraste com os sertões e seus “povos bárbaros”. Estes contrastes podem ser percebidos na descrição que o autor faz, por exemplo, entre outros grandes centros, de São Paulo, a chamada capital do progresso, e da charmosa Recife da época, as quais contrastam com a incivilidade dos povos que habitam o Sertão, como os índios.

De São Paulo caminham as idéias avançadas. Em São Paulo se forjam as molas mais seguras do progresso. Para São Paulo convergem as esperanças do resto do Brasil. (p.13)

A elegante e moderna cidade de Recife compõe-se de um modo geral, de quatro bairros: Santo Antônio, Recife, São José e Boa Vista [...]. Tudo que se desejar encontra-se em Recife: hotéis de primeira ordem, cinemas vastíssimos e teatros modernos, faculdades, colégios, casas de chá, campos de esporte, enfim, tudo. (p. 29)

[...] Após adquirirmos a nossa independência política, deveríamos olhar o arborícola com mais humanidade e fazermos o possível para, protegendo-o, arrancá-lo de todo da barbaria em que se achava e se acha ainda. (p. 205)<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Conforme Gilmar Arruda descreve no seu recente (2000) livro *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*, “José Lima Figueiredo era escritor, engenheiro militar, colaborador ativo da Revista Brasileira de Geografia, participou das missões de mapeamento e reconhecimento das fronteiras, conhecidas como Comissão Rondon, e foi diretor da Ferrovia Noroeste do Brasil nos anos 30 e 40”. p. 17. Lima Figueiredo (1941) foi também utilizado como referência por Arruda (2000) quando analisa o imaginário construído na época sobre as cidades e os sertões.

<sup>28</sup> LIMA FIGUEIREDO, José de. *Cidades e sertões* (páginas de história e geografia do Brasil). Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1941. p. 13, 29 e 205.

A elegante e moderna cidade do Recife é composta, na descrição de Lima Figueiredo, apenas por quatro bairros, não revelando os contrastes oriundos de uma modernização perversa. Ao traçar os espaços que constituem e caracterizam a moderna cidade, ficam de fora as zonas dos mangues: Afogados, Pina, Santo Amaro.

Ainda na década de 1930, Josué de Castro, ao descrever a cidade do Recife, observa que ela é formada pelo contraste entre os diversos bairros: os antigos, históricos e tradicionais, o das repartições públicas, do comércio, dos magros sobrados, do subúrbio, bem como aqueles que se formaram a partir da zona dos mangues. Segundo Josué, em meio a estes contrastes sociais “desnorteadores”, apenas a paisagem natural dos rios é que proporciona um selo inconfundível à cidade. Ao mesmo tempo em que o mocambo representava a poesia primitiva dos negros e a fisionomia africana, ele revelava os contrastes de uma cidade “moderna”, ao ser construído em torno das “Casas Grandes da Veneza Americana”.

Fig. 12 Recife cidade desigual, 1936.

‘Afogados’,  
‘Pina’, ‘Santo  
Amaro’, zonas  
dos mangues,  
dos  
‘mocambos’,  
dos operários,  
dos sem-  
profissão, dos  
inadaptados,  
dos que  
desceram do  
sertão na fome  
e não puderam  
vencer na  
cidade, dos



rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos ‘mocambos’. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de fôlhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> CASTRO, Josué de. Recife: cidade desigual. *Carioca*. Rio, 15 fev. 1936.

Josué, ao se referir aos mocambos como verdadeira senzala remanescente, revela as desigualdades sociais que persistiam para além das antigas fazendas de engenho. Os contrastes entre a Casa Grande e a Senzala deslocavam-se também para os centros urbanos, acompanhando o itinerário dos trabalhadores originários não apenas da região das secas, mas principalmente daqueles da Zona da Mata. A cidade do Recife exibia, em meio a esses contrastes, a persistência da “poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba”. A utilização da palavra “primitiva” parece sinalizar, antes que uma intenção depreciativa, um valor cultural importante para a paisagem regional. Na descrição da cidade persistiam aspectos da cultura negra, apesar destes serem considerados como símbolos do atraso pelas elites dominantes.

O projeto de modernização urbana no Recife era empreendido especialmente contra as habitações primitivas, os mocambos, originários dos negros fugitivos que se refugiavam nos quilombos. Na concepção política dominante da época, estas moradias eram tidas como símbolos do atraso histórico, do tradicional, do campo, do passado. Elementos que se confrontavam com a cidade como imagem do moderno, do futuro, do progresso.

Antonio Paulo Rezende<sup>30</sup> analisa, entre as ações modernizantes, a construção da Vila Operária proposta pelo Prefeito Lima de Castro em substituição aos mocambos. As casas eram de alvenaria, com banheiro, saneamento, água, luz e um pequeno quintal. Elas eram alugadas pela prefeitura por um preço considerado irrisório aos trabalhadores de baixa renda. Estes poderiam se tornar proprietários com um pequeno acréscimo à parcela mensal. Porém, o prefeito não obteve êxito em seu projeto, pois as casas ficaram vazias. Inconformado Lima de Castro afirmou que “as casas populares ficavam vazias porque não davam caranguejos como os mocambos.” O prefeito constatou junto aos moradores que as casas da Vila eram muito luxuosas para as “pretensões” deles. O autor ressalta ainda que os governos de Sérgio Loreto e de Amaury Medeiros destacam-se no serviço de higienização.

---

<sup>30</sup> REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: FUNDAPE, 1997.

Podem-se citar ainda as propostas incendiárias de Arsênio Lemos nos anos vinte e a Cruzada Contra o Mocambo do Interventor Estadual Agamenon Magalhães, a partir de 1937.

Por outro lado, emerge no Recife, principalmente na década de 1930, um debate intelectual que se contrapõe à perspectiva política dominante. Tal debate era oriundo de um movimento pela preservação do patrimônio arquitetônico da região, com raízes no Movimento Regionalista de 1926. Gilberto Freyre destaca, já no Manifesto, a importância dos mocambos enquanto um elemento de valor regional e nacional.

Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e, por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos que só agora o europeu e o norte-americano vêm redescobrimdo e encontrando neles valores e não apenas curiosidades etnográficas ou motivos patológicos para alarmes. O mucambo é um desses valores. Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, da natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres.<sup>31</sup>

Por um lado, o mocambo representa, para os governantes da época, proponentes da política de urbanização, uma ameaça aos valores “modernos”, sinalizando o atraso do país, sendo necessário eliminá-lo. Por outro lado, esta forma de habitação era símbolo da identidade regional e nacional frente à homogenização e impessoalidade da vida “moderna”.

José Tavares Correia de Lira aborda na tese *Mocambo e Cidade* como este tipo de habitação típica dos quilombos adquiriu novo sentido a partir da década de 1920. Estigmatizada, esta forma de habitação, nos centros urbanos, passa a representar para os homens públicos, engenheiros, bacharéis um grande perigo para a higienização da cidade e para a ordem civilizada.

---

<sup>31</sup> FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4 ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1967. p. 37-38.

Começou mais ou menos por esta época, contudo, a designar realidades bem distintas. Para uns, o mocambo tornou-se um dos fatores principais de insalubridade e atraso da capital do Estado; causa, e não apenas sinal, de muitos de seus males higiênicos; perigo social e moral cujas reais proporções precisavam ainda ser conhecidas e apreciadas pelo poder público. Mas na forma misteriosa em que surgia, passou também a ser visto, por outros, principalmente depois da década de 1920, como um tipo primitivo de casa popular do Nordeste do Brasil cujas qualidades arquitetônicas apresentavam algum interesse.<sup>32</sup>

Gilberto Freyre em *Sobrados e mocambos* se posiciona contrário à abordagem dominante e faz elogios a este tipo de habitação como um símbolo da brasilidade que se adapta ao Brasil tropical. O mocambo, se higienizado, apresenta-se especialmente em termos econômicos, ecológicos e culturais superior às casas e pequenos sobrados aburguesados que surgiam nos centros urbanos.

Os que ingênuamente, ou para enfeite de seus programas de um messianismo simplista ou cenográfico, vêm considerando o mucambo ou a palhoça o maior espantelho de nossa vida e querendo resolver o problema da habitação proletária no Norte do Brasil, proibindo o uso da palha na construção de casas pequenas, vêm colocando o problema em termos falsos e inteiramente antibrasileiros e antiecológicos. O mucambo higienizado, com saneamento e piso, parece ser solução inteligentemente ecológica e econômica do nosso problema de habitação proletária no Norte do País, tal como esse problema se apresenta há longos anos aos administradores: exigindo solução imediata. Solução inteligente não só dentro de nossos recursos econômicos imediatos como de acordo com o ambiente, o clima, a paisagem regional.<sup>33</sup>

Apesar de Gilberto Freyre tecer elogios ao mocambo enquanto um tipo de habitação mais adaptada aos trópicos, ele os faz em relação a espaço e tempo com as demais moradias urbanas, especialmente em relação aos sobrados menores e as casas agarradas umas as outras. Porém, o mocambo apresenta-se para Freyre em condições inferiores em relação à harmonia étnica e espacial da Casa Grande. Estas são as considerações de José Tavares Correia de Lira ao afirmar que, no pensamento de Freyre,

---

<sup>32</sup> LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade*: regionalismo na Arquitetura e Ordenação do espaço habitado. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, 1996. p. 07.

<sup>33</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Tomo I. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. p. 232-233.

A idéia de superioridade da habitação em mocambos somente entraria em cena quando a comparação saía do registro da relação entre tempos e espaços distintos, da senzala em relação ao mocambo, do campo em relação à cidade, do latifúndio em relação à industrialização, da escravidão em relação à liberdade, para ser abordada no espaço comum da cidade ocupada pelo trabalhador livre e pelo burguês.<sup>34</sup>

O processo de urbanização e a quebra dos padrões de vida da tradicional Casa Grande teriam contribuído para uma inferiorização das condições de alimentação e habitação. Ao se estabelecer no Brasil a lavoura de cana e a indústria de açúcar, a população foi se definindo, segundo Freyre, em senhor e escravo e o casario colonial em casa de pedra, ou adobe, e em casa de sapé ou palha, em “casa de branco” e em casa de negro ou caboclo, em sobrado e em mocambo.

Quanto a esses negros das senzalas, as evidências, ou pelo menos os indícios são no sentido de que, como nos engenhos e fazendas, eles foram beneficiados por uma alimentação mais regular e por um passadio mais farto que o da gente livre dos cortiços, dos mucambos e das casas térreas das cidades; e que os moradores aparentemente livres das próprias fazendas e engenhos.<sup>35</sup>

Josué de Castro e Gilberto Freyre compartilhavam de uma mesma perspectiva no que se refere à construção da nacionalidade, com a qual ambos procuravam desfazer alguns mitos relativos aos preconceitos de raça e de clima. Para Josué, a mestiçagem não seria a causa da baixa vitalidade do povo brasileiro.

O cruzamento do índio, do negro e do português não gera por fatal hereditariedade um mestiço débil, anêmico e raquítico. Se a maioria dos mulatos se compõe de seres estiolados, com “déficit” mental e incapacidade física, não é por efeito duma tara racial, é por causa do estômago vazio. Não é mal de raça, é mal de fome.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade*: regionalismo na Arquitetura e Ordenação do espaço habitado. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, 1996. p. 74.

<sup>35</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Tomo I. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961. p. 177.

<sup>36</sup> CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. p. 89-90.

Apesar de algumas afinidades intelectuais entre os escritos de Josué das décadas de 1930 e 1940 e duas das principais obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos* Josué de Castro e Gilberto Freyre apresentam, naquele período, fortes divergências refletidas nas concepções de ambos os autores, em torno, por exemplo, da polêmica travada entre ambos ao analisarem a alimentação dos escravos, nos livros *Geografia da Fome* e *Casa Grande & Senzala*. Josué assim se refere à Gilberto Freyre:

Gilberto Freyre afirmou que os mais bem alimentados na região sempre foram os representantes dos dois extremos econômicos: o senhor de engenho e o escravo; o senhor alimentando bem o escravo para que ele produzisse mais.

Que os escravos não eram “uns bem alimentados”, com suas trocas metabólicas bem equilibradas, conclui-se facilmente verificando o número enorme de doenças da nutrição que eles apresentavam. [...]. A rigor, o sociólogo não deveria escrever ‘os mais bem alimentados’, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos.<sup>37</sup>

Segundo Josué, o senhor fornecia ao negro uma dieta mais abundante de feijão, farinha, milho ou toucinho, mas a intenção não era melhorar o seu regime alimentar, e sim, abastecê-lo de maior potencial energético. No entanto, alimentos energéticos não implicavam uma solução para as deficiências alimentares qualitativas. Este tipo de alimentação representava, conforme Josué, apenas maiores quantidades de combustível, pois “o senhor de engenho estava pensando em alimentar a própria cana, em transformar o feijão e a farinha barata em açúcar de muito bom preço, vendido a peso de ouro.”

Para Josué, o Recife era símbolo de um desenvolvimento prematuro de um núcleo demográfico e de atitudes e interesses prematuramente urbanos, em relação ao resto do país e ao meio rural, o que contribuiu para as falhas do padrão alimentar na região. “Enquanto no resto do Brasil continuava um violento contraste entre a pujança da vida rural e a mesquinhez urbana, com cidades sujas e desleixadas,

---

<sup>37</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 147. Em edições posteriores, Castro acrescenta ainda que “São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. [...]”

neste Nordeste agrário surgiu, levantada pelas mãos dos holandeses, em pleno século XVII, a cidade do Recife.”<sup>38</sup>

Na compreensão de Josué, o êxodo rural que levou à expansão da cidade do Recife, atraindo um excesso de população, tem suas origens em dois grupos principais de causas de expulsão: as secas periódicas no sertão nordestino e os salários miseráveis nas zonas das usinas. Nos centros urbanos, esta população passaria a subsistir muitas vezes à margem da economia urbana, vegetando num tipo de vida extremamente precário.

Contrário à perspectiva Freyriana, Josué aborda tanto a problemática alimentar quanto a habitacional como fruto de uma estrutura econômica e social mais ampla, que tem raízes no latifúndio e na monocultura. Apesar das mudanças ocorridas no meio rural com as usinas, elas não se efetivaram no sentido de uma transformação das estruturas econômicas da região, pois foi mantida a concentração fundiária, a monocultura e os níveis baixos de renda da população rural. Tudo isso contribuiu, segundo Josué, para o crescimento desordenado dos centros urbanos.

Josué aproxima-se de um pensamento emergente especialmente a partir dos anos 30, que visa explicar o processo de formação nacional, nossas origens étnicas, culturais, sociais, econômicas que caracterizam o Brasil e nos dão uma singularidade em relação às sociedades européias. No entanto, ao mesmo tempo em que se aproxima do regionalismo nordestino, mantém-se afastado da visão otimista e conservadora de Gilberto Freyre em relação à colonização portuguesa, à família patriarcal e seus desdobramentos sociais. Josué de Castro, sob influência de integrantes do Partido Comunista e das teses do Brasil feudal, mantém uma visão pessimista em relação ao processo de colonização, o que contribui para o desvendamento dos problemas sociais como fruto de estruturas sociais mais amplas. Por outro lado, sua aproximação com a geração de 1930, com a construção de uma identidade nacional e regional, valorizando o sertão e a “agricultura de sustentação” contribuiu para a proposição de um projeto político que incorporasse o

---

<sup>38</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 143. O autor faz referência a Sérgio Buarque de Holanda que, em *Raízes do Brasil*, também assinala o modo prematuro em que se originou a cidade do Recife, ‘a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria mais tarde toda a história pernambucana’.

desenvolvimento da “agricultura de sustentação”, assim como a reforma agrária, como uma das metas prioritárias para o país.

#### **4 Geografia da fome: a inter-relação entre fome, questão agrária e agricultura de sustentação**

Em *Geografia da fome*, Josué de Castro aprimora e condensa suas idéias, anteriormente dispersas, sobre a inter-relação entre fome e questão agrária e a importância da agricultura de sustentação na ampliação das possibilidades alimentares em diferentes regiões. Nesse livro, publicado pela primeira vez em 1946, observam-se as repercussões dessas temáticas, presentes na literatura social nordestina e no pensamento social brasileiro emergente nas décadas de 1930 e 1940. Josué reproduz e inova termos-chaves comuns nos debates e nos escritos da época, interligando três temáticas, até então apresentadas de forma desconectada: fome, questão agrária e agricultura de sustentação. A primeira como expressão tanto da segunda quanto dos obstáculos para o desenvolvimento da terceira.

No ano de 1945, Josué antecipa parte essencial de *Geografia da fome*, interligando essas três questões, em um artigo publicado na Revista *América Indígena*. Nele, o autor destaca que os recursos alimentares defeituosos no Brasil decorrem de uma estrutura econômico-social que sempre trabalhou num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. Apesar dos primeiros colonizadores trazerem a tradição da policultura e de um bom regime alimentar, estas tradições não foram mantidas em decorrência do desenvolvimento da monocultura mercantil sob o alicerce do latifúndio.

Os colonizadores portugueses preocupados pela ambição de enriquecer depressa, de fazerem-se donos da terra, do seu ouro e de seus tesouros, em lugar de continuarem na colônia a rotina do cultivo de plantas de sustentação que lhe forneceriam recursos de uma alimentação completa, lançaram-se com furor, ou na monocultura do açúcar, ouro branco, que exportado, lhe proporcionava lucros fabulosos, ou na busca direta do ouro, oculto nos filões da terra. E nestes misteres mercantis abandonaram por completo sua tradição de poliagricultura e rebaixaram, deste modo, o seu padrão alimentar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. *América Indígena*, vol. V, n. 3. México, jul. 1945.

Observa-se em seu pensamento a importância da agricultura de sustentação no combate à fome e os limites impostos para o seu desenvolvimento decorrentes de um processo de colonização baseado na monocultura e no latifúndio. Em *Geografia da fome*, Josué destaca que a policultura foi praticamente abandonada pelo furor da monocultura. As roças e as plantações de laranja, de manga, de fruta-pão “foram abandonadas à sua sorte ou apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor”.<sup>2</sup>

Na construção de *Geografia da fome*, Josué identifica cinco diferentes áreas alimentares, destas, três são por ele consideradas nitidamente áreas de fome e é nelas que o autor prioriza sua análise: a Área Amazônica, Área do Norte Açucareiro e a do Sertão Nordestino. A construção do texto é repleta de interconexões entre os temas desenvolvidos por Josué e aqueles presentes nos escritos e debates literários e sociais da época. Sua obra, sem romper com a tradição ensaística, constitui um mosaico de inter-relações entre a ciência e a literatura.

Diversos são os termos-chaves comuns no pensamento da época que contribuíram para a inter-relação que Josué desenvolve entre fome e questão agrária e a importância da agricultura de sustentação no combate à fome. Entre eles, destacam-se: a valorização do sertanejo e suas formas de cultivo, a descrição das áreas Zona da Mata e Zona do Sertão, a monocultura e o latifúndio, a desmistificação do Nordeste enquanto uma região naturalmente problemática, a crítica ao modelo de industrialização adotado no país, a oposição aos preconceitos de raça e de clima, os quilombos e a policultura praticada pelos negros, o processo de modernização agrícola, a migração rural-urbana, a urbanização, a fome, a seca, e as condições de vida dos trabalhadores no meio rural e no meio urbano, entre outras.

A influência das discussões e escritos em torno destas temáticas aproximam Josué de uma das principais preocupações que moviam os intelectuais: interpretar a realidade nacional, o passado e o presente, e colaborar no projeto de construção de uma nação moderna. Idéias e ideais que contribuíram para delinear o pensamento

---

<sup>2</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p.110.

de Josué, expresso em ações, projetos e embates políticos que visavam o desenvolvimento da “agricultura de sustentação” e posteriormente, para a sua efetivação, a reforma agrária, como imperativos nacionais. Destacam-se ainda as contribuições daquele contexto no repúdio, por parte do autor, a alguns estereótipos em relação ao Nordeste, como o de região naturalmente problemática, repercutindo posteriormente na atuação política de Josué em prol de uma mudança nas estruturas agrárias nordestinas.

#### **4.1 A fome como uma das expressões da questão agrária**

Josué afirma ser a fome uma expressão de questões econômicas e sociais, entre elas, a estrutura agrária tradicional, oriunda do processo de colonização. A pobreza e a miséria no país foram agravadas, na acepção do autor, com o processo de urbanização que não modificou a alta concentração de terra e de riquezas. Josué contribui, assim, para quebrar preconceitos de raça e de clima em relação às causas da fome. A crítica do autor refere-se a um tipo de economia mercantil baseada na exportação de matérias-primas e produtos tropicais que contribuiu para a expansão comercial da Europa e posteriormente dos Estados Unidos, e na importação de produtos acabados, comprados a preços bem superiores.

A fome seria assim consequência de um passado histórico, marcado por uma economia cujo fim não era o homem e suas necessidades, mas a busca do lucro em ciclos sucessivos de economia destrutiva, fundamentados, na maioria das vezes, no latifúndio e na monocultura. Diversos foram os ciclos históricos que marcaram a economia do país: “o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade” do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação”.<sup>3</sup>

Entre as deficiências alimentares apontadas na análise que Josué realiza sobre a região Amazônica, a mais grave é a de vitaminas do complexo B. A

---

<sup>3</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 292.

incidência desta carência alimentar desenvolveu-se no ciclo da monocultura da borracha que durou de 1870 a 1910. Nessa época o beribéri – doença causada pela carência de vitamina B1 – assolou a região, atingindo pelo menos 50% da população. Na compreensão de Josué, as causas da doença advêm de fenômenos econômico-sociais. Como a borracha alcançara alto preço nos mercados mundiais, as populações amazônicas – as nativas e as “alienígenas” ali chegadas – não cuidaram mais de outra coisa, concentrando toda a sua atividade na colheita do látex precioso.

A alimentação regional sofreu tremenda crise. Passou a ser constituída quase que exclusivamente de alimentos secos, de conservas importadas de terras distantes. O regime alimentar do seringueiro era composto de carne-sêca ou charque, *corned-beef*, feijão empedrado ou bichado, farinha d’água, arroz sem casca, conservas em latas, doce, chocolate e bebidas alcoólicas, importadas diretamente da Europa. O beribéri só declinou quando terminou o monopólio da borracha. O ciclo monocultor gerou uma série de problemas ambientais e sociais.

Destruição da riqueza vegetal com as seringueiras sangradas até a última gôta do seu látex, com os peixes e as tartarugas destruídos sem discernimento, quase até o extermínio das espécies. Sem nenhuma preocupação de melhorar o processo de agricultura primitiva nem de ampliar a sua área de cultivo.<sup>4</sup>

Em algumas passagens de *Geografia da fome*, pode-se observar a influência de algumas idéias de Daniel de Carvalho<sup>5</sup> em relação aos processos de cultivo utilizados pelos índios na área Amazônica. Nesta região, apenas em zonas limitadas e utilizando processos rudimentares se teria estabelecido uma cultura primitiva de certos produtos de alimentação, como a da mandioca, do milho, do arroz e do feijão. Culturas apontadas como insignificantes, desenvolvidas em pequenas áreas conquistadas pelo processo das queimadas, de uso “pré-colombiano”, sendo as sementes lançadas ao solo mal preparado, ainda entulhado de troncos, de galhos e

---

<sup>4</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p.100.

<sup>5</sup> Ministro da Agricultura no Governo de Eurico Gaspar Dutra e um dos principais idealizadores do projeto de reforma agrária daquele Governo.

de garranchos meio-carbonizados. “Herdamos do índio o sistema vampírico das derrubadas e das queimadas inclementes, sem as quais o lavrador não acredita que o milho possa deitar espigas bem granadas. Quando não há mais mata, ou capoeira para o sacrifício anual do fogo, o roceiro perde a esperança das colheitas abundantes...” A afirmação anterior é de Daniel de Carvalho (*Discursos e Conferências*, 1941) e encontra-se citada no livro *Geografia da fome*.<sup>6</sup>

Apesar de Josué, posteriormente, analisar a importância do índio na defesa da floresta e na obtenção de recursos alimentares abundantes, na passagem anterior, deixa transparecer a influência de Daniel de Carvalho. No entanto, diferindo de Josué, Carvalho apresenta propostas e idéias pertinentes à estratégia conservadora de modernização no campo, incutida tanto nos discursos quanto nas práticas políticas que visavam tomar medidas corretivas para sanar determinados problemas no setor agrícola e evitar assim uma mudança na estrutura agrária.<sup>7</sup> Mudar, inovar no plano técnico, instrumental e científico sem que as bases da estrutura agrária fossem abaladas, conservando-se o que para Josué representava um dos maiores empecilhos no combate à fome no país.

Desde a década de 1920 observam-se ideais de uma modernização conservadora no imaginário de Daniel de Carvalho, reproduzidos em diversos de seus discursos como paraninfo em cursos de agronomia, como o intitulado *Volta aos campos*, para a turma de agrônomos da Escola D. Bosco, em Cachoeira do Campo (MG), no dia 20 de novembro de 1924:

Como o problema brasileiro é essencialmente um problema de produção agrícola, conforme o demonstrou João Pinheiro, em paginas immortaes, é mister gravar no espirito, divulgar e repetir o conceito luminoso de Raul Soares: Cumpre ao governo ter suas vistas permanentemente voltadas para o trato nobilitante da terra, encaminhar um pouco de civilização e de conforto para a vida das fazendas, persistir na nossa regeneração agraria, atenuar, supprimir todos os embaraços ao desenvolvimento agrícola.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 57.

<sup>7</sup> Em 1947, é lançado por iniciativa do governo, em especial do Ministério da Agricultura e de seu Ministro Daniel de Carvalho, o projeto de Reforma Agrária. Este projeto apresenta-se de forma a amenizar a radicalidade em torno distribuição de terras propostas três meses antes no projeto pioneiro de Nestor Duarte, o qual abre a discussão sobre o tema no Congresso.

<sup>8</sup> CARVALHO, Daniel de. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. S/A, 1941. p. 48-49.

Os discursos de Daniel de Carvalho expressavam a necessidade de transformar os processos empíricos de exploração da terra herdados dos índios e dos negros em uma “verdadeira agricultura”. A proposta referia-se a modernização, comercialização e industrialização da agricultura, com a permanência das garantias jurídicas do direito à propriedade. As medidas a serem tomadas não expressam a necessidade de uma reforma agrária e sim abrange os problemas ligados à produção e a comercialização agrícola: fundação de escolas de agronomia, criação de crédito agrícola, abertura de estradas, saneamento rural, entre outras.

A idéia de mudar o país com o intuito de se construir uma nação moderna<sup>9</sup> acentuou-se a partir da década de 1930, sob a perspectiva de que a Revolução possibilitaria ao país “entrar no ritmo da história”. A partir daí, surgiram as principais interpretações do Brasil moderno: o capitalismo nacional, a industrialização, o planejamento governamental, a reforma do sistema de ensino, a reforma agrária, a institucionalização de garantias democráticas, a superação da preguiça pelo trabalho entre outras.<sup>10</sup> Porém, a mudança pretendida por determinados atores nem sempre almejou um aperfeiçoamento das condições sociais, econômicas e políticas. A mudança pode representar uma das máximas do pensamento conservador: “mudar para permanecer como está”. Octávio Ianni ao se referir às idéias de Brasil moderno assinala que apesar desta proposição estar presente nos escritos de vários autores,

---

<sup>9</sup> Cabe aqui assinalar a diferença entre modernização e modernidade desenvolvida por Norbert Lechner no artigo *A modernidade e a modernização são compatíveis?* O desafio da democracia Latino-americana. *Lua Nova*, n. 21, São Paulo, set.1990. Enquanto a primeira refere-se ao desenvolvimento da racionalidade instrumental, a previsibilidade e ao controle dos processos sociais e naturais, a segunda refere-se à racionalidade normativa, a autodeterminação política e a autonomia moral. O autor analisa a tensão existente entre ambas nos países da América Latina em um contexto de integração transnacional e desintegração nacional. Esta dialética estaria gerando um novo dualismo. “Já não se trata de um setor tradicional justaposto ao setor moderno e que possa ser simplesmente considerado como “obstáculo ao desenvolvimento” deste último, trata-se de uma exclusão produzida pela própria modernização.” Segundo o autor, apesar das categorias de racionalidade técnico-instrumental (o cálculo/custo manifestado na eficácia, produtividade, competitividade, etc.) e dos valores de racionalidade normativa (soberania popular, direitos humanos) serem considerados normas universais, o mesmo não acontece com as instituições. A modernidade estaria sofrendo um déficit institucional para enfrentar a dinâmica da modernização. O texto remete ao fato de que ao se consentir com a idéia de modernização como um dos requisitos para se alcançar um desenvolvimento social, isso não implica aceitar um modelo único de modernização. No caso da América Latina o maior problema é pontuado pelo desenvolvimento de uma modernização com uma precária modernidade.

<sup>10</sup> IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 32

[...] não se trata de imaginar que todos pretendem o futuro, ou o presente aperfeiçoado. São múltiplas e contraditórias as interpretações e diretrizes de uns e outros. Trata-se de um amplo leque, no qual se encontra inclusive os que preferem corrigir o presente pelos parâmetros passados, preconizando a modernização conservadora.<sup>11</sup>

A idéia de mudar para permanecer como está parece ter predominado, já nas décadas de 1930 e 1940, no que se refere à fundamentação ideológica das ações políticas em torno da modernização agrícola. Mudar, inovar no plano técnico, instrumental e científico sem que as bases da estrutura agrária fossem abaladas. A estratégia conservadora de “progresso” incutida tanto nos discursos quanto nas práticas políticas visava tomar medidas corretivas para sanar determinados problemas no setor agrícola e evitar assim uma mudança na estrutura agrária.

As proposições de Josué de Castro também abrangem a modernização agrícola, porém a esta se acrescenta outro pilar essencial: o combate ao latifúndio e à monocultura. Suas idéias encontravam-se inseridas nas discussões daquela época que visavam uma solução para a problemática da alimentação, agravada com o processo de urbanização. O período é marcado por um clima de preocupação política frente à amplitude e ao aprofundamento da crise alimentar que o país enfrentava. A partir de 1938, criava-se a representação de um novo marco nas relações entre indústria e agricultura, disseminando-se a imagem de que o país “deixava de ser essencialmente agrícola”, como se observa em artigo do periódico *O Observador Econômico e Financeiro*, n. 135, de 1947.

As idéias de Josué aproximam-se e são absorvidas, em parte, em algumas questões postas por Daniel de Carvalho. Porém, a proposta de Josué apresenta grandes diferenciais: ela abrange o combate ao latifúndio e à monocultura e o incentivo à policultura. As aproximações das idéias de Josué com os argumentos de Carvalho referem-se à crítica as idéias industrializantes e a necessidade de se buscar um desenvolvimento equilibrado entre indústria e agricultura.

---

<sup>11</sup> IANNI, Octávio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

Esta situação de sub-nutrição crônica se vem acentuando nos últimos anos pelo crescimento normal de nossas populações, sem o incremento correlato da produção, pelos erros graves da política econômica do governo brasileiro quando estabeleceu privilégios desproporcionados para a indústria nacional, deixando quase ao abandono as atividades agrícolas.<sup>12</sup>

Quando Josué ressalta o abandono das atividades agrícolas, refere-se aos incentivos a uma política de industrialização sem o correlato aumento na produção de alimentos. Através de dados estatísticos demonstra que naqueles últimos quinze anos houvera um aumento de apenas 25% na produção de alimentos e, por outro lado, um aumento de cerca de 400% na produção de matérias-primas para a indústria. Tal fato teria contribuído para o agravamento da situação alimentar no país. Josué ressalta a importância de se incrementar a produção por meio da ampliação das possibilidades para o desenvolvimento da agricultura intensiva de subsistência<sup>13</sup> que seria, segundo o autor, capaz de matar a fome do povo. Para agir sobre a alarmante situação que o país vivia em termos de alimentação, Josué alerta para que as elites dirigentes, o governo, as classes intelectuais e produtivas encarem o problema em suas devidas proporções e propõe que se formule um plano sistematizado de política alimentar, para o qual, destaca como urgente o incremento da produção através das seguintes medidas:

a) Combate ao latifundiarismo, principalmente nas contingências em que grandes extensões de terra permaneçam improdutivas; b) Combate à monocultura em largas extensões sem zonas de abastecimento alimentar dos grupos humanos utilizados no monocultivo; c) Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação; d) Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poli-agricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto; e) Mecanização intensiva de nossa lavoura, da qual dependem os desafios produtivos de toda nossa economia agrícola; f) Controle e orientação da produção total, tendo como primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas de nosso povo, como segunda etapa, a satisfação de suas necessidades ótimas e como terceira etapa, a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação; g) Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção, pela fixação do preço mínimo compensador, procedendo-se de outra parte à progressiva diminuição,

---

<sup>12</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 299.

<sup>13</sup> Quando o autor se referia a agricultura intensiva de subsistência, opunha-a à agricultura extensiva, ao monocultivo de alguns produtos para exportação.

senão absoluta isenção, de impostos da terra, destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação; h) Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares desde que se estabeleça em base de sadia cooperação dos interesses de produtores e consumidores.<sup>14</sup>

Josué propõe um combate aos latifúndios e à monocultura e sugere o incentivo à policultura por meio de uma modernização intensiva, que viria satisfazer as necessidades alimentares do povo, diferentemente, portanto, daquela implantada nas grandes propriedades monocultoras. Propõe ainda o incentivo ao cooperativismo e ao cultivo dos produtos de sustentação por meio da isenção de impostos. Medidas estas visualizadas pelo autor como uma saída para a crise alimentar do país.

A partir do processo de redemocratização do país e após a publicação de *Geografia da fome*, políticos e intelectuais passam a questionar a prosperidade industrial do país. Esta não seria artificial ou ilusória? O desenvolvimento industrial não estaria ocorrendo à custa do aviltamento da agricultura? Nesse contexto, as idéias de Josué são em parte acolhidas pelo Governo, pelo menos no que se refere à análise da problemática alimentar no país e na constatação da urgência de se traçar políticas direcionadas à solução da crise. Porém, em termos práticos, as propostas do governo Dutra divergem daquelas que visavam uma mudança na estrutura agrária do país, como as sugeridas por Josué de Castro e por outros intelectuais, como Nestor Duarte, que, em 1947, introduziu o tema da reforma agrária no plenário da Câmara dos Deputados.

Em um artigo publicado em 1949<sup>15</sup> Daniel de Carvalho problematiza a questão do excesso de investimentos na indústria e o abandono da agricultura de forma semelhante à de Josué de Castro. O Ministro até mesmo reproduz parte das idéias contidas em *Geografia da fome* ao tratar do problema da subnutrição no país. Entretanto, pode-se destacar que as semelhanças permanecem apenas em alguns aspectos da problematização da crise (como no caso dos excessivos investimentos na indústria), pois as propostas são diferentes e apontam perspectivas políticas

---

<sup>14</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 302-303

<sup>15</sup> CARVALHO, Daniel de. Estrutura agrária do Brasil. *O observador econômico e financeiro*, n. 162, jul. 1949.

divergentes. No referido artigo, publicado três anos após a primeira edição de *Geografia da fome*, o autor se empenha em fazer objeção às “idéias correntes” de que a produção está estacionária e é insuficiente para a alimentação do povo. Carvalho opõe-se às idéias que apontavam nas várias regiões o povo sofrendo por doenças oriundas da subnutrição, argumentando que ele mesmo mudou de opinião após viagens pelo interior e por meio de estudos e cifras.

Carvalho ressalta ter sido um erro ele mesmo afirmar que a nossa produção de gêneros alimentícios não estava acompanhando o crescimento demográfico. O Ministro declara que se for levado em conta a diversificação observada na produção agrícola e pastoril e computada a totalidade dos produtos alimentares, a conclusão será diferente e mostrará que é satisfatório o crescimento da produção, não só em quantidade como em qualidade. Ao mudar de opinião e expor tais argumentos, Daniel de Carvalho busca sanar os impactos de *Geografia da fome* e a análise que Josué faz sobre o problema da fome no país e suas causas, com destaque à interligação com a questão agrária e à necessidade do desenvolvimento da agricultura de sustentação no combate ao problema.

No artigo, o autor tenta justificar que o fenômeno da subnutrição é universal, existindo até mesmo em países com os mais altos padrões de vida. Ao se referir ao problema no Brasil, o Ministro utiliza-se de parte da análise feita por Josué, porém tenta amenizar a gravidade da questão. No Brasil, onde há regiões de notória carência alimentar não se poderia falar em um fenômeno geral de subnutrição, porque as populações de São Paulo e para o Sul, alimentadas com carne, trigo, frutas, ovos, legumes e mel, poderiam ser consideradas entre as de melhor padrão alimentar conhecido. E mesmo na região Nordeste, o sertanejo, apesar de castigado pelas irregularidades climáticas, apresenta um tipo de alimentação superior ao da Zona da Mata.

Os diferentes regimes alimentares da Zona da Mata e do Sertão são enfatizados por Josué de Castro em *Geografia da fome*. No entanto, Josué afirma que esta diferença decorre da forma como a Zona da Mata foi explorada pelos colonizadores que sacrificaram todas as possibilidades de outros cultivos de plantas alimentares em razão do plantio exclusivo da cana-de-açúcar. O que para Josué

constituía os dois principais problemas no regime de alimentação do país – o latifúndio e a monocultura – era quase negado em sua existência por Daniel de Carvalho. “Nunca houve, propriamente, monocultura, exclusiva produção de cana, e, sim, apenas, predominância do açúcar como artigo de exportação”.<sup>16</sup> Quanto ao sistema colonial da grande fazenda, este estaria, segundo o autor, desaparecendo e dando lugar à grande fazenda produtiva que emprega meeiros e assalariados e à pequena em que trabalha a família do dono. “Feitas essas ressalvas e retificações ao exagero das idéias correntes sobre a nossa produção agrária e sobre os índices de subnutrição e carência alimentar do nosso povo, cumpre-nos positivar que a produção agropecuária brasileira racionalmente usada, basta, em quantidade, para alimentação do nosso povo”.<sup>17</sup> Nas palavras de Daniel de Carvalho fica clara a tentativa de se amenizar a problemática da alimentação e da questão agrária, o que revela certo receio de se tocar na estrutura agrária do país, pois, em sua concepção, com um simples “uso racional da produção” os problemas seriam solucionados.

A partir de uma interpretação sócio-histórica da realidade brasileira e inspirado na ética da aventura, de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, Josué analisa o processo em curso no país como um “novo”, porém, contínuo espírito aventureiro de busca de riqueza, notoriedade e prosperidade sem custo. Este espírito teria contribuído para o sistema de geração de riqueza baseado no latifúndio e na mão-de-obra escrava e, novamente, segundo Josué, estaria direcionando a política de industrialização no país em moldes produtivistas e, dessa vez, urbanos<sup>18</sup>.

É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas, logo a seguir, corrompendo os processos de criação de riqueza no país. É o “fique rico” tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda nas suas *Raízes do Brasil*, a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Daniel de. Estrutura agrária do Brasil. *O observador econômico e financeiro*, n. 162, jul. 1949. p. 44.

<sup>17</sup> Ibidem. p. 46.

<sup>18</sup> A crítica de Josué ao modelo industrial de desenvolvimento nacional apresentava-se ainda mais acentuada em edições posteriores de *Geografia da fome*, quando o autor acrescenta ao livro o seguinte subtítulo: *O dilema entre o pão e o aço*.

<sup>19</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 292.

Destaca-se a crítica de Josué às propostas desenvolvimentistas emergentes a partir da década de 1930, especialmente a centralização de recursos públicos e investimentos na indústria e nos centros urbanos. Na proposta de Josué observa-se não apenas a compreensão da fome como uma das expressões da questão agrária, mas também o seu claro posicionamento a favor de uma intervenção do Estado através de uma política de incentivos para a “agricultura de sustentação”. Os ciclos sucessivos de uma “economia destrutiva” que culminaram, na compreensão de Josué, numa “industrialização artificial” seriam fruto da inaptidão do Estado para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo.<sup>20</sup>

Incapacidade do poder político de dirigir em moldes sensatos, a aventura da colonização e da organização social da nacionalidade, a princípio por sua tenuidade e fraqueza potencial diante da fortaleza e independência dos senhores de terra, “manda-chuvas” em seus domínios de porteiras fechadas, indiferentes aos regulamentos e às ordens do governo que viessem a contrariar seus interesses; e ultimamente, num contrastante exagero noutro sentido, no excesso centralizante do poder, tirando das unidades regionais quase tôdas as receitas e todos os direitos para depô-los nos braços, um tanto curtos, em espalhar benefícios, do poder central. Sempre, pois, atuando o Govêrno com uma noção inadequada do uso da fôrça política para levar a bom termo a empresa administrativa de tão extenso território. Conseqüência da centralização absurda e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado. Urbanização que, não encontrando no país nenhuma civilização rural bem enraizada, veio acentuar de maneira alarmante a nossa deficiência alimentar. Não é que a industrialização seja um mal em si mesma. Ela representa uma face de transição obrigatória entre a economia agrária pura e a agro-industrial.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Em edições posteriores de *Geografia da fome*, o debate é complementado pela questão da inaptidão do Estado em relação aos interesses nacionais e a dos monopólios estrangeiros: “Foram os interesses alienígenas que predominaram, orientando a nossa economia para a exploração primária da terra e para a exportação das matérias-primas assim obtidas. Desenvolveu desta forma o Brasil a sua vocação oceânica, exportando tôda sua riqueza potencial – a riqueza do seu solo e de sua mão-de-obra – por preços irrisórios. E não sobrando recursos para atender as necessidades internas do país: bens de consumo para o seu povo e equipamentos para o seu progresso. Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo.” CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. p. 265.

<sup>21</sup> CASTRO, Josué de. op. cit. p. 293.

Uma civilização rural “bem enraizada” se referia a uma “exploração racional do solo”, como complementa o autor em edições posteriores de *Geografia da fome*. Esta equivaleria a uma utilização das amplas áreas de terras improdutivas, em especial, para a produção de gêneros alimentícios. A produção insuficiente resultava, segundo o autor, nos coeficientes de consumo per capita alimentar dos mais baixos nas listas de consumo internacional, principalmente dos alimentos protetores, como a carne, o leite, o queijo, a manteiga, as frutas e verduras. “Quatro séculos depois vamos encontrar um país que se diz agrícola e que apenas dispõe de cerca de 2% de suas terras trabalhadas no cultivo de utilidades e dessa área insignificante só a terça parte se destinando à produção de gêneros alimentícios”.<sup>22</sup>

Tal posicionamento diverge das idéias da corrente hegemônica desenvolvimentista que defendia prioridades de investimento na industrialização planejada como via de superação do “atraso brasileiro”.<sup>23</sup> Apesar do pensamento de Roberto Simonsen, principal representante dos desenvolvimentistas do setor privado, exercer influência na análise histórica que Josué desenvolve sobre os ciclos econômicos no Brasil, suas idéias divergem no que se refere à prioridade de investimentos para um plano de desenvolvimento. Simonsen recebe influência de Manoilescu, autor que teria demonstrado “os fundamentos científicos do protecionismo”.<sup>24</sup> Manoilescu defendia a superioridade da indústria sobre a agricultura, e, a partir daí, encaminhava a adoção de uma série de medidas protecionistas.<sup>25</sup> “O contraste entre a produtividade industrial e agrícola é maior nos países agrícolas e atrasados e menos nos países industriais e adiantados. Do exposto resulta que, para os países agrícolas e atrasados, há maior vantagem relativa em passar das ocupações agrícolas às industriais”.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 295.

<sup>23</sup> Sobre as principais correntes desenvolvimentistas no Brasil, ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

<sup>24</sup> SIMONSEN, Roberto. *As finanças e a indústria*. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

<sup>25</sup> Simonsen não só reproduziu as conclusões de Manoilescu como mandou traduzir seu livro *Teoria do Protecionismo e da permuta internacional*. BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit. p. 87.

<sup>26</sup> MANOILESCU, M. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. São Paulo: CIESP, 1931. p. 66.

No artigo publicado em *América Indígena*, no ano de 1945, Josué já analisa que o processo de urbanização, o nascimento das grandes cidades, a predominância das atividades urbanas sobre as rurais e o conseqüente abandono relativo da vida do campo criaram graves dificuldades. Entre elas a concentração das populações nas profissões de operários industriais, de pequenos funcionários e de comerciantes, todos vivendo de salários insuficientes para as suas necessidades básicas de vida, das quais a mais prejudicada é a alimentação.<sup>27</sup> As conseqüências do processo de industrialização e modernização no meio rural do Nordeste, apontadas por Caio Prado Jr, em *História Econômica do Brasil* (1945), são também fonte para a análise que Josué realiza em *Geografia da fome*. A partir de fins do século XIX, com os engenhos centrais e posteriormente com as usinas, as transformações geradas com o processo de industrialização do açúcar agravaram a concentração de terras e as condições de alimentação nesta região.

Josué analisa que no processo de industrialização em curso no Brasil persistia a fome, a miséria, a desigualdade e a problemática agrária. As causas da persistência desses problemas encontram-se, na percepção de Josué, na falta de incentivos ao desenvolvimento de uma economia que atendesse as necessidades elementares do homem, especialmente as alimentares. A história do país é marcada por ciclos sucessivos de economia destrutiva, fundamentados, na maioria das vezes, no latifúndio e na monocultura, cujos fins não eram o homem e suas necessidades. A busca incessante do lucro em históricos ciclos econômicos que dificultaram o desenvolvimento da agricultura de sustentação produziu e reproduziu as desigualdades e a fome em diferentes regiões do país. Pode-se aferir que Josué argumenta que um dos principais empecilhos para o combate à miséria no país é o conjunto de barreiras que dificulta o desenvolvimento da agricultura de sustentação, entre elas latifúndio e a monocultura e o injusto critério de investimento nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país.

---

<sup>27</sup> CASTRO, Josué de. *América Indígena*. vol. V, n. 3. México, jul. 1945.

## **4.2 O índio, o negro e a agricultura de sustentação**

O pensamento de Josué de Castro encontra-se imbuído de uma perspectiva emergente, a partir da década de 1920 e 1930 com o movimento modernista e o regionalismo nordestino, de valorização das raízes culturais que constituíam o país, entre elas as de origem indígena e africana. O papel do negro e do índio passa a ser valorado por Josué na ampliação das possibilidades alimentares do país. A importância do negro e de sua agricultura de sustentação aparece no pensamento do autor já na década de 1930, frente ao clima intelectual gerado a partir dos escritos de Gilberto Freyre.

Em *Geografia da fome*, Josué destaca a contribuição da cultura e dos valores indígenas na obtenção de recursos alimentares, na defesa da floresta e na restrição à expansão da monocultura e suas funestas consequências. Apesar das críticas de Josué aos processos de queimada utilizados pelos índios, anteriormente expostas, o autor ressalta a importância da cultura indígena para a diversidade alimentar. Esta advém da rebeldia de negar-se ao trabalho na monocultura comercial, moderando assim, sua expansão.

Quando se quer desvalorizar a influência do indígena, a sua contribuição na obtenção de recursos alimentares abundantes, acusa-se este elemento racial de rebelde ao trabalho agrícola, à disciplina do trabalho nas fazendas, mas não se esclarece que o trabalho que os feitores exigiam dele era o da agricultura comercial, o plantio da cana para fabricação do açúcar. Agricultura pela qual não podia o indígena sentir a menor atração por lhe faltar todo espírito mercantil. Esquivando-se a este tipo de trabalho, resistindo desta forma à pressão da monocultura, o índio foi mais benéfico do que nocivo ao equilíbrio da região. Fazendo da floresta o seu reduto e defendendo-a com arcos e flechas, o índio moderou a expansão da monocultura e suas funestas consequências.<sup>28</sup>

No artigo publicado em 1945, Josué destaca a relevância dos cultivos dos negros na alimentação brasileira. Trazendo da África uma boa tradição agrícola, o negro foi a “fôrça criadora de nossa agricultura e contribuiu para que os nossos

---

<sup>28</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 132.

recursos alimentares não se tornassem ainda mais exíguos”.<sup>29</sup> Josué deixa transparecer o que concebe como “boa tradição agrícola” ou simplesmente “agricultura”. O autor valoriza na formação sócio-histórica do país a agricultura de sustentação, ou seja, a que contribuiu para uma ampliação de nossas possibilidades alimentares.

O pensamento de Josué é influenciado por uma perspectiva, emergente no país a partir da década de 1930 com os trabalhos de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, de reconhecimento da importância do negro e das raízes culturais africanas na formação social do país. A preocupação de Josué vai além da tentativa de desmistificar preconceitos raciais, pois abrange, no caso do negro, um modo de vida e de cultivo: a agricultura de sustentação. Esta foi limitada por uma estrutura econômica e social historicamente marcada pela opressão do latifúndio e da monocultura.

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura, de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo as ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas suas raízes culturais violentamente arrancadas.<sup>30</sup>

Estes roçados baseados na policultura, tão benéficos para as condições alimentares da região, foram em diversas ocasiões violentamente destruídos por um sistema econômico e opressor que não impunha limites às ações. Para a análise desta questão, Josué utiliza uma fonte teórica ainda pouco abordada em sua época: o livro *República dos Palmares* de Edison Carneiro, publicado em 1946. No prefácio de *Geografia da fome* Josué faz um agradecimento especial ao autor por ter emprestado, na época, os originais do livro:

---

<sup>29</sup> CASTRO, Josué de. *América Indígena*. vol. V, n. 3. México, jul. 1945.

<sup>30</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 114.

A Edson Carneiro, sério estudioso dos problemas negros no Brasil, pela amabilidade que teve de nos emprestar os originais do seu livro ainda inédito sobre os Palmares, pondo ao nosso alcance informações de primeira ordem sobre a agricultura dos negros fugitivos dos engenhos do Nordeste e acantonados nos quilombos.<sup>31</sup>

Ambos os autores compartilhavam um clima intelectual emergente no Nordeste. Assim como Josué que fez parte de um grupo de rebelados que contestavam a fase contemplativa da literatura no Recife na década de 1930, Edson Carneiro foi um dos autores “rebeldes” de seu tempo. Carneiro fez parte da *Academia dos Rebeldes*, formada por outros escritores como Pinheiro Viegas, Jorge Amado, Sosígenes Costa, Áydano Ferraz, Guilherme Dias Gomes, João Alves Ribeiro, Walter da Silveira, Da Costa Andrade, De Souza Aguiar e Clóvis Amorim. Os cafés do então centro da cidade de Salvador eram pontos de encontro deste grupo que, em meio ao contexto de uma Bahia conservadora, veio a representar a modernidade estética local, movido pela inquietação de inovar a literatura baiana. A riqueza da experiência desse grupo atesta o vigor de uma geração que irrompe de modo transgressor, questionando os códigos estéticos de uma época, como afirma Ângelo Barroso Costa Soares. A Academia dos Rebeldes buscou romper com as idéias retrógradadas acerca de arte e da literatura. Seus integrantes condenavam o apego a uma tradição portuguesa, o culto a uma literatura passadista ou a uma tradição erudita. No intuito de inovar a literatura, apontam a necessidade de uma literatura brasileira, buscando conhecer e preservar a tradição popular local, desqualificada e marginalizada pela elite branca da Bahia, sem perderem de vista as questões sociais que emergiam na época.<sup>32</sup>

A partir de Edson Carneiro, Josué de Castro observa, além da organização econômico-social dos quilombos, em especial dos Palmares, a brutalidade com que o negro fora arrastado de suas terras, com todas as suas raízes culturais arrancadas.

---

<sup>31</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. p. 31.

<sup>32</sup> SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: Modernismo à moda Baiana*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2005. p. 22. O autor analisa o modernismo na Bahia através da Academia dos Rebeldes, confrontando o modernismo paulista e o baiano, observando a complexidade desse movimento e também suas variações nas diferentes regiões onde ocorreu.

Em *República dos Palmares*, Carneiro afirma ser o movimento de fuga para os quilombos uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo representava uma reafirmação da cultura e dos estilos de vida africanos.

O livro de Edson Carneiro revela a importância da policultura praticada pelos negros nos quilombos, no entanto, ele não desvenda a real força da escravidão na sociedade colonial. Hoje se sabe que a escravidão penetrava em todas as classes e em todos os lugares, inclusive os próprios escravos libertos adquiriam escravos.<sup>33</sup> Na concepção de Carneiro, a regra no quilombo era a pequena propriedade e a policultura em torno de vários mocambos, um sistema onde predominava a “posse útil da terra”.

Do ponto de vista aqui considerado, se, por um lado, os negros tiveram de adaptar-se às novas condições ambientais, por outro lado o quilombo constituiu, certamente, uma lição de aproveitamento da terra, tanto pela pequena propriedade como pela policultura, ambas desconhecidas da sociedade oficial.<sup>34</sup>

Edson Carneiro exerce uma influência marcante no pensamento de Josué ao demonstrar a importância do movimento negro na luta contra a monocultura e no desenvolvimento de um regime de policultura, uma das principais atividades dos negros nos quilombos. Cultivavam milho, batata-doce, feijão, mandioca, bananas (pacovas) e outras plantas alimentares.<sup>35</sup> Nessa agricultura, ajustavam-se os recursos naturais às necessidades do homem. Roçados que sujavam o verde monótono dos canaviais, salvando a monotonia alimentar na região.

O apego dos negros por seus cultivos de subsistência era tão grande que o ex-governador João de Souza, em parecer de 1687, dizia que a experiência demonstrara que “o mais sensível mal” que os negros sofriam era a destruição de

---

<sup>33</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 20.

<sup>34</sup> CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. 2 ed. Série Brasileira. Vol. 302. Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 25. A edição consultada para esta tese é a segunda, na qual o título passa a ser *O quilombo dos Palmares*, porém, nela constam todas as citações utilizadas por Josué de Castro, referentes à primeira edição.

<sup>35</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 135.

suas lavouras, “não logrando no verão os frutos que lançam a terra no inverno”. Foram inúmeras as expedições baseadas estrategicamente na destruição prévia dos roçados de subsistência. Foi assim que, segundo Josué, “a ação restauradora do negro foi limitada, não adquirindo uma consistência e extensão capazes de atuar decisivamente na economia do país.”

Na análise de Josué, os negros contribuíram para a ampliação da policultura, amenizando os efeitos maléficos da monocultura na alimentação. Pode-se constatar que esta compreensão reflete-se em sua proposta de incremento à produção agrícola. Esta não requer a propalada superação da “agricultura de sustentação”, em voga na época e sob outras denominações, como a superação dos chamados “processos empíricos de exploração da terra” presente nos discursos de Daniel de Carvalho. Conforme as idéias de Josué, o processo de modernização agrícola deveria ser estabelecido com um projeto de desenvolvimento da agricultura de sustentação e de combate ao latifúndio e à monocultura.

Muito do atraso da agricultura brasileira Daniel de Carvalho atribuía à dificuldade de adaptação dos lavradores aos métodos e técnicas modernos. Tal dificuldade era conferida a históricos processos “primitivos” e empíricos de exploração da terra que se constituíam em métodos extrativos destruidores da fertilidade do solo, tornando-o pobre e infecundo. “Não é fácil vencer a rotina multi-secular, a agricultura do fogo herdada dos índios e a resignação do jeca diante da terra cansada e cheia de formigueiros ou cupins”.<sup>36</sup> Além dos índios e dos jecas, Carvalho atribui também ao negro o uso irracional dos solos. Em um discurso proferido como paraninfo na Escola Superior de Agricultura de Viçosa em 15 de novembro de 1950, Carvalho destaca o papel do agrônomo diante da necessidade de se transformar os processos empíricos de exploração da terra em “verdadeira agricultura”.

Diante das aras deste rito sagrado, acabeis de receber a investidura para uma nova cruzada a que me referi no princípio desta oração [...]. Partis para a missão de redimir a terra santa do Brasil que os processos pré-

---

<sup>36</sup> CARVALHO, Daniel de. Estrutura agrária do Brasil. *Revista O observador econômico e financeiro*, n. 162, jul. 1949. p. 48.

colombianos, o fogo e o nomadismo dos índios, o sangue e as abusões dos negros, os erros seculares da cobiça e da ignorância poluíram, degradaram e esterelizaram em largas extensões.

Tereis de purificá-la com o trabalho de vossas mãos e de vossa inteligência, regá-la com o suor do vosso corpo vergado no volante das máquinas e regenerá-la com os métodos científicos aqui aprendidos ou que descobrires em vossas pesquisas.<sup>37</sup>

Para o autor, o problema brasileiro é essencialmente um problema de produção e de adaptação aos avanços da modernização. Cumpriria ao governo, aos técnicos e aos cultivadores voltar-se para o trato “nobilitante” da terra, regenerando-a com métodos científicos. A destruição do solo que Josué atribui com primazia ao elemento colonizador, à monocultura e ao latifúndio, Daniel de Carvalho avalia que ela é resultado dos processos “primitivos” de exploração adotados por índios, jecas e negros. Josué desfaz alguns desses preconceitos e se posiciona favorável a estas formas de cultivo tidas como “primitivas” afirmando serem os negros os responsáveis pelos elementos mais ricos da culinária brasileira, bem como pela adoção de uma agricultura de sustentação.

As possibilidades alimentares geradas a partir dos quilombos contrastam com as condições de vida nas demais áreas do Norte Açucareiro. Josué analisa que em regiões onde se destaca o sistema monocultor e latifundiário, os regimes alimentares e as condições de vida em geral da população são precários. A partir dos estudos de Pierre Monbeig<sup>38</sup> e dos escritos literários de Jorge Amado, Josué compara a região da cana-de-açúcar com a monocultura do cacau no Sul da Bahia. A região do cacau também se caracterizava pela quase ausência de outros recursos alimentares. Os baixos salários eram pagos, na maior parte, sob a forma de gêneros alimentícios a preços bem mais altos do que nas cidades da região. Observa-se em seu pensamento a importância dos escritos literários de Jorge Amado que retratam a região, como no livro *Cacau*, publicado em 1933, no qual o autor descreve as condições de vida dos trabalhadores:

---

<sup>37</sup> CARVALHO, Daniel de. *Estudos e depoimentos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.p. 242.

<sup>38</sup> MONBEIG, Pierre. Colonisation, peuplement et plantation de cacaos dans le sud de l'Etat de Bahia, extrait des *Annales de Géographie*, jan. 1936.

Nós ganhávamos três mil e quinhentos por dia e parecíamos satisfeitos. Ríamos e pilheriávamos. No entanto, nenhum de nós conseguia economizar um só tostão que fosse. A despesa levava todo o nosso saldo. A maioria dos trabalhadores devia ao coronel e estava amarrada à fazenda. Também quem entendia as contas de João Vermelho, o despenseiro? Éramos quase todos analfabetos. Devíamos... Honório devia mais de novecentos mil-réis e agora nem podia se tratar. Um impaludismo crônico quase o impedia de andar.<sup>39</sup>

Jorge Amado fez parte do grupo dos principais escritores do romance social nordestino e foi um dos grandes amigos de Josué de Castro. As correspondências trocadas por eles expressam uma amizade fecunda. Em *Geografia da fome*, Josué destaca que a miséria física e a miséria moral são estudadas em três livros de alta significação na literatura brasileira – *Cacau*, *Terras do Sem Fim* e *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado – constituindo expressões da condição humana nessa zona.<sup>40</sup> Tanto a Zona da Mata quanto a área do cacau são apontadas como zonas de fome, alimentadas por fictícias riquezas.

Em relação ao contexto em que Josué escreveu *Geografia da fome*, pode-se aferir a existência de idéias, predominantes na época, que atribuíam aos chamados “processos primitivos” de exploração da terra e sua baixa produtividade a causa dos principais problemas de produção e alimentação. Divergindo desta perspectiva, Josué desenvolve e traz à tona uma reflexão sobre as conseqüências maléficas do latifúndio e da monocultura na alimentação e a ênfase na necessidade da expansão da agricultura de sustentação praticada por negros e sertanejos. Constata-se que a resultante política baseada na primeira perspectiva não apresenta a necessidade de um combate à estrutura agrária vigente. Como prioridade para sanar os principais problemas de pobreza, miséria e subnutrição no país ela centra-se apenas na produtividade e na modernização da agricultura.

---

<sup>39</sup> AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

<sup>40</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 176.

### **4.3 O Sertanejo e a agricultura de sustentação**

Josué argumenta que no Nordeste Açucareiro a fome é permanente, endêmica, enquanto no Sertão nordestino ela decorre de fatores climáticos, sendo epidêmica. Seus estudos e comparações regionais, em *Geografia da fome*, destacam que em períodos não assolados pela seca, o Sertão oferece melhores condições de alimentação que a região da monocultura da cana-de-açúcar. Este argumento contribui para desnaturalizar as causas da fome, revelando que ela é antes uma expressão da questão agrária que simplesmente uma consequência das secas. Esta compreensão emerge de uma análise minuciosa desenvolvida pelo autor sobre a agricultura de sustentação praticada pelo sertanejo em períodos de clima normal. Seus estudos baseiam-se nas pesquisas etnográficas de Luís da Câmara Cascudo e nos escritos sociais nordestinos de Raquel de Queiroz, José Lins do Rego e José Américo de Almeida.

Antes mesmo de *Geografia da fome* Josué já afirma que é um erro falar de uma alimentação geral no Nordeste. “Há pelo menos trez typos bem diferenciados de alimentação nesta zona do Brasil. Infelizmente todos deficitários, sendo o melhorzinho, o typo de alimentação do sertanejo. Entre a alimentação da zona da matta e da área urbana das captaes é difícil precisar qual o pior”.<sup>41</sup> No artigo publicado em *América Indígena*, no ano de 1945, o autor analisa que as populações pastoris desta região não se extremaram na pecuária a ponto de desdenharem as atividades agrícolas como acontece em outras regiões do mundo. Para completar seus recursos alimentares elas realizam, principalmente nas terras mais férteis e nas mais úmidas ou por processos de irrigação, o cultivo de vários produtos de subsistência.

De fato, á exceção do algodão, tôda a agricultura desta área é de alimentos para consumo local: milho, feijão, favas, batata-doce, melancias, abóboras etc. O sertão do Nordeste se apresenta, assim, como uma espécie de ilha econômica. Idêntica aos Oasis africanos do Saara, onde os berberes desenvolveram um cultivo intensivo de sustentação para o seu auto-abastecimento. Exclusivamente á base desses seus recursos agro-

---

<sup>41</sup> CASTRO, Josué de. A alimentação defficitária do Nordeste. s/r, 1937.

pecuários, se constituiu no sertão nordestino um tipo regional bem definido de alimentação [...].<sup>42</sup>

O polígono das secas tem como alimento básico o milho, porém, na compreensão de Josué, esta região constitui uma exceção em relação às outras áreas de milho do mundo, caracterizadas como áreas de miséria alimentar. Nesta percepção, caso o Sertão não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, ele não seria uma das áreas de fome do continente americano. Apesar de sofrer de crises de fome periódica, o sertanejo nordestino apresenta, na sua análise, um estado de nutrição relativamente bom, sendo as crises de fome agudas menos graves para as coletividades do que a subnutrição crônica e permanente, como aquela apresentada na região da cana-de-açúcar. Fato que faz do sertanejo “um tipo antropológico superior ao do homem da região da Mata”.<sup>43</sup> Com base nos fundamentos analíticos de José Américo de Almeida no seu livro *A Paraíba e seus problemas*, descritos em capítulo anterior, Josué valoriza as potencialidades da região, desmistificando algumas causas da problemática nordestina.

Nas outras duas áreas de fome no país, o Norte Açucareiro e a Amazônica, predominou uma economia cujo fim não era o homem e suas necessidades, mas a busca do lucro em ciclos sucessivos de economia destrutiva, fundamentados no latifúndio e/ou na monocultura. Segundo Josué, no Sertão, foi o espírito de aventura e a ambição do ouro e das pedras preciosas que levaram os primeiros aventureiros a terras tão distantes do litoral. Porém, a inexistência das minas no Sertão nordestino e a pouca serventia das suas terras para uma agricultura de grande rendimento, como se praticava na Zona da Mata, cedo se desviou a atividade do colono sertanejo para a pecuária.<sup>44</sup>

O sertanejo não se dedicou a uma atividade exclusiva que seria extremamente nociva à sua vida econômica, numa saudável atuação colonizadora, afirma Josué, ele tornou-se vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo. Não encontrando na Zona da Mata, para onde enviara a maior parte dos seus bois, possibilidades de

---

<sup>42</sup> CASTRO, Josué de. *América Indígena*. Vol. V, n. 3. México, jul. 1945.

<sup>43</sup> *Ibidem*.

<sup>44</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 194-195.

abastecimento adequado e seguro para suas necessidades alimentares, e sendo distantes e difíceis os caminhos noutra direção, ele teve de se dedicar um pouco ao plantio de certos gêneros de sustentação para o seu auto-abastecimento.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vasante, como culturas de hortas e jardins. Pequenas boladas de verdura que os senhores de engenho do brejo, plantadores de extensíssimos canaviais sempre olharam com desdém, chamando depreciativamente a êste tipo de policultura do sertanejo, de “roça de matuto”. Roças de matuto diante das quais o homem do açúcar torcia o nariz de grande senhor agrário, e que, no entanto, vieram a constituir um magnífico elemento de valorização das condições de vida regional, de diversificação do regime alimentar do sertanejo, bem superior em épocas normais ao da área da cana.<sup>45</sup>

Para chegar a estas conclusões sobre a alimentação no Sertão, Josué reportou-se, além de suas próprias observações em viagens ao interior do Nordeste, à etnologia de Luís da Câmara Cascudo, aos escritos de Fernão Cardim e Antonil e aos inquéritos alimentares realizados na região: o de Orlando Parahim, em 1939, no município de Salgueiro, no alto Sertão de Pernambuco; o de José Guimarães Duque, realizado em 1936, entre famílias do posto agrícola de São Gonçalo; e o de Trajano Pires da Nóbrega, que estudou em 1941 as condições econômico-sociais dos municípios de Itaparica e Floresta, às margens do São Francisco.

Por meio da criação de gado e da agricultura de sustentação bem como dos recursos escassos do meio ambiente, como a caça e a pesca, o sertanejo criou uma alimentação sóbria, porém, bem equilibrada. Para Josué esse é um exemplo de como um grupo humano pode retirar de um meio pobre, recursos adequados às necessidades de uma vida. No mapa alimentar do Sertão, traçado em *Geografia da fome*, o autor destaca, além do milho e do leite, a carne, o feijão, a farinha, a batata-doce, o inhame, a rapadura e o café. As frutas são escassas nessa região. Diante da ameaça de secas periódicas, o sertanejo não se anima com a pomicultura. Apesar do solo e do clima não serem obstáculos a esse gênero de agricultura, as perdas são

---

<sup>45</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p.198-199.

maiores pelo fato de estas plantas levarem longos anos para se desenvolverem. Assim, são preferíveis, para o sertanejo, as culturas de colheita rápida, como o milho, o feijão e a mandioca. Sem cultivo de plantas frutíferas, resta-lhe o recurso das frutas silvestres – do umbu, do piqui, do quibá, da cajarana e da quixaba. Na acepção de Josué, a alimentação bem servida de proteínas é o que dá ao sertanejo a resistência que impressiona os habitantes de outras zonas do país. Para o autor é na carne de bode, no leite e no queijo do Sertão que estão em boa parte as justificativas biológicas que respaldam a hoje famosa frase de Euclides da Cunha, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”.<sup>46</sup>

A análise sobre a importância da agricultura de sustentação praticada pelo sertanejo para a alimentação equilibrada da região em períodos de clima normal é fundamentada nos estudos etnográficos de Luís da Câmara Cascudo. Josué destaca que, com chuvas regulares, o sertanejo vive mesmo uma época de abundância e fartura, expressa nos versos cantados pela musa sertaneja, pesquisados por Luís da Câmara Cascudo:

***A vida sertaneja***

*Quando o inverno é constante  
O sertão é terra santa;  
Quem vive da agricultura  
Tem muito tudo que planta.  
A fartura e boa safra,  
Todo pobre pinta manta.*

*Dá milho, feijão,  
Tem fruta, tem cana,  
Melão e banana  
Arroz, algodão.  
As melancias dão*

*Tantas como areia.  
Jerimum campeia  
Na roça faz lódo  
Vive o povo todo  
De barriga cheia.  
Com vinte dias de chuva  
Logo após a vaquejada  
Chega a fartura do leite  
Manteiga, queijo e coalhada.*

---

<sup>46</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 218.

*No tempo da apartação,  
Isto é que é festa falada.*

*Chega a abundância,  
Reina a alegria,  
Passa a carestia,  
Passa a circunstância.  
Com exuberância  
A lavoura duplica  
E uma vida rica  
Passa o sertanejo;  
Carne gorda e queijo,  
Pamonha e canjica.<sup>47</sup>*

Com as secas que assolam a região a diversidade alimentar diminui a ponto de ser extinta durante esses períodos. As secas desorganizam completamente a economia regional e instala-se a fome no Sertão. Desprovido de reservas o sertanejo cai imediatamente em um regime de subalimentação, caracterizado por Josué como uma fome epidêmica e registrada por escritores brasileiros, como Euclides da Cunha, Rodolfo Teófilo, José Américo de Almeida e Raquel de Queiroz. Suas páginas de intenso realismo revelaram para Josué o espetáculo de fome e de miséria no Sertão.

Com as secas e sem reservas, o sertanejo passa a viver em um regime de subalimentação, com inúmeras substâncias pouco propícias à alimentação, com iguarias bárbaras como a farinha de macambira, de xiquexique, de parreira brava, de macaúba e de mucunã; palmito de carnaúba nova, chamada de guandu; raízes de umbuzeiro, de pau-pedra, de serrote ou de mocó, maniçoba e maniçobinha; sementes de fava-brava, de manjerioba, de mucunã; beijos de catolé, de gravatá e de macambira mansa. Josué aponta que quando o sertanejo lança mão desses alimentos exóticos, sua miséria já atingiu os limites de sua resistência orgânica. É a última etapa de sua permanência na terra desolada, antes de se fazer retirante na busca de outras terras menos castigadas pelo clima. O valor nutritivo desse cardápio exótico foi estudado por Josué e outros pesquisadores no Instituto de Nutrição. A partir desses estudos o autor aponta que a mucunã, acusada de tóxica, é destituída de toxidez e possui alto valor nutritivo. Devido a sua resistência aos períodos de

---

<sup>47</sup> Versos do improvisador popular Antônio Batista Guedes que fazem parte do seu poema “A vida sertaneja”, transcritos da obra *Vaqueiros e Cantadores*, de Luís da Câmara Cascudo. In: CASTRO, Josué de. op. cit. p. 227-228.

seca, o autor sugere que ela deveria ser plantada no Sertão para servir de recurso para o combate à fome em períodos de calamidade.<sup>48</sup>

Entre as consequências da fome e da seca, Josué analisa que depois de esgotadas as esperanças e todas as reservas alimentares inicia o êxodo dos sertanejos rumo às outras regiões, serras, brejos, urbanas e amazônica em busca da promessa. Formam-se filas de retirantes como se fosse uma centopéia humana sem água e sem alimento. Para a descrição dos cenários da seca, bem como as manifestações e reações populares frente ao fenômeno, o autor baseia-se na literatura social. Os romances *O Quinze* de Raquel de Queiroz e *A bagaceira* de José Américo de Almeida são para Josué retratos fiéis da tragédia da seca e da trajetória dos retirantes. O contato dos retirantes com os brejeiros expresso por José Américo de Almeida retrata o peso da questão agrária no Nordeste. “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de canã”, frase de *A bagaceira* referenciada por Josué em *Geografia da fome*. Ela sintetiza o próprio pensamento de Josué em relação à fome no Nordeste: a miséria no brejo é pior que a do Sertão por ser permanente e emergir no meio da riqueza dos canaviais, expressando a questão agrária e as desigualdades sociais.

Além da região do brejo, milhares de retirantes se dirigiram para a Amazônia, atraídos pelo ouro branco nas zonas dos seringais. Destes, muitos foram dizimados pelas epidemias, pelo paludismo, pela verminose e pelo beribéri. Outro destino para milhares de retirantes eram as capitais do Nordeste, onde se mantinham na miséria, em condições de vida incapazes de suprir até mesmo as necessidades vitais de alimentação. Os mangues do Capibaribe, em Recife, formavam uma verdadeira cidade de mocambos que crescia a cada seca com os novos casebres levantados por levas de retirantes.<sup>49</sup> Josué destaca que a migração aparece como um último recurso, pois o sertanejo está rigidamente apegado à terra.

---

<sup>48</sup> Sobre o assunto o autor sugere a leitura de seu trabalho *Os alimentos bárbaros dos sertões do Nordeste* feito em colaboração com Emília Pechnik, Orlando Parahim, Ítalo Viviani Mattoso e J. M. Chaves – Trabalhos e Pesquisas do Instituto de Nutrição, vol I – 1948 e *Novas Pesquisas sobre a Mucunã*, em colaboração com Hélio Luz e Emília Pechnik, Trabalhos e Pesquisas, n. 2, 1949.

<sup>49</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946, p. 257.

Josué analisa também os efeitos da fome na conduta moral do sertanejo. Quando ela alcança os limites da inanição, exaltam-se os instintos, gerando comportamentos desconcertantes.<sup>50</sup> É grande a honestidade e a solidariedade do vaqueiro, capaz de tratar durante anos uma rês perdida, ficando sempre à espera do legítimo dono, como já contava Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Xavier de Oliveira, em *Beatos e cangaceiros*, é outro escritor que demonstra para Josué as velhas virtudes sertanejas. Em seu livro, o autor conta que quando uma rês desconhecida dá para ladrona, derrubando cercados e devastando lavouras, os fazendeiros da redondeza se reúnem, avaliam-na, cotizam-se entre si, fazem uma matutagem dela e a dividem proporcionalmente à cota de cada um, e quando o dono aparece recebe a quantia exata por que foi avaliada sua rês. Josué aponta que com a seca a honestidade do sertanejo é abalada. Baseando-se em *O Quinze*, de Raquel de Queiroz, Castro afirma que diante da fome o sertanejo chega a roubar o gado alheio. Como demonstra Raquel de Queiroz por meio de seu personagem Chico Bento, que, “num destes delírios de fome, perdeu os escrúpulos morais e, com as mãos trêmulas, a garganta áspera e os olhos afogueados, derrubou a cacête o animal alheio que se atravessou em seu caminho de retirante”.<sup>51</sup>

Para a análise sobre as inter-relações entre fome e questão agrária e a importância da agricultura de sustentação desenvolvida em *Geografia da fome*, Josué se baseia, em diferentes momentos, na problemática abordada por escritos sociais da *Geração de 1930*. Após a publicação de *Geografia da fome*, Raquel de

---

<sup>50</sup> Essa mudança de comportamento liga-se às ações e atitudes que permeiam a economia moral demonstrada por Frederico de Castro Neves. O autor explicita que as reivindicações da multidão que saqueava e invadia as cidades em períodos de seca eram legitimadas socialmente. Nesse sentido, o mercado é visto mais sob uma lente da moralidade, daquilo que deve servir aos pobres em momentos de escassez, que pela percepção liberal em que nada se faria para detê-lo ou regulá-lo. As populações sertanejas, praticantes de uma agricultura tradicional prioritariamente voltada para os objetivos econômicos de sustentação, em períodos críticos de seca, buscavam com os saques a obtenção de alimentos necessários para a sobrevivência. Sendo assim, essas ações eram legitimadas socialmente pelo comunitarismo tradicional presente nos costumes sertanejos. NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. vol. 21, n. 40. Associação Nacional de História, São Paulo, 2001. Outras referências do autor sobre o tema: NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica. In: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 16, fevereiro de 1998.

<sup>51</sup> Ibidem, (Nota de rodapé 302), p. 265.

Queiroz, em sua crítica ao livro, compreende de forma um tanto modesta a distinção entre Ciência e Literatura. Ela afirma que diante de certos livros observa como é fácil e sem importância o ofício de literato, supondo uma superioridade da primeira em relação à segunda.

Sim, são realmente os cientistas que nos botam complexo de inferioridade. Porque afinal de contas fazer literatura não é mais do que coisa gratuita e à toa, anotar impressões, traduzir um estado de alma, ou relatar algum sucesso havido, sempre deformado. Em suma: tudo improvisação, falsificação, fingimento. [...]

Entre gente como nós, os ditos 'artistas da pena', quando se fala em fome e miséria, ou carência endêmica ou epidêmica, só nos ocorre fazer um romance bem chorado sobre o assunto, ou compilar um anedotário pitoresco, ou, no melhor dos casos, uma antologia do folclore ou da literatura da fome no Brasil. Mais não se dá.

Os estudiosos já são outra casta de gente. Vão em pessoa para o local que interessa, levam máquinas e fichários, alugam auxiliares, colhem o material na fonte, e lá mesmo o examinam por todos os lados, sejam homens, micróbios, cereais ou caça de pena.<sup>52</sup>

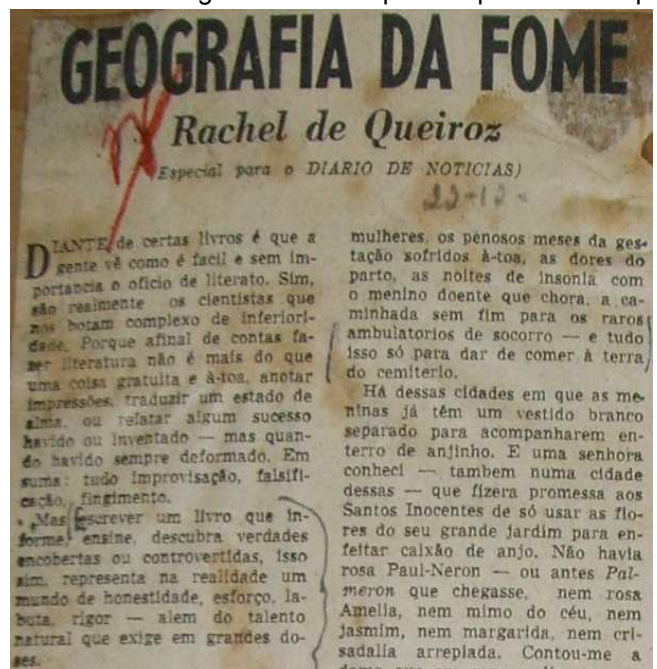


Fig. 13 Crítica de Raquel de Queiroz ao livro *Geografia da fome*, 1946.

Ao inserir Josué de Castro no grupo de autores que considera como “artistas mascarados na figura de estudiosos”, como no caso de outros dois escritores: Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, Queiroz aponta Josué como o mais recente “ladrão de cenas” por ele roubar dos romancistas o tema da fome.

<sup>52</sup> QUEIROZ, Raquel de. *Geografia da fome*. *Diário de Notícias*, 22 dez. 1946.

Não se pense entretanto que num livro como este *Geografia da Fome* vamos encontrar apenas magras enfiadas de números, seguidas de uma tonelada de palavrões técnicos. O Autor segue a escola criada no Brasil pelo nosso grande Gilberto Freyre: o de completar o artista o trabalho do estudioso, e dizer em linguagem bela, compreensível e inteligente, as suas descobertas, conclusões ou hipóteses científicas. Por isso mesmo falei acima que eles nos botam complexos; porque não nos deixam sequer o gôzo exclusivo da nossa cidadela, que sempre foi a forma artística, o 'verbo'. Em geral, têm prosa tão boa ou melhor do que a nossa, mais bonita e de muito mais interesse, porque enunciam fatos enquanto nós apenas bordamos divagações. Que nos sobra, afinal? Que nos vale fazer como eles dizem um 'romance de fome' se esses nossos rivais nos levam toda vantagem, contando autênticas histórias de fome, coisas acontecidas, medidas e pesadas, e com um interesse de narrativa que a gente jamais consegue igualar? Já desde os tempos da publicação de 'Casa Grande & Senzala' que ando invocada com essa concorrência desleal. Afinal, a obrigação deles é nos apontar os caminhos, nos fornecer o material bruto, para que depois nós brilhemos.

Infelizmente são eles que se servem do material colhido – e com que excelência! Para nós não fica nada: só ruminar o que eles já comeram.<sup>53</sup>

Caso fosse possível levar a sério a preocupação de Raquel de Queiroz sobre o futuro dos romancistas, caberia ainda uma pergunta à escritora: não seriam os romancistas da fome e da questão agrária que primeiro brilharam e serviram de base inspiradora, contribuindo para a riqueza dos pensamentos de Josué? Ou as questões com as quais se deparavam não constituíam um cenário para múltiplas interpretações e expressões? Ambos não compartilhavam do mesmo sentimento de "reforma social"? Ambos não estariam imbuídos do desejo de criticar a pobreza, a miséria e a questão agrária? O contexto em que Josué publica *Geografia da fome* configura-se por uma espécie de explosão de idéias críticas, no âmbito literário e social, que revelavam as mazelas de um país em pleno processo de modernização e urbanização.

Josué segue um traço característico do Modernismo no Brasil: o ensaio – que abrange desde a crônica até o ensaio histórico e sociológico. Nele, busca-se a análise, a síntese e a explicação com uma ousada e inovadora mistura de sociologia e literatura. Ao lado da ficção desenvolve-se em especial nos anos de 1930, o ensaio histórico-sociológico. Fazem parte deste gênero obras como a de Gilberto Freyre

---

<sup>53</sup> QUEIROZ, Raquel de. *Geografia da fome*. *Diário de Notícias*, 22 dez. 1946.

*Casa Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda *Raízes do Brasil* ou Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo*. Nessa fase, o pensamento social brasileiro exprime, de forma não especializada, temas históricos e sociais. O Modernismo representa, assim, uma fase em que a literatura coopera com outros setores da vida intelectual, em especial com a Sociologia.

Pode-se aferir que Raquel de Queiroz, na crítica anteriormente mencionada, captou muito bem o estilo de pensamento que emergia naquele tempo e o traço característico dos nascentes escritos sociológicos, quando se misturava freqüentemente a imaginação, a observação, a ciência e a arte. O ensaio constituiu a forma mais peculiar na origem das Ciências Sociais no Brasil. Uma miscelânea destacada por Antonio Candido. A linha ensaio constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento. “Notemos que, esboçada no século XIX, ela se desenvolve principalmente no atual, onde funciona como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, graças ao seu caráter sincrético, uma certa unidade ao panorama da nossa cultura”.<sup>54</sup>

No entanto, Raquel omite em sua análise as imensas contribuições da literatura no desenvolvimento da Sociologia no Brasil. O que ocorre no período é a emergência de um pensamento histórico e sociológico que adquire ou nasce sob a forma literária. “O poderoso imã da literatura interferia com a tendência sociológica dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil”.<sup>55</sup> Segundo Antonio Candido, diferentemente dos outros países, a literatura tinha sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito e constituiu as melhores expressões do pensamento.

A soberania que a literatura adquiriu no Brasil advém especialmente do tardio desenvolvimento do espírito científico, dos baixos níveis de instrução, da fraca divisão do trabalho intelectual e da ausência de iniciativa política no campo científico

---

<sup>54</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 130.

<sup>55</sup> Ibidem.

da época. A literatura preencheu, assim, a ausência de pesquisadores, técnicos, filósofos e cientistas, contribuindo para o conhecimento do Brasil e serviu para orientar e dar forma ao pensamento social que emergiu principalmente a partir da década de 1930. “A literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza”.<sup>56</sup> Nesse sentido, apesar do romance social e narrativo da década de 1930 “concorrer” de certa forma com o pensamento científico, o período caracteriza-se, como afirma Candido, por uma harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais.

Nesse ínterim, pode-se aferir que os estudos de caráter sociológico de Josué de Castro emergem num contexto em que ainda predomina o estilo ensaio no pensamento social. Raquel de Queiroz, ao aludir Josué como um *ladão de cenas*, reflete um período em que a divisão do trabalho intelectual emerge de forma ainda incipiente, o que propiciou conflitos no interior de distintos, porém interligados, campos.

Vista à luz da evolução literária, esta divisão do trabalho significa o aparecimento de um conflito no interior da literatura, na medida em que esta se vê atacada em campos que haviam sido até aqui (numas fases mais, noutras menos) – seus campos preferenciais. Um Alencar ou um Domingos Olímpio eram, ao mesmo tempo, o Gilberto Freyre e o José Lins do Rego em seu tempo; a sua ficção adquiria significado de iniciação ao conhecimento da realidade do país. Mas hoje, os papéis sociais do romancista e do sociólogo já se diferenciaram, e a literatura deve retrair, se não a profundidade, certamente o âmbito da sua ambição.<sup>57</sup>

As temáticas fome e questão agrária, até então trabalhadas quase que exclusivamente no âmbito literário, passam a compor as ciências sociais. Josué evidencia muito bem esse contexto, ao afirmar ser a fome, assim como a questão agrária, temas até então considerados tabus. Porém, antes de seus escritos, alguns

---

<sup>56</sup> CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e história literária. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 132.

<sup>57</sup> Ibidem. p. 136.

poucos romancistas haviam ousado tratar do tema, como bem lembra o autor. Pode-se destacar uma influência marcante da literatura social no pensamento de Josué de Castro. Os fatores decorrem do estilo ensaístico que caracteriza o surgimento das ciências sociais no Brasil, da rudimentar discussão no âmbito científico das temáticas fome e questão agrária e o grande número de referências aos escritores da literatura social nos escritos do autor.

Pode-se aferir a importância da literatura e do pensamento social da época na inter-relação que Josué estabelece entre três questões chaves: fome, questão agrária e a importância da agricultura de sustentação na ampliação das possibilidades alimentares. São freqüentes as referências à “agricultura de sustentação”, utilizadas por Josué, em diferentes passagens de *Geografia da fome*. No livro, o autor destaca o papel dos cultivos característicos da policultura na ampliação das possibilidades alimentares de diferentes regiões e em distintos contextos. Geralmente eles aparecem em oposição à monocultura e ao latifúndio impostos pelos colonizadores na busca incessante e desvairada de riquezas que destrói os recursos alimentares e naturais. Duas formas de agricultura que se contrapõem em termos de sustentabilidade ambiental e social.

O termo “agricultura de sustentação” invoca também relações de ajuda mútua, cooperação e, ainda, é incorporado, na obra do autor, como um elemento de diversidade e valorização da cultura nacional, das tradições de origem africana e sertaneja. A partir das constantes referências de Josué a esse tipo de agricultura ele constrói, a partir delas, um projeto político de incentivo a esses cultivos. É a partir desse intuito que ele propõe, na década de 1950, um projeto de reforma agrária, visando à ampliação das possibilidades alimentares por meio dos suportes necessários ao desenvolvimento da agricultura de sustentação. O pensamento de Josué de Castro, na primeira edição de *Geografia da fome* (1946), não esboça ainda um nítido projeto de reforma agrária objetivando uma ampla distribuição de terras, como em edições posteriores do livro. No entanto, são incisivas suas afirmativas sobre a necessidade de um plano de política alimentar que tem, entre suas metas, o “combate” ao latifúndio improdutivo e à monocultura e o incentivo à agricultura de sustentação.

## 5 Aos roceiros, um convite à leitura de *Geopolítica da fome*

Em 1950, Josué publica *Geopolítica da fome*, obra em que amplia a análise anteriormente realizada no Brasil, em *Geografia da fome*, para outros espaços territoriais e seus contextos históricos. Apresenta-se, neste capítulo, uma síntese de *Geopolítica da fome* destacando-se as inter-relações que o autor desenvolve entre fome e questão agrária e, ainda, a importância da agricultura de sustentação em diferentes países, com suas diversas experiências de incentivo a esses cultivos e seus impactos no combate à fome. Josué contrapõe-se às idéias neomalthusianas, argumentando a existência de recursos naturais suficientes para alimentar toda a humanidade. Nesse sentido, analisa que os principais limites às possibilidades de alimentação não são os fatores naturais, mas sociais, econômicos, políticos e historicamente construídos. As grandes potências, como os Estados Unidos e a Inglaterra, exploraram as riquezas coloniais por meio de processos de economia devastadores, monocultura e latifúndio, os quais possibilitaram a obtenção, por preços baixos, das matérias-primas indispensáveis às suas indústrias. Aos interesses colonialistas e imperialistas, obcecados pelo lucro, não interessava uma produção e distribuição de alimentos regida por interesses sociais.

Analisando as diferentes regiões do mundo, Josué revela que a fome na América não se limita às áreas mais pobres. Ela abrange parcelas da população no Centro, no Sul e no Norte do Continente, nas regiões de colonização latina e inglesa. Porém, o problema da fome apresenta aspectos distintos na América Inglesa e na América Latina, expressando-se de forma mais violenta nessa última, especialmente na parte Sul e Central. Na concepção de Josué, a fome na América Latina é expressão de um passado histórico de exploração colonial de tipo mercantil, com ciclos sucessivos de economia destrutiva fundamentados no latifúndio e na monocultura. A descrição que o autor faz da história da América Latina se assemelha com aquela do Nordeste açucareiro de *Geografia da fome*. As sucessivas

“monoexplorações” dos recursos da terra por proprietários latifundiários promoveram um desequilíbrio ecológico na região, degradando o solo e seu revestimento vivo, assim como reduziram as possibilidades de subsistência da região.

Intimamente ligado a este tipo de exploração agrícola colonial, visando à produção de gêneros para a exportação, está o fenômeno do latifúndio agrário. Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar.<sup>1</sup>

O autor destaca que na América Central prevalece o controle “monopolístico” da terra e dos seus recursos naturais. Josué identifica o México como o único país que conseguiu levar a efeito uma revolução agrária. Essa conquista foi efetivada desmembrando-se os latifúndios e revertendo-se as terras aos camponeses. O processo gestado, a partir daí, lembra a primitiva comunidade indígena, o *ejido*. Após duas décadas da viagem de Josué ao México, a visão do autor em relação aos resultados da revolução apresenta-se menos otimista. Na sua compreensão, o *ejido* foi um passo dado à frente pelo México, na luta contra a fome, mas seus resultados ficaram aquém da expectativa. “Os revolucionários mexicanos, mais idealistas do que técnicos, esqueceram que não basta distribuir a terra, porque é preciso fornecer os recursos técnicos e financeiros para levar a efeito seu cultivo adequado.”<sup>2</sup> A partir desta acepção, Josué afere que a reforma agrária no México não provocou o necessário aumento da produção, bem como a indispensável diversificação dos produtos úteis à melhoria das condições de vida do país.

Na análise sobre a área das Antilhas, Josué ressalta que em algumas ilhas iniciou-se a colonização agrária com a policultura de sustentação, mas logo a descoberta das minas provocou o abandono daquela economia rotineira pela busca da riqueza rápida, por meio da exploração de metais. Para substituir o nativo rebelde à escravidão, os colonos importavam negros africanos para repovoar as ilhas e servir nos trabalhos de exploração agrícola da terra. O sistema de plantações foi

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 168-169.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 179

estabelecido por meio de um regime escravocrata e latifundiário, o qual, após um período de aparente esplendor<sup>3</sup>, levou à decadência muitas daquelas terras. Na compreensão de Josué, o imperialismo norte-americano também veio agravar a situação de miséria na América Central.

Julgando as terras tropicais da América Central como uma espécie de complemento necessário à sua economia de país temperado, os Estados Unidos, durante muito tempo, mantiveram para essa área uma política até certo ponto idêntica à dos ingleses para com a África: política de exclusiva defesa estratégica e econômica dos interesses do seu império.<sup>4</sup>

Sobre a questão, o autor ressalta a política norte-americana de apoio aos monopólios da terra que contribuiu para retardar a “evolução social” de muitos desses países, mantendo-os no estado de pobreza.

Na descrição das regiões de colonização inglesa na América, EUA, Canadá, o domínio de Terra-Nova e Labrador, Guiana Inglesa, Honduras Britânicas, Jamaica, Trinidad, Barbados e outras, destacam-se novamente a monocultura e o latifúndio como fatores agravantes para as condições alimentares. A maioria dos países desta região apresenta condições de alimentação superiores às terras de colonização latina. Porém, em muitos lugares, as condições alimentares são extremamente precárias, até mesmo em parte dos EUA e do Canadá. Josué destaca duas destas regiões: a área das Índias Ocidentais Britânicas e a área do Sul dos EUA da América, o velho Sul agrário.

Na primeira, encontra-se Jamaica, Barbados e Trinidad. A escassez de alimentos e as péssimas condições de nutrição são desvendadas pelo autor como conseqüências diretas do defeituoso sistema de exploração colonial que os ingleses desenvolveram nessas terras, onde a exploração baseava-se na monocultura de cana-de-açúcar. As Índias Ocidentais são, para Josué, exemplos extremos de como um grupo humano, levado pelos interesses de lucro imediato, é capaz de depredar toda a riqueza natural, transformando regiões ricas em áreas de miséria e de fome.

---

<sup>3</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 182-183.

<sup>4</sup> Ibidem. p. 189.

Inicialmente, entre 1625 e 1645, a colonização inglesa de Barbados se fizera à base da policultura, mediante a divisão das terras em pequenas propriedades produtoras de algodão, tabaco, frutas cítricas, gado, suíno e outros produtos de sustentação. Josué destaca que com o desenvolvimento da cana-de-açúcar, a partir de meados do século XVII, a policultura foi sendo asfixiada, as pequenas propriedades agrárias foram engolidas pelo latifúndio e as reservas alimentares da ilha tornaram-se cada vez mais exíguas. O autor demonstra sua indignação diante do transitório esplendor da economia latifundiária e escravocrata. Esse aparente sucesso durou de 1650 à 1685, entrando, em seguida, em decadência quando a ilha encontrava-se esgotada, com seus recursos naturais devastados e as culturas de sustentação estagnadas. O mesmo repetiu-se em outras ilhas: Jamaica, Trinidad e Tabago.

Segundo Josué, após a libertação dos escravos pelo Parlamento inglês, em 1833, os negros livres continuaram sem condições de voltar ao regime da policultura, à agricultura de sustentação de tradição africana.

Sentindo os grandes proprietários que se abalavam os alicerces do sistema econômico das grandes plantações, tirando-lhes o direito de coagir o negro a só plantar cana, criaram eles mil obstáculos e subterfúgios para não permitir ao negro libertado a possibilidade de produzir alimentos para sua subsistência.<sup>5</sup>

Criou-se um imposto proibitivo sobre as terras dedicadas ao cultivo dos alimentos, uma forma de obrigar os libertos a continuar trabalhando nas plantações de cana com salários de fome.

Na análise, destaca-se a reação dos negros na Jamaica a esse regime de “escravidão disfarçada”. Eles se apoderaram das terras devolutas no centro da ilha e ali estabeleceram colônias autônomas com uma agricultura de sustentação, promovendo uma melhoria das condições alimentares locais. Nesse sentido, Josué revela em diferentes passagens da obra, a importância do negro e de sua agricultura de sustentação na formação sócio-histórica de outros países. Desvenda-se em seu texto, que o papel do negro foi, historicamente, limitado por obstáculos legais que

---

<sup>5</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p.197.

dificultavam o desenvolvimento desses cultivos, assim como o acesso à terra e o pleno exercício da liberdade.

[...] Se os negros tivessem podido influenciar mais intensamente o regime econômico e os hábitos alimentares em outras regiões da América, como o fizeram na Jamaica, é bem possível que as condições de alimentação deste continente não fossem tão defeituosas como se apresentam até hoje. Mas sua influência foi diminuta e, por isto, a situação alimentar das Antilhas continua das piores do mundo, com a fome rondando em torno dos cortiços urbanos e das cabanas dos camponeses dessas terras saqueadas.<sup>6</sup>

No livro, a Ilha de Porto Rico recebe uma análise à parte das outras Antilhas. Nela, a precária situação alimentar não decorre dos erros do velho sistema colonial das grandes potências européias, mas do completo fracasso dos modernos processos de exploração comercial implantados, a partir de 1898, pela grande potência norte-americana. Até então, a ilha não apresentava grandes latifundiários e também não sofria com índices de miséria e fome, posteriormente constatados. O montante de 75% da área constituía-se de pequenos lotes dedicados, em grande parte, aos produtos de sustentação. Porém, com a ocupação americana a indústria do açúcar monopolizada por um pequeno e poderoso grupo de capitalistas expandiu-se extraordinariamente e passou a constituir o eixo de toda a vida econômica do território porto-riquenho.

A parte sul dos EUA é outra área de fome da América de colonização inglesa analisada por Josué. Nela, a problemática da fome é atribuída à colonização inglesa, também baseada no sistema monocultor e escravista que, desde 1619, centrava-se em três produtos: o algodão, o fumo e o açúcar. Desse modo, a escassez de alimentos é apontada como consequência do exclusivismo na produção. Os escravos eram forçados a plantar unicamente os produtos de exportação, limitando-se ao mínimo o cultivo dos produtos para a subsistência. Após a libertação dos escravos, ocorrida em 1863, a agricultura do Sul passou a basear-se no trabalho dos rendeiros. O sistema de arrendamento, considerado pelo autor como uma verdadeira sobrevivência do feudalismo europeu e da época de servidão colonial, prolongou os

---

<sup>6</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 199.

processos de semi-escravidão no país, “tolhendo a liberdade de ação do trabalhador, focando-o a realizar o mesmo gênero de trabalho e a receber em paga do seu esforço apenas uma parte da colheita.” Josué baseia-se no trabalho de Gunnar Myrdal, intitulado *An American Dilemma, the negro problem and modern democracy* para observar a miséria, o esgotamento e a erosão dos solos no Sul dos EUA como conseqüências desse sistema de monocultura do arrendamento.

Embora desde fins do século passado venham as grandes plantações sendo retalhadas em pequenas propriedades, o que faz hoje do sul dos Estados Unidos uma das regiões menos infestadas pelo latifúndio, houve, durante o mesmo período, um aumento no número de proprietários absenteístas, fator de terrível agravamento da situação econômica. Assim, em 1880, 64% das fazendas do Sul eram exploradas por seus proprietários; essa cifra, em 1900, caiu para 53%, e em 1930 para 44%. Esse aumento de proprietários absenteístas provém da interferência cada vez maior de banqueiros e grupos financeiros do Norte, que se apoderam das fazendas decadentes do Sul.<sup>7</sup>

Na análise do autor, esse capitalismo absenteísta tornou as condições de vida da região piores do que nunca. A situação alimentar dos rendeiros é vista em níveis inferiores a dos escravos nos tempos coloniais. Josué apresenta, como resultante provável desta nova forma de colonização do Sul pelas grandes organizações bancárias, o grande surto de pelagra<sup>8</sup> e o tremendo êxodo da população rural do Sul para certas zonas do Oeste, principalmente, para a Califórnia. Importa ressaltar que o texto apresenta a fome como uma expressão da questão agrária. A exploração capitalista da terra, com a mecanização da lavoura, determinou a expulsão de grande número de camponeses que se dirigiram para o Oeste, “formando a mais estranha e paradoxal caravana de emigrantes de todos os tempos, porque os pobres, famintos e esfarrapados se deslocavam, na maioria, em automóveis, símbolos de abundância em nossa civilização mecanicista.”<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 7 ed. vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 215.

<sup>8</sup> Pelagra é uma doença causada por uma alimentação deficiente, relacionada à carência de vitaminas do complexo B (B3), niacina (ácido nicotínico), encontrada no fígado, carne, peixe e em diversos cereais. A apresentação clínica inclui diarreia, dermatite e demência. Os sintomas na pele são eritema, prurido e queimação nas áreas expostas ao sol. WANKE, Nurimar C. F. SANTOS, Omar Lupi R. SANTOS, Vera Lúcia dos. Pelagra: relato de 34 casos. *Anais Brasileiros de Dermatologia*, vol. 68, n. 01, jan/fev. 1993.

<sup>9</sup> CASTRO, Josué, op. cit. p. 216.

Josué deixa transparecer a influência da literatura social norte-americana das décadas de 1920-1930, interligando em seu texto, questões sociais expressas no livro *As vinhas da Ira*, de John Steinbeck. O livro é citado no início de *Geografia da fome*, e em *Geopolítica da fome* encontra-se na análise que Josué desenvolve, anteriormente exposta, interconectando a fome com a questão agrária, mais especificamente, na descrição do processo de modernização agrícola no Sul dos Estados Unidos. Steinbeck aponta de forma literária o processo de modernização em uma região de grande concentração territorial e da monocultura do algodão, o velho Sul agrário dos Estados Unidos. Como resultante desse processo, o livro exhibe condições humanas de fome e migração de milhares de trabalhadores rurais sem-terra e sem-trabalho. Entre os romances da literatura social citados por Josué, *As vinhas da ira* é o que expressa de forma mais nítida e comovente a relação entre fome e questão agrária.

O segundo volume de *Geopolítica da fome* registra os problemas de alimentação na Ásia, na África e na Europa. Novamente, destacam-se as relações observadas por Josué entre fome e questão agrária em regiões onde o fenômeno ocorre em seu caráter endêmico. Na análise, observam-se as experiências do autor em diferentes países e regiões onde também se pratica uma agricultura de sustentação capaz de gerar uma alimentação equilibrada.

Sobre a velha Ásia, Josué destaca a história do povo chinês que, mesmo diante dos imensos obstáculos naturais, desenvolveu uma típica civilização agrária. Uma das grandes dificuldades apontadas é a escassez relativa de terras cultiváveis com uma forte desproporção entre solo cultivado e população, gerando um extremo parcelamento da terra, o minifúndio. Na compreensão de Josué, esse problema é tão grave em relação à queda do potencial agrícola da região quanto o fenômeno oposto do latifúndio na África e na América Latina. O tamanho médio de uma fazenda na China era de apenas 4,18 acres.

Josué expõe que a agricultura chinesa é limitada a poucos produtos, em especial, o arroz no Sul, região quente e úmida, e ao trigo, milhete, sorgo e soja no norte. O tipo de agricultura é a intensiva, por meio dela o homem tenta retirar do solo o maior rendimento possível por acre de terra cultivada. Mesmo com métodos

arcaicos, sem base científica, em uma terra explorada a mais de mil anos, o chinês obtém um rendimento superior ao da agricultura norte-americana. Para Josué a explicação encontra-se no fato do povo chinês entregar-se de corpo e alma às culturas da terra, restituindo ao solo tudo quanto o solo lhe dá. Essa estrita dependência teria criado no Oriente uma filosofia de vida, uma mística eterna com o sangue eterno, do solo com a raça.<sup>10</sup> O rendimento por hectare é, assim, relativamente alto, porém o rendimento *per capita* é extremamente baixo.

A análise de Josué sobre a fome na China também é permeada pela influência da literatura social norte-americana. O pai de Wang Lung, personagem do livro *A terra dos Deuses* de Pearl Buck, demonstra o apego do povo chinês a terra. Ao ver a família passando fome, ele se revolta contra a expulsão forçadas dos seus domínios e grita com veemência: “Nunca venderei minha terra! Vou escavar os campos e alimentar meus filhos com a própria terra. Quando eles morrerem, os enterrarei na terra e eu, minha mulher e até meu velho pai, todos morreremos na terra que nos viu nascer”.<sup>11</sup>

Além da estrutura primitiva da economia chinesa, outro fator apontado por Josué como um agravante da fome naquela região foram os contatos com a civilização ocidental e suas influências. A China era palco de lutas, desde o começo do século XIX, entre as grandes potências imperialistas, as quais buscavam manter sua hegemonia econômica naquela região. Para tanto, manteve-se na China uma economia agrária semifeudal propícia aos interesses do colonialismo. O objetivo era dificultar os planos de reforma agrária e de industrialização do país.

A partir da terceira edição brasileira, Josué incorpora ao livro a análise da Nova China de Mão-tse-Tung. A Velha China é descrita como um país de fome milenar. Porém, nela teria se processado uma mudança radical após a revolução social de 1949 e o estabelecimento da Nova República Popular Chinesa sob uma nova estrutura econômica. Segundo Josué, a revolução comunista triunfou na China porque Mao-Tse-Tung procurou liderar seu povo na luta contra a fome, na aspiração

---

<sup>10</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 217.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 229.

de libertá-lo da miséria, produto da exploração imperialista do solo e do homem naquela região.

Contam os observadores norte-americanos que os mais entusiastas adeptos de Mao-Tse-Tung são os milhões de camponeses, entre os quais distribuiu terra, e que antes eram simples rendeiros, tendo que entregar entre 40 e 60 por cento de suas colheitas aos grandes proprietários agrários. Porque é bom salientar-se que, se a terra da China era cultivada pelos camponeses em microscópicos retalhos, era possuída, em grande parte, sob a forma de grandes latifúndios, por uns poucos senhores feudais. Calcula-se que nas províncias do Centro e do Sul, três por cento dos fazendeiros, grandes proprietários, açambarcavam 45% das terras cultivadas.<sup>12</sup>

Josué ressalta que as transformações nas condições de vida do povo da China, depois da queda do Partido Nacionalista Kuomintang e da implantação, em 1949, da nova República Popular Chinesa, provocaram uma rápida transformação na situação de miséria. Vários foram os efeitos, destacados no livro, dessa nova política: a pacificação da China, com o término das guerrilhas que reinavam há centenas de anos no país; a abolição dos tratados semicoloniais que as potências ocidentais tinham sucessivamente imposto aos precedentes governos; a mudança nas relações de propriedade que se processou com a abolição do latifúndio e a distribuição das terras aos camponeses pobres; e, na cidade, a mudança expressou-se na criação da grande indústria do Estado e o apoio ao cooperativismo e ao municipalismo nos setores da indústria média e do comércio. A área cultivada com produtos alimentares aumentou de forma significativa com a utilização dos trabalhos técnicos de recuperação integral das terras abandonadas. Para Josué, o principal fator para a mudança nas condições alimentares na China foi a reforma agrária.

A grande mola psicológica desta atividade febril, que vê cada dia crescerem e multiplicarem-se as iniciativas e medidas por toda parte, foi a reforma agrária. A abolição do latifúndio e a distribuição de terras àqueles que nela trabalham representaram para o camponês da China, [...] o aumento imediato das rações alimentares, a diminuição da fome crônica e o afastamento do espectro da fome aguda. [...] A produção de cereais na China alcançou, em 1952, um nível 45% mais alto do que o de 1949.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 250.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 254.

A China teria, assim, conseguido promover uma evolução nos padrões de vida e uma progressiva eliminação da fome e da subnutrição, por meio de uma utilização racional dos recursos naturais e da justa distribuição da riqueza. Josué completa seus estudos com sua viagem para a China em 1957. Nela, ele observa de perto os projetos emergentes a partir de um novo regime político, destacando o processo de formação de cooperativas agrícolas. O relato desta viagem é destacado ainda neste capítulo e encontra-se nos artigos escritos por Josué quando retorna ao Brasil no mesmo ano.

Ao refletir sobre a fome na Velha Índia, Josué aponta que os políticos ingleses procuraram justificar o fracasso de sua administração colonial que emergiu a partir do início do século XIX. Eles atribuíam aos fatores ou causas naturais o irremediável esgotamento das potencialidades naturais da terra e a exagerada pressão demográfica, considerando-as como forças determinantes da fome. Josué desmistifica esses argumentos, revelando que a fome nessa região decorre do inadequado aproveitamento do potencial ali existente, tanto natural como humano. O uso indevido de suas potencialidades se agravou justamente com o sistema da economia colonial inglesa.

Apesar de se dedicar a agricultura, a Índia cultivava apenas dois terços de suas terras aráveis com uma agricultura do tipo intensiva e com rendimento bem inferior ao resto do mundo. Josué destaca que o baixo rendimento agrícola é, por um lado, consequência dos métodos primitivos de cultivo usados na região e, por outro, do regime de propriedade agrária inadequado.

Cerca de 48% das terras cultivadas pertencem aos *landlords*, verdadeiros senhores feudais que, em número de 6 a 8 milhões, detêm em suas mãos os grandes latifúndios, nos quais são mantidos como arrendatários centenas de milhões de agricultores. Estes grandes proprietários são mais negociantes do que fazendeiros e não se interessam pela terra senão como fonte de suas avultadas rendas. [...] É também esse regime feudal que explica o grande número de epidemias de fome, sem falta real de produção alimentar, mas apenas por incapacidade financeira do agricultor para readquirir o

produto do seu suor e poder, assim, utilizar a colheita para as suas necessidades vitais.<sup>14</sup>

A concentração de terra aparece novamente no pensamento de Josué de Castro como uma das causas principais da fome. Um regime que impossibilita os agricultores de se utilizarem das colheitas para suprir suas necessidades vitais. Ao lado do regime de grandes propriedades, novamente aparece o minifúndio, onde milhões de agricultores cultivam pequenos “retalhos de solo” e, ainda, pagam imposto territorial diretamente ao Estado.

Outro país que demonstra a fome como expressão da questão agrária é o Japão. Josué analisa que, nesse país, desenvolveu-se, por séculos, um típico feudalismo agrário que gerou efeitos calamitosos de fome. Em 1860, com a revolução que visava acabar com o feudalismo e implantar no Japão os princípios econômicos e as técnicas do ocidente, buscou-se forjar um Japão moderno. Introduziu-se a “agricultura científica” no país e uma extrema fragmentação da propriedade agrícola. Porém, a maioria dos habitantes da zona rural permaneceu trabalhando em terras que não lhe pertencia, sendo que, em 1935, 75% dos agricultores eram rendeiros ou assalariados. Apesar da racionalização técnica da agricultura e do processo de industrialização, a fome perdurava no país.

O aumento da produção não melhorou as condições de vida dos camponeses porque aumentaram os impostos, os dízimos aos proprietários do solo e o custo da maquinaria agrícola. A industrialização do país efetivou-se com a proteção do Estado, que para ampará-la criou altos impostos à produção agrária. A indústria japonesa também se consolidou a partir do fornecimento de mão-de-obra barata, com um “regime de trabalho que não estava longe da escravidão ou da semi-escravidão dos tempos medievais.”<sup>15</sup> No pós-guerra, prevendo-se uma crise alimentar aguda para 1946, o Supremo Comando das Potências Aliadas, ao lado de um plano de emergência, fixou um plano de longo alcance baseado na

---

<sup>14</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 268.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 284.

reestruturação da economia nacional em bases democráticas. A reforma agrária e a nova política industrial constituíam diretrizes básicas desse plano.

Sobre a fome na África, Josué refere-se ao efeito desfavorável da colonização europeia sobre os recursos de vida do nativo. A colonização baseada no mercantilismo e na ambição do lucro rápido e fácil representou um fator de terrível desequilíbrio na economia alimentar africana. Com o estabelecimento das colônias de plantação com base no latifúndio, inauguradas pelos ingleses e depois imitadas por outros povos colonizadores, ocorreu um excessivo desnudamento do solo, um deslocamento prejudicial da mão-de-obra e uma estagnação da agricultura de alimentos. Posteriormente, também ocorreram, nesta região, prejuízos às condições de alimentação em decorrência da exploração mineira e industrial, criando a sociedade proletária desenraizada da terra e vivendo uma vida de intensa miséria.

Hoje coexistem na África Negra duas sociedades justapostas: a sociedade tradicional de agrupamento familiar, vivendo de sua agricultura primitiva, da criação, da caça e da pesca, dentro de certo equilíbrio ecológico, e a sociedade dos assalariados agrícolas e dos operários industriais, que representam o mais baixo padrão de nutrição de todo o continente talvez, conforme afirmam os técnicos da FAO, 'dos mais baixos do mundo inteiro'.<sup>16</sup>

Josué considera que dos dois grupos citados o mais bem alimentado é, sem dúvida, o da sociedade tradicional negra, que conserva até hoje sua tradição agrária de policultura e sua organização tribal. O negro havia estabelecido sua agricultura de sustentação baseada na policultura associada à colheita na floresta. Porém, o contato com o europeu provocou modificações nesses hábitos primitivos, gerando graves consequências para a saúde dos nativos. O primeiro fator de desequilíbrio alimentar introduzido pelo colono europeu ocorreu pela implantação das culturas de exploração em grande escala e da monocultura na região, deixando ao abandono as culturas de sustentação e prejudicando, assim, as condições alimentares.

Assim como no Brasil, na África a alimentação dos escravos era regida pelo interesse dos proprietários, que almejavam a maior produtividade possível. Aos

---

<sup>16</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 304.

negros escravos eram reservadas quantidades razoáveis de feijão, milho, farinha e toucinho para uma dieta que permitisse o duro esforço agrícola exigido. Acerca dessa conduta, Josué argumenta que foi mal interpretada por um sociólogo brasileiro, referindo-se a Gilberto Freyre. Josué destaca, outra vez, que Freyre afirmou erradamente que o escravo negro pertencera a uma classe das mais bem alimentadas nos tempos coloniais. “Coisa que nunca ocorreu. O escravo comia muito, mas comia sempre mal.”<sup>17</sup>

Em relação à Europa, Josué destaca que o processo de industrialização reduziu a fome aguda das épocas de guerra, mas, por outro lado, aumentou a fome crônica, pois a concentração da urbanização contribuía para dificultar o abastecimento. O autor percorre diversos países da Europa e verifica neles as conseqüências da sobrevivência de um feudalismo agrário para os problemas de alimentação. Na visão de Josué, além de o problema agrário ser fator determinante da fome crônica, ele foi o responsável pela fome aguda na Irlanda, ocorrida no ano de 1846, em plena era industrial.

A última dessas calamidades na Europa Ocidental foi registrada na Irlanda, no ano de 1846 [...]. Essa fome irlandesa, já em plena era industrial, teve sua explicação nas funestas conseqüências do “*landlordismo*” – na propriedade de toda terra da Irlanda por um pequeno número de conquistadores ingleses, ficando quase toda a população irlandesa reduzida à categoria de simples rendeiros. Foi o problema agrário, levado ao extremo, que conduziu a Irlanda ao cataclismo de 1846.<sup>18</sup>

Josué desvenda que o problema agrário na Inglaterra reduziu a produção de gêneros alimentícios. Apesar do fim da Idade Média, da abolição da servidão e do estabelecimento da propriedade aos camponeses, nos tempos modernos, principalmente no século XIX, verificou-se a eliminação progressiva da pequena propriedade camponesa pela extensão da propriedade nobre que concentrou terra nas mãos dos *landlords*. Assim, criou-se o latifúndio e a classe dos trabalhadores do campo – *laboures* – juridicamente livres, mas economicamente na mais estreita

---

<sup>17</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 315.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 330.

dependência dos proprietários nobres. Esta concentração de terra levou o país a produzir cada vez menos cereais, porque as terras de cultivo foram transformadas em prados a fim de simplificar sua exploração.<sup>19</sup>

Josué observa que o fato de a Espanha apresentar um dos mais baixos *Standards* de nutrição do continente é consequência da sobrevivência do feudalismo agrário. Novamente, o autor revela a importância da agricultura de sustentação no combate à fome, apontando que, durante o medievo, a Espanha foi mais bem alimentada do que o resto da Europa. O motivo refere-se às influências dos árabes que ocuparam uma grande parte do seu território e ali estabeleceram uma poliagricultura. Com a Reconquista, foi implantado o feudalismo agrário, que se manteve praticamente intacto no país, piorando as condições alimentares. Tal fato leva o autor a concluir que, no condicionamento da miséria alimentar da Espanha<sup>20</sup>, muito mais importante que o fator erosão<sup>21</sup> era o fator regime da propriedade agrária,

O problema da terra na Itália também é analisado por Josué. Na região Sul, as condições alimentares são agravadas pela situação agrária reinante: os grandes latifúndios. Os camponeses são mantidos num estado de semi-escravidão. Os latifúndios produzem trigo, açúcar de beterraba, laranjas e outros alimentos, mas tudo é exportado para os centros mais adiantados do país, ficando o camponês do Sul reduzido a um regime de fome permanente. Acerca da questão agrária na Itália, Josué baseia-se no romance *Fontamara*, do italiano Ignazio Silone.<sup>22</sup> A realidade descrita por Josué encontra-se expressa no príncipe Torlogni, personagem da novela de Silone, nas suas palavras: “como bom latifundiário, não deixa para os camponeses senão o estritamente necessário para que estes possam sobreviver e

---

<sup>19</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 333-334.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 335.

<sup>21</sup> Josué cita a análise neomalthusiana de East Osborne, em *Historical Geography of Europe* (1939), que busca explicar a decadência da agricultura espanhola pela exaustão do solo e pela erosão daquelas terras extremamente acidentadas, e que, durante longo tempo, foram expostas à devastação de rebanhos de carneiros dirigidos por pastores nômades.

<sup>22</sup> Ignazio Silone, escritor italiano filho de camponeses, na obra *Fontamara*, descreve o sentimento de ligação, de conquista e de posse da terra. O livro expressa um retrato autobiográfico escrito em 1930, na Suíça quando o autor foi exilado pelo regime fascista. A história do romance se desenvolve na região do Abruzzo, em pleno período da ditadura fascista, demonstrando a situação de miséria dos camponeses das aldeias italianas como expressão da questão agrária.

continuar cultivando o solo de suas propriedades. Tudo o mais, o proprietário envia aos mercados para transformar em bom dinheiro que lhe permite viver luxuosamente na capital.”<sup>23</sup> A diferença na alimentação dos ricos e dos pobres na região Sul da Itália também é analisada em outro romance citado por Josué: *Cristo si è fermato a Eboli* de Carlo Levy.<sup>24</sup>

Na análise sobre os países da Europa Oriental, como Romênia, Hungria e Polônia, esses são apontados como essencialmente agrícolas e a questão agrária aparece novamente como um fator de desequilíbrio entre a capacidade de produção da terra e as necessidades alimentares. As causas deste desequilíbrio são assim destacadas por Josué:

O atraso dos métodos empregados, a falta de assistência financeira ao agricultor e a desproporção constatada, com frequência, entre os baixos preços pelos quais o camponês vendia o produto da terra e do seu trabalho, e os altos preços que pagava para adquirir os artigos industrializados de que necessitava. Não há dúvida, porém, que de todos os fatores da fome, na Europa Central e Oriental, até a última guerra, o mais importante foi o regime desequilibrante da propriedade territorial, com a coexistência de fazendas excessivamente pequenas, aquém dos limites de suficiência, e os enormes latifúndios, de sobrevivência feudal.<sup>25</sup>

Baseando-se em dados reais, na análise sobre a Hungria, o autor relaciona também a problemática agrária com questões expressas pelos personagens encontrados no romance do italiano Ignazio Silone. Ao focalizar o latifúndio na Itália, o romancista apresenta o príncipe Torlogni como dono de toda a terra e de todas as riquezas de uma região inteira. Este personagem revela para Josué, no plano literário, o que Leland Stowe<sup>26</sup> desvenda como realidade em outro país. Ao estudar o latifúndio na Hungria, Stowe indica uma lista dos 25 maiores latifundiários agrários do país, “com os seus verdadeiros nomes e não nomes de personagens de romance.”

---

<sup>23</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 339.

<sup>24</sup> Carlo Levi é um dos principais escritores italianos do realismo das décadas de 1930 e 1940. *Cristo Si È Fermato a Eboli* (1945) retrata a problemática gerada pela Segunda Guerra. O livro é um retrato autobiográfico de Carlo Levi, em que descreve suas experiências de confinamento em seu próprio país, nos tempos da Itália fascista de Benito Mussolini.

<sup>25</sup> CASTRO, Josué de. op. cit. p. 341.

<sup>26</sup> STOWE, Leland. Hungary's Agrarian Revolution. In.: Foreign Affairs, abril, 1947.

A fome na Europa decorrente da política de privação organizada pela Alemanha nazista também constitui parte da análise de Josué em *Geopolítica da fome*. Ao invadir diferentes países da Europa, a estratégia da Alemanha era implantar neles uma política de “fome organizada”. A privação alimentar dos povos da Europa era organizada de acordo com objetivos políticos e militares. Além da discriminação racial, a Alemanha estabelecia a discriminação alimentar, dividindo a população da Europa em grupos bem alimentados; grupos deficientemente alimentados; grupos de famintos; e grupos de mortos de fome. O único grupo bem alimentado era o de “raça alemã”, sendo que os demais deveriam ser sacrificados para que houvesse sempre alimentos suficientes para a “raça superior”.<sup>27</sup>

Sobre os acordos emergentes a partir da Segunda Guerra Mundial, Josué destaca o surgimento da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e o fracasso na promoção de um abastecimento alimentar. Uma das causas principais, na compreensão do autor, foi a não realização de políticas de reforma agrária em vários países. Josué lembra que a Carta do Atlântico, assinada em 1941, pelas Nações Unidas, em luta comum contra o nazismo continha, entre seus pontos fundamentais, um que dizia respeito à libertação dos povos dos regimes de fome. Para que essa libertação fosse realmente conquistada no período crítico que devia seguir-se ao término da guerra, as Nações Unidas iniciaram os planos de preparação para promover o adequado abastecimento alimentar dos países europeus, após a libertação do continente do nazismo. Entre eles, Josué ressalta que em 1943 o Presidente Roosevelt convocou, em Hot Springs, uma Conferência das Nações Unidas para os Problemas de Alimentação e Agricultura. Nela foi lançada a semente da FAO, encarregada de promover uma distribuição mais adequada de alimentos e de traçar os rumos de uma política mundial de alimentação.<sup>28</sup>

Josué afere que as potências ocidentais se arrastaram por muito tempo em prejudicial indecisão diante da política agrária, o que muito retardou a recuperação

---

<sup>27</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 346.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 355.

agrícola da região no pós-guerra. Por outro lado, aponta que o fator principal de reversão econômica no Oriente provém do fato de que os países desta área realizaram uma reforma de base na estrutura social.

Sendo o objetivo central desta política socializante a elevação dos níveis de vida, e sendo seu componente mais importante a alimentação, as Repúblicas Socialistas trataram logo de promover reformas agrárias que possibilitassem um aproveitamento mais racional da terra e conseqüente aumento da produção agrícola.<sup>29</sup>

Como exemplo típico destas reformas agrárias e dos resultados obtidos, Josué destaca os casos da Hungria e da Polônia, que representavam dois grandes focos de sobrevivência feudal no continente europeu. A reforma agrária realizada nesses países aparece como exemplo da recuperação das condições alimentares por meio de mudanças nas estruturas de base.

A compreensão de Josué sobre a agricultura na Polônia é aprimorada na sua visita àquele país, em 1956, onde amplia sua admiração pelas experiências agrícolas desenvolvidos naquela região. Em suas palavras: “Minha visita à Polônia foi dessas visitas que não decepcionam, mas que reforçam a admiração, dando-lhe uma base mais objetiva, pelo conhecimento direto dos fatos reais.”<sup>30</sup> Na viagem, Josué transitou pelas zonas rurais do país, observando as conseqüências da fome dos tempos de guerra, como a baixa estatura dos jovens que na infância conviveram com a miséria. O roteiro da visita incluiu também algumas instituições agrícolas que procuravam aplicar recursos científicos, buscando melhorar as condições de alimentação do povo. Exemplo destacado é o Instituto de Pesquisas de Fruticultura, dirigido pelo cientista S. A. Pieniazek, que por meio de experiências genéticas permitiu a obtenção de frutos que resistiam aos fortes invernos poloneses, amenizando, assim, as graves conseqüências geradas pelas deficiências vitamínicas naqueles períodos de frio intenso. “Os trabalhos que se realizam nesta estação experimental me deram a impressão de uma batalha taticamente bem dirigida entre o

---

<sup>29</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 373.

<sup>30</sup> CASTRO, Josué de. Impressões da Polônia. *Última Hora*. 22 jul. 1957.

homem e o meio, no sentido de adaptar este meio à satisfação das necessidades humanas”<sup>31</sup>, afirma Josué.

O exemplo da Hungria (1945) revela, para Josué, que não basta distribuir a terra sem que o Estado promova uma ampla política rural de assistência e estímulo às cooperativas, sem a qual a reforma agrária pode gerar efeitos perversos. Tal exemplo demonstra, para o autor, a ineficiência de um plano de coletivização forçada e a importância das cooperativas de produção como um estímulo à participação voluntária dos camponeses.

Tanto na Hungria como na Polônia e nas outras repúblicas populares, o movimento cooperativista tomou grande incremento e representa, no pensamento dos líderes socialistas, uma etapa de transição entre a propriedade privada individual e a coletivização nacional das terras. Com a experiência das dificuldades com que tiveram de lutar em seus próprios países para convencer os camponeses das vantagens econômicas das fazendas coletivas, os atuais líderes soviéticos não fizeram a mínima pressão para as repúblicas populares alcançassem, de logo, a etapa coletivista. Julgam eles mais acertado esperar para poder contar com a colaboração espontânea, do homem do campo, sem constrangê-lo a trabalhar à força, num regime pelo qual não sinta entusiasmo. Daí o plano das cooperativas de produção, das quais o camponês deve participar voluntariamente. Contudo, os privilégios econômicos de que gozam essas cooperativas constituem fator de atração bastante eficiente, que leva para o seu seio o agricultor independente.<sup>32</sup>

Josué demonstra simpatias por uma política de incentivo às cooperativas agrícolas e à participação voluntária dos camponeses, apontando sua eficiência em relação à coletivização forçada. Esta postura do autor encontra-se explícita na análise da agricultura na Nova China, realizada após sua viagem para aquele país, em 1957. Ao retornar ao Brasil, Josué publica uma série de artigos que revelam sua compreensão sobre as transformações ocorridas naquele país depois da implantação da Nova República Popular Chinesa, em 1949. Também em uma palestra na residência do Diretor da Aeronáutica Civil, Brigadeiro Dario Azambuja, no mês de junho de 1957, Josué relata a experiência de reforma agrária e a organização de cooperativas agrícolas emergentes naquele país. Seu depoimento

---

<sup>31</sup> CASTRO, Josué de. Impressões da Polônia. *Última Hora*. 22 jul. 1957.

<sup>32</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 375.

destaca que a China Comunista começou a estabelecer as pequenas propriedades e os camponeses passaram a se organizar em cooperativas. “Em sete anos a fome de 600 milhões deixou de ser um problema”.<sup>33</sup>

A partir das experiências que teve naquele país, Josué analisa que os camponeses famintos que viviam cultivando os seus minúsculos retalhos de terra arrendados dos grandes proprietários por preços exorbitantes foram os grandes adeptos de Mao-tse-tung. O autor destaca que Mao-tse-tung sempre advogou, no seio do Partido Comunista, a necessidade de uma aliança com os camponeses, apesar de essa ser menosprezada por outros líderes do partido preocupados apenas com o apoio que lhes parecia decisivo do operariado urbano, conforme o modelo clássico da revolução bolchevista. Mao-tse-tung prometeu aos camponeses a libertação da fome por meio da distribuição de terras.<sup>34</sup>

Na série de três artigos escritos ao jornal *Última Hora*, em 1957, Josué ressalta que no campo da alimentação se processou a maior transformação, demonstrando que a fome pode ser vencida e que ela não é um produto inelutável de condições naturais.

A vitória da China neste ponto através de uma política flexível e sagaz, associando as aquisições da técnica moderna com o patrimônio da experiência tradicional, constitui uma contribuição das mais extraordinárias que o grupo humano pode trazer à história do mundo. O estudo deste aspecto que se liga ao da reforma agrária e da melhor distribuição das riquezas potenciais será melhor explicado noutra conversa que teremos.<sup>35</sup>

No artigo *A vitória da China contra a fome*, publicado na revista *Estudos Sociais*, no ano de 1959, Josué revela como um país que sofreu as maiores epidemias de fome do mundo conseguiu superá-las, “constituindo um dos fenômenos mais impressionantes de toda a história do mundo.” O autor acredita que o desvendamento dos fatores que vieram a determinar esta superação poderá constituir um ensinamento precioso para o mundo inteiro. Sua análise advém, em parte, das imagens e relatos observados em sua viagem à China em 1957. Nela,

---

<sup>33</sup> *Última Hora*. A China e a fome. 26 jun. 1957.

<sup>34</sup> CASTRO, Josué de. A vitória da China contra a fome. *Jornal do Commercio*, 1959.

<sup>35</sup> CASTRO, Josué de. A atualidade da China III. *Última Hora*, 19 jun. 1957.

Josué constatou que não se notavam na população chinesa os clássicos sinais da fome que estava acostumado a encontrar nas outras regiões subdesenvolvidas do mundo.

Além de suas observações diretas, constatou também por meio dos inquéritos realizados pelo prof. Li-Ching-Han, grande especialista em nutrição, nas aldeias da China antes e depois da República Popular. O depoimento desse cientista pareceu insuspeito para Josué, pois inicialmente o Prof. Li fora contra a revolução. Os inquéritos revelaram uma extraordinária mudança no regime alimentar dos camponeses depois da implantação do novo regime na China. Apesar dos constantes elogios de Josué às transformações ocorridas no país, suas ressalvas à propaganda populista demonstram que ele estava ciente de possíveis exageros de contemplação. Seus relatos expressam a preocupação em buscar fontes seguras para demonstrar o que estava ocorrendo naquela região. No artigo *A atualidade da China II*<sup>36</sup>, Josué explicita suas reservas quanto às propagandas populistas do governo chinês, pertinentes a um regime que ainda estava se consolidando, considerando-as como um dos pontos negativos observados em sua viagem.

Na compreensão de Josué, um dos grandes segredos desse regime foi o fato do governo ter atuado em consonância com a realidade histórica do país, evitando as violências e as rupturas sociais que tornaria inviável a implantação de instrumentos revolucionários de produção numa sociedade tradicionalista. O autor demonstra, mais uma vez, ser adepto de um sistema cooperativo de produção com adesão voluntária dos camponeses, confirmando suas objeções ao regime de coletivização forçada no campo. Josué conclui que a reforma agrária, o regime de cooperativas e a associação dos métodos tradicionais da agricultura chinesa com técnicas modernas possibilitaram a superação das históricas catástrofes de fome na China. O *Jornal do Comércio*, em 10 de dezembro de 1960, apresenta que o modelo de reforma proposto por Josué de Castro baseia-se nos moldes chineses, sem máquinas e concentrando o máximo de braços (e de trabalho) na terra, pois para adquirir máquinas seria necessário permanecer submisso aos países imperialistas.

---

<sup>36</sup> CASTRO, Josué de. A atualidade da China II. *Última Hora*, 18 jun. 1957.

### A vitória da China contra a fome<sup>37</sup>

[...] Assim, de início, não foi levada a efeito nenhuma reforma agrária radical que poderia prejudicar durante certo tempo o ritmo de expansão da produção agrícola. Foram apenas tomadas medidas de contenção contra a exploração exagerada e o insaciável apetite de lucros dos proprietários agrários: foram limitadas as taxas de arrendamento da terra e os juros dos empréstimos ao agricultor. É verdade que por conta dos próprios camponeses se desapropriou e se distribuiu muita terra e o Governo fingia não ter conhecimento desses exauros para não se chocar contra essa aspiração generalizada, esse desejo incontido de possuir terra, da massa camponesa.

E foi dando atendimento a essa aspiração que em junho de 1950 foi aprovada a lei da reforma agrária com o fim de “abolir o sistema a propriedade territorial baseado na exploração feudal da classe dos grandes proprietários fundiários e realizar o sistema da propriedade camponesa tendo em vista liberar as forças produtivas das regiões rurais e desenvolver a produção agrícola para abrir caminho à industrialização da nova China”. (Art. 1º da Lei).

Com muito tato e evitando ao máximo as violentações, foi feita a classificação social dos diversos tipos de camponeses, e iniciada a partilha de terra que não foi igualitária mas dava atendimento mais do que às necessidades da família camponesa, à sua possibilidade e capacidade de produzir. O objetivo de produzir mais e melhor predominou sempre sobre o objetivo emocional de dar terra aos sem-terra. Infiltrando através dos ativistas ou animadores rurais, os métodos de trabalho coletivo no campo – o sistema das equipes de auxílio mútuo – o governo preparou o caminho para o cooperativismo. A equipe de ajuda mútua, a princípio transitória e depois permanente, encontrara receptividade na China porque revivia uma velha prática associativa conhecida em toda a Ásia Central pelo nome de Jashar ou seja da ajuda fraternal na realização de grandes empreendimentos. Chegou-se assim em 1952 à instituição das cooperativas semi-socialistas em que o trabalho era comum mas o proprietário mantinha os direitos sobre sua terra e recebia da renda total da exploração, uma pequena parcela pelo aluguel de sua terra e podia mesmo retirar-se da cooperativa, se assim lhe parecesse conveniente.

Daí a coletivização total da terra foi apenas um passo, que o país inteiro deu em obediência ao golpe de acelerador impulsionado por Mao-Tse-Tung quando julgou preparado o terreno para consolidação da socialização da economia do país.

Não interessa apresentar aqui em quadros estatísticos como foi crescendo o número de cooperativas e como se foram fundindo nos grandes kolkhoses as pequenas cooperativas, mas apenas informar que hoje toda a terra da China se encontra coletivizada. Pouco a pouco as resistências foram sendo vencidas e obtida a aquiescência dos novos proprietários de terra em desfazer-se dos seus títulos de propriedade, recebendo em troca os benefícios comprovados da produção coletivista. Nesta sucessão de etapas que caracterizou a revolução agrária na China foram utilizados todos os fatores psicológicos que poderiam ajudar o seu sucesso desde o descontentamento e a revolta dos sem-terra contra os proprietários feudais, na primeira fase do processo, até a emulação pessoal pelos sucessos obtidos em cada cooperativa na grande batalha de libertação, na qual toda a Nação se encontra empenhada. [...]

Orientação que me pareceu também sábia foi aquela tomada pelo governo diante do terrível dilema de investir as escassas disponibilidades financeiras de um país subdesenvolvido e portanto subcapitalizado nos diferentes setores das atividades produtivas: no campo da indústria ou da agricultura. O terrível dilema entre o pão e o aço com que se defrontam todos os países retardados que desejam se emancipar economicamente e não sabem se devam concentrar suas escassas poupanças em desenvolver a indústria emancipadora ou em

<sup>37</sup> CASTRO, Josué de. A vitória da China contra a fome. *Estudos Sociais*, n. 06, mai-set. 1959.

atender às necessidades crescentes de suas populações em bens de consumo. A China embora admitindo a premissa de que só a industrialização poderia emancipá-la economicamente, não se absorveu inteiramente na sua montagem, esquecendo as atividades primárias da agricultura como tem ocorrido por toda a parte, como ocorreu mesmo na URSS que em certo momento teve que corrigir os desvios provocados por esta política desequilibrante, que chegou a ameaçar a estrutura do seu sistema econômico. A China, não. Os seus planos não se fizeram numa prioridade exagerada nem para o pão nem para o aço, mas para o atendimento em proporções razoáveis, tanto do pão como do aço.

Analisando-se os planos quinquenais chineses verifica-se que a parcela de investimentos agrícolas sempre foi proporcionalmente a da indústria, de nível bem mais elevado do que a dos planos da URSS. É que embora impaciente por industrializar o país, o Governo chinês conhece e respeita a impaciência do seu povo em obter os elementos indispensáveis para matar a sua fome.

Agindo desta forma o governo obedeceu a uma consciência bem clara de que só poderia haver desenvolvimento industrial sólido com uma base agrícola também sólida que viesse a criar um grande mercado interno de suas populações rurais e a fornecer as matérias-primas suficientes para a sua industrialização. Foi graças a esta política que subiu rapidamente a capacidade aquisitiva do homem do campo aumentando de maneira sensível os níveis de consumo na região rural. [...]

A introdução das novas técnicas agrícolas também se vem fazendo progressivamente e não de maneira intempestiva. [...] A mecanização da lavoura ainda não se instalou na China que continua a arar a sua terra com os primitivos instrumentos que sempre usou o agricultor chinês. Julgou com acerto o Governo de Mao-Tse-Tung que o cooperativismo deve preceder a mecanização da agricultura num país pobre de capitais e rico em mão-de-obra. Foi através do esforço coletivo, do emprego adequado dessa mão-de-obra que vivia num regime permanente de subemprego ou de desemprego disfarçado que pôde o Governo vencer os fatores de inércia da produção e alcançar os impressionantes sucessos acima referidos. Foi mobilizando essa mão-de-obra que se reformaram e construíram milhões de quilômetros de diques nos grandes rios, evitando as constantes inundações das terras cultivadas, e que se construíram os milhões de quilômetros de canais de irrigação que fizeram da China de hoje o país de maior área de terra irrigada do mundo. Desta forma veio a China a ampliar enormemente a sua área cultivada destruindo o mito de que aquele país já não dispunha de mais terra para alimentar os novos contingentes de sua crescente população. [...]

As realizações da China nos últimos dois anos num tipo de agricultura superintensivo vieram demonstrar que a lei dos rendimentos decrescentes não passa de um mito no campo da agricultura. Um mito que tinha de ser desmascarado ao lado de muitos outros mitos, através deste processo de desmistificação a que o povo da China se consagrou de corpo e alma. Pela cultura superintensiva vêm os chineses obtendo índices de produtividade da terra de 1958 para 1959, no que diz respeito ao algodão, aumentou de 100 para 239, a do trigo de 100 para 171, e a do arroz de 100 para 182, e assim por diante. [...]

Em que consiste esse novo processo? Na aplicação de fantásticos fertilizantes ou na utilização de novas máquinas que transformam a agricultura numa espécie de indústria? Nem uma coisa, nem outra. Esses impressionantes índices de produtividade precederam a mecanização e a fertilização química do solo. E representa apenas a associação bem dosada dos métodos tradicionais da agricultura chinesa complementados por certas técnicas de aquisição recente realizando-se este trabalho com um maior número de braços e dentro de rigorosa especificação. [...]

Não sei até onde constitui politicamente um sucesso ou um fracasso a iniciativa das comunidades rurais, mas o que não resta dúvida é que foi graças à sua instituição que se consumou este milagre da emancipação da China da escravidão da fome. Obtendo esses impressionantes níveis de produtividade da terra, a China se orienta para utilizar o seu solo de uma maneira mais equilibrada, de acordo com o sistema dos três terços, preconizado por Mao-Tse-Tung: um terço para a agricultura, um terço para a criação e o reflorestamento e um terço para descanso da terra. Destrói-se desta forma um outro mito, o da escassez de terra na China.

Com razão afirma um especialista chinês que os novos índices de produção agrícola no seu país não representam apenas um aspecto de alta significação econômica e política, mas constituem também um desafio aos conceitos rotineiros da ciência agrônômica. Representa esta vitória uma revolução técnica e uma revolução científica. Com ela se destrói o mito malthusiano, o mito dos rendimentos decrescentes e o mito do limite de potencial biótico do solo, difundido no mundo por Vogt.

A revolução agrária empreendida pelo povo chinês e que o conduziu à vitória contra a fome, constitui, pois, a grande mensagem deste país ao mundo. A verdade é que a fome – calamidade universal – se constitui hoje como uma espécie de árbitro para o futuro do mundo. Quem conseguir dominar inteiramente esta calamidade tem tôdas as chances de dominar o mundo. Esperemos que o exemplo da China possa frutificar por tôda a parte e que nos diferentes países do mundo seja vencido o espectro da fome. Se isso ocorre, teremos não apenas a coexistência pacífica, mas a cooperação pacífica entre os povos e uma nova era de paz para tôda humanidade.

Quando Josué escreve o artigo *A vitória da China Contra a fome*, publicado na revista *Estudos Sociais*, ele já tinha observado de perto tanto a experiência soviética quanto a chinesa. Com base nas observações e em materiais adquiridos em suas viagens, Josué adere ao modelo chinês por considerá-lo mais próximo ao atendimento das reais necessidades dos camponeses, com destaque à alimentação.

O processo de adesão voluntária às cooperativas, que marca a primeira fase da coletivização camponesa na China, apresenta-se no pensamento de Josué como fundamental para o combate à fome naquele país. As observações de Josué expressam sua afinidade com uma política de incentivo às cooperativas agrícolas e à participação voluntária dos camponeses, considerando sua eficiência em relação à coletivização forçada, como já demonstrado anteriormente, nos casos da Polônia e da Hungria. Conforme evidenciado no artigo *A vitória da China contra a fome*, Josué considera que nesse país

chegou-se assim em 1952 à instituição das cooperativas semi-socialistas em que o trabalho era comum mas o proprietário mantinha os direitos sobre sua terra e recebia da renda total da exploração, uma pequena parcela pelo aluguel de sua terra e podia mesmo retirar-se da cooperativa, se assim lhe parecesse conveniente.<sup>38</sup>

Inicialmente, o camponês permanecia proprietário de seu lote de terra e se inseria em um trabalho coletivo. Nesse processo, ao perceber os benefícios da

---

<sup>38</sup> CASTRO, Josué de. A vitória da China contra a fome. *Estudos Sociais*, n. 06, mai-set. 1959.

coletivização ele não apresentaria resistências, aderindo voluntariamente às cooperativas socialistas.

As observações de Josué sobre o processo de trabalho cooperado compreendem o período em que se formaram as cooperativas *semi-socialistas*, as quais agrupavam de 20 a 50 famílias e a retribuição se dava em função do trabalho e pela contribuição inicial de cada um com ferramentas e terras.<sup>39</sup> Esse período correspondeu a primeira fase do I Plano Quinquenal (1953-1957) que objetivava potencializar a indústria chinesa, realizar a coletivização agrária e nacionalizar as empresas industriais. Após a distribuição de terras em 1950, o Plano de 1953 visava impedir a formação de uma nova classe de camponeses ricos.

No entanto, as consequências do processo de aceleração da coletivização gestadas a partir de 1958 com o II Plano Quinquenal são minimamente analisadas por Josué, talvez por compreenderem uma época posterior a sua viagem para aquele país. A partir desse período, iniciou-se um processo de unificação das cooperativas socialistas em comunas populares e de duplicação da produção de aço. 700 mil cooperativas são substituídas por 26 mil comunas populares com maior grau de socialização e coordenação das atividades, conjugando ações voltadas à educação, gestão pública, capacitação das massas e introdução de centros de produção industrial. As glebas privadas são suprimidas e as atividades domésticas subsidiárias são condenadas. Os resultados desta nova fase apresentaram uma profunda crise econômica em todos os setores.<sup>40</sup>

No artigo *A vitória da China contra a fome*, publicado na revista *Estudos Sociais*, em 1959, Josué destaca que o tipo de agricultura superintensivo realizado nos últimos dois anos na China proporcionou índices espetaculares de produtividade. Apesar das incertezas do autor quanto a seu apreço, a formação das comunidades rurais é aferida por ele como uma recente conquista, onde os esforços de toda a coletividade foram conjugados no sentido de promover o seu desenvolvimento integral. “Não sei até onde constitui politicamente um sucesso ou um fracasso a

---

<sup>39</sup> Um estudo sobre as diferentes formas de cooperação na China naquela época encontra-se em: PAGOTTO, Claudete. Apontamentos acerca das principais formas de cooperação na China entre 1950 e 1966. *Novos Rumos*, ano 21, n. 46, 2006.

<sup>40</sup> Ibidem.

iniciativa das comunidades rurais, mas o que não resta dúvida é que foi graças à sua instituição que se consumou este milagre da emancipação da China da escravidão da fome.”<sup>41</sup>

Além da reforma agrária, Josué destaca a importância da formação de cooperativas como principais fatores de mudança nas condições alimentares na China após a instalação da República Popular Chinesa, em 1949. Suas entusiásticas análises condizem com uma ampliação da produção agrícola no período entre 1952 e 1958 e compreendem a fase do movimento de coletivização voluntária, conforme atesta o quadro seguinte:

**Tabela 1** População, produção agrícola e produção de cereais na China (1952-1961)

| Ano  | População (Milhões) | Produção Agrícola | Produção de Cereais (Milhões de Toneladas) |
|------|---------------------|-------------------|--------------------------------------------|
| 1952 | 574.8               | 100.0             | 163.9                                      |
| 1953 | 588.0               | 103.1             | 166.9                                      |
| 1954 | 602.7               | 106.6             | 169.5                                      |
| 1955 | 614.7               | 114.7             | 184.0                                      |
| 1956 | 628.3               | 120.5             | 192.8                                      |
| 1957 | 646.5               | 124.8             | 195.1                                      |
| 1958 | 659.9               | 127.8             | 200.0                                      |
| 1959 | 672.1               | 110.4             | 170.0                                      |
| 1960 | 662.1               | 96.4              | 143.5                                      |
| 1961 | 658.6               | 94.1              | 147.5                                      |

Fonte: Ministry of Agriculture, 1989.<sup>42</sup>

Os dados apresentam que durante a grande crise de fome na China (1959-1961) houve uma redução da produção agrícola. Esses anos correspondem ao chamado “grande salto para frente”, período de emergência e expansão da coletivização forçada e de duplicação da produção de aço. A coletivização voluntária começa em 1952, acompanhada por um aumento significativo e contínuo da produção agrícola até 1958. Nesta fase, o movimento não encontrou resistência expressiva do campesinato, refletindo em uma melhoria nas condições de alimentação da população. Porém, a crise que se seguiu, após o período de

<sup>41</sup> CASTRO, Josué de. A vitória da China contra a fome. *Estudos Sociais*, n. 06, mai/set., 1959.

<sup>42</sup> Os dados encontram-se no artigo: LIN, Justin Yifu - Peking University. Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961. *The Journal of Political Economy*. The University of Chicago Press, vol. 98, n. 6, dec. 1990, pp. 1228-1252.

coletivização forçada, resultou em aproximadamente 30 milhões de mortes prematuras na China.

O economista Justin Yifu Lin da Universidade de Pequim destaca que as razões para o colapso repentino da produção agrícola, depois do sucesso inicial da campanha da coletivização, não são bem compreendidas devido ao obscurecimento estatístico ocorrido na China até quase início da década de 1980. Até 1958, o governo chinês publicou periodicamente estatísticas agrícolas. Contudo, após a crise, os dados oficiais sobre a agricultura encontravam-se dispersos e fragmentados, o que teria dificultado as análises. No artigo *Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961*<sup>43</sup>, Lin aponta que o colapso repentino da agricultura gestado na crise de 1959-61, após o sucesso inicial do movimento da coletivização, é comumente atribuído às seguintes causas: aos três anos sucessivos de más condições meteorológicas; às políticas ineficazes das autoridades centrais e locais e à má gestão nas comunas e; ao tamanho de uma comuna. No artigo, o autor argumenta que a crise foi causada principalmente pela privação do direito dos camponeses de se retirar de uma coletividade, a partir de 1958.

O autor descreve que, inicialmente, a coletivização se dava em três formas principais de cooperativas. O mais comum era a "equipe de auxílio-mútuo", em que quatro ou cinco famílias vizinhas associavam seu trabalho, ferramentas de cultivo e animais. Dessa maneira, a posse do recurso não era alterada e as decisões da colheita permaneciam sob a responsabilidade do agregado familiar individual. A segunda forma era a "cooperativa elementar" na qual de 20 a 30 famílias vizinhas convencionavam seus recursos. O rendimento líquido de uma cooperativa era compartilhado. A terra, os animais e as ferramentas ainda eram de posse da família. A terceira forma era a produção agrícola coletiva ou "cooperativa avançada", onde todos os meios de produção eram coletivizados. A remuneração era baseada unicamente na produção do trabalho e tomava a forma de pontos de trabalho. A renda de uma família dependia do número de pontos de trabalho obtidos pelos membros e do valor médio de um ponto de trabalho. O tamanho de uma cooperativa

---

<sup>43</sup> LIN, Justin Yifu. *Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961*. *The Journal of Political Economy*. The University of Chicago Press, vol. 98, n. 6, dec. 1990, pp. 1228-1252.

avançada consistia de modo inicial, em aproximadamente 30 famílias e, mais tarde, em 150 a 200 em uma mesma vila.

A coletivização, inicialmente um movimento voluntário, tornou-se impositiva a partir de 1958. A remuneração na comuna passa a ser baseada, principalmente, nas necessidades da subsistência, e somente em parte no trabalho desempenhado pelo camponês. Também foram proibidos o trabalho em lotes e as trocas nas feiras rurais, que existiam nas outras formas de cooperativas. Lin<sup>44</sup> argumenta que a produção desmoronou no período pós 1958 e que a causa para o sucesso inicial e o súbito colapso do movimento é mais provável de ser encontrada na mudança de natureza da coletivização. Segundo o autor, na fase inicial o princípio do voluntarismo foi salientado e bem respeitado, os camponeses tinham o direito de decidir se queriam ou não aderir a uma cooperativa e, após a adesão, os membros ainda poderiam se retirar, assim como retirar seus próprios bens da cooperativa. O autor atribui, assim, o sucesso inicial da coletivização, no período de 1952-58, à existência de liberdade ao camponês em optar por sair da cooperativa. Lin compreende ainda, com base nessa apreciação, que o súbito colapso da produção agrícola, entre 1959-61, decorreu, principalmente, da privação desse direito a partir de 1958.

Em outro artigo, *Famine in China, 1958-61*<sup>45</sup>, constam estimativas sobre a disponibilidade de nutrientes por habitante na China no período de 1953-1964. A análise dos autores destaca o grande aumento na disponibilidade de nutrientes durante os primeiros anos da Revolução, fase que compreende a instituição da reforma agrária e o processo de coletivização voluntária (1953-57), conforme atesta o quadro seguinte.

---

<sup>44</sup> LIN, Justin Yifu - Peking University. Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961. *The Journal of Political Economy*. The University of Chicago Press, vol. 98, n. 6, dec. 1990, pp. 1228-1252.

<sup>45</sup> ASHTON, Basil. HILL, Kenneth, PIAZZA, Alan. ZEITZ, Robin. Famine in China, 1958-61. *Population and Development Review*. Population Council, vol. 10, n. 4, dec., 1984, pp. 613-645.

**Tabela 2** Abastecimento de grãos *per capita* e média da disponibilidade de nutrientes diária na China, no período de 1953-1964.

| Ano  | Abastecimento de grãos <i>per capita</i> (Kg/ano) | Energia alimentar diária (Kcal) | Proteína alimentar diária (g) | Gordura alimentar diária (g) |
|------|---------------------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| 1953 | 283,2                                             | 2018,1                          | 53,3                          | 25,2                         |
| 1954 | 280,5                                             | 2024,2                          | 53,5                          | 25,9                         |
| 1955 | 298,9                                             | 2130,5                          | 55,8                          | 26,3                         |
| 1956 | 306,6                                             | 2175,6                          | 56,3                          | 26,0                         |
| 1957 | 304,7                                             | 2167,0                          | 58,5                          | 25,4                         |
| 1958 | 304,9                                             | 2169,6                          | 57,4                          | 27,1                         |
| 1959 | 253,8                                             | 1820,2                          | 48,8                          | 22,9                         |
| 1960 | 216,4                                             | 1534,8                          | 41,7                          | 16,6                         |
| 1961 | 235,0                                             | 1650,5                          | 45,1                          | 17,1                         |
| 1962 | 250,7                                             | 1761,2                          | 47,9                          | 17,6                         |
| 1963 | 257,5                                             | 1863,7                          | 48,4                          | 19,8                         |
| 1964 | 276,1                                             | 2026,1                          | 52,3                          | 22,6                         |

Fonte: Piazza, Alan; *Trends in food and nutrient availability in China, 1950-81*; World Bank Staff Working Paper no. 607 (Washington, D. D.: Word Bank, 1983), p. 9.<sup>46</sup>

Os dados da tabela anterior demonstram um aumento na disponibilidade de nutrientes por habitante na China no período de 1953-1958. Observa-se que a partir de 1959 agravou-se a situação alimentar, período esse que corresponde ao processo de coletivização forçada, o dramático declínio na produção de alimentos e a grande crise alimentar no país. No período de 1958 e 1962 ocorreram cerca de 30 milhões de mortes prematuras na China geradas pela fome, os índices de mortalidade dobraram, impactando numa queda nos índices demográficos.

Constata-se que as avaliações de Josué remetem ao período inicial do processo de intensificação da coletivização. Nesse sentido, sua análise ainda se encontra imbuída de um otimismo quanto aos efeitos da ampliação da produtividade para a redução da fome na China. Josué poderia, talvez, se surpreender frente às análises mais recentes das fomes coletivas que afetaram a China no período de 1958 a 1961. Amartya Sen destaca que “as fomes coletivas chinesas no período

<sup>46</sup> A tabela encontra-se no artigo: ASHTON, Basil. HILL, Kenneth, PIAZZA, Alan. ZEITZ, Robin. Famine in China, 1958-61. *Population and Development Review*. Population Council, vol. 10, n. 4, dec., 1984, pp. 613-645.

entre 1958 e 1961 mataram cerca de 30 milhões de pessoas - dez vezes mais até mesmo do que a gigantesca fome coletiva de 1943 da Índia britânica"<sup>47</sup>.

Amartya Sen, ao analisar as condições e possibilidades de desenvolvimento, considera como questão central as liberdades substantivas, medidas com base em variáveis como: oportunidades econômicas, pobreza, fome e democracia. Nesse sentido, a liberdade e a participação econômica e política, condizentes com regimes democráticos, são para o autor questão fundamental para a expansão das iniciativas de superação das privações. É nesse sentido que Sen remete suas críticas a países onde se estabeleceu privações de liberdade e sua relação direta com os casos de fome coletiva, como aquela ocorrida na China no período de 1958 a 1961.

Porém, apesar desta lacuna existente na análise de Josué sobre a fome na China, os escritos do autor apresentam elementos fundamentais da chamada *Nova Literatura sobre a fome*<sup>48</sup>, que emerge a partir da década de 1980, em especial com Amartya Sen<sup>49</sup>. Esse autor, tal como Josué de Castro já o fizera, desenvolve uma crítica às perspectivas analíticas que compreendem o problema da fome como decorrente da escassez de alimentos ou como um desdobramento do problema demográfico. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Josué, que se contrapõem às idéias malthusianas e neomalthusianas no curso dos debates que emergem após a I Guerra Mundial<sup>50</sup>. Amartya Sen em seu livro *Poverty and famines* (1981) analisa

---

<sup>47</sup> SEN, Amartya. Fomes coletivas e outras crises. In.: *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 211.

<sup>48</sup> Martin Ravallion ao fazer uma revisão da literatura sobre a fome aponta que os estudos tradicionais focalizam apenas alguns parâmetros macroeconômicos, em especial o agregado disponível de alimentos e o crescimento da população. Para o autor, a visão Malthusiana tem sido desacreditada, e emerge, a partir de 1980, com destaque a abordagem de Amartya Sen, a chamada *Nova Literatura sobre a fome*, a qual busca compreender a situação econômica de indivíduos vulneráveis à fome e como esta situação interage com variáveis macroeconômicas. RAVALLION, Martin. Famines and economics. *Journal of Economic Literature*, 35, 1997, p. 1207.

<sup>49</sup> SEN, Amartya. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford, Clarendon Press, 1981. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>50</sup> Esta concepção esteve presente na Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, em 1974. Incorporando tais argumentos, as empresas ligadas à indústria de agroquímicos buscaram desencadear a chamada Revolução Verde, sob o argumento de que a fome e a desnutrição desapareceriam com o aumento significativo da produção agrícola - em especial com a adoção de um modelo agrícola de grandes propriedades monocultoras e com o uso intensivo de insumos químicos. Sobre as contraposições às idéias malthusianas e neomalthusianas destaca-se, entre outros textos, CASTRO, Josué de. *Malthus*

as causas da fome e faz uma crítica às análises centradas apenas na oferta de alimentos. Para o autor, é preciso que nos concentremos não na oferta total de alimentos, mas nos *intitulamentos*<sup>51</sup> que cada pessoa desfruta, e que é influenciado pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade.

Em *Geopolítica da fome*, Josué justifica a não inclusão da União Soviética na análise por não dispor, na ocasião da primeira edição do livro, de elementos informativos sobre a região. O autor declara que visitou a URSS, em 1955, onde observou e colheu abundante material sobre os problemas da agricultura e da alimentação no regime socialista. O autor pretendia publicar o estudo sobre o mundo soviético à parte, com o título “Socialismo e fome”, o qual completaria a análise sobre o problema da fome no mundo. No entanto, suas análises sobre a China e sobre a URSS permaneceram dispersas em artigos ou compondo parte de seus outros livros, como a análise da República Popular da China que foi incorporada na terceira edição de *Geopolítica da fome*, e uma reflexão sobre a URSS que se encontra em *O livro negro da fome*, publicado em 1957.

Em *O livro negro da fome*, Josué considera que em países socialistas como nas repúblicas socialistas da Ásia Central, priorizaram-se os equipamentos industriais, obtendo-se grande sucesso no setor da indústria pesada, porém, com sacrifícios da população local que permaneceu longos anos num baixo padrão de vida. Nas regiões subdesenvolvidas do mundo capitalista não seria possível, na aceção do autor, uma política desta natureza devido à incontrolável aspiração de uma progressiva melhoria das condições de existência. A análise destaca a necessidade de se elaborar uma nova teoria científica do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, para a qual sugere que “todo e qualquer

---

y el camino de la perdición. In: Ensayos sobre el subdesarrollo. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1965.

<sup>51</sup> Amartya Sen aponta três fatores principais que determinam o *intitlamento*: 1) A dotação - de recursos produtivos e de riqueza, como o trabalho, a terra, entre outros; 2) Possibilidades de produção - as quais são determinadas pela tecnologia disponível e são influenciadas pelo conhecimento disponível e pelo potencial das pessoas para organizar seus conhecimentos e dar-lhes um uso efetivo; 3) Condições de troca - o potencial para vender e comprar bens e a determinação dos preços relativos de diferentes produtos. Para o autor, a prevenção da fome requer que se recrie sistematicamente um nível mínimo de rendas e políticas de proteção aos intitlamentos. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 190.

impulso de desenvolvimento econômico só dará resultados práticos, incorporando-se em seus princípios de ação a obtenção dos meios de satisfação das necessidades mínimas da vida humana.”<sup>52</sup> Sendo a alimentação a primeira necessidade vital, é por ela que deveria se começar o trabalho de elevação humana. A Fome e o subdesenvolvimento são, para Josué, expressões paralelas de um mesmo fato econômico. A luta contra a fome se resume, na sua compreensão, na luta contra o subdesenvolvimento econômico.

O autor considera que foram os progressos realizados no domínio da indústria e da distribuição de mercadorias que determinaram a elevação dos níveis de produtividade e de consumo nos países bem desenvolvidos. Porém, o autor questiona se o progresso posto em execução nos países subdesenvolvidos deve ser calcado sobre o dos países ocidentais industrializados. Ou seja, convém prever uma industrialização intensiva dos países subdesenvolvidos?

Prescrever o desenvolvimento autêntico e racional dos países subdesenvolvidos tirando-os do seu atual dilema entre o desenvolvimento industrial e o desenvolvimento agrícola, ou seja, o dilema entre o pão e o aço, constitui até certo ponto um grande perigo para as grandes potências hoje detentoras do mercado internacional.<sup>53</sup>

A maior parte dos autores ocidentais era hostil à industrialização dos países subdesenvolvidos. Por outro lado, aqueles que se opunham a esta idéia compunham duas correntes que também não eram convincentes para Josué: o pensamento marxista (exposto por autores soviéticos) e o pensamento industrialista (teóricos neo-saintsimonianos, como Manoilescu). Na interpretação de Josué, nem Marx nem Engels tinham pensado nos países agrícolas, mas no proletariado dos países industriais como o cenário ideal para aplicação das fórmulas da economia socialista.

É significativo notar que, apesar das repetidas censuras de Vera Zassulitch, a Rússia não lhe parecera nunca como um terreno ideal para a realização de uma revolução socialista. A seguir, Lênin tinha recomendado sobretudo a industrialização do jovem Estado soviético. O fim buscado neste momento por Lênin era a independência econômica a que devia atingir esse Estado

---

<sup>52</sup> CASTRO, Josué. *O livro negro da fome*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 60.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 65.

para se equipar e entreter um exército moderno que pudesse defender esta nova experiência social.<sup>54</sup>

Por outro lado, os teóricos neo-santsimonianos argumentavam a superioridade da indústria sobre a agricultura. Manoilescu enunciava uma lei geral de inferioridade do trabalho agrícola em relação ao trabalho industrial. A possibilidade da produtividade elevada do trabalho agrícola nos países ocidentais ricos seria possível, devido ao desaparecimento dos contrastes econômicos muito fortes que caracterizavam as civilizações mais atrasadas. Na compreensão desse autor, num país industrial, a produtividade dos outros setores tenderia a se aproximar da do setor mais produtivo, ou seja, da indústria. Josué destaca que o erro de Manoilescu foi de não estudar a relação entre a forte produtividade agrícola dos países ocidentais industrializados e a utilização maciça dos bens de origem industrial necessários à agricultura intensiva.

Josué faz objeção a duas idéias correntes na época. Uma que entende que os países subdesenvolvidos devem se voltar exclusivamente à economia agrícola, à produção de matérias-primas, enquanto os países desenvolvidos deveriam se especializar nos bens industriais. Outra compreende que a prioridade dos projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos deve ser a industrialização. No livro, Josué faz uma nítida defesa ao desenvolvimento da agricultura moderna<sup>55</sup>. A produtividade do trabalho na agricultura depende da expansão da produção industrial, sendo possível, assim, levar ao setor agrícola todos os bens de origem industrial necessários à realização de uma economia agrária racional.<sup>56</sup>

Josué lembra que a industrialização não é necessariamente geradora de um aumento da produtividade agrícola capaz de modificar a situação alimentar de um grupo humano. Desenvolver a indústria sem um correlato desenvolvimento agrícola dos diferentes países subdesenvolvidos, suprimindo suas necessidades fundamentais em alimentos, é correr o risco de promover um desenvolvimento desequilibrado. O

---

<sup>54</sup> CASTRO, Josué. *O livro negro da fome*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 67.

<sup>55</sup> Josué afirma que o erro dos dirigentes soviéticos foi o de não favorecer suficientemente o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens como as máquinas agrícolas, os produtos químicos, os fertilizantes, as rações balanceadas para animais, etc. Castro, Josué de. *Ibidem*. p. 68.

<sup>56</sup> CASTRO, Josué. *op.cit.* p. 70.

verdadeiro desenvolvimento econômico implica, na sua compreensão, no entrosamento constante do setor industrial com o setor agrícola.

O livro *Geopolítica da fome* e os demais escritos da década de 1950, analisados anteriormente, constituem um contraponto às idéias neomalthusianas que apontavam a insuficiência dos recursos naturais para alimentar toda a população. Josué analisa que o principal limite às possibilidades de alimentação não é o fator natural, mas social, econômico, político e historicamente construído. A fome é considerada pelo autor como um fenômeno provocado pelo aproveitamento inadequado das possibilidades e recursos naturais ou pela má distribuição dos bens de consumo obtidos.

E se, até hoje, muitos dos Hóspedes da Terra continuam sem participar do seu banquete, é que todas as civilizações, inclusive a nossa, se tem estruturado e mantido à base de uma extrema desigualdade econômica. [...] Na verdade, até às grandes descobertas da técnica moderna, não era possível conceber-se outro tipo de civilização senão este, no qual a maioria dos homens devia ser irremediavelmente esmagada pelo peso da miséria e da fome. Mas, hoje, com as forças da natureza postas a serviço da procuração em massa, surge, pela primeira vez na História, um tipo de sociedade da qual a pobreza pode ser suprimida e, com ela, a miséria e a fome. [...] O que se faz necessário é proceder-se a um melhor ajustamento dos homens às terras por eles ocupadas e uma melhor distribuição dos benefícios com que a terra costuma brindar o homem.<sup>57</sup>

Josué considera que o primeiro objetivo a conquistar na luta contra a fome é um aumento ponderável da produção mundial de alimentos. Um aumento da produção que suprisse as necessidades alimentares da população seria possível, na acepção do autor, a partir da utilização das reservas de solo até hoje inexploradas devido às deficiências das estruturas econômicas que não estimulam a produção agrícola. Outra forma de ampliar a produção de alimentos é o aumento da produção por hectare mediante a aplicação dos progressos técnicos pela moderna ciência agrícola.

Não há dúvida de que, pela aplicação de métodos racionais de agricultura e pela ampliação das áreas de cultivo, é possível satisfazer-se as

---

<sup>57</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968, p.383.

necessidades alimentares da crescente massa de população do mundo sem que o espectro malthusiano possa apresentar-se como uma sombra negra perante o futuro da humanidade.<sup>58</sup>

Seus argumentos divergem daqueles predominantes que guiavam a “Revolução Verde”. Enquanto as idéias desta “Revolução” preconizavam um aumento da produção por meio da modernização das grandes propriedades produtoras, a proposta de Josué era utilizar as terras inexploradas que constituíam latifúndios para o desenvolvimento da agricultura de sustentação ancorada em subsídios técnicos disponíveis.

O autor preocupa-se também com a necessidade de se criar condições para que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam. Veja-se:

[...] se não se proceder à adequada distribuição e expansão dos correspondentes níveis de consumo, logo se formarão os excedentes agrícolas criando-se o grave problema da superprodução ao lado do subconsumo. Daí, a necessidade de que a política de alimentação cuide tanto da produção quanto da distribuição adequada dos produtos alimentares.<sup>59</sup>

Para tanto, Josué argumenta a necessidade de uma política planejada em escala mundial que propicie um reequilíbrio do consumo internacional dos alimentos. Nesta proposta, suas idéias também divergem daquelas que legitimavam a Revolução Verde. Os interesses econômicos e os princípios que guiavam a modernização agrícola conduziram o processo no sentido de gerar uma superprodução, mantendo-se ou até mesmo agravando o subconsumo de populações e países pobres.

O pensamento de Josué de Castro revela-se atual frente aos altos níveis de indigência no meio rural, espaço que atualmente concentra, em termos percentuais, tanto no Brasil quanto em outros países, a maioria da população atingida pela

---

<sup>58</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 397.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 408.

fome.<sup>60</sup> Ricardo Abramovay, em um artigo que busca demonstrar a atualidade do pensamento de Josué de Castro, observa que, paradoxalmente, a maior quantidade de subalimentados do mundo concentra-se em regiões onde o peso da população rural é maior e a agricultura é a principal base econômica. Exemplos disto são as regiões: Nordeste do Brasil, África Subsaariana, Sul da Ásia e Leste da Ásia.<sup>61</sup> A mesma constatação é revelada na avaliação realizada pela FAO sobre o estado de insegurança alimentar no mundo.<sup>62</sup> Em seu artigo, Ricardo Abramovay argumenta que o combate à fome passa fundamentalmente pela valorização das capacidades e dos potenciais produtivos das populações e das regiões que até aqui ficaram à margem das formas dominantes de progresso técnico na agricultura:

É difícil conceber o acesso aos alimentos como um puro problema de demanda, sem levar em conta que é justamente na forma como está organizado o aumento da oferta que pode residir a raiz da exclusão social que conduz à fome. Se é verdade que o problema alimentar é de demanda ou de renda, então é necessário refletir sobre as modalidades de geração de renda capazes de permitir o acesso aos alimentos das populações hoje atingidas pela fome. E dificilmente pode-se encontrar fora da agricultura possibilidades de inserção social e econômica para os que, vivendo em meio rural, são gravemente atingidos pela fome.<sup>63</sup>

As conseqüências previstas por Josué de um grande aumento na produção de alimentos sem um correlato interesse em possibilitar o acesso ao seu consumo são confirmadas no livro *História das Agriculturas do mundo*, de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart. Os autores demonstram o quanto a revolução agrícola multiplicou por várias vezes a produtividade da agricultura, afetando diretamente as camadas do campesinato pobre nos países em via de desenvolvimento:

---

<sup>60</sup> TAKAGI, Maya. SILVA, José Graziano. DEL GROSSI, Mauro. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 101, jul. 2001.

<sup>61</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. SOBER Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília vol. 34, n. 3/4, jul/dez. 1996.

<sup>62</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO – FAO. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo*. FAO, 2002.

<sup>63</sup> ABRAMOVAY, Ricardo. op. cit. p. 94.

Uma após outras, elas foram excluídas da produção agrícola e obrigadas ao êxodo para os bairros de lata ou para a emigração, ou mesmo, em casos extremos, reduzidas à fome no próprio local onde vivem. Certamente, esse processo de exclusão, que reduz a força de trabalho agrícola, não afetou ainda a totalidade do campesinato que trabalha em cultura manual: ele afetou, sim, os camponeses mais desprovidos, particularmente numerosos nas regiões mais desfavorecidas.<sup>64</sup>

Este processo paradoxal, em que o próprio aumento na oferta de alimentos também gera fome, resulta de um modelo de desenvolvimento agrícola implantado na maior parte dos países do Terceiro Mundo. Ao lado de um crescimento das safras agrícolas, o processo eliminou ou marginalizou as regiões e as populações que não tinham acesso às tecnologias necessárias para a adoção da Revolução Verde.

Previendo as conseqüências desse processo, Josué demonstra a importância do acesso a terra e às técnicas modernas em prol do desenvolvimento da agricultura de sustentação. Este acesso possibilitaria o atendimento das necessidades vitais das populações, especialmente, em países cuja fome endêmica expressa as marcas de processos históricos de exploração econômica e social,

sejam colônias políticas, como os territórios africanos, sejam colônias econômicas, como a China e a maior parte da América Latina – dedicadas à produção de matérias-primas, para alimentar a indústria européia e norte-americana. Sem uma mudança radical da política colonial, que leve os povos coloniais a produzirem de forma adequada para satisfazer suas necessidades biológicas, não se pode esperar uma solução radical do problema da fome universal.<sup>65</sup>

Destaca-se, em *Geopolítica da fome*, a necessidade de uma “ação cooperativa no campo das mercadorias, de modo que as nações possam reunir seus esforços, na guerra contra os inimigos da humanidade – miséria, doenças e fome – ao invés de atacarem a prosperidade uma das outras, num vão esforço de defender a própria prosperidade.”<sup>66</sup> Desconsiderando os possíveis conflitos e interesses econômicos e políticos, Josué acredita ser possível o caminho da cooperação

---

<sup>64</sup> MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Instituto Piaget, 1998. p. 454.

<sup>65</sup> CASTRO, Josué. *Geopolítica da fome*. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8 ed. vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 409.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 413.

internacional dos países, visando diminuir as desigualdades econômicas e sociais, através de uma política de desenvolvimento “das zonas mais atrasadas da terra”. Acredita na possibilidade de se passar de uma economia colonial para uma economia mundial cooperativa, de reciprocidade de interesses.

Pode-se constatar que Josué desenvolve uma série de análises históricas sobre os processos de colonização baseados no latifúndio e na monocultura em diferentes países. Destacam-se também suas críticas às propostas de uma modernização agrícola prioritariamente “produtivista”, os constantes argumentos sobre a importância da reforma agrária e da agricultura de sustentação no combate à fome. Pode-se aferir, a partir da análise de seu pensamento, a importância de considerá-lo como uma referência essencial nos estudos clássicos e atuais da questão agrária, da fome e da “agricultura de sustentação”. Como muito bem afirma André Mayer, “sua obra não é apenas uma coletânea sistemática de fatos instrutivos. É um trabalho profundamente atraente porque é eminentemente vivo”.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> MAYER, André. Um problema tão velho quanto a própria vida. In: *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958. p. 306.

## **6 Josué em Ligas por vários palmos de terra**

[...] considero minha vida atribulada como um fato positivo, não cheia de glórias como você diz. Não as alcancei. Mas alcancei o respeito do mundo e a consagração de algumas de minhas idéias a serviço da humanidade. E isto já é muito. Por isso tem-se e deve-se pagar um preço. O preço que a imbecilidade brasileira me cobra, pelo menos até hoje, com toda a inflação da moeda e da estupidez militarista, não é caro. E sobre este aspecto me sinto feliz. O que me contrista, o que me revolta são as notícias que leio de perseguições mesquinhas e miseráveis, onde a mediocridade recalcada se desforra contra os homens de pensamento, de caráter e de coragem que se deram ao serviço da emancipação econômica e social de nosso povo.

**Josué de Castro em carta à sua filha Anna Maria,  
08 de setembro de 1964.<sup>1</sup>**

Nas décadas de 1950 e 1960, Josué estabelece uma série de relações e convive com fatos que contribuíram para o desencadeamento de suas reflexões, ações e mobilizações pelo desenvolvimento da agricultura de sustentação. Seus escritos e ações demonstram uma aproximação com as demandas dos movimentos sociais do campo. O combate ao latifúndio e à monocultura ganha ares de um projeto político de reforma agrária como um fator imprescindível no combate à fome. Destacam-se os debates, ações e interlocuções políticas estabelecidas por Josué, tendo-se como fontes de informação os discursos e projetos do autor quando este assume seus dois mandatos de Deputado Federal pelo PTB de Pernambuco (1955-1958 e 1959-1962), bem como alguns de seus discursos e projetos enquanto diretor do Conselho Executivo da FAO (1952-1956). Utiliza-se ainda, para a análise do período, os artigos, reportagens e textos de Josué de Castro, ou sobre ele, publicados em jornais da época.

O contexto nacional é marcado por diversos atores e acontecimentos que contribuíram para a expansão das Ligas Camponesas e dos debates que buscavam inserir na agenda política a questão agrária e a necessidade de uma reforma agrária.

---

<sup>1</sup> A carta encontra-se em CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro – Semeador de idéias. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano. GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Orgs.). Josué de Castro: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Josué interage com as questões e os atores de seu tempo. Estabelece relações com integrantes da literatura social nordestina, do PCB e das Ligas Camponesas, com destaque para Francisco Julião, João Cabral de Melo Neto e Alberto Passos Guimarães. Com eles e com diversas outras personalidades, Josué de Castro desenvolve uma série de mobilizações, reflexões, projetos e debates sobre a questão agrária. Dois de seus principais livros são escritos nesse período, *Geopolítica da fome* (1950), já descrito anteriormente, e *Sete palmos de terra e um caixão* (1965). Neles, o autor aborda as questões de seu tempo, intercalando aspectos sociais, literários, econômicos e políticos.

No plano internacional, ampliavam-se, por um lado, as experiências e os ideais comunistas, como os exemplos de Cuba e China, e por outro, para enfrentamento desta tendência, o programa de política externa dos Estados Unidos, nos anos de 1960, Aliança para o Progresso, com os clamores em torno da “salvação” das nações mais pobres. No âmbito nacional, a emergência de um intenso debate sobre a questão agrária está, segundo Leonilde Medeiros<sup>2</sup>, ligada a uma série de transformações que o campo brasileiro sofreu nesse período e que podem ser resumidas na intensificação do avanço da fronteira agrícola, com a conseqüente expulsão dos posseiros; na transformação das relações de produção, consubstanciada na progressiva expulsão de colonos e moradores; no aumento da demanda de produção de alimentos, respondendo ao rápido crescimento dos centros urbanos; e, na emergência de um vigoroso movimento camponês, produto do aparecimento de fissuras nas tradicionais relações de dominação, baseadas no poder local. É nesse período, conforme a autora, que emerge a questão agrária sob três dimensões fundamentais: a suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico; a transformação nas relações de produção no campo, como no caso da decadência do *colonato* na região do café e da *morada* com o surgimento das usinas no Nordeste; e, a quebra do padrão tradicional de dominação.

---

<sup>2</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 1982. p. 13.

No segundo governo de Getúlio Vargas, Josué de Castro foi um dos membros da Comissão Nacional de Política Agrária<sup>3</sup> criada pelo decreto nº 29.803, de 25 de julho de 1951. A Comissão tinha o objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas necessárias à organização e desenvolvimento do meio rural. Nessa fase, destacam-se também suas ações como diretor do Conselho Executivo da FAO, como a realização do *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra*, realizado em Campinas, em maio e junho de 1953, organizado pela FAO com a colaboração do governo brasileiro.

Josué de Castro encontrava-se engajado nas discussões emergentes daquele contexto; nelas, demonstrava sua opinião e projetos, ensejando debates, polêmicas e controvérsias. Aproximava-se daqueles grupos e intelectuais adeptos aos seus ideais, ligados ao projeto esquerdista da época. As influências que despertaram seu pensamento emergiram, porém, das mais diversas tendências ideológicas e políticas. Os discursos e projetos por ele elaborados surgiram, inclusive, como uma tentativa contra-hegemônica alternativa aos ideais conservadores de “reforma agrária”.

## 6.1 Aproximações com as Ligas Camponesas

A ênfase na reforma agrária presente nos escritos de Josué data do período de expansão das ligas camponesas no Nordeste. Nas eleições para deputado federal de 1954, Josué faz campanha ao lado de Francisco Julião, advogado, deputado estadual e líder das Ligas Camponesas, movimento em expansão na década de 1950 que se consolida na luta pela reforma agrária. Em 1955 realizou-se o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, patrocinado pela FAO (Organização

---

<sup>3</sup> A Comissão Nacional de Política Agrária “foi criada em 1951 e instalada no ano seguinte, este organismo surgiu num momento do governo Getúlio Vargas em que as questões econômicas (abastecimento de alimentos, produtividade) coincidiam com as sociais e políticas (reforma agrária, extensão da previdência e de políticas salariais ao homem do campo, cooperativismo, regulamentação das relações de trabalho etc.). Embora as propostas dessa comissão tenham sido bloqueadas pelos proprietários rurais, o grupo de técnicos que se envolveu com esses problemas reuniu informações e interpretações que contribuíram para o conhecimento da realidade agrária brasileira. Dela fizeram parte Luís Simões Lopes, Josué de Castro, Antônio Arruda Câmara, José Arthur Rios, Carlos Medeiros da Silva, Hermes Lima, Raul Cardoso de Melo Filho, Rui Miller Paiva e outros.” SANDRONI, Paulo. (org.) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999, p. 112.)

das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) quando Josué era Diretor desta.

Participaram três mil delegados, que pela primeira vez desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas do Recife, conforme assinala Clodomir Moraes no seu livro *A Queda de Uma Oligarquia*. Clodomir acrescenta que Josué de Castro, Francisco Julião e o advogado Djaci Magalhães conseguiram com êxito a realização desse conclave, cujo encerramento se deu na Assembléia Legislativa, sob fremitosos aplausos à reforma agrária.<sup>4</sup>

Em 1958 Josué foi reeleito deputado federal, sendo o mais votado da história de Pernambuco e de todo o Nordeste. Sua campanha situava-se entre a de outros “candidatos de esquerda” que compunham as Oposições Unidas de Pernambuco. As propostas agregavam adeptos oriundos do operariado e camponeses pela defesa das liberdades democráticas, das reivindicações dos trabalhadores e do nacionalismo. Além de Josué, faziam parte desse grupo políticos como Cid Sampaio, Pelópidas da Silveira, Barros Carvalho, Clodomir Moraes, Miguel Batista, Miguel Arraes, José Cardoso, Francisco Julião, Carlos Luz, Dias da Silva e outros democratas e nacionalistas.

Novamente, Josué faz aliança com Francisco Julião, candidato pelo PSB, reeleito deputado estadual, líder das Ligas Camponesas e defensor da reforma agrária. Inúmeras organizações sindicais representativas do movimento operário explicitam o seu apoio à candidatura de Josué de Castro a Deputado Federal em manifesto, destacando as suas realizações mais ligadas aos interesses vitais dos trabalhadores.<sup>5</sup> Na Campanha eleitoral, Cid Sampaio contou com o apoio de personalidades como Luís Carlos Prestes e Josué de Castro. Após assumir o governo em 1959, Cid atende parte dos interesses do povo. Uma das grandes ações de seu governo nesse sentido foi a desapropriação das terras do Engenho Galiléia, assegurando a posse aos camponeses.

---

<sup>4</sup> MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005. p. 49.

<sup>5</sup> Ibidem. p. 51.

A desapropriação do Engenho Galiléia, em 1959, e a participação de líderes camponeses no 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas contribuíram para a expansão nacional das Ligas Camponesas. O movimento atingiu, inicialmente, Estados do Nordeste – Paraíba, Alagoas, Ceará e Maranhão – e, posteriormente, Paraná, Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Na difusão das ligas Julião contou com três instrumentos: o código civil, a poesia popular e a bíblia. Na poesia popular destaca-se o violeiro, o cantador e o folhetinista, os dois primeiros sempre presentes nas feiras ou festas do interior do Nordeste onde os camponeses vendiam seus produtos. Era assim que penetravam as notícias das ligas nas fazendas, onde o agitador não podia entrar, devido a vigilância do latifúndio e junto à população analfabeta. A Declaração de Belo Horizonte no 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil em 1961, quando é lançada a campanha pela reforma agrária, marca o fim de uma etapa das ligas que se centrava na defesa e aplicação de direitos para casos individuais e concretos. O centro da luta amplia-se e incorpora ao seu projeto a questão nacional e a questão desenvolvimentista.<sup>6</sup>

Josué aliava-se aos grupos de esquerda da época. Suas aproximações com Francisco Julião e com as Ligas Camponesas ampliam seus anseios de luta pela reforma agrária. Josué não apenas recebia influências do movimento camponês, mas era também um ator importante no processo de aglutinação de interesses, projetos e ações em prol da reforma agrária. Em seu arquivo, diversos são os recortes de jornais, projetos e fotos que expressam esse seu percurso político nas décadas de 1950 e 1960.

Fotos de 1958 exibem a campanha eleitoral que unia candidatos de esquerda, entre eles, Josué e políticos de esquerda, como Clodomir Moraes do PCB e Francisco Julião do PSB, aliados às Ligas Camponesas.

---

<sup>6</sup> BASTOS, Élide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.75.



Fig. 14 - Josué de Castro no Engenho Galiléia. 1958 - Clodomir Moraes, deputado estadual de Pernambuco, militante do PCB, anuncia a chegada de Josué de Castro ao Engenho Galiléia.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005. p. 131.



Fig. 15 Josué de Castro discursa no Engenho Galiléia. 1958 - Josué de Castro discursa ao lado de Francisco Julião, defendendo a desapropriação por interesse social, das terras do Engenho Galiléia. A reivindicação dos camponeses seria vitoriosa em 1959.<sup>8</sup>

Na década de 1960, Josué participa da criação do Movimento Nacional Pró-reforma Agrária, uma campanha desencadeada por pessedistas, petebistas e outros partidos pertencentes à Frente Parlamentar Nacionalista<sup>9</sup>. O objetivo era esclarecer e instigar a opinião pública acerca do problema agrário brasileiro e a importância da reforma agrária para que o Congresso Nacional tenha cobertura popular, ao discutir e aprovar uma Lei de Reforma Agrária. Seus integrantes incitavam a reforma agrária

---

<sup>8</sup> MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005. p. 132.

<sup>9</sup> “Organização interpartidária criada em 1956 no Congresso Nacional. Funcionava como um grupo de pressão que condenava o imperialismo em geral e a ação do capital estrangeiro em particular, e reivindicava a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Acabou sendo extinta em abril de 1964, em função da cassação da maioria de seus membros pelo regime militar recém-implantado”. (FGV/CPDOC, disponível em [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/Glossario/Frente\\_Parlamentar\\_Nacionalista.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/Glossario/Frente_Parlamentar_Nacionalista.asp), março de 2008.

por diferentes cidades do país, especialmente no Nordeste brasileiro. Registrando seus posicionamentos, a Frente Parlamentar Nacionalista declarou, na Câmara de Deputados, no dia 04 de agosto de 1961, um manifesto favorável à reforma agrária e ao projeto de revisão agrária elaborado pelo deputado José Joffily (PSD-Paraíba) como ponto de partida para deflagrar a reforma agrária. Este se baseia nos projetos anteriores de Nestor Duarte, Coutinho Cavalcanti e Josué de Castro<sup>10</sup>. O projeto de Joffily incorpora a proposta de Josué de que a indenização deve ser baseada no valor declarado no imposto territorial.

Josué, ao lado de outros integrantes da campanha pró-reforma agrária, como o deputado José Joffily e Jader de Medeiros, membro da SUDENE, pronunciou diversas conferências sobre o problema agrário brasileiro. A campanha foi lançada por Josué no II Congresso dos Trabalhadores Rurais no Paraná, em agosto de 1961. O jornal *Folha de Londrina*, de 13 de agosto de 1961, destaca a chegada de Josué ao aeroporto de Londrina. Ele viajava a caminho de Maringá, onde se realizou o congresso, que contou com a presença do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião e aproximadamente 600 congressistas de todo o Estado, deputados, jornalistas, vereadores e representantes sindicais.

A partir daí, Josué realizou, ainda em agosto daquele ano, diversas outras Conferências sobre o problema agrário, como a realizada no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa. Na ocasião, o teatro estava superlotado, contando com a presença de secretários de Estado, desembargadores, professores, estudantes, operários e padres. Criticou o Congresso Nacional que, por ser formado em sua maioria por representantes dos latifundiários, vinha travando sistematicamente os projetos de reforma agrária, inclusive o seu.<sup>11</sup>

No dia 24 de agosto de 1961, Josué realizou Conferência sobre a reforma agrária e o desenvolvimento econômico-social do Nordeste, na sede do Sindicato dos Comerciantes - CONSINTRA, em Recife. O objetivo era esclarecer as classes trabalhadoras, estudantes e intelectuais sobre a reforma agrária e os projetos de lei em tramitação no Congresso. Nela, Josué declara que a reforma agrária não pode

---

<sup>10</sup> O Projeto de Reforma Agrária de Josué é apresentado no próximo item deste capítulo.

<sup>11</sup> *Jornal do Comércio*, 22 ago. 1961.

ser feita sem um amplo movimento de opinião, mostrando sua imprescindível necessidade e imperiosa urgência. Em sua opinião, o movimento não pode ser de exclusiva ação dos camponeses, pois 80% deles não têm terra e, assim, também não detêm a liberdade. Ele deve partir também da união dos trabalhadores urbanos, estudantes, técnicos, intelectuais e outros, pois a reforma agrária é de interesse de toda a nação contra apenas os latifundiários ou seus sócios e parentes.<sup>12</sup>

As palestras e discursos de Josué clamando pela construção de uma opinião pública nacional em favor da reforma agrária já iniciaram antes mesmo do lançamento oficial da Campanha Nacional Pró-reforma Agrária. Exemplos disto são as palestras e conferências por ele realizadas em 1959. Em fevereiro daquele ano Josué proferiu a Conferência *Reforma Agrária no Brasil*, no Instituto de Estudos Brasileiros – ISEB. Nela, afirmou que a reforma agrária deve ser alcançada por meio de amplos debates e esclarecimentos da opinião pública nacional e que ela dará ao crescimento industrial e abrirá um mercado interno seguro para a produção industrial brasileira.<sup>13</sup>

Em 22 de abril desse ano Josué ministrou a palestra *Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico* no auditório da Reitoria na Universidade do Paraná, em Curitiba, a pedido do Centro Acadêmico Hugo Simas da Faculdade de Direito. Nela, Josué analisou a necessidade de uma modificação na estrutura agrária como algo imprescindível e inadiável para que seja encontrada uma saída para a crise brasileira. Esclarece que só quando as grandes massas estiverem conscientes da necessidade da reforma agrária e pressionarem o Parlamento com um bem organizado movimento de opinião pública o projeto passaria pelo Congresso.<sup>14</sup>

No mesmo ano, Josué participou das comemorações do 20º aniversário da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que ocorreram entre os dias 13 a 25 de abril. Josué participou da mesa-redonda com o tema *Reforma Agrária* que contou também com a participação de outros integrantes como Nestor

---

<sup>12</sup> *Jornal do Comércio*, 25 ago. 1961.

<sup>13</sup> O programa de reforma agrária no Brasil. *O Fluminense*. Niterói, 27 fev. 1959.

<sup>14</sup> Reforma Agrária: ponto de partida para a solução da crise brasileira. *O Semanário*, 29 mai. 1959 e Reforma Agrária: estruturas feudais no Brasil constituem ponto de estrangulamento em nosso desenvolvimento. *O Dia*. Curitiba, 23 abr. 1959.

Duarte e Pompeu Accioly Borges.<sup>15</sup> Nela, discutiram-se a relação entre a agricultura colonial, feudal e a escassez de alimentos, o crescimento das cidades, a industrialização e a falta de investimentos em produtos de subsistência.

---

<sup>15</sup> Filosofia festeja seus 20 anos. *Diário Carioca*. 14 abr. 1959.

**FOLHA DE LONDRINA**

Diretor Proprietário  
**JOAO MILANEZ**

★

Diretor de Redação  
**NILSON RIMOLI**

LONDRINA — DOMINGO, 13 DE AGOSTO DE 1961

N.º 2.901

**PREVISAO DO TEMPO**  
E A SEGUINTE a previsão do tempo, fornecida, ontem à noite, pelo Centro Meteorológico de Londrina, válida até as 21 horas de hoje para o Estado do Paraná: tempo bom com aumento de nebulosidade; ventos de nordeste, fracos; temperatura estável.

II Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná

# Julião em Maringá: reforma agrária vem pacífica ou pela revolução



MARINGÁ, 12 («Fôlha») — «A reforma agrária vem normalmente ou pela revolução», disse, hoje, nesta cidade, o deputado Francisco Julião, em violento discurso de abertura do II Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. O líder das Ligas Camponesas do Nordeste foi o principal orador da primeira sessão do congresso e ainda ocupava a tribuna, no momento em que transmitíamos as presentes notas. Citou, a seguir, a última encíclica do Papa João XXIII, em cujos termos, segundo disse, «estão consubstanciados os princípios pelos quais se batem os trabalhadores da terra».

NOVA LEI AUREA PARA OS COLONOS  
A chegada do parlamentar pernambucano ao recinto do conclave constituiu a nota destacada do programa, pois, todos os presentes prorromperam em aplausos ensurdecedores. Ao iniciar o discurso, Julião esclareceu que se encontrava ali representando «os verdadeiros escravos do Nordeste brasileiro, que são os empregados agrícolas daquela região», dizendo, ainda, que «uma nova Lei Áurea precisa ser decretada em favor dos trabalhadores rurais». Declarando-se «homem de esquerda e socialista», observou que não concebe democrático «um regime em que o operário é impedido de votar».

Livre acesso à terra  
O trecho mais longo do discurso de Julião versava a respeito do livre acesso à terra, citando, como exemplo, a polêmica sobre a reforma agrária no Brasil, a Rússia e Cuba.

Deputados, vereadores...

O deputado Josué de Castro desembarcou, ontem à tarde, no aeroporto de Londrina, a caminho de Maringá, onde participa do II Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. O parlamentar, que é Prêmio Nobel de Literatura, foi recebido pelo senador Nelson Maculan e pelos srs. José Antônio de Queirós, presidente da Câmara Municipal; Américo Ugolini, presidente da Associação Rural; vereador Rafael Lamastra; jornalistas e outras pessoas. (Na foto, o autor de «Geografia da fome» ao desembarque).

Fig. 16 Josué de Castro no II Congresso de Trabalhadores Rurais no PR.



Fig. 17 *Jornal do Comércio*, Recife, 22 ago. 1961.



Fig. 18 *Jornal do Comércio*, Recife, 25 ago. 1961.

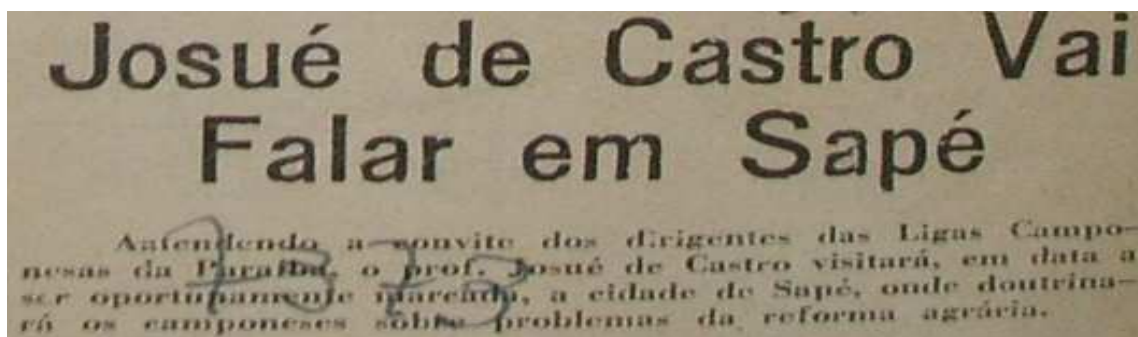


Fig. 19 A União, 25 ago. 1961.



Fig. 20 A União, 21 ago. 1961.

O movimento Pró-reforma Agrária instalou-se em diversos estados do país: Bahia, São Paulo, Paraná, Paraíba e Pernambuco. O jornal *A União*, de 25 de agosto de 1961 destaca a abrangência das conferências de Josué também para os camponeses da Paraíba.

Atendendo a convite das Ligas Camponesas da Paraíba, o Prof. Josué de Castro visitará, em data a ser oportunamente marcada, a cidade de Sapé, onde doutrinará os camponeses sobre os problemas da reforma agrária. O ilustre homem de estudos está disposto a movimentar a opinião pública do país em torno da causa da revisão agrária, tendo sugerido, no Congresso dos Trabalhadores Agrícolas do Paraná, a criação da Aliança Popular Pró-reforma Agrária. Ao que se diz, o prof. Josué de Castro será o Presidente Nacional do Movimento que brevemente empolgará todo o país – a mobilização da consciência popular para os problemas da terra, que é a principal fonte de riqueza dos países de economia primária.<sup>16</sup>

O clima de mobilização gerado a partir das diversas ligas em prol da reforma agrária, incluindo os movimentos camponeses e as mobilizações nacionais de intelectuais, estudantes, políticos, trabalhadores agrícolas e urbanos entre outros, ampliou a insegurança por parte dos Estados Unidos no que se refere à ameaça comunista. O medo relacionava-se aos possíveis avanços da revolução comunista de Fidel Castro (iniciada em 1959), em Cuba, para outros países do continente.

No livro *Sete palmos de terra e um caixão*, escrito entre outubro de 1962 e fevereiro de 1964 (mês anterior ao Golpe Militar), Josué demonstra que foi nesse clima de medo e insegurança que os Estados Unidos redescobriram o Nordeste brasileiro por meio de um erro de interpretação em relação ao movimento camponês que se expandia naquelas terras. O livro foi encomendado por uma editora dos Estados Unidos, sendo assim, escrito para o público norte-americano. Nele, Josué revela a “dura e crua realidade do Nordeste brasileiro e a revolução social que se processava nessa região”.

Nesse sentido, diferentemente de uma sociologia academicista, que busca “separar no sociólogo, o investigador do homem, limitando a função do sociólogo a de um simples inventariante de tudo aquilo que se apresenta aos seus olhos” por

---

<sup>16</sup> *A União*, de 25 ago. 1961.

meio de métodos de trabalho consagrados, Josué propõe uma sociologia participante ou comprometida.

É um estudo de sociologia participante ou comprometida. De uma sociologia que não teme interferir no processo da mudança social com os seus achados e, por isto mesmo, não tem o menor interesse em encobrir os traços de uma realidade social, cuja revelação possa acarretar prejuízos a determinados grupos ou classes dominantes.<sup>17</sup>

O livro “é um retrato do Nordeste como o vê um homem desta região”. O Nordeste naqueles tempos era considerado uma das “áreas explosivas do mundo”, com conflitos e tensões sociais latentes, comuns a outros países subdesenvolvidos. Josué escreveu o livro buscando esclarecer, aos povos dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, a realidade social do Nordeste e seus “autênticos problemas humanos” bem como o movimento pela emancipação daqueles povos originado a partir das Ligas Camponesas. O interesse do autor era romper com preconceitos e falsas noções em relação à região, divulgados pela imprensa norte-americana. As populações nordestinas que viviam situações de extrema miséria representavam um perigo para os Estados Unidos, pois poderiam ser levadas à convulsão social pelas Ligas Camponesas, consideradas, em sua origem, de inspiração comunista.<sup>18</sup> Foram elas que, segundo Josué, determinaram em grande parte a criação da “Aliança para o Progresso”, uma tentativa dos Estados Unidos de evitar a suposta propagação do comunismo no continente.

Falava-se delas como se fosse o próprio Apocalipse e de Julião, como se fosse o anticristo. Foi neste momento que os Estados Unidos da América redescobriram o Nordeste. E esta descoberta se deve em grande parte ao obscuro e incipiente movimento das Ligas Camponesas. Em fins de 1960, com o seu povo extremamente sensível aos perigos da revolução comunista de Fidel Castro em Cuba e à sua possível propagação para o continente, a imprensa norte-americana se lançou com um dramático interesse sobre o Nordeste brasileiro explosivo e ameaçador.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 15.

<sup>18</sup> Uma descrição desta situação de medo e insegurança dos Estados Unidos encontra-se no livro de Alfred O. Hirschman *Journey Toward Progress*, New York, 1963.

<sup>19</sup> CASTRO, Josué de. op. cit., p. 35.

Josué apóia e colabora com as Ligas Camponesas em suas reivindicações, detendo uma experiência que contribuiu para o retrato da realidade social proposta para a análise. Além de suas próprias experiências, Josué solicitou ao amigo Francisco Julião informações reais sobre as Ligas Camponesas, como demonstra a correspondência enviada por Josué.

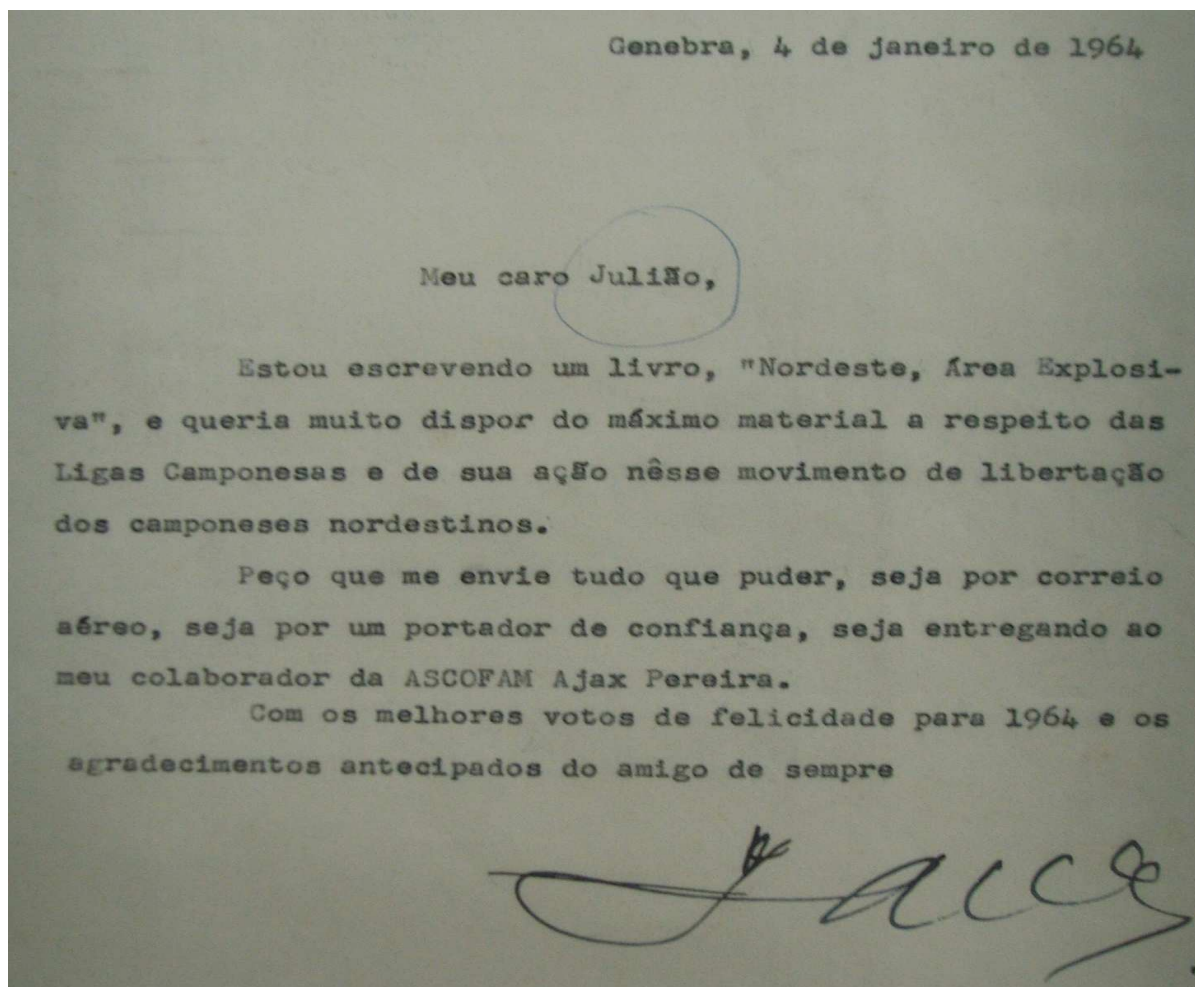


Fig. 21 Carta de Josué de Castro para Francisco Julião, 1964.

No livro, Josué demonstra ser errônea a imagem das Ligas Camponesas difundida pela imprensa norte-americana como se elas fossem um “instrumento do comunismo internacional, fabricado em Moscou e implantado no Nordeste para repetir o episódio de Cuba, e comunizar o continente inteiro.” Um retrato que, na acepção de Josué, mascarava as origens reais das Ligas.

Criadas dentro do espírito do cristianismo primitivo, que até hoje impregna a alma coletiva da população nordestina, as Ligas Camponesas foram mesmo, em certa fase, mal vistas e tenazmente combatidas pelos líderes marxistas da região. E, se posteriormente se aliaram as Ligas aos comunistas, na luta comum pela emancipação da massa camponesa, não quer isto dizer que a sua inspiração brotara da doutrina de Marx ou da ação política de Lenine ou de Fidel Castro, mas na experiência vivida e sofrida por essa massa humana em sua luta desigual por um mínimo de aspirações, em face ao máximo de resistência dos seus opressores feudais.<sup>20</sup>

Josué evidencia que inicialmente o objetivo das Ligas foi o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não dos vivos. O direito dos camponeses mortos na miséria de disporem de sete palmos de terra para descansar seus ossos e descer seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto. Uma reivindicação dos mortos que nunca tiveram direito, em vida, à terra. Nesse sentido, Josué compreende que para os camponeses do Nordeste a morte é que conta, ela é coisa certa e segura, garantida, pois a vida não lhes pertence. “Um direito que ninguém lhes tira: o seu direito de escapar um dia pela porta da morte, do cerco de miséria e das injustiças da vida”. Só a morte restava diante da resistência invencível do regime agrário, marcado pelo latifúndio, pela monocultura e pela exploração, em ceder à qualquer exigência dos camponeses para melhorar suas condições de vida.

Um minucioso estudo sobre esse contexto é a dissertação de Maria do Socorro Rangel<sup>21</sup> que traz a história das Ligas Camponesas na Paraíba, contada pela memória dos camponeses de Sapé. A autora observa que as Ligas ainda se fazem presentes no cotidiano dos trabalhadores desta região, no entanto, o medo de falar diretamente sobre elas expressa “a densidade de uma experiência permanentemente renovada numa relação tensa entre os camponeses e os donos da terra.”<sup>22</sup> São marcas de um tempo de esperança brutalmente interrompido pelo período militar, quando camponeses, comunistas e outros intelectuais de esquerda

---

<sup>20</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 36.

<sup>21</sup> RANGEL, Maria do Socorro. Medo da morte; esperança de vida. A história das ligas camponesas na Paraíba. (Dissertação de Mestrado). Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

<sup>22</sup> Ibidem. p. II.

foram torturados, mortos ou exilados, entre eles, Josué de Castro. Juntando pedaços de uma memória, a autora forma um primoroso vitral da história das Ligas. Nele, encontram-se cacos de desejos, de esperança, de luta e inúmeros outros cacos que convergem para a construção de um projeto de nação, onde a reforma agrária é um imperativo nacional e com ela o combate à fome, à pobreza e à exploração.

Para a construção dos capítulos referentes à análise sobre o feudalismo agrário brasileiro, Josué contou com a colaboração de Alberto Passos Guimarães, autor clássico na análise da questão agrária no Brasil. Enquanto Josué escrevia *Sete palmos de terra e um caixão*, Alberto Passos Guimarães escrevia *Quatro séculos de latifúndio*, uma de suas principais obras, publicada pela primeira vez em 1963. O capítulo III - *A primeira descoberta: o feudalismo português no século XVI* e o capítulo IV *O Brasil Colonial*, do livro *Sete palmos de terra e um caixão*, incorporam de forma integral parte significativa de *Quatro séculos de latifúndio*, referente aos capítulos I *Propriedade e Pré-história*, capítulo II *O Regime Econômico Colonial: Feudalismo ou Capitalismo?* capítulo III *A Sesmaria* e o capítulo IV *Engenhos e Fazendas*. Com Alberto Passos Guimarães, Josué reafirma a tese do Brasil feudal, apontando que mesmo após a abolição da escravidão, o país teria mantido um regime de alta concentração da propriedade e de formas de trabalho que se assemelhavam àquelas impostas pelos antigos senhores feudais.

Mas ter-se-ia mesmo libertado, os escravos, da escravidão? Ou apenas se tinham libertado do apróbro de serem chamados escravos, para continuarem os mesmos escravos com o nome de moradores – de servos de seus antigos senhores feudais? A verdade é que, escravos ou servos, moradores ou foreiros, o que lhes tocara até hoje fôra sempre a mesma cota de sacrifícios, de trabalhos forçados, de fome e de miséria: a mesma herança que lhes havia legado a escravidão. Deixando de serem escravos de um dono, para serem escravos de um sistema: escravos do latifúndio açucareiro.<sup>23</sup>

Josué compartilha a análise de Alberto Passos Guimarães sobre o feudalismo brasileiro. Nela o feudalismo no Brasil não é uma simples repetição ou retorno ao europeu, pois seus aspectos feudais coexistem como o capitalismo e a ele se

---

<sup>23</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 25.

subordinam, possibilitando sua permanência ao longo da história. Assim, o latifúndio, apesar de assumir novas formas, perdura em sua essência.

O feudalismo que aqui se desenvolveu, na compreensão de Alberto Passos Guimarães, exigiu adaptações, mas não perdeu suas características essenciais. No Brasil, ele estava impossibilitado de contar com o servo da gleba, tendo que regredir ao escravismo, mas com frequência as formas escravistas entrelaçam-se com as formas servis de produção: “o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados”.<sup>24</sup> O autor destaca que no *Sistema de Plantação*, adotado no Brasil-Colônia, o elemento fundamental ao qual estavam subordinadas as demais relações econômicas é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção.

Josué incorpora a discussão de Alberto Passos Guimarães sobre a essência de regime econômico colonial no Brasil, em um contexto no qual emergiam as discussões de seu caráter capitalista. Propunha uma reforma agrária como forma de superar as relações de produção feudais, semifeudais ou pré-capitalistas que obstruíam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, tese esta defendida pela maioria dos integrantes do PCB. A análise do PCB sobre a questão agrária é questionada na década de 1960 por Caio Prado Jr., que percebe a agricultura brasileira como capitalista e não a considera um entrave ao desenvolvimento econômico. Inicialmente, Prado Jr. concordava com o PCB ao enfatizar a necessidade de partilha da terra, porém acrescenta a esta a extensão da legislação trabalhista ao campo. Posteriormente, o autor diverge de integrantes do PCB ao dar maior relevância à luta pela melhoria das condições de trabalho por meio da legislação e reconhece que a distribuição de terra nem sempre é viável e recomendável.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 115, ou GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 29.

<sup>25</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 203.

Tanto Josué quanto Alberto Passos Guimarães compartilham o argumento da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro. “A simples eliminação em nossa história da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, do que considerar como supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária.”<sup>26</sup> A preocupação central é com a necessidade de uma reforma agrária no país. “Se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma configuração capitalista, por que revolucioná-la, por que reformá-la para promover o desenvolvimento capitalista do país?”

Seus argumentos em relação à feudalidade incitavam a necessidade de remoção dos resquícios feudais que possibilitaram a libertação dos camponeses e trabalhadores rurais submetidos aos constrangimentos impostos pela estrutura de propriedade implantada segundo instituições feudais, aliados aos limites advindos do regime de trabalho escravista.

A análise destaca que a colonização portuguesa ao introduzir no Brasil o regime das capitanias hereditárias e uma série de hábitos arraigados no complexo do latifúndio feudal, juntamente com o trabalho escravo, teria submetido o homem e a terra à serviço da ambição dos grandes senhores feudais. Josué retoma a análise realizada em *Geografia da fome*, afirmando que a monocultura da cana-de-açúcar foi o principal fator de degradação do tipo de alimentação desta região. Reafirma que os colonizadores dificultaram e hostilizaram a introdução de outros recursos de subsistência e a alimentação da região se fixou em torno da farinha de mandioca, de cultivo fácil e barato, o que levou a região ao estado de subalimentação e de fome crônica. “O que se verifica no Nordeste açucareiro é que a fome de que sofrem suas populações é produto exclusivo do seu tipo de organização econômica, da exploração econômica de tipo colonial, estabelecido sob o signo do feudalismo agrário em torno da monocultura do açúcar.”<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967, p. 116. Ou GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 33.

<sup>27</sup> CASTRO, Josué de. Op. cit., p. 56.

Josué analisa que no século XX ainda persistia o poder econômico e o extra-econômico do feudalismo, porém, ele já não encontrava o mesmo conformismo por parte das classes servis. Se na Independência e na Proclamação da República o povo praticamente não participava do drama, no contexto de emergência das Ligas, o povo já sentia algumas possibilidades de entrar em cena. O contexto apontado por Josué era marcado por uma maior difusão de idéias e dos meios de divulgação cultural. A relativa decadência da economia açucareira agravava a miséria e as migrações. A troca de experiências com regiões onde a miséria era praticamente inexistente reduzia a crença de que ela é algo natural. A propagação de idéias críticas sobre a realidade pelos romancistas do Nordeste e pela poesia popular da literatura de folhetos também caracterizava aquela época. Tudo isso contribuía para revelar os problemas da terra, da fome e da opressão pelos senhores latifundiários. A miséria passava a ser identificada com o estágio de subdesenvolvimento e a realidade do Nordeste se fazia mais nítida ao povo. As idéias constituíam-se como força política na medida em que agregavam o povo pelo objetivo de superar a situação de subordinação e de subdesenvolvimento em que vivia.

As experiências de Josué junto aos movimentos sociais que propunham a emancipação dos camponeses do domínio dos grandes proprietários de terra contribuíram para a consolidação de seu projeto de reforma agrária e o de utilização de terras para a produção de alimentos, ambos propostos durante seu segundo mandato de Deputado. O combate à monocultura e ao latifúndio, expresso em seu pensamento nas décadas de 1930 e 1940, encontram um contexto propício para a transposição desse combate do plano das idéias para a arena política, no âmbito nacional e internacional.

## **6.2 Reforma agrária e Agricultura de Sustentação: imperativos no combate à fome**

Nesta seção, destacam-se os debates, ações e interlocuções políticas estabelecidas por Josué de Castro nas décadas de 1950 e 1960 em defesa da agricultura de sustentação e da reforma agrária. Tem-se como fonte de informação

os discursos e projetos do autor quando este assume seus dois mandatos de Deputado Federal pelo PTB de Pernambuco (1955-1958 e 1959-1962), bem como alguns de seus discursos e projetos enquanto diretor do Conselho Executivo da FAO (1952-1956). Utilizam-se ainda, para a análise do período, os artigos, reportagens e textos de Josué de Castro, ou sobre ele, publicados em jornais da época.

### **6.2.1 Josué na FAO e o *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra***

Após assumir o cargo de Diretor do Conselho da FAO (1952), Josué enfatiza por meio de ações e discursos a importância da agricultura e da reforma agrária como pilares essenciais no combate à fome. O fomento à agricultura na América Latina abrangeu, nesse período, uma série de programas de irrigação, drenagem, cultivo do solo, educação rural, entre outros apresentados pela FAO, visando ao desenvolvimento da agricultura da América Latina. As intenções de Josué expressam o anseio de não deixar que a FAO se preocupe unicamente com os problemas técnicos. Em seu discurso quando reeleito presidente da FAO, em 1953, com a unanimidade dos 68 países que integravam esta entidade internacional, Josué destaca a importância da orientação política nas ações empreendidas no combate à fome. Nesse sentido, clama para que os países membros enviem delegações com instruções não apenas técnicas, mas também políticas, possibilitando a emergência de uma convenção internacional frente ao problema de distribuição dos excedentes. A proposta é de aglutinar esforços para aumentar a produção de gêneros alimentícios indispensáveis nas zonas mais necessitadas e encontrar os meios necessários para intensificar o intercâmbio e a distribuição dos produtos da agricultura. A proposta abrange também a criação de uma reserva alimentar, visando a atender os problemas causados pelas epidemias de fome em diferentes países.<sup>28</sup>

Nessa fase, pode-se destacar, entre as ações empreendidas por Josué como diretor do Conselho Executivo da FAO, a realização do *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra*, na cidade de Campinas (SP), em maio e junho de 1953,

---

<sup>28</sup> Diversos jornais da época destacam a reeleição e o discurso de Josué como diretor da FAO: *A Noite*, Rio, 18 dez. 1953, *A Gazeta*, São Paulo, 21 dez. 1953, *O Globo*, 18 dez. 1953, entre outros.

organizado pela FAO com a colaboração do governo brasileiro. Nele expressaram-se as problemáticas ligadas à questão da terra nos países latino-americanos e a sua correlação com a problemática da fome e as desigualdades sociais nesses países. As conclusões do Seminário resultaram em uma série de indicações formuladas nos Grupos de Trabalho para ser utilizadas nos diferentes países objetivando a implantação da reforma agrária.

No contexto em que Josué assumiu o cargo na FAO, os debates sobre a importância da reforma agrária e dos problemas relativos à terra pela primeira vez na história dos Organismos Internacionais ganhavam destaque. Este foi dado, primeiramente, por meio de uma resolução adotada pelo Conselho Econômico e Social da ONU que recomendava o estudo do problema. Esta resolução foi também adotada por unanimidade na Conferência Geral da FAO, reunida em seu quinto período de sessões, em novembro de 1951.

Com o intuito de tornar efetivas diversas recomendações feitas na Quarta Conferência Interamericana de Agricultura e pela Segunda Reunião Regional da FAO realizadas em Montevideu no Uruguai em 1950, decidiu-se realizar o *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra* na cidade de Campinas. O evento foi realizado entre 25 de maio e 25 de junho de 1953, contando com a participação, além da Delegação Brasileira, de 87 técnicos estrangeiros, representando 17 países do continente e nove organizações internacionais. Nele foram debatidos os problemas da terra, enfatizando-se três questões principais: recursos naturais, colonização e reforma agrária.

O evento foi dirigido por João Gonçalves de Souza, Delegado do Brasil junto ao Conselho da FAO. Tanto João Gonçalves quanto Josué de Castro participaram da Comissão Nacional de Política Agrária, da organização do Seminário e da Mesa que presidiu a solenidade. Nesta, ambos destacaram a problemática do latifúndio e a importância da reforma agrária. O discurso de Josué de Castro ressaltou os seguintes pontos, como acentua o relatório que congrega os debates do evento:

O Sr. Josué de Castro, presidente do Conselho da FAO, iniciou o seu discurso declarando nunca ter sido tão difícil a convivência do homem com o próprio homem, mas nunca alguns homens se esforçaram tanto para vencer

essas forças desagregadoras no interesse supremo da humanidade. Asseverou que um dos mais fecundos centros de ação e irradiação deste trabalho construtivo e humanitário é, sem nenhuma dúvida, a Organização das Nações Unidas.

Estudou o problema da carência de alimentação no mundo moderno, historiando os esforços da FAO no equacionamento das questões agrícolas. Quanto à reforma agrária, afirmou que este assunto não nos deve assustar, desde que alguns países do nosso continente já realizam neste campo experiências que vão dando os primeiros frutos. O que é necessário – acentuou – é encará-lo como uma contingência dos nossos tempos e empreender sua realização, não com simples improvisações ou intervenções fortuitas de caráter meramente político ou demagógico, mas com planos econômicos baseados no conhecimento profundo e sereno da realidade dos fatos.<sup>29</sup>

Josué enfatizou em seu discurso as desigualdades sociais entre os diferentes países bem como no Brasil e na América Latina, especialmente em termos de concentração de renda e de terra. Observou que nos países com maiores desigualdades de renda são justamente os de maior concentração de terra. A fome nos países subdesenvolvidos constitui, na sua percepção, o fator que mais contribui para o quadro de instabilidade social vigente, gerando revoltas, frustrações e sede de justiça social dos grupos mais desfavorecidos. Os debates emergentes na FAO sobre a necessidade de incremento universal da produção agrícola e os entraves que se opõem a este objetivo são destacados por Josué,

[...] o problema da economia agrícola no mundo é, antes de tudo, um problema de aproveitamento racional das riquezas potenciais do solo, através de um ajustamento mais adequado do homem ao solo. Problema, antes de tudo, do estabelecimento de estruturas agrárias que possibilitem ao máximo tal aproveitamento, sem causar danos ao solo e sem degradar o elemento humano empenhado neste gênero de vida. Infelizmente o que ocorre na maioria dos países subdesenvolvidos é a existência de estruturas agrárias arcaicas, semi-feudais, impregnadas dos vícios da chamada economia colonial com sua tendência à monocultura e ao latifundiarismo que desestimulam o trabalho agrícola e corrompem as relações ecológicas mais saudáveis entre o homem e o solo.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> CNPA Comissão Nacional de Política Agrária *Os problemas da terra no Brasil e na América Latina*. Documentário e conclusões do Seminário Latino-Americano sobre o problema da terra. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954. p. 25-26.

<sup>30</sup> CASTRO, Josué de. Instalado em Campinas o primeiro Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *O Estado de S. Paulo*, 27 mai. 1953. Sobre o Seminário pode-se citar ainda outros jornais da época que deram destaque ao evento: *O Radical*. Quarenta e quatro técnicos latino-americanos no Seminário em Campinas. Rio de Janeiro, 21 mai. 1953; *Jornal do Brasil*. Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. 27 de mai. de 1953; *A Notícia*. Inaugurado o Seminário sobre os problemas da terra. 27 mai. 1953; *Folha da Manhã*. Inicia-se o

Um quadro que contribuiu para as fortes desigualdades sociais existentes na América Latina e no Brasil. Utilizando-se de um estudo realizado por Henry W. Spiegel sobre a renda nacional no Brasil, Josué destaca que as conclusões deste estudo apontam que 5% de nossa população ativa auferia 50% da renda nacional, enquanto a imensa legião de camponeses (pequenos agricultores, rendeiros e trabalhadores rurais) representando cerca de 70% da população ativa do país, percebiam menos de 30% da renda total. Josué analisa que este quadro impede a estabilização e a expansão da economia industrial e que somente com uma elevação nos padrões de vida rural se “consolidará esta economia e o progresso econômico corresponderá realmente a um progresso social.”

A ênfase do Seminário em torno da necessidade de uma reforma agrária consta em uma correspondência enviada por Josué, em 26 de março de 1953, para Getúlio Vargas, remetendo o convite oficial para o evento, em nome da FAO. Nela, Josué atribui ao Presidente a qualidade de um estadista vivamente interessado pelo magno problema da reforma agrária brasileira e assim se refere aos objetivos do *Seminário Latino-Americano sobre o Problema da Terra*:

O Seminário, que é patrocinado pela Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO), visa, no plano mais elevado de seus objetivos, criar uma consciência nacional da necessidade da reforma agrária, como providência preliminar, do mais alto alcance, para a melhoria definitiva do padrão de vida dos povos latino-americanos.<sup>31</sup>

O evento contou com uma ampla e detalhada descrição da questão agrária no Brasil e nos diversos países da América Latina. No que se refere ao Brasil, ressaltou-se também a problemática da propriedade rural com base nos dados dos censos agrícolas e a partir de dois tipos antieconômicos: o latifúndio e o minifúndio. Abordou-

---

Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. São Paulo, 27 mai. 1953; *A Gazeta*. Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre de Bem Estar Rural. São Paulo, 27 mai. 1953; *Diário do Povo*. Instalou-se ontem o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. Campinas, 27 mai. 1953; *Diário de S. Paulo*. Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. 27 mai. 1953; *O Popular*. Instalado, a cidade de Campinas, o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. Rio, 03 jun. 1953.

<sup>31</sup> CASTRO, Josué de. Correspondência de 26 mar. 1953. FGV/CPDOC/Correspondências, 2006.

se ainda o problema da parceria, dos arrendamentos, dos contratos de trabalho e dos empecilhos da legislação para uma distribuição de terras no país. Nesta última questão, destacaram-se as Diretrizes para a Reforma Agrária, delineadas pela Comissão Nacional de Política e os anteprojetos elaborados e em elaboração.

Além das conferências, mesas redondas e informes sobre os problemas da terra em cada país, as discussões se deram também em grupos de trabalho. Conforme o relatório do evento, embora não estivesse nos propósitos do Seminário fazer recomendações expressas aos governos que se fizeram representar no encontro, algumas conclusões, sugestões ou indicações formuladas nos Grupos de Trabalho poderiam ser utilizadas nos diferentes países. Delas, pode-se destacar algumas ligadas mais especificamente à reforma agrária:

- Os estudos especializados sobre a realidade rural, seus recursos, métodos, técnicas, formas de organização, classificação e estrutura agrária são fundamentais para uma possível política de intervenção;
- Os tipos mais indesejáveis de propriedade são as grandes fracionadas com pequenos arrendatários e parceiros, as inexploradas, ou ainda, as extensivamente cultivadas;
- Quanto ao problema do minifúndio, recomendou-se ajuda às explorações para que aumentem o volume da produção através ou da ampliação da área explorada ou pela intensificação dos trabalhos dentro da pequena unidade, com fornecimento de crédito, assistência técnica, melhores condições de venda, fixação de preços mínimos, educação, de maneira que os minifúndios passem a integrar o grupo de exploração de tamanho médio;
- Quanto às medidas para a subdivisão e redistribuição da propriedade territorial, apontou-se a necessidade nos países em que se faça a reforma agrária de um órgão capaz de dirimir as questões de caráter jurídico. É necessário também que todas as atividades de caráter geral relativas à reforma agrária sejam centralizadas em um único órgão com a tarefa de investigação, planejamento e coordenação de seus diferentes departamentos. Além desses aspectos se propôs a coordenação e unidade local através da criação de “distritos de reforma agrária”;

- Uma reforma agrária, como afeta as finanças, a renda nacional e a balança de pagamentos, deve-se estabelecer de forma a reduzir os custos e conseguir que estes constituam uma inversão útil para o desenvolvimento econômico da nação.

As propostas e discursos de Josué como Diretor da FAO revelam seu empenho em valorizar a reforma agrária e criar alternativas à produção agrícola como fatores imprescindíveis no combate à fome e às desigualdades sociais no mundo, na América Latina e no Brasil. Suas ações nesse organismo foram as mais diversas. Delas, o *Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra* expressa uma síntese de seu pensamento no período em relação à problemática agrária e à necessidade de um empenho, por parte dos diversos países, na redução da concentração de terra, incentivos e ampliação da área dos minifúndios e mudanças efetivas na relação do homem com o solo. O latifúndio é por ele apontado, na ocasião, como um dos grandes entraves para o desenvolvimento de uma agricultura que possibilite relações ecológicas e sociais mais saudáveis.

### **6.2.2 Dois Projetos de Josué na Câmara de Deputados**

Congrega-se nesta seção uma análise do Projeto nº 11, de 1959, de Josué de Castro, cujo intuito principal era criar condições para a desapropriação por interesse social que propiciasse uma distribuição de terras. O Projeto visava gerar dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a implantação do Art. 147 e 141 da Constituição Federal de 1946. O primeiro determina que o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social e que a lei pode, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. O segundo estabelece o princípio assegurado do direito de propriedade, ressalvados os casos de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Analisar também o projeto nº 442, apresentado por Josué de Castro em 10 de junho de 1959, que visava combater a monocultura e propiciar a produção de cultivos para a subsistência. O projeto propõe a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos

alimentares e complementa o referido projeto de nº 11 no que tange às três principais proposições políticas do autor: a reforma agrária, o combate à monocultura e o desenvolvimento da agricultura de sustentação.

Antes da elaboração de seus dois projetos, Josué participou da Comissão Nacional de Política Agrária criada pelo decreto nº 29803 de 25 de julho de 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, com objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas necessárias à organização e desenvolvimento do meio rural. A experiência nesta comissão contribuiu para sua análise crítica em relação às possibilidades de reforma agrária no país. Observando a ineficácia dos instrumentos legais existentes, Josué elabora, posteriormente, propostas inovadoras em seu projeto de reforma agrária (1959) no que se refere aos dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a desapropriação por interesse social.

Buscar uma aproximação de forma populista com os trabalhadores rurais constituía parte das preocupações do segundo governo de Getúlio Vargas, o que repercutiu na elaboração de dois projetos: o de criação do Serviço Social Rural (SSR) e o da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA). “Valorizar o homem rural” constituía uma das metas do governo. Porém, as ações políticas no âmbito agrário, acima de qualquer distribuição de terra, ocorreram em nome da “assistência ao agricultor” para que este se fixasse no campo, do aumento da produtividade e de uma reforma agrária permanente, isto é, não revolucionária.

A felicidade e a relativa prosperidade do homem do campo seriam as bases para a felicidade e prosperidade da nação frente à ameaça comunista. Tais propósitos são expressos em uma entrevista coletiva à imprensa do Ministro da Agricultura João Cleophas em 7 de agosto de 1951:

Fundando a Comissão Nacional de Política Agrária e levando à Câmara um projeto de Serviço Social Rural, o Presidente Getúlio Vargas, que tão bem e tão pacificamente soube dotar o Brasil de sua atual e moderna legislação social, está agora fazendo o mesmo para nos incluir entre os países de reforma agrária permanente. E é um bem que assim seja, pois, se não nos transformássemos num desses países, poderíamos nos ver, de repente, a braços com a reforma revolucionária. É um erro, portanto, nos deixarmos influenciar pelos que, sendo contra a reforma agrária, tentam apresentá-la como uma invenção comunista: ela é,

ao contrário, um dos meios mais eficazes de se imunizar um país contra o comunismo.<sup>32</sup>

A partir desses pressupostos, as linhas mestras da “reforma agrária” que guiaram o segundo governo de Getúlio Vargas foram: a política de colonização, o financiamento ao pequeno agricultor e a regulamentação dos arrendamentos da terra.

Através do decreto nº 29.803 de 25 de julho de 1951 foi criado pelo Presidente da República a Comissão Nacional de Política Agrária - CNPA, cujo objetivo encontra-se no “Art. 1º – Fica criada a Comissão Nacional de Política Agrária, com o objetivo de estudar e propor ao Presidente da República as medidas julgadas necessárias para a organização e desenvolvimento da economia agrícola e o bem-estar rural.”<sup>33</sup>

No Regimento interno da CNPA consta que as deliberações da Comissão serão concretizadas em anteprojeto de leis, decretos ou em propostas e sugestões a serem encaminhadas pelo Presidente aos seus destinatários. Pode-se observar que a Comissão ao traçar as *Diretrizes para a Reforma Agrária no Brasil* propunha algumas reformulações de itens na legislação agrária brasileira que até então entravavam a possibilidade de uma reforma da estrutura agrária no país. Os Princípios Básicos abrangem os seguintes pontos:

1º A Constituição brasileira dispõe em seu artigo 147 que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social e que a lei promoverá a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

2º O objetivo fundamental da reforma agrária no Brasil é ensinar aos trabalhadores da terra o acesso à propriedade, de modo a evitar a proletarização das massas rurais e anular os efeitos anti-econômicos e anti-sociais da exploração da terra.

3º Simultaneamente com a subdivisão dos latifúndios e a aglutinação dos minifúndios, a reforma agrária cuidará também de valorizar o homem e a terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> CNPA Comissão Nacional de Política Agrária. *Reforma Agrária no Brasil: estudos e projetos*. Ministério da Agricultura, 1958. p. 11-12.

<sup>33</sup> Ibidem. p. 16.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 23.

Destaca-se nas Diretrizes traçadas o item referente às Formas e Sistemas de Desapropriação:

“1º – A indenização por desapropriação dos latifúndios improdutivos deverá fugir à regra do Artigo 141, § 16 da Constituição Federal e enquadrar-se no seu artigo 147, ainda que, para tanto, seja necessário uma emenda constitucional.”

A discussão sobre o assunto foi levantada pela Subcomissão de Acesso à Terra Própria por meio do anteprojeto referente à exploração agrícola. Pretendia-se facilitar a exploração racional da terra pelo maior número de agricultores, respeitando, porém, os fundamentos institucionais do direito de propriedade. Quanto à desapropriação, o projeto admitia o decreto executivo para evitar dúvidas judiciais sobre a sua legitimidade. No que se refere à indenização, a subcomissão entendeu que o legislador ordinário poderia estabelecer os critérios dentro dos quais deve ser ela definida como justa. Como o próprio anteprojeto expõe: “a lei de acesso à exploração agrícola visa à justa distribuição e utilização de acordo com o bem-estar de modo a incrementar a produção e fixar o homem no campo.”<sup>35</sup> Apesar do anteprojeto prever uma eventual desapropriação por interesse social, a ênfase foi dada aos itens referentes antes à utilização que à distribuição. Para tanto, ressaltava-se o arrendamento de terras públicas e privadas<sup>36</sup> não como um meio de apropriação de bens ou direitos, mas como forma ou modalidade de uso.

Frente a esse contexto, aliada à ampliação das discussões, projetos e manifestações pela reforma agrária no país, a preocupação central de Josué era com a distribuição de terras, sendo a desapropriação por interesse social o intuito principal do seu Projeto de nº 11 de 1959 quando Deputado Federal pelo PTB. Através do Projeto, o autor visa gerar dispositivos legais que possibilitassem, na prática, a implantação do Art. 147 da Constituição Federal.

---

<sup>35</sup> CNPA Comissão Nacional de Política Agrária. *Reforma Agrária no Brasil: estudos e projetos*. Ministério da Agricultura, 1958. p. 67.

<sup>36</sup> Art.12 – O proprietário do imóvel rural de mais de trezentos hectares não poderá recusar ao Governo Federal o arrendamento de parcela não superior a 15% da área total da respectiva propriedade (Ibdem, 1956, p. 69).

**Projeto de nº 11 de 1959 de Josué de Castro – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do artigo 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:

I- O aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com a natural vocação agrícola e com as necessidades de trabalho, consumo e habitação dos centros de produção a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II- A instalação ou intensificação das atividades agrícolas nas áreas cuja exploração não obedeça ao plano do zoneamento agrícola disciplinado por decreto executivo;

III- O estabelecimento de núcleo de colonização e de povoamento e de frentes de trabalho agrícolas;

IV- A manutenção de posseiros em terrenos rurais, onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenha construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V- Construção de casas populares;

VI- A instalação e unificação das atividades industriais dentro dos planos de zoneamento industriais adotados pelas municipalidades onde fique positivada a necessidade de núcleos residenciais para atender a população operária;

VII- As terras e águas suscetíveis de grande valorização, em consequência de obras e serviços públicos notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação, armazenamento de água e irrigação;

VIII- Proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de recursos naturais renováveis.

**Parágrafo único.** O disposto no item I só se aplica no caso de bens inexplorados ou de imóveis rurais cuja produção seja inferior a média da região, atendidas as condições naturais do seu solo e a sua situação em relação aos mercados.

[...]

Art. 4º No caso da perda da propriedade fundiária, a justa indenização corresponderá ao valor a ela atribuído, no último lançamento do imposto territorial, levando-se em conta as benfeitorias realizadas.”

[...]

Diário do Congresso Nacional, 07 de maio de 1959

Ao justificar seu projeto, Josué destaca a existência na Constituição Federal de 1946 de dois preceitos aparentemente intransponíveis: o art. 147 e o art. 141, § 16. O primeiro determina que o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social e que a lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. O segundo estabelece o princípio assegurado do direito de propriedade, ressalvados os casos

de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou, ainda, por interesse social, sempre mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Segundo Josué, os artigos citados refletem duas correntes doutrinárias postas na ocasião: uma que pela primeira vez na história visava instituir preceitos legais para dar uma função social à propriedade da terra, contida na redação do art. 147. A outra tinha o objetivo de antepor uma barreira constitucional à reforma agrária no país. Esta última expressa no artigo 141 e no clamor de se associar à idéia de justa indenização ao valor real e atual do imóvel.

Ao historiar as tentativas de se resolver o impasse entre os dois dispositivos Josué lembra que a primeira tentativa nesta direção partiu da Comissão Nacional de Política Agrária - CNPA, através do anteprojeto sobre a lei de acesso à terra própria. Nele se estabeleceu que o princípio de que, no caso particular da desapropriação por interesse social, a justa indenização poderia ser conceituada como custo histórico, acrescido do valor das benfeitorias e dos impostos pagos. Acolhendo a sugestão da CNPA Getúlio Vargas designou uma comissão de juristas, composta por Carlos Medeiros da Silva, Seabra Fagundes e Theodoro Arthou, para estudar o assunto, resultando em um projeto de Lei encaminhado ao Congresso. Porém, a Câmara dos Deputados, na legislatura anterior, considerou inconstitucional a indenização pelo custo histórico apresentando um substitutivo, o Projeto de Lei de nº 206 em que a forma de indenização é a mesma prevalecente para a desapropriação por utilidade pública, ou seja, baseada no valor venal do imóvel.

O projeto proposto por Josué de Castro visava superar essas barreiras que dificultavam a implantação da reforma agrária no país. No art. 4º, anteriormente citado, o autor sugere uma alternativa ao que se considerava “justa indenização”. Segundo ele, seria “perfeitamente justo, moralmente defensável e tecnicamente inobjetablel” admitir como base de indenização o valor atribuído à propriedade para fins fiscais.

Bem sabemos – e esta é uma realidade conhecida e consentida de um extremo ao outro do país – que o valor tributado é sempre inferior ao valor real da propriedade. Não havendo o perigo iminente ou futuro de qualquer risco ou prejuízo, interessa ao proprietário de terras ter o seu

estabelecimento subavaliado, a fim de pagar o mínimo de impôsto. Perguntamos: aos que assim procedem em prejuízo dos cofres públicos e que possuem glebas inexploradas será justo indenizá-los à base de um valor com o qual se acham tacitamente de acordo? A resposta só poderá ser afirmativa. Do contrário, teríamos de admitir, contra os interesses da coletividade, dois valores distintos para a mesma propriedade: um, inferior ao valor real do imóvel, para efeito fiscal, e outro, o venal, para os casos de desapropriação.

A consagração do valor tributado como base para a indenização nos casos de desapropriação por interesse social teria, ademais, um efeito altamente benéfico para as finanças estaduais, visto que os proprietários porventura temerosos de se verem atingidos pela desapropriação por interesse social, tratariam de atualizar o valor tributado de suas propriedades.<sup>37</sup>

Nesse sentido, a preocupação central do autor referia-se a modificação dos dispositivos institucionais que entravavam a desapropriação por interesse social e a definição da “justa indenização”. A preocupação com a “justa indenização” diferencia o projeto de Josué de Castro daquele apresentado por Nestor Duarte (1947), segundo este último, o art. 141 não impossibilitaria a realização da reforma agrária. “A disposição do § 16 do art. 141 da Constituição Federal, aplicado como for, na extensão que lhe queiram dar, não é, ainda assim, e não deve ser, estorvo ou pretexto disso, para retardar a reforma agrária brasileira. No custo dessa reforma soma muito mais o peso do retardamento do que o sacrifício da indenização em dinheiro.”<sup>38</sup>

O projeto apresentado por Josué propõe uma reforma agrária como um instrumento técnico de utilização racional da terra como pré-requisito para o desenvolvimento econômico do país como um todo e para a redução dos contrastes entre o meio urbano e rural, a indústria e a agricultura. O Projeto prevê que a desapropriação poderá importar na perda da propriedade ou na sua utilização temporária em casos de perturbações graves da ordem econômica. Os bens desapropriados serão explorados diretamente pelo expropriante, vendidos ou alocados com a obrigação de dar-lhes a destinação social prevista.

Josué de Castro apresenta, ainda em 10 de junho de 1959 outro projeto, o de nº 442 que visa combater a monocultura e propiciar a produção de cultivos para a

---

<sup>37</sup> Diário do Congresso Nacional, 07/05/1959.

<sup>38</sup> DUARTE, Nestor. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953. p. 97.

subsistência. O projeto propõe a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares. Ele complementa o outro projeto, de nº 11/59, no que tange às três principais proposições políticas do autor: a reforma agrária, o combate à monocultura e o desenvolvimento da agricultura de sustentação.

**Projeto nº 442, de 1959 – Dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares.** (Do Sr. Josué de Castro)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Em terras de monocultura e em áreas de exploração mineral onde as lavouras de subsistência são dificilmente praticadas e a obtenção de produtos agrícolas se faz a preços excessivos, fica o Serviço Social Rural encarregado de promover as condições para o desenvolvimento da cultura dessas lavouras em regime de organização de grupos de família.

Art. 2º – As providências previstas nos artigos 4º parágrafo 1º, 2º, 6º, alínea g), 8º e 23 do Decreto-lei n. 6.969, de 19 de outubro de 1944, quanto a lavouras de subsistência nas usinas de açúcar, passam ao âmbito e direção do S.S.R. que deverá utilizar, na aplicação desses programas, 50% da arrecadação proveniente da indústria de açúcar, conforme o artigo 6º da Lei nº 2.613, de 23 de outubro de 1955.

Art. 3º – O Poder Público promoverá a desapropriação por interesse social, com perda total ou utilização temporária da propriedade, nas áreas monocultoras ou em terras adjacentes à área cultivada pelas usinas de açúcar, fazendas de cacau e outras explorações de caráter acentuadamente monocultor, para nelas permitir o estabelecimento de lavouras de subsistência. [...]

*Anais da Câmara dos Deputados*, Vol. VII, 49ª Sessão, em 10 de junho de 1959.

O projeto prevê também que as terras destinadas às culturas de subsistência devem ter condições de fertilidade, bem como fazer parte de área contínua, a fim de facilitar o emprego de melhores técnicas de produção. Nos primeiros dois anos de execução do programa, as sementes, adubos, inseticidas e outros materiais necessários ao cultivo serão cedidos pelo Ministério da Agricultura. A organização do trabalho deve se dar de forma cooperativista. Quanto à movimentação de verbas destinadas aos fins desta Lei, o projeto prevê que esta se fará dentro do S.S.R. sob o título de Fundo do Programa de Produção e de Melhoria Alimentar, sendo que 50% da verba federal de ajuda ao S.S.R. seria destinada ao referido Fundo. Josué ao justificar o projeto argumenta que: “O projeto que temos a honra de encaminhar ao

Parlamento Nacional visa armar o S.S.R. de um instrumento adequado à realização de uma política de produção e de melhoria alimentar através de uma utilização mais racional das terras situadas nas áreas de monocultura intensiva ou circunvizinhas.”

Pode-se considerar que o projeto de Josué de Castro busca inovar as funções do Serviço Social Rural. Este passaria de uma dimensão assistencialista, predominante na época, para o plano de ações com efetiva transformação nas condições de vida das populações do campo. Propondo inclusive uma mudança na estrutura agrária ao prever que o Poder Público promoverá a desapropriação por interesse social nas explorações com caráter acentuadamente monocultor para nelas permitir o estabelecimento de lavouras de subsistência.

No entanto, o que se destaca na proposição de Josué de Castro é a implantação de uma reforma agrária como pré-requisito tanto para o desenvolvimento econômico como para o desenvolvimento social. A ampliação da produtividade através da modernização agrícola, de novas técnicas, assistência, arrendamentos, entre outras medidas, poderiam propiciar o desenvolvimento econômico, porém, apenas o acesso efetivo a terra representava para Castro a possibilidade de um desenvolvimento social e de uma redução das desigualdades sociais.

Os propósitos de Josué sugerem o interesse em melhorar as condições de vida do homem do campo e desenvolver as potencialidades do meio rural, entre estas, “agricultura de sustentação”, o que o difere da preocupação predominante na época aglutinada em torno das necessidades da indústria e do crescimento econômico. Tais propósitos constantes em seus projetos podem ser também visualizados por meio dos diversos discursos de Josué na Câmara de Deputados, os quais constituem o conteúdo da próxima seção.

### **6.2.3 Discursos de Josué na Câmara de Deputados: por um desenvolvimento econômico e social**

Busca-se resgatar discursos de Josué na Câmara de Deputados, enfocando aqueles em que ele propõe um desenvolvimento com um significado diferente

daquele estritamente econômico ou que não altera a estrutura social vigente. Para ele, o desenvolvimento autêntico seria aquele efetivado a partir de uma reforma de base nas estruturas econômicas nacionais, promovendo o que se chama de integração não só econômica do país, mas também a sua integração social e política.

Apesar de ter reconhecido que, pela primeira vez, se estruturou um plano visando algo de concreto e que atendia até certo ponto as necessidades nacionais, Josué empreendeu severas críticas ao projeto de desenvolvimento em curso no governo de Juscelino Kubitschek. Entre os fatores prejudiciais ao desenvolvimento do país, destacam-se em seus discursos, os interesses e os obstáculos das grandes potências internacionais e o setorialismo, ou seja, a prioridade dada à região Centro-Sul do país e ao setor industrial em detrimento do setor da economia agrária.

No governo de Jânio Quadros, Josué de Castro apresentou discursos com posicionamentos que se diferenciavam daqueles encenados por deputados que se diziam preocupados, acima de tudo, com medidas assistenciais em nome da produtividade e da “valorização do homem rural”. Pretende-se demonstrar que os discursos de Josué clamavam que a reforma agrária tinha como intuito a distribuição de terras e não apenas medidas assistencialistas.

Em um discurso apresentado na Câmara dos Deputados em 21 de maio de 1959 Josué deixa transparecer seu ponto de vista em relação ao desenvolvimento.

De maneira que, a nosso ver, o verdadeiro sentido de desenvolvimento é aquele que admite a necessidade de desenvolvimento do País em todos os setores de suas atividades, como um todo, e promover o que se chama a integração não só econômica do País, mas a sua integração social e política. E nós sabemos que esta integração política, pelo enriquecimento dos quadros políticos e pela maior participação do povo nos destinos do País, depende essencialmente da modificação das estruturas econômicas nacionais.

A partir desta concepção, Josué aponta no mesmo discurso severas críticas ao projeto de desenvolvimento em curso no governo de Juscelino Kubitschek, apesar de reconhecer que pela primeira vez se estruturou um plano visando algo de concreto e que atendia até certo ponto as necessidades nacionais. A conjuntura

marcada pela sucessão presidencial no país estaria, na sua visão, contribuindo para um clima mais de emocionalismo que de objetividade, prejudicando um projeto no qual se sobressaia o interesse da nacionalidade e os anseios do povo brasileiro.

Segundo Josué, o processo em curso não estaria se dando com a necessária eficácia devido a fatores tanto externos quanto internos. Os países subdesenvolvidos precisam combater os interesses e os obstáculos das grandes potências internacionais caso queiram se desenvolver. A ajuda internacional proposta por nações como os Estados Unidos é apontada como um mito, na medida em que dos quatro bilhões de dólares reservados para ajudar os países subdesenvolvidos, quatro quintos eram para ajuda exclusiva no campo militar. O interesse das grandes potências reprimia o ritmo de expansão econômica nacional por meio do termo das trocas comerciais entre nossas matérias-primas exportadas e as importações de bens e equipamentos de que necessitávamos. Outro fator eram as grandes flutuações de mercado de matérias-primas, exercidas através da política cambial.

Entre os limites internos, Josué destaca que o fator que mais prejudica o Plano de Desenvolvimento Econômico é o seu setorialismo, ou seja, a prioridade dada a região Centro-Sul do país e ao setor industrial em detrimento do setor da economia agrária. O desnível de produção, renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas e regiões do país é considerado pelo autor a principal característica do subdesenvolvimento. Entre essas diferenças, a mais grave distorção na dinâmica do desenvolvimento econômico é apontada pelo desnível entre a economia agrícola e a economia industrial.

É a inadequação de nossas estruturas agrárias, o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, de baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo desta estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como nas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime de meiação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Anais da Câmara dos Deputados, 1959, 21/05/1959.

O latifúndio é apontado pelo autor como a causa principal da existência das grandes “massas de sem terra”, dos que trabalham na terra alheia como assalariados ou como servos explorados por esse tipo de estrutura econômica feudal. Em paralelo ao latifúndio, há segundo Josué, outro tipo antieconômico de propriedade reinante no Brasil: é o minifúndio insuficiente até mesmo para a subsistência da família. “Todo esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcabouço arcaico da infra-estrutura agrária, verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do País.”<sup>40</sup>

Sem rejeitar o processo de modernização no país, Josué declara como um pré-requisito, para tanto, uma reforma nas estruturas agrárias vigentes. A reforma agrária é apontada por ele como uma necessidade histórica, como um imperativo nacional na etapa de transformação social que o país vinha atravessando. As críticas ao plano de desenvolvimento em curso naquele período são aprimoradas no seu exílio (pós-Golpe de 1964), no qual Josué continua publicando em revistas internacionais como a francesa *Tiers Monde*, em que se encontram também artigos de outros brasileiros como Celso Furtado e Milton Santos.

Apesar de reconhecer que apenas em 1956 emerge no país o primeiro plano de desenvolvimento global que comportava 30 objetivos que deveriam ser atingidos no período de cinco anos, entre 1956 e 1960, Josué aponta que vários foram os erros cometidos nesse plano, como na distribuição desigual de créditos: 3,2% do total eram investidos no setor alimentar, enquanto se destinava 43% e 29% respectivamente à energia e aos transportes. Esses números denotam, segundo o autor, a pequena importância dada ao problema alimentar, assim como um verdadeiro abandono das atividades agrícolas no país. Para Josué, uma autêntica política de desenvolvimento seria aquela que não sacrificasse a guerra do pão à do aço, a agricultura ao proveito quase exclusivo da indústria, que não concentrasse todos os seus esforços apenas sobre uma região – o centro Sul – deixando ao

---

<sup>40</sup> Ibidem.

abandono o resto do país, e que transformasse a estrutura feudal existente, totalmente incapaz de suportar um desenvolvimento agrícola rápido e constante.<sup>41</sup>

No governo de Jânio Quadros, Josué de Castro apresenta discursos com posicionamentos que se diferenciavam daqueles encenados por Deputados que se diziam preocupados, acima de tudo, com medidas assistenciais em nome da produtividade e da “valorização do homem rural”. É exemplar a intervenção de Josué no discurso pronunciado, em 22 de agosto de 1961, por João Cleófas, ex-ministro da agricultura no governo de Getúlio Vargas. Ao abordar o tema da reforma agrária no país, Cleófas argumenta que não se pode adotar uma legislação agrária rígida e generalizada, e sim, medidas simples e flexíveis que possam abranger essas diferenças.

A primeira impressão, a primeira condição, o primeiro princípio que desperta qualquer providência de reforma agrária é a questão do parcelamento da terra. Mas esse parcelamento tem de levar em conta fatores que jamais podem ser desprezados, tais como a natureza da cultura, o tipo de exploração, o equipamento agrícola a empregar, a proximidade de mercados, enfim, uma série de condições que não podem ser generalizadas. Não podem por igual ser interpretadas com rigidez pelos sociólogos de emergência ou por aqueles que agitam problemas pelo simples prazer de agitá-los, porque, acima de tudo, em qualquer parcelamento, há de se levar em conta a produtividade da terra e a garantia de estabilidade econômica ao lavrador.

O principal problema é apontado por Cleófas como uma questão antes de rentabilidade que de distribuição de terras. O objetivo central da “reforma agrária” deve ser, na visão do então Deputado, a assistência e a “valorização do homem do campo”.

É justamente contra esse ponto de vista que Josué de Castro lança sua intervenção tentando contribuir com o debate:

Desejo dizer que, do que ouvi neste debate, alguma coisa me feriu a atenção, de maneira preocupativa. Refiro-me àquela tese, defendida por alguns, de que não é necessária uma reforma agrária com distribuição de terra; basta dar assistência ao homem do campo. [...] Só com uma reforma agrária, o desmembramento dos latifúndios, complexo social, do latifúndio

---

<sup>41</sup> CASTRO, Josué de. Signification du phénomène économique brésilien. *Tiers Monde*, n. 31, 1967. p. 529.

que no nosso Estado mantém a miséria, a fome, inclusive nas pequenas propriedades a que V. Exa. alude, que são a pulverização da terra, como contrapartida do latifúndio, que não se desmembra, só com essa reforma se terá educação e saúde e, portanto, se melhorará realmente a situação do homem do campo. O mais é embromação, é protelação, é reação.

Retirar do atraso, da ignorância e da rotina o pequeno agricultor, sitiante, foreiro e demais trabalhadores rurais constituía, na concepção de Cleófas, uma possibilidade de amenizar os ânimos em torno de uma reforma agrária radical, especialmente no caso daquela proposta pelas Ligas Camponesas no Nordeste. Na visão do Deputado, a distribuição de terras nem sempre seria benéfica, e as próprias ligas camponesas demonstravam isto, pois elas expressavam condições miseráveis de subsistência oriundas não de regiões onde predominava a agroindústria agrícola, mas sim das pequenas propriedades.

As intervenções e proposições políticas de Josué de Castro refletem seu posicionamento em favor da “reforma agrária com distribuição de terras”. Assinalar este aspecto é fundamental para se diferenciar as propostas de Josué daquelas de caráter conservador, como a de Cleófas, tão propaladas na época e que visavam apenas dar “assistência” ao homem do campo. A condição de subdesenvolvimento no meio rural decorria, na percepção de Josué, não da ignorância dos povos camponeses ou de suas formas de cultivo, por ele denominadas de agricultura de sustentação, mas sim de uma estrutura agrária que mantinha nas mãos de poucos a condição de uso da terra, impossibilitando sua utilização por interesse social. Esta concepção marcará também as objeções de Josué ao projeto de desenvolvimento do Nordeste e refletirá em uma polêmica com Celso Furtado, um dos principais idealizadores daquele plano no governo de Jucelino Kubitschek, como pode ser visto no próximo Capítulo.

Pode-se aferir que nesse período, entre as décadas de 1950 e 1960, Josué demonstra estar convicto de que uma proposta política de combate à fome só será possível com a efetivação de uma reforma agrária, fator imprescindível para o desenvolvimento da agricultura de sustentação. Sua obra e suas ações políticas têm como tema central as expressões da questão agrária, com destaque aos movimentos

sociais gestados a partir das condições de miséria dos camponeses e a reforma agrária como uma de suas principais reivindicações.

Na década de 1940, quando Josué escreveu *Geografia da fome*, ele enfatiza as relações da fome com a questão agrária, insistindo na necessidade de se combater a monocultura e o latifúndio, destacando a importância da agricultura de sustentação no combate à fome. Já nas décadas de 1950 e 1960, Josué aprimora seu pensamento a partir de novas experiências e de um novo contexto. Sua obra e suas ações políticas encontram-se mescladas nas reivindicações camponesas da época e revelam a questão agrária expressa pelos movimentos sociais. A insistência por parte do autor, já presente em sua obra nas décadas anteriores, de combate ao latifúndio e à monocultura consolida-se em um projeto político de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura de sustentação.

Suas ações refletem a abrangência da questão agrária e a consolidação dos movimentos pela reforma agrária e revelam a importância de todo esse movimento como denúncia e como proposta para sanar a miséria no país. Porém, o Golpe Militar de 31 de março de 1964 representou um abalo ao pensamento de Josué, assim como aos de inúmeros outros intelectuais empenhados na construção de um projeto de desenvolvimento nacional. No período anterior ao Golpe, acirravam-se os dois principais posicionamentos em torno da discussão sobre os projetos de reforma agrária: um de cunho progressista com objetivo de implantar no país um amplo plano de distribuição de terras, e outro, cuja finalidade central era o aumento da produtividade via modernização conservadora<sup>42</sup>.

O período democrático, posterior ao Estado Novo, é marcado pela ampliação da participação política e com ela o surgimento do movimento social chamado Ligas

---

<sup>42</sup> A tese de Osmir Dombrowski *A cidade sitiada* apresenta os diferentes projetos e proposições em torno da reforma agrária nas décadas de 1950 e 1960. O autor aponta os projetos de desenvolvimento e os ideais políticos sustentados pela coalizão conservadora no livro *Reforma Agrária, Questão de Consciência*; a proposta “democrática” com vistas à modernização capitalista do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD; a reforma agrária proposta pela igreja católica marcada pela clássica frase de Dom Inocêncio Engelke na Carta Pastoral de 1950 “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”; e a reforma agrária radical proposta pela ala comunista. Outra importante referência sobre o período anterior ao Golpe de 1964 é a dissertação de Leonilde Medeiros *A questão da reforma agrária no Brasil 1955-1964*, em que a autora explicita um contexto de forte disputa de diferentes programas de desenvolvimento e a organização de diversos setores da sociedade frente à emergência da questão agrária no país.

Camponesas. As discussões no âmbito político e intelectual giravam basicamente em torno dos projetos desenvolvimentistas da época, ou seja, como superar o atraso do setor agrícola, enquanto fator propulsor do desenvolvimento urbano-industrial. Tais discussões eram pautadas tanto por autores da vertente desenvolvimentista marxista, como Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães, quanto pela chamada vertente desenvolvimentista nacionalista, que tinha como seu principal expoente Celso Furtado.

Na entrevista realizada por Alexandre Bandeira de Melo, em julho de 2005, Plínio de Arruda Sampaio afirma que Josué de Castro era o que se pode chamar de um homem de esquerda: preocupado com os problemas como a desigualdade social e a dependência externa do nosso país. Sampaio situa Josué no grupo nacionalista, da esquerda do trabalhismo (PTB). “Eu diria que ele era um republicano no sentido pleno da palavra e um homem de idéias progressistas, da igualdade social, da liberdade, da participação.”<sup>43</sup>

Nesta direção, diversos outros intelectuais consolidavam, especialmente no período de 1961-1964, um dos cenários de maior intensidade na construção de um projeto nacional e de esquerda para o Brasil. Porém, o Golpe Militar de 1964 representou um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e também um golpe contra a democracia emergente a partir de 1945.<sup>44</sup> Em 1964, no discurso do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, a menos de um mês do golpe, João Goulart declara ao povo seu posicionamento pela emancipação social do país, anunciando o encaminhamento das tão esperadas reformas de base, entre elas a reforma agrária.

No dia 31 de março do mesmo ano instala-se o Golpe Militar, dismantelando o projeto em construção. A coerção instala-se no país de forma exacerbada em nome da “segurança nacional”, cercando, prendendo e exilando intelectuais, controlando pensamentos, ações e censurando os meios de comunicação. Entre

---

<sup>43</sup> SAMPAIO, Plínio de Arruda. In.: MELO, Alexandre Bandeira de. Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio. São Paulo, julho de 2005. In.: MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005. p. 27.

<sup>44</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n. 47, 2004.

inúmeros outros intelectuais, Josué de Castro é privado de sua caminhada na construção de um projeto de desenvolvimento nacional. Sua função de embaixador na ONU é interrompida e seus direitos políticos são cassados por dez anos.

**Entrevista com Plínio de Arruda Sampaio<sup>45</sup>**

Por Alexandre Bandeira de Melo

São Paulo, julho de 2005

[...]

**P. Recentemente, ante uma pesquisa do IBGE sobre obesidade no Brasil, algumas matérias de imprensa colocaram o fato como uma prova contrária à realidade da desnutrição. Mas Josué, desde a década de 40, já havia conceituado a fome oculta. Falta ao Brasil ler Josué de Castro?**

**PAS** - Claro. Nós temos que resgatar várias pessoas no Brasil. Tivemos uma efervescência intelectual extremamente importante nos anos 60: Darcy Ribeiro, Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Paulo Freire, Josué de Castro. Enfim, uma geração que pensou o Brasil, levantou os grandes problemas do país. Aí veio a ditadura. Em 20 anos esfacelou tudo, jogou cada um para um lado. Josué terminou no exílio, entristecido; Jango morreu no Uruguai. E quando o país reabriu, a problemática não foi retomada. Hoje, você tem uma geração que não conhece esses autores. Eu garanto que, no Congresso Nacional, mais da metade não leu Josué de Castro. Por isso ficam inventando a roda. Aliás, quando eu voltei ao Brasil, notei muito isso: em várias reuniões, as pessoas estavam descobrindo coisas que nós já tínhamos como absolutamente estabelecidas.

**P - Manoel Correia de Andrade e Josué de Castro já haviam estabelecido os fundamentos para uma reforma agrária...**

**PAS** - Nossa! Há muito tempo. Por isso é um trabalho muito bonito esse de resgatar o pensamento dessa gente. Foi um período extremamente vivo, porque ali se deu o debate que nós perdemos sobre qual seria o rumo do desenvolvimento brasileiro. A corrente do Josué, da qual nós todos fazíamos parte, queria um desenvolvimento nacional e, portanto, firmado no Estado brasileiro, na nação brasileira redistribuída. A outra corrente seguia o velho caminho brasileiro de crescer através da exportação, do capital estrangeiro. Venceu essa segunda corrente. Depois o debate foi reaberto, mas o pensamento da primeira corrente não foi recuperado. Foi ignorado.

[...]

As respostas de Plínio de Arruda Sampaio permitem visualizar o quanto o exílio de Josué assegurou também, por um longo período, a expatriação da memória de seu pensamento. Uma memória que representa a de diversos camponeses e outros sujeitos históricos que desejavam desenvolver em seu país uma agricultura de sustentação e uma reforma agrária. Memória que também inspira e encanta aqueles que ainda persistem na luta por esse sonho.

---

<sup>45</sup> MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005. p. 28.

## 7 O principal problema do Nordeste não é físico ou climático, ele é agrário

A seca como principal problemática da região Nordeste do país contribuiu tanto para atender diversos interesses das elites locais quanto para a naturalização dos problemas nordestinos, ou ainda, como argumento para amenizar a falta de responsabilidade política em relação aos problemas da estrutura econômica e social. Esta idéia resume o diagnóstico que Josué de Castro empreende sobre a região e reflete os embates e as proposições políticas as quais o autor, enquanto ator político, desenvolveu, tanto na Câmara Federal quanto na mídia e em outros espaços organizativos da sociedade. Entre os objetivos deste capítulo, destacam-se a análise de Josué em relação aos problemas do Nordeste e a tentativa do autor de colocar a questão agrária e a agricultura de sustentação na agenda política da época enquanto imperativos, tanto para o desenvolvimento nacional, quanto para o daquela região. Resgatam-se os posicionamentos de Josué em relação à referida questão em sua análise sobre os Dois Nordestes desenvolvida em *Geografia da fome*; no discurso *Desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*, pronunciado na Câmara Federal em 11 de julho de 1956; e, nas discussões e controvérsias com Celso Furtado em relação à Operação Nordeste, no final do governo de Juscelino Kubitschek.

O problema das secas no Nordeste brasileiro foi ao longo da história motivo para as mais diversas expressões sentimentalistas e clamorosas em torno de políticas assistencialistas. Corpos esqueléticos, romarias de retirantes, fome, sede, terra devastada pelo mosaico de rachaduras crepitando ao impiedoso sol de verão. O cenário descrito compõe parte significativa do imaginário que se construiu em relação à região Nordeste do país e contribuiu tanto para atender diversos interesses das elites locais quanto para a naturalização ou para a desresponsabilização política em relação aos problemas da estrutura econômica e social.

Esta idéia resume o diagnóstico que Josué de Castro empreende sobre a região e reflete os embates e as proposições políticas as quais o autor enquanto ator político desenvolveu, tanto na Câmara Federal quanto na mídia e em outros espaços organizativos da sociedade. Entre seus objetivos, destaca-se a tentativa de colocar a questão agrária e a agricultura de sustentação na agenda política da época enquanto imperativos nacionais. Seus posicionamentos políticos refletem àquelas idéias advindas da *Geração de 1930* de valorização do Nordeste, dos sertanejos e de suas formas de cultivo.

Com base em seus argumentos mais gerais, que desmistificam análises que apontam o clima ou os recursos naturais escassos como causa da fome, Josué destaca que tanto o Brasil quanto o Nordeste possuem recursos territoriais e climáticos suficientes para produzir alimentos que suprissem as necessidades de suas populações. “Se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas.”<sup>1</sup> Josué argumenta, na análise do Nordeste brasileiro, que a seca é responsável apenas em parte pela problemática da fome e da pobreza na região. Ao se atribuir as causas ao fenômeno climático, oculta-se toda uma estrutura agrária que seria para ele um dos principais fatores responsáveis pelo entrave ao desenvolvimento econômico e social.

## **7.1 Os Dois Nordestes**

Na análise que Josué desenvolve sobre fome no Nordeste, a região aparece dividida em duas áreas alimentares distintas: Área da Mata do Nordeste e Área do Sertão. O Nordeste açucareiro representa uma área de fome endêmica – com permanentes regimes de subalimentação e de carência, constituindo uma área profundamente alterada pelo homem, onde as causas predominantes da fome não são de ordem natural. Já no Sertão nordestino a fome é epidêmica e decorre

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 38.

especialmente de fatores climáticos, em particular as secas que resultam em epidemias de fome global, quantitativa e qualitativa, atingindo todas as classes sociais. Por meio desta análise, Josué destaca que, além da seca, o problema alimentar das populações nordestinas também é decorrente de uma histórica estrutura econômica: o latifúndio monocultor. Ele foi prejudicial principalmente por dificultar a introdução de recursos outros de subsistência que encontrariam nessas terras tropicais condições as mais propícias ao seu desenvolvimento.

Um dos principais fatores apontados pelo autor para o desequilíbrio alimentar na Zona da Mata tem suas origens no regime colonial e no tipo de exploração da terra dele decorrente, baseado na monocultura e no latifúndio. O processo de transformação e desvalorização que a cana realizou no Nordeste começou pela destruição da floresta com as queimadas para o cultivo da planta, que se agravou, a partir de 1870, com o estabelecimento dos “engenhos centrais” precursores das grandes usinas, quando a absorção de terras pelo “latifundiarismo” progrediu e acentuou a miséria alimentar nessa zona.

Josué chama a atenção para as conseqüências da monocultura: a destruição da floresta, o esgotamento violento do solo e a erosão, os quais constituem uma verdadeira ameaça de fome progressiva na região, representando um fenômeno de proporções ainda mais alarmantes. Nos cafezais paulistas, considerados como a cultura que tem as maiores possibilidades de empregar boas técnicas agrícolas, a erosão também é apontada como uma ameaça aos solos, frente à possibilidade de aniquilar em poucos anos extensas áreas cobertas de café. Além da destruição das riquezas naturais da fauna, da flora e do próprio solo, o autor ressalta que a monocultura da cana, do café e do cacau foi prejudicial principalmente ao inviabilizar a diversidade dos recursos alimentares.

Josué destaca que o fator alimentar, na formação da sociedade agrária do Nordeste, foi descuidado e mal utilizado. A alimentação era constituída por um excesso de açucarados e deficiente em seus princípios essenciais. Os escravos e depois os camponeses e os operários definhavam, morrendo de fome quantitativa e qualitativa. A situação alimentar só não foi mais grave, segundo Castro, devido à influência do índio e do negro, com seus hábitos alimentares e cultivos de

subsistência que moderaram a expansão da monocultura e suas funestas consequências, como já assinalado em capítulo anterior.

A verdade é que a moleza do cabra de engenho, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado a sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronceiro e pouco produtivo<sup>2</sup>.

A carência de minerais, especialmente o ferro, manifesta-se na anemia e nos tipos polidos “amarelos” dos habitantes do brejo, o que contribui, conforme Josué, para o estado de apatia e depressão física em que vegeta o comumente chamado *jeca-tatu* nordestino. Para Josué, entre as endemias reinantes no Nordeste, a maioria tem a fome como causa, sendo a fome um reflexo do sistema econômico-social deficiente decorrente de graves erros acumulados durante anos. Condições de vida semelhantes, com um mesmo tipo de regime alimentar defeituoso e suas consequências presentes na área do açúcar, podem ser encontradas, segundo a análise do autor, na área do cacau, também zona de monocultura que se estende do Recôncavo para o Sul da Bahia até o Espírito Santo.

A solução estaria na transformação das estruturas econômico-sociais com uma utilização mais racional dos recursos e na distribuição da propriedade agrícola com um desenvolvimento tanto da indústria quanto da agricultura. Estas são as conclusões do *I Seminário de Desnutrição e Endemias Rurais do Nordeste*, realizado em junho de 1958 em Garanhuns/Pernambuco, o qual contou com a participação de Josué de Castro.

No Sertão Nordestino a situação alimentar é apontada como mais diversificada, pois o sertanejo não se dedicou a uma atividade exclusiva, tornou-se vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo, ele se dedicou um pouco ao plantio de certos gêneros de sustentação para o seu auto-abastecimento, como já analisado anteriormente. Além das influências sociais, econômicas e culturais, o Sertão do Nordeste, mesmo constituindo uma área de periódicas secas, apresenta condições para o desenvolvimento de plantas para subsistência.

---

<sup>2</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 148.

Josué analisa que os resultados obtidos pelas estações agrícolas experimentais da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas comprovam que o meio ecológico permite a fruticultura com rendimentos compensadores. As tentativas de fruticultura realizadas nas terras irrigadas pelos grandes açudes surpreenderam os próprios técnicos encarregados deste serviço. Porém, o autor ressalta que “estes ensaios de fruticultura estão ainda limitados à escala experimental. Até aquele momento, ‘no Sertão do Nordeste somente existe produção permanente de cereais, verduras e frutas junto aos açudes e sendo esta produção ainda pequena, exclusivamente as populações destes núcleos são beneficiadas’, conforme afirma um técnico da Inspetoria das Sêcas, José Guimarães Duque.”<sup>3</sup>

O autor deixa claro que o seu documentário geográfico da fome deve servir como instrumento de informação para todos aqueles que desejem formular uma política econômica para o Nordeste. Para isso seria necessário correlacionar os dois nordestes em suas características complementares e suas mútuas influências condicionadoras da sua resultante econômica: de sua realidade estrutural. Esta perspectiva que o autor tem sobre sua obra fica mais clara em edições posteriores de *Geografia da fome* quando declara que:

Pelo Brasil a fora se tem a idéia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas sêcas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator de pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez – os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas. Tudo é pobreza, é magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no sertão. Sem reservas alimentares

---

<sup>3</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*: a fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946. p. 210.

e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome<sup>4</sup>

Se a região do Nordeste não fôsse uma área subdesenvolvida, de economia tão fraca e rudimentar, poderia resistir perfeitamente aos episódios das secas sem que sua vida econômica fôsse ameaçada e as suas populações acossadas pela fome. [...]

A meu ver todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundas da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades.<sup>5</sup>

Josué desenvolve diversas críticas contrárias à retórica predominante na época de que o principal problema nordestino era a seca. Uma retórica que instigava as principais propostas políticas para a região. Para ele, mais do que a seca, o que caracteriza o subdesenvolvimento no Nordeste é a monocultura e o latifúndio. É especialmente a partir da segunda metade da década de 1950 que a dimensão regional ocupou destaque nos discursos proferidos na Câmara dos Deputados, que marcam os debates desenvolvimentistas e de planejamento regional.

O período em que Josué ocupou os dois mandatos de Deputado Federal (1955-1958 e 1959-1962) ficou marcado por uma forte polarização entre os que defendiam reformas de base e os que se posicionavam contra elas. É nesse período que vários representantes das elites conservadoras oligárquicas do Nordeste proclamavam seus discursos frente ao ressentimento oriundo da redução da disponibilidade de recursos públicos e a redução de mercados pela concorrência dos produtos das zonas produtoras do centro-sul, incentivados pelos investimentos industriais e pela modernização do setor agrícola. Os problemas da agricultura eram abordados em tom de polêmica e de denúncia da “crise no setor”, “das dificuldades dos agricultores do Nordeste”, “do empobrecimento da pecuária”, também de crítica à reforma agrária, de defesa dos direitos dos proprietários, de créditos especiais, entre outros. Por outro lado, a seca enquanto fenômeno climático produz uma

---

<sup>4</sup> Josué apresentou na Câmara dos Deputados uma série de discursos sobre o problema da fome e suas verdadeiras origens, dos quais destaca os dois seguintes: O Problema das Secas do Nordeste e o Desequilíbrio Econômico Nacional, pronunciado em 11 de julho de 1956.

<sup>5</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. p. 242-243.

questão econômica para o “Nordeste pecuário” que se confunde com a caatinga, sendo que a frequência temática dos discursos reflete a organização de forças que se impõe na sociedade nordestina, conforme aponta Iná Elias de Castro,

A seca, enquanto efeito climático produz uma questão econômica para o ‘Nordeste pecuário’ que se confunde com a caatinga. Não há aqui uma relação determinista entre a ecologia semi-árida e a criação de gado, mas sim a realidade de um espaço historicamente organizado por pecuaristas que constituem uma importante facção da elite agrária nordestina. Assim, a relação direta entre os temas seca, agropecuária e recursos decorre da relação espaço-sociedade e do equilíbrio de forças que estruturam essa relação. Desse modo, embora os trabalhadores sejam, enquanto segmento social, os mais prejudicados com a seca – os trabalhadores rurais, porque perdem as suas possibilidades de trabalho e os trabalhadores urbanos, porque tem que pagar mais caro pelos alimentos – são, também, enquanto força social, o elo mais fraco da cadeia de forças que estruturam a sociedade regional.<sup>6</sup>

Até o final dos anos 40, os fatores de identificação do Nordeste eram a seca e a cana-de-açúcar. A partir desta perspectiva, surgiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IFOCS, a construção de grandes açudes bem como a manipulação de recursos para a obtenção de favores políticos, com desvios diretos de verbas destinadas ao “flagelo da seca”.<sup>7</sup> Nesse sentido, ao se exaltar a problemática da seca, exaltava-se também a elite agrária nordestina, a qual se apropriava da imagem do Nordeste pobre e sofrido para o atendimento de seus interesses no âmbito das ações governamentais.

Os debates empreendidos por ocasião da criação de um plano político regional para o Nordeste na década de 1950 apontavam à necessidade de uma superação das disparidades regionais, com ações e investimentos de caráter mais amplos, situando a problemática para além da dimensão exclusiva das secas. No entanto, pode-se considerar, em termos de um plano efetivo, que o fenômeno climático da seca, bem como o demográfico, orientou muitas das metas nele delineadas. É nesse clima que se pretende situar os debates e críticas de Josué de Castro ao plano em curso.

---

<sup>6</sup> CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand Brasil, 1992. p. 165.

<sup>7</sup> Sobre a indústria da seca, pode-se citar a obra de Antonio Callado.

## **7.2 Operação Nordeste: o debate entre Josué de Castro e Celso Furtado**

Na década de 1950, intensifica-se a problemática agrária frente às transformações nas relações de produção (expropriação de colonos e moradores). Por outro lado, ela ganha expressão em face da consolidação do movimento camponês em diferentes formas organizativas, com destaque às Ligas Camponesas. Nesse período, ampliam-se as discussões sobre a questão agrária e as classes dominantes consentem quanto à necessidade de se “fazer algo” antes que o “povo o faça”. É nesse contexto que surge, no âmbito político, a tentativa de se resolver a questão sob um ponto de vista técnico e regional.

Voltando-se os holofotes para uma região específica, buscava-se encobrir o fato de que a luta pela terra era muito mais extensa e recobria quase todo o território nacional. O documento que deu origem à SUDENE, o relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, elaborado por Celso Furtado, caracterizava-se justamente pela ênfase nas desigualdades regionais.<sup>8</sup>

Na tentativa de regionalizar o problema, ganhavam força as idéias que naturalizavam as causas da miséria econômica e social. Apontava-se que os fatores principais que barravam o desenvolvimento do Nordeste referiam-se à escassez de recursos físicos, como terras férteis e aptas ao cultivo, e ao clima que apresentava secas periódicas. Esta concepção que já havia fundamentado os projetos de Obras Contra as Secas, no primeiro governo de Vargas, ganha força e se perpetua no mandato de Jucelino Kubitschek, nas discussões que antecederam e que sustentaram a Operação Nordeste e a criação da SUDENE.

É nesse contexto que Josué de Castro, enquanto Deputado Federal, expressava suas propostas e seu descontentamento na forma como se tentava “resolver” a questão. Tem-se como referência o Discurso pronunciado na Câmara Federal, em 11 de julho de 1956, e o artigo da Revista *O Observador Econômico e Financeiro*, de 1959, no qual Josué declara suas controvérsias, bem como as de

---

<sup>8</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 1982. p. 106.

outros deputados, em relação às propostas de Celso Furtado no relatório da Operação Nordeste.

O discurso de 1956 constitui uma resposta por parte de Josué aos diversos debates anteriores, na Tribuna da Câmara, que expressavam o problema da seca no Nordeste. Ao introduzir o discurso Josué assume uma posição que procura encarar o assunto não apenas em seu aspecto restrito, regional, melancólico e sentimental, mas de forma a estudá-lo em sua correlação com o problema da carestia da vida e da crise econômica e social por que atravessa o país inteiro.

Sob diversas interrupções de outros deputados, como as de Aurélio Viana e Seixas Dória, as quais tentavam ressaltar o problema da seca, Josué argumenta que as causas da miséria e da fome não decorriam apenas deste fenômeno climático. Sem negar o problema das secas, Josué afirma ser esta uma causa secundária, subsidiária, que veio agravar o estado de coisas provocado e determinado por outras causas mais sociais do que naturais.

É este o sentido que desejo dar à minha tese agradecendo a contribuição de V. Exa. quero deixar bem claro este ponto de vista, a fim de não ser mal interpretado porque, como nordestino, como homem da região das secas, como filho de homem do sertão e neto de retirante da seca de 77, não nego a existência do fenômeno. É mister, também, não se explore a questão, dizendo que a culpada de tudo é a seca, quando há outros culpados e mais do que ela. Meu pensamento é esclarecer – e tenho a coragem de dizer que não é a seca que determina a fome: mas outras causas determinantes necessitam ser removidas – e aconselhar, sugerir um plano que anule essas causas, a fim de evitar a persistência do fenômeno da miséria e fome que assola grande área da extensão do território nacional.<sup>9</sup>

Em sua opinião, mais do que a seca, o que acarreta o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva do sertanejo, sua produtividade mínima que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar épocas difíceis, está relacionado a outros fatores. Entre esses fatores, Josué destaca em seu discurso, como causa central da problemática, o regime inadequado da estrutura agrária da região, o latifúndio e por outro lado o minifúndio que persistem na realidade nordestina.

---

<sup>9</sup> CASTRO, Josué de. *O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1956.

Não me parece justo, nem produtivo que façamos tanta ênfase em torno deste fenômeno da seca. Porque há coisas muito piores do que a seca no Nordeste: o latifundiarismo e o feudalismo agrário, por exemplo. A seca é um fenômeno transitório, mas o pauperismo do Nordeste é permanente. Não bastam, portanto, medidas transitórias de emergência, contra a suposta seca: são necessárias medidas de profundidade, medidas estruturais que modifiquem realmente os alicerces econômicos da região nordestina...<sup>10</sup>

Para Josué, não é a pequena propriedade que dificulta a utilização de métodos e técnicas modernas, mas sim, o latifúndio; nele persistia uma produção marcada pelo arcaísmo técnico. É também o grande proprietário responsável pela subcapitalização da economia agrária da região, pois tendo terras em abundância ele não se interessaria em investir em sua terra, obtendo por meio da renda suficiente compensação, pois o rendeiro lhe paga quantias exorbitantes. “Daí deixar a terra dormir improdutivo”. Por outro lado, o parceiro, o arrendatário, o posseiro e o lavrador não dispõem de capitais e mesmo que dispusessem não quereriam investi-los numa terra que não lhes pertence<sup>11</sup>. Sem as condições adequadas para produzir, uma das alternativas ao “pequeno” agricultor é tornar-se um proletário, porém nesta condição, segundo Josué, ele não detém poder aquisitivo para adquirir alimentos e a escassa produção de subsistência acaba sendo drenada para outras regiões.

Neste sentido é que desejo exortar a Casa para que nos concentremos em alguns trabalhos, e ao Governo para que cuide essencialmente de encaminhar os planos exigidos pela reforma agrária necessária ao Nordeste e ao País inteiro. Exorto ao Governo para que envie à Câmara, com a mensagem, o anteprojeto de lei que permite o acesso do homem à terra própria, elaborado há tempos pela Comissão Nacional de Política Agrária, à qual tenho a honra de pertencer, anteprojeto que não sei por qual motivo até hoje não foi submetido à consideração do Parlamento. Ao lado disso, que encaminhe também à nossa apreciação a lei que regulamenta o arrendamento da terra.<sup>12</sup>

Na 10ª edição de *Geografia da fome*, observa-se que Josué tenta argumentar uma política econômica e social para o Nordeste que diverge, em parte, das

---

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> CASTRO, Josué de. *O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1956.

<sup>12</sup> CASTRO, Josué de. *O desequilíbrio econômico nacional e o problema das secas*. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1956.

principais conclusões do Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, realizado em 1959, em Garanhuns. No evento, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, chegou-se à conclusão quanto à necessidade de um planejamento seguro dos problemas do Nordeste que orientasse o seu desenvolvimento econômico. Um dos resultados políticos do evento foi a criação de organismos encarregados de conduzir o desenvolvimento da região: O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste - CONDENO e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Ao se referir ao Seminário e as idéias que deram origem à SUDENE Josué revela seu descontentamento com alguns princípios de orientação:

Não estou muito de acordo com alguns dos princípios que orientaram a formulação doutrinária deste órgão, principalmente quando em documento de base os seus criadores afirmam que o subdesenvolvimento do Nordeste é produto da pobreza de sua base física e quando advogam o deslocamento dos supostos excedentes estruturais de sua população, mas reconheço com entusiasmo que pela primeira vez os problemas do Nordeste são encarados com certa dose de seriedade.<sup>13</sup>

Em um discurso, em 15 de maio de 1959<sup>14</sup>, Josué destaca ainda a importância que deve ser concedida à agricultura de produtos de subsistência até então abandonada no Nordeste. Esta representa para ele outro fator de contenção do desenvolvimento da região, assim como do país. O alto custo dos produtos de subsistência dificulta, frente à estrutura agrária no Nordeste, naquele momento, o estabelecimento de um grande parque industrial, porque as indústrias não agüentariam pagar um salário capaz de atender as necessidades básicas de um trabalhador nordestino. Por outro lado, caso as indústrias não atendessem estas necessidades, o trabalhador se tornaria doente, subnutrido, assim, elas também não se sustentariam devido à baixa produtividade dos trabalhadores. Percebe-se nesse ponto a influência do princípio da causação circular de Gunnar Myrdal<sup>15</sup> no pensamento do autor, fatores como a fome e os baixos salários reduziram a

---

<sup>13</sup> CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967. p. 245.

<sup>14</sup> Pronunciado por ocasião da discussão e votação da matéria do avulso que institui a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>15</sup> MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

produtividade do trabalho e com a redução desta reduziriam-se também os salários e aumentaria a fome, num movimento circular. A migração rural-urbana no Nordeste, decorrente da falta de horizontes de trabalho no campo, estaria gerando o desemprego e seus decorrentes problemas sociais. Gerava-se assim, segundo Josué, inúmeras despesas em assistência social, médica e alimentar com recursos públicos que poderiam ser investidos na expansão de uma economia que realmente resolvesse os problemas dessa miséria.

É o que tem acontecido no Nordeste, com seus imprevidentes planos de assistência social aos flagelados da seca. Vimos agora mesmo, nesta última seca, ser derramada no Nordeste a quantia de doze bilhões de cruzeiros, que, na verdade, não trouxe benefício substancial à região ou ajuda ao seu impulso de desenvolvimento econômico, mas serviu apenas para enganar a fome daquela multidão de famintos e para aumentar a barriga dos intermediários sabidos, cavaleiros de indústria, de única indústria que prospera no Nordeste – a indústria da seca.<sup>16</sup>

No documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* de 1959 congregou-se, além de uma análise sobre os principais problemas apresentados no Nordeste no quadro do desenvolvimento econômico nacional, a exposição de um conjunto de recomendações práticas para sua solução. No documento a disparidade de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul é ressaltada como o mais grave problema a ser enfrentado. O ritmo de crescimento da economia nordestina nos últimos decênios era substancialmente inferior ao da economia do Centro-Sul, o que indicaria que a ausência de uma compreensão adequada dos problemas estaria contribuindo para que a própria política de desenvolvimento agravasse o problema.

As causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina – escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do hinterland semi-árido – vieram adicionar-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio. A escassez de divisas criadas pela política de desenvolvimento, e os maciços subsídios aos investimentos industriais decorrentes da política de

---

<sup>16</sup> *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. IV, 31ª Sessão, 15 de maio de 1959.

contrôle das importações, favoreceram amplamente a região Centro-Sul, cujas possibilidades de industrialização eram mais imediatas [...]  
Sem prejuízo de um esforço sistemático no sentido de ampliar as linhas de exportação do Nordeste, a análise da presente situação econômica dessa região indica, nitidamente, que o seu atraso relativo só poderá ser superado mediante uma política de industrialização.<sup>17</sup>

Quanto à economia da zona semi-árida, o documento destaca que o principal problema é a produção de alimentos organizada como agricultura de subsistência, pois é a que mais sofre com as secas. O Plano de Ação apresentado nesse documento está estruturado em torno de quatro diretrizes básicas:

- a) Intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) Transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- c) Transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistente ao impacto das secas;
- d) Deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

As diretrizes traçadas no documento foram também expostas por Celso Furtado nos debates realizados no Curso *Introdução aos problemas do Brasil*, destinado aos Oficiais das Forças Armadas, em 13 de junho de 1959, no ISEB. Segundo Furtado, com a Operação Nordeste, a intenção seria formular uma só política de desenvolvimento. A SUDENE congregaria os dirigentes das agências governamentais mais importantes da área e coordenando os planos por elas implantados. Ao se unificarem as ações do governo, estas seguiriam o mesmo conjunto de diretrizes refletidas em programas de trabalho.

---

<sup>17</sup> *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Conselho do Desenvolvimento. Presidência da República. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. Brasil, 1959. p. 8 e 10.

No diagnóstico que Furtado faz sobre o subdesenvolvimento no Nordeste e as desigualdades regionais, ele reconhece que a economia do açúcar, altamente concentradora de renda, dificultou a formação de um mercado interno, sem o qual não seria possível passar da economia de exportação para a economia industrial. A economia açucareira não absorveu a mão-de-obra que nela se formava, por insuficiência da demanda externa, criando excedentes populacionais que se deslocavam para o interior, para as terras mais pobres do Agreste. A economia do açúcar, além de sustentar-se com base na monocultura e no latifúndio, contribuiu, segundo o autor, para a formação do minifúndio e da alta densidade demográfica em uma região que historicamente sofre com as secas e com a semi-aridez de grande parte de seu território.

Para um Plano de Ação, Furtado destaca algumas prioridades.

Nosso ponto de vista é o seguinte: desenvolveu-se na região semi-árida, na caatinga, uma economia inadequada ao meio, extremamente vulnerável à seca. O primeiro objetivo deve ser, portanto, criar ali uma economia resistente à seca [...] Uma economia de mais alta produtividade, na caatinga, não será compatível com uma grande densidade demográfica. Assim, a reorganização da economia da caatinga criará excedentes populacionais que deverão ser absorvidos alhures. Daí a necessidade de incorporar novas terras ao Nordeste, de deslocar sua fronteira agrícola.<sup>18</sup>

Uma terceira ação seria um forte aumento dos investimentos industriais na região com objetivo de absorver a massa da população que já encontrava-se desempregada nas zonas urbanas. Frente à problemática do abastecimento de alimentos, nas zonas urbanas, Furtado aponta que o ponto nevrálgico da economia nordestina está na agricultura. O autor argumenta que a problemática encontra-se na subutilização das terras da faixa úmida, nos grandes latifúndios do açúcar e na zona litorânea, no entanto, ele não toca na necessidade de uma reforma agrária.

Ainda no Curso de 1959, realizado no ISEB, quando uma pessoa do auditório pergunta se a reforma agrária traria benefícios para o Nordeste, Furtado afirma ser esta uma questão muito sensível e aponta sua opinião enquanto técnico na análise das três áreas: Caatinga, Agreste e Zona da Mata. Em sua opinião uma reforma

---

<sup>18</sup> FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 32-33.

agrária na caatinga ocasionaria um despovoamento e uma desorganização na economia da região, o que seria um grave erro, pois nenhum homem poderia subsistir na caatinga com uma propriedade pequena ou mesmo de porte médio. A unidade de produção precisaria ser relativamente grande, como as terras são pobres teria de se compensar em quantidade sua deficiência qualitativa. No seu ponto de vista, a economia mais irracional que há na caatinga é a do chamado pequeno proprietário.

Para adotar essa economia de mais alta produtividade na caatinga, como em qualquer parte do mundo, é indispensável reduzir a quantidade de gente. [...] Assim sendo, na caatinga não se poderia jamais caminhar para a pequena propriedade, porque a pobreza do solo, o clima da região e a pequena carga animal que suportam os pastos não permitem uma economia de grande densidade demográfica. Ao contrário é preciso reduzir a carga da população sobre os recursos.<sup>19</sup>

No Agreste também seria inviável, segundo o autor, uma divisão de terras, pois as propriedades já se encontravam extremamente subdivididas. Qualquer reforma agrária devia na sua visão na verdade aglutinar tais unidades. Sem negar a existência de grandes propriedades na região, Furtado assim se manifesta: “A reforma agrária, aí, não se fará pela divisão de terra, mas, ao contrário, pela aglutinação dos pequenos sítios. Se a operação se fizer pondo para fora o proprietário, latifundiário ou não, é um problema político – e a opção por uma forma ou por outra não compete ao economista.”<sup>20</sup>

Quanto à Zona da Mata, Furtado afirma que o problema maior não se encontra no latifúndio, mas no modo de produção açucareiro que não permite outras formas de plantio, desvinculando assim o problema da monocultura daquele ligado ao latifúndio. A solução para a região seria a utilização mais racional das terras, estudar os solos, introduzir a irrigação, elevar os rendimentos por hectare e aumentar a disponibilidade de terras para outros fins.

Se para tanto é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, êsse já não é um problema econômico, mas um problema político. Na solução a ser adotada e que, em

---

<sup>19</sup> Ibidem. p. 58-59.

<sup>20</sup> FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959. p. 60.

última instância, envolve a questão política, não é o técnico quem decide, mas o político, levando em conta as correntes de opinião e a oportunidade histórica de se fazer uma coisa ou outra coisa.<sup>21</sup>

Cabe ressaltar que as posições que Furtado assume representam as de um intelectual inserido no universo das ações governamentais. Enquanto representante da política desenvolvimentista daquele período, o autor demonstra posicionamentos técnicos frente à reforma agrária, dissimulando as implicações políticas em torno do Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

É com base nas discussões e propostas para uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste que Josué de Castro lançará suas discordâncias em relação a alguns projetos, o que não invalida a sua concordância com a necessidade de um planejamento para a região. As críticas de Josué expressam-se de forma mais contundente em um artigo da revista *O Observador Econômico e Financeiro*, de abril de 1959, intitulado: “*Operação Nordeste: Dois nomes e duas opiniões*”. Nele, Josué revela as discordâncias com os principais aspectos expostos no documento, por meio de um diálogo com Celso Furtado, principal redator do plano *Operação Nordeste*. No debate com o então Diretor Executivo do Conselho do Desenvolvimento do Nordeste, Josué interpreta um conjunto de restrições ao plano, as quais foram elaboradas, já em ocasião anterior, no programa radiofônico “Cartas na Mesa”, da Rádio Nacional. Neste programa, foram reunidos pelo comentarista político, Geber Moreira, diversos deputados nordestinos de diferentes Estados e Partidos, entre eles, Josué de Castro, o coronel Virgílio Távora da UDN e Martins Rodrigues do PSD. Estes apresentavam várias reservas à *Operação Nordeste*.

As três principais críticas ao Plano, apresentadas no artigo, referem-se a algumas das proposições nele contidas: à idéia de que o subdesenvolvimento do Nordeste é antes consequência da pobreza física que das condições econômico-sociais, à idéia de se deslocar os supostos excedentes de sua população, e à proposição de que na zona semi-árida (até então marcada pela produção mista de pecuária e agricultura) se limite a produção ao cultivo de plantas xerófilas mais

---

<sup>21</sup> Ibidem.

resistentes às secas. Destacam-se, a seguir, algumas frações do debate entre Josué de Castro e Celso Furtado:

**Operação Nordeste: Dois nomes e duas opiniões<sup>22</sup>**

[...]

**Furtado** – [...] E exatamente por isto, empenhei-me no problema da industrialização. Não seria possível jamais absorver esse grande excedente nas zonas urbanas do Nordeste, sem um plano de industrialização. [...] Apenas quero me limitar a chamar a atenção do Professor Josué de Castro para o fato e já hoje em dia, em todos os países subdesenvolvidos, se chegou a admitir que uma política de desenvolvimento, um plano de desenvolvimento, é basicamente, uma política de criação de emprego. [...] Dando um passo adiante nas observações, eu chamaria a atenção para um outro aspecto da questão de excedente populacional, que é aquele que chamei de deslocamento da fronteira agrícola. Na verdade, se se considera que o Nordeste é um sistema econômico relativamente pobre do fator terra, - porque êste é um princípio básico de toda a nossa concepção do problema - se se tem um excedente estrutural de mão-de-obra, relativamente ao sul do Brasil; se é possível incorporar êsse fator terra ao sistema econômico nordestino; se é possível aumentar a oferta de terra no Nordeste, obviamente estaremos caminhando para uma possibilidade de combinação mais harmônica dos fatores. Daí a concepção de deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. Trata-se de incorporar ao Nordeste aquilo que é escasso no Nordeste, que são as terras úmidas, as terras com precipitação pluviométrica regular. (p. 28)

**Castro** – Eu estou plenamente de acordo em que existe um excesso de mão-de-obra estrutural em face da falta de horizonte de trabalho, da falta de possibilidades, da falta de recursos, ou melhor, em face da falta de investimentos que tenham provocado a dinamização da economia daquela região. Isto significa que não há excesso senão em face da improdutividade do Nordeste. [...] Longe de mim, portanto, ser contra a industrialização que deve absorver êsse excedente de população, que não tem ocupação em face de ter sido expulso da zona rural por uma conjugação de fatores naturais e culturais: o fator natural do fenômeno da seca mais o fator de base que é o subdesenvolvimento da zona rural, a subprodutividade agrícola, o atraso econômico da região.

Agora, pergunto eu, será êsse desequilíbrio estrutural, impossível ou difícil de corrigir? Talvez seja mais fácil corrigi-lo do que deslocar essas populações, desde que o que visa exatamente o plano chamado Operação Nordeste é dinamizar a economia tanto rural quanto urbana da região de um lado através da industrialização, e de outro lado através da utilização racional da terra. (p. 29)

**Furtado** – Quando quero dizer que existe pobreza física no Nordeste, quero dizer que a estrutura agrária do Nordeste tem um elemento de pobreza que é de ordem natural.[...]

**Castro** – [...] Quero dizer que não se trata de um problema físico. Não é um problema de riqueza ou de pobreza do solo. É um problema econômico.

**Furtado** – É um problema físico: o problema da quantidade de terra por homem ocupado na agricultura, que, como eu afirmava, é de pouco mais da metade daquilo que se observa no centro-sul do Brasil. (p. 30)

**Furtado** – [...] Por isso, quando eu penso em reforma agrária no Nordeste, ou seja, em reorganização da economia agrícola nordestina, eu estou pensando em criar uma agricultura, isto é, uma economia agrícola adaptada à região. Se é necessário modificar o regime de propriedade da terra para poder utilizar as terras irrigáveis - e disso eu estou convencido - do polígono para fins de produção de alimentos para tornar a economia mais resistente à seca,

<sup>22</sup> "Operação Nordeste: Dois nomes e duas opiniões". *O Observador Econômico e Financeiro*, abr. 1959.

cabe ao Dr. Josué e os Deputados que com êle estão no Congresso tomar as providências necessárias, dar-nos os instrumentos legislativos adequados para que possamos atuar. [...]

**Castro** – [...] Ora, se o Dr. Celso Furtado está de acôrdo com isso, acha que nós parlamentares devemos, por todos os meios, promover a aprovação de uma reforma estrutural da economia da região, uma reforma agrária, é lamentável que seu relatório não tenha nada sôbre isso. A ausência de uma referência nesse sentido se constitui como um fator negativo para a campanha que é necessário fazer para formação de uma opinião pública favorável a fim de que se aprove uma reforma agrária no Brasil. Ora, se encontrássemos no seu relatório, – mas eu espero encontrar em outras declarações suas – expressões nítidas de que essa reforma é indispensável e essencial, ela não poderia ser interpretada como uma demagogia ou como uma medida puramente de finalidade política. Ela é uma necessidade, um verdadeiro imperativo histórico do momento, sem o que nada será feito de positivo. Daí o meu interesse em provocar-lhe êsse pronunciamento a fim de que não se pense que a Operação Nordeste foi concebida sem pôr em linha de conta aquilo que eu chamo um pré-requisito para o desenvolvimento da agricultura, que, por sua vez é, a meu ver, um pré-requisito para a industrialização racional do Nordeste. [...] (p. 31)

**Furtado** – Dr. Josué de Castro, eu sou um economista, um homem extremamente racional. Exatamente por isso que sou um economista. Eu não sou político. Eu não sou sociólogo. Não sou filósofo. Um problema para mim tem que ser formulado em termos extremamente precisos. Não quero usar mais nenhum objetivo e nenhum advérbio. Eu encontrei a expressão reforma agrária, em muitas partes do mundo, ligada a coisas muito distintas. O que nós necessitamos no Nordeste é algo de extremamente simples e que está definido na Constituição dêste País: é poder utilizar a terra, não uma terra qualquer, uma terra que pertença à coletividade, ao Govêrno, pelo simples fato de que se ela tem valor é porque o Govêrno está colocando dinheiro nela.

**Castro** – O direito de propriedade, que a Constituição protege, torna inibitória a possibilidade de utilização dessa terra em benefício da coletividade porque a desapropriação pelo chamado preço justo em dinheiro é inacessível a qualquer plano econômico de um país subdesenvolvido. Daí a necessidade de uma interpretação dessa constituição, que não deve ser imprecisa. Deve ser precisa. Mas deve basear-se em dados econômicos, donde a necessidade de que os economistas se pronunciem sôbre êsse problema que é social e que é político. [...] Nem nunca ficará madura com a estrutura arcaica, feudal, que é a estrutura agrária do Nordeste. É preciso quebrar essa infraestrutura para que aí penetre a educação, que aí penetre no sentido político, com os direitos e os deveres em face da coletividade.

**Furtado** – E uma das formas de quebrar essa estrutura, Dr. Josué – estou convencido – é industrializar o Nordeste. [...] Mas o que nós não queremos é complicar um problema pequeno, que se mede por cem mil hectares no Nordeste, com um problema muito mais complexo, como seria a modificação de tôda uma estrutura agrária dentro do Brasil e que nos levaria a postergar por muito tempo a solução que estamos almejando de imediato [...]. (p. 32)

**Castro** – A sêca é secundaríssima. O problema mais grave é o da estrutura agrícola. O que eu lamento é não poder concordar com o Dr. Celso Furtado quando diz que vai fazer um plano estrutural, procurando atacar a estrutura da região para dinamizá-la, isto é, mudar o impulso dinâmico da economia da região de acôrdo com as suas virtualidades e as possibilidades, e que se deixe de lado êsse problema da estrutura da terra, que me parece essencial, não só para a agricultura como para a indústria. Eu me permito dizer-lhe que não creio num plano de industrialização do Nordeste se a região não tiver um mínimo de base agrícola que permita realmente o seu abastecimento de matérias-primas com um custo de produção econômico para serem industrializadas. (p. 33)

[...]

O debate estabelecido entre Josué de Castro e Celso Furtado reflete não apenas dois nomes e duas opiniões como faz referência o título do artigo. Nele,

encontra-se implícito um conflito de interesses emergente e latente na sociedade. Furtado assume não só seu papel de técnico e de economista, mas a própria posição do governo Kubitschek, a qual priorizava os investimentos na industrialização do país e buscava mostrar alguma política na região Nordeste, como forma de se neutralizar e regionalizar a questão agrária. Discutir uma transformação na estrutura agrária do país seria um problema muito mais complexo, como afirmou Furtado, que adiaría por muito tempo a solução que se almejava de imediato. A tentativa de se implantar soluções imediatas reflete, além dos interesses das elites industriais e agrárias, o final de um mandato presidencial. A proximidade com as novas eleições apontava o desafio de se buscar soluções harmoniosas para a questão agrária, expressa de forma mais nítida com a expansão dos movimentos sociais no meio rural, especialmente das Ligas Camponesas.

Pode-se destacar que a principal controvérsia entre Josué de Castro e Celso Furtado refere-se à necessidade ou não de se realizar a reforma agrária como um pré-requisito para o desenvolvimento regional e do país. Esta controvérsia central remete a outra no que se refere à prioridade de investimentos. Enquanto Furtado ressaltava os investimentos industriais, em especial na siderurgia nacional, Josué defendia enfaticamente um equilíbrio entre os investimentos na indústria e na agricultura, criticando a prioridade do *aço sobre o pão*.

Pode-se constatar que uma das metas do Plano de Ação elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste refere-se à intensificação dos investimentos industriais na região. Para elevar a produtividade do trabalho, na faixa litorânea, propunha-se aumentar a densidade de capital por pessoa ocupada por meio da industrialização. A meta seria a formação de um núcleo de indústria siderúrgica na região.

Estudos preliminares, elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, indicam que as dimensões do mercado justificam a instalação de um núcleo de indústria siderúrgica na região, núcleo esse que deverá permitir a expansão de indústrias de transformação

do ferro e aço e mecânicas, que existem atualmente em forma embrionária.<sup>23</sup>

É sob o clima do debate em torno das prioridades políticas e do avanço tecnológico ocorrido na siderurgia do país, que Josué de Castro aprofundará a análise realizada na primeira edição de *Geografia da fome*. O autor consolida sua idéia de que o desenvolvimento deve ser condicionado e orientado, acima de todos os demais fins, para a emancipação alimentar do povo. Ao livro, Josué acrescenta o subtítulo, *o dilema entre o pão e o aço*, o qual reflete a crítica que o autor faz à tendência predominante entre os economistas de que se deve concentrar de início todo o esforço no aço, ou seja, na industrialização, tida como sinônimo de modernização e desenvolvimento. Ao aprofundar a análise de *Geografia da fome*, na década de 50, Josué não revela seus interlocutores no campo intelectual e político, no entanto, eles são revelados pelo próprio contexto ao qual o autor se refere.

A solução apresentada, no livro, é o não atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente, a ambos. Para tanto, Josué aponta como uma necessidade histórica, ou um imperativo nacional, além da política de desenvolvimento, a reforma agrária. Sem uma mudança nas estruturas de base seria inútil qualquer esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura, pois estas constituem verdadeiras armaduras contra o progresso econômico e social do país.

Apesar da divergência entre ambos, cabe ressaltar que tanto Josué de Castro quanto Celso Furtado preocupavam-se com a necessidade de se observar a especificidade das sociedades subdesenvolvidas e de como o desenvolvimento a ser traçado no país era diferente dos casos clássicos europeus e norte-americanos.<sup>24</sup> A

---

<sup>23</sup> *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Conselho do Desenvolvimento. Presidência da República. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. Brasil, 1959. p. 86.

<sup>24</sup> Em *desenvolvimento e subdesenvolvimento*, obra que expressa a experiência de Furtado como pesquisador e analista da CEPAL, o autor deixa clara sua argumentação sobre a especificidade das regiões subdesenvolvidas “A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o a aproximar a análise econômica do método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos. Está convencido de que

partir da década de 1960, Josué<sup>25</sup> denuncia ainda com maior ênfase, ao lado de autores como Celso Furtado<sup>26</sup> e Raul Prebisch<sup>27</sup>, as desigualdades entre o centro e a periferia nas relações econômicas internacionais e a persistência de um dualismo econômico: a coexistência de uma aristocracia fundiária com uma classe média empresarial com dificuldades de se expandir frente aos interesses e poder da primeira. Josué parece não só ter recebido influência das teorias cepalinas, como também as teria influenciado, pois Josué já vinha, desde a década de 1940, ressaltando o dilema entre indústria e agricultura, bem como a crítica ao latifúndio e a monocultura, e na década de 1950 a defesa da reforma agrária. Somente nos anos 1960 é que as *reformas de base*, em especial a reforma agrária seriam incorporadas como determinantes da dinâmica do crescimento econômico para os teóricos da Cepal<sup>28</sup>.

Na aliança PSD/PTB formada para a eleição de Kubitschek, o PTB<sup>29</sup> exigiu que fosse incluído no programa do governo o apoio à reforma agrária e o nome de João Goulart para vice-presidência. O PTB propunha além da extinção do latifúndio improdutivo, crédito para o pequeno proprietário e extensão da legislação trabalhista ao campo. Porém, o conteúdo da reforma não repercutiu em nenhuma medida drástica. As políticas direcionadas ao meio rural foram aquelas ligadas à modernização da agricultura com objetivo de se produzir matérias-primas e alimentos que impulsionassem o desenvolvimento da industrialização.<sup>30</sup>

---

o esforço mais necessário, no plano teórico, a ser realizado na fase atual, consiste na identificação progressiva do que é específico de cada estrutura.” FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 13-14.

<sup>25</sup> CASTRO, Josué de. A revolução social brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. II, Jul. 1962 e CASTRO, Josué de. Signification du phénomène économique brésilien. *Tiers Monde*, n. 31, 1967.

<sup>26</sup> FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

<sup>27</sup> PREBISCH, Raul. Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, mar. 1963.

<sup>28</sup> Na década anterior, tais reformas aparecem como secundárias, pois os estudos centravam-se prioritariamente na industrialização. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 132.

<sup>29</sup> Partido no qual Josué de Castro era filiado.

<sup>30</sup> MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 1982. p. 103.

Ordem e produtividade expressavam assim o projeto desenvolvimentista. No Plano de Metas a agricultura aparece no item alimentação e as medidas previstas para o setor não indicavam nenhuma alteração nas condições de propriedade e acesso à terra. A agricultura ficava subordinada ao projeto de desenvolvimento industrial. As medidas giravam em torno basicamente do escoamento da produção e da modernização agrícola. “Na medida em que a ideologia desenvolvimentista transformava as questões políticas em questões técnicas, a reforma agrária se adjetivava: era reforma agrária “científica”, a ser conseguida através do aumento da produtividade.”<sup>31</sup>

A solução proposta para a questão agrária emergente no país e que se explicita especialmente no Nordeste foi a regionalização do problema. Com a SUDENE propunham-se medidas baseadas em preceitos técnicos, ao mesmo tempo em que no âmbito técnico a questão é apontada como de ordem política. Sob esta orientação, a discussão da questão agrária permanece como um pêndulo entre as instâncias representativas do governo.

Por outro lado, ela vem à tona na arena política através dos movimentos sociais, de políticos e intelectuais que defendem uma mudança nas estruturas de base. É nesses grupos que Josué de Castro circula, mantém contatos com Francisco Julião, patrocinando inclusive, quando diretor da FAO, o 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, em setembro de 1955<sup>32</sup>; Quando Deputado Federal, Josué abre debates na Tribuna da Câmara e na mídia em geral; Ele participa da Comissão Nacional de Política Agrária e propõe projetos de reforma agrária e, como visto anteriormente, seu nome foi cogitado várias vezes para Ministro da Agricultura.

Os debates, contatos e projetos estabelecidos por Josué nesse contexto são imbuídos de uma retórica que desmistifica alguns preceitos atribuídos ao Sertão do Nordeste. Pode-se aferir que esta percepção por parte do autor é oriunda de um período anterior, marcado pelo movimento regionalista nordestino que desprezava preceitos que mistificavam o Nordeste no sentido de desvalorizá-lo enquanto região naturalmente problemática. Porém, entre a ala defensora do tradicionalismo e aquela

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>32</sup> Informação obtida através do livro *As ligas camponesas* de Élide Rugai Bastos.

mais crítica, Josué identifica-se mais com a segunda, em especial, com os escritores da literatura social. Estes despertaram em Josué a valorização da cultura negra, indígena e sertaneja, a descoberta dos problemas sociais e econômicos, as desigualdades, a pobreza, a questão agrária e a fome. Com eles, Josué encontra bases para fundamentar sua principal proposta em relação ao combate à fome no Nordeste: a valorização e o desenvolvimento da agricultura de sustentação do sertanejo, por meio da reforma agrária e de subsídios necessários para sua expansão.

## 8 Considerações Finais

A história da humanidade tem demonstrado que, na maioria das vezes, os que semeiam propostas de mudança nem sempre colhem o fruto. Josué semeou o suficiente para que possamos colher os frutos de um Brasil mais justo e igualitário.

**Anna Maria de Castro<sup>1</sup>**

O pensamento de Josué de Castro revela com ousadia o que até então, aproximadamente em meados do século XX, era relegado ao silêncio na retórica predominante da civilização ocidental: a fome como expressão da questão agrária e a importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária como fatores imprescindíveis no combate à miséria. Compreende-se que essa formulação e interconexão de causas e indicação de saídas para um dos grandes males que afligem a sociedade advêm de uma série de fatos, atores, experiências e acontecimentos vivenciados e compartilhados por Josué, alguns já evidenciados em sua infância.

A obra de Josué representa o legado de um passado que se faz presente em diferentes projetos que, mesmo sob outras denominações, tem a agricultura de sustentação como uma das prioridades no combate à fome e na construção de uma vida sustentável. O termo sustentação qualifica os cultivos agrícolas que contribuem para a ampliação das possibilidades alimentares de uma região. Ele alude também às relações de cooperação e os policultivos, relevantes para uma alimentação variada e rica em nutrientes. Nesse sentido, a efetivação deste tipo de agricultura exerce um papel essencial no combate à fome, especialmente nos quadros de fome crônica, permanente e, muitas vezes, invisível. Para balizar sua eficácia, exige-se a percepção de informações que não se restrinjam à obtenção de renda por parte daqueles que praticam esses cultivos. Fala-se aqui de estudos que atentem para

---

<sup>1</sup> CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro – Semeador de idéias. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano. GONÇALVES, Carlos Walter Porto (orgs.). *Josué de Castro: vida e obra*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 55.

outros critérios avaliativos, como a redução da dependência do agricultor e sua família em relação ao mercado na obtenção de gêneros alimentícios e seus reflexos nas condições de subsistência<sup>2</sup>.

A agricultura de sustentação constitui-se um projeto político de emancipação dos povos do campo, transcendendo temporalidades e contribuindo assim, para a inserção de Josué de Castro no âmbito de autores clássicos da questão agrária brasileira. Um projeto que tem como pré-requisito o acesso à terra como condição fundamental para a viabilização das possibilidades alternativas de cultivos em relação à grande plantação. Uma condição essencial para se romper com as relações de trabalho que subvertem sujeitos históricos em trabalhadores dependentes da vontade alheia e dos desígnios do capital, como nos casos de escravidão por dívida, arrendamentos, trabalho assalariado, entre outras formas de dependência. A agricultura de sustentação representa, assim, um projeto em que o trabalho esteja a serviço do atendimento das necessidades humanas.

Além das dificuldades de acesso à terra no Brasil, historicamente a agricultura de sustentação foi limitada pela tentativa de transformar os cultivos tradicionais, praticados em diferentes culturas, especialmente pelos negros e sertanejos, pela “verdadeira agricultura”, frente a crença inexorável nos processos de modernização, na ciência e na técnica. Neste processo, ignorou-se uma série de práticas e relações sustentáveis com a natureza e com a vida humana, praticadas historicamente pelos povos do campo. Josué acreditava que as descobertas científicas poderiam ser importantes aliadas na luta contra a fome desde que estivessem à disposição dos povos para a ampliação da agricultura de sustentação.

Neste sentido, o projeto proposto por Josué aproxima-se das atuais discussões referentes à perspectiva agroecológica, em especial, no que se refere à

---

<sup>2</sup> Um exemplo é a pesquisa publicada pelo ITESP sobre os impactos sociais e econômicos da produção de alimentos em assentamentos rurais no estado de São Paulo. Além de seus benefícios para a subsistência, a produção de alimentos contribui para a independência e auto-estima dos agricultores. A pesquisa identificou que, o que é produzido no lote chega a representar, em média, 58% do valor gasto mensalmente com alimentação pelas famílias. SANTOS, Isabél Peres dos. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (orgs). *Da terra nua ao prato cheio*. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

apropriação de tecnologias e novas estratégias visando o desenho de agriculturas sustentáveis e de uma nova relação com a natureza e com os seres humanos. A Agroecologia é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis.<sup>3</sup> Além da preocupação com o manejo sustentável dos recursos naturais, a Agroecologia incorpora questões relativas aos aspectos sociais, a preocupação com a socialização de tecnologias, com o que é socialmente justo e com o potencial de saberes presentes nas formas de organização e de vida dos diferentes grupos sociais.<sup>4</sup> Esse enfoque, aproxima-se do que Josué concebia em sua época como desenvolvimento econômico e social. A Agroecologia rejeita a fragmentação dos saberes, além do saber científico, das pesquisas realizadas em laboratórios ou em estações experimentais, priorizam-se um constante diálogo entre esse saber científico e o saber popular.

Nas últimas décadas do século XX, consolidam-se as conseqüências e as críticas ao modelo de modernização conservadora na agricultura e a possibilidade de construção de alternativas, mais justas, do ponto de vista social, cultural e ambiental. Intensificam-se as reflexões em busca de uma sustentabilidade. A agricultura de sustentação concebida por Josué de Castro expressa sua relevância e atualidade, demonstrando um papel importante em uma estratégia de (des)envolvimento que engloba a Segurança Alimentar e Nutricional, que seja economicamente sustentável, com crescente equidade e inclusão. Ela estimula a produção diversificada, amplia a capacidade de consumo de alimentos e contribui para a melhoria das condições de vida das famílias que a praticam. O projeto de agricultura de sustentação ensejado por Josué abrange, assim, as atividades agrícolas, o território e a luta pelo usufruto da terra em benefício do bem-estar social, cumprindo papel decisivo para incentivar as potencialidades das sociedades camponesas e seu patrimônio sócio-cultural.

---

<sup>3</sup> ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

<sup>4</sup> GUZMÁN, S. E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.1, 2002.

Para a efetivação da agricultura de sustentação enquanto projeto político, Josué destaca como condição indispensável, além da valorização do saber e da cultura popular, o acesso à terra, às políticas públicas e às tecnologias sustentáveis. Neste sentido, a agricultura de sustentação concebida por Josué representa a esperança e os anseios daqueles que lutam por justiça, reforma agrária, distribuição de renda e demais condições para a construção de uma sociedade onde a vida humana esteja acima de qualquer outro interesse econômico.

Já em sua infância, Josué começa a perceber a importância da agricultura de sustentação por meio dos causos contados pelas populações dos mangues do Recife, especialmente, com aquelas oriundas do Sertão e da Zona da Mata. A memória contada pelos moradores dos mangues revela as condições de vida nas duas regiões: enquanto a última exhibe quadros de fome crônica, permanente e, muitas vezes, invisível, o Sertão, quando não atingido pelas secas, apresenta condições alimentares superiores à região dos verdes canaviais, isto devido à agricultura de sustentação praticada pelos sertanejos.

Suas enfáticas críticas à grande plantação e as áreas de monocultura nela existentes, em contraposição à agricultura de sustentação do Sertão, apresentam-se centrais em sua análise sobre a região nordestina. Apesar de o autor reconhecer o agravamento das condições alimentares na Zona da Mata com a emergência dos engenhos centrais e, posteriormente, das usinas, Josué demonstra pouca atenção aos pequenos roçados e sítios na região açucareira. Em algumas descrições da paisagem desta região, o autor menciona a presença de cultivos voltados para a alimentação, como na história contada por seu Maneca, em *Homens e caranguejos*: “Achei uma beleza de lugar. Havia uma lagoa grande em frente da casa e um sítio com fruteiras ao lado.”

O reconhecimento das roças e sítios no interior da área da grande plantação é conjugado, na análise do autor, pelas restrições impostas quanto à acessibilidade dos trabalhadores a esses alimentos. As frutas eram “apenas limitadas aos pequenos pomares em torno das casas grandes dos engenhos, para regalo exclusivo da família branca do senhor”, conforme afirma Josué, em *Geografia da fome*. A partir dessa percepção, o autor não desenvolve uma análise esmiuçada

sobre papel dos cultivos da categoria de trabalhadores chamados de *moradores* que dispunham de um pedaço de terra destinado aos sítios e roças, onde desenvolviam cultivos destinados ao consumo próprio. Josué empenha-se em destacar os malefícios decorrentes da grande plantação e, nesse decurso, não enfatiza as possibilidades gestadas pela agricultura de mantimentos evidenciada nesta região. Compreende-se que esse aparente menosprezo é decorrente da convicção do autor quanto à importância de uma reforma agrária na região e dos benefícios que ela traria em termos de expansão da agricultura de sustentação sobre aquelas terras. É como se a demonstração da importância desses cultivos, naquela área, resultasse na positividade da grande plantação.

A fome no Nordeste é concebida por Josué como decorrente da problemática agrária que provém, especialmente, da forte concentração de terras e da monocultura praticada na Zona da Mata. Recife torna-se o cenário que sensibilizou Josué para a relação da problemática urbana com a questão agrária. As amizades, a miséria e causos ouvidos em sua infância, na proximidade dos mangues, desvendam que mais grave que a fome epidêmica do Sertão é a fome endêmica que aflige os trabalhadores rurais na Zona da Mata, oriunda não de fatores naturais, mas da monocultura e do latifúndio presente na região.

Josué também é sensibilizado por escritores a ver e analisar o que comumente encontrava-se invisível: as condições alimentares no Sertão de inverno, os cultivos de sustentação praticados pelo sertanejo e a importância do Nordeste no cenário nacional. Nesse feito, destacam-se dois autores que demonstram a importância da região e da cultura local por meio de escritos etnográficos, sociais ou políticos: José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo. O Sertão, comumente compreendido como uma região de seca e de fome, é apresentado por Josué com o colorido dos policultivos de inverno, banhados por um caldo cultural essencial para sua desenvoltura. Porém, sem limitar-se a um culturalismo exacerbado, Josué demonstra que esse caldo não é auto-suficiente, exigindo um novo olhar da sociedade, um compromisso ético-político para a inserção desses cultivos e das demandas destas populações na agenda política do Estado, assim

como uma mudança na estrutura agrária. Estas são formas identificadas em sua obra para abrandar a dívida histórica para com estas populações.

A contraposição entre a agricultura de sustentação e a grande plantação nas condições alimentares em diferentes regiões, presente em sua obra, é instigada pelos escritores e romancistas sociais da década de 1930. Esses autores trazem à tona diversas questões sociais oriundas da questão agrária. É justamente nesse período que Josué “toma consciência” da história e da realidade social do Nordeste e do país. Com tais escritores Josué estabelece uma série de experiências e relações que também o incitaram a apreender a relação entre a fome e a questão agrária e a importância da agricultura de sustentação no combate à fome.

Com esse grupo Josué compartilha idéias e ideais em torno do desvendamento da realidade nacional. Ao mesmo tempo em que o grupo valoriza o país, assinala seus principais problemas perfazendo uma crítica ao processo de modernização implantado no país. Foram eles que, segundo Josué, “escreveram uma história do Brasil diferente ou uma história diferente do mesmo Brasil”, mostrando com sinceridade a realidade brasileira. Escritores como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge Amado, entre outros, contribuíram para que Josué desenvolvesse sua crítica ao latifúndio e a monocultura, que caracterizam a estrutura agrária. Em meio a um país que se dizia moderno, estas estruturas ainda contribuíam para perpetuar a fome, a urbanização descontrolada, o desemprego e as desigualdades sociais. Estes escritos literários e sociais são para Josué os primeiros documentos da autodescoberta do Nordeste, abordando-se temas como os problemas da terra, da fome, da miséria, da opressão dos senhores latifundiários.

Essa descoberta, alicerçada na perspectiva do movimento regionalista que surge na década de 1920, parece despertar em Josué de Castro a ânsia em argumentar, ao longo de sua obra, as potencialidades do sertão ou do campo brasileiro, desmistificando muitos dos mitos a eles atribuídos. Destacam-se aqueles que apontavam os fatores raciais e climáticos como causas da “inferioridade” ou “improdutividade” do povo brasileiro. As influências de integrantes do movimento sanitarista, emergente a partir do início do século XX, também contribuíram para desmistificar preconceitos de raça e de clima presentes no país, indicando que o

brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Opunham-se, assim, às teses de determinismo racial. Josué agrega em seus escritos a crítica aos preconceitos de raça e de clima, bem como destaca o abandono do sertanejo pelo governo brasileiro e a falta de investimentos na agricultura. Nessa sua argüição, destaca-se sua crítica à concentração de recursos na indústria, sendo essa a grande beneficiada no projeto de urbanização do país. Todavia, Josué foi além da crítica aos preconceitos raciais e climáticos, considerando também causas de fundo social e econômico. Para Josué, além do abandono e das doenças, estaria contribuindo de forma substancial para aquela condição de subdesenvolvimento o regime latifundiário implantado no país.

Pode-se considerar que diversas foram as alterações e permanências no pensamento de Josué de Castro nas décadas de 1950 e 1960, a partir das suas novas experiências e de um novo contexto. Uma fase marcada pela ampliação do seu envolvimento em debates e programas políticos, por viagens e contatos com diferentes personalidades, pela consagração internacional, pela aproximação com o pensamento e as experiências comunistas, com os quais Josué compartilha a idéia de um Brasil feudal e a necessidade de uma reforma agrária. Seu envolvimento com as ligas camponesas e a enfática participação nos projetos de reforma agrária na Câmara de Deputados também marcam o período. O contexto é caracterizado pelos desafios postos a partir de meados da década de 1940, sob um processo de redemocratização, crise alimentar e emergência dos primeiros projetos de reforma agrária no Congresso Nacional.

A construção histórica da obra de Josué é permeada por diferentes contextos, cenários e atores que possibilitam um movimento em direção a construção de um projeto político de incentivo à agricultura de sustentação e à reforma agrária. Observa-se que já nas décadas de 1930 e 1940, Josué encanta-se pelas possibilidades da agricultura de sustentação, gestada por diferentes atores e em diversas regiões do país, revelando por outro lado, as atrocidades geradas pela concentração de terra e pela monocultura, entre elas, a fome. Seu pensamento desvenda as possibilidades da agricultura de sustentação que foram tornadas invisíveis por interesses econômicos e políticos embrenhados na atrocidade acima

descrita. O pensamento de Josué demonstra que ambas, possibilidades e atrocidades, encontram-se presentes já no início do processo de colonização e são conservadas em diferentes contextos históricos. Como é o caso da alimentação proveniente da agricultura de sustentação de tradição africana ou até mesmo daquela praticada pelos primeiros colonizadores que aqui se fizeram presentes e, por outro lado, os malefícios causados pela priorização do modelo da grande plantação monocultora nas condições alimentares.

Nas décadas de 1950 e 1960, suas idéias e suas ações, aliadas à de outros intelectuais e movimentos sociais, consolidam um projeto político de desenvolvimento nacional que tem como base o incentivo à agricultura de sustentação e a transformação nas estruturas agrárias do país. Diversas são as motivações que parecem ter impulsionado Josué a construir uma proposta de reforma agrária, bem como de envolver-se com os movimentos sociais do campo. Entre elas, compreende-se que o clima intelectual e o contexto político das décadas de 1950 e 1960 tiveram uma influência central, quando diferentes atores encontravam-se envolvidos na construção de um projeto de desenvolvimento nacional e de esquerda para o país.

Pode-se aferir que seu interesse por esses temas já advém de sua viagem ao México e de seu contato com as populações e os movimentos revolucionários daquele país. Na ocasião, Josué pôde observar a história e as manifestações das populações indígenas camponesas que resistiam e lutavam pela reforma agrária e pela preservação de sua cultura, em tempos de Revolução Mexicana. O relato de sua viagem aquele país, descrito em diversos artigos no jornal *A Província*, revela a importância dessa experiência para o desvendamento da questão agrária, fato que também se refletirá nas suas constantes defesas da reforma agrária e no seu envolvimento com os movimentos camponeses no Brasil. Sua viagem para a China também contribuiu para as suas discussões sobre a relação entre fome e questão agrária e a importância da reforma agrária na ampliação das possibilidades alimentares, apesar dos seus escritos centrarem-se no período inicial do processo de coletivização e não nas consequências da radicalização desse processo. Seu envolvimento com as Ligas Camponesas demonstra sua aproximação com as

demandas dos camponeses, onde texto, contexto e autor encontram-se imbricados na construção coletiva de um projeto nacional que tem como base a reforma agrária.

Apesar de algumas rupturas no pensamento de Josué de Castro e dos reflexos de novas experiências, com outros contextos e atores, destaca-se a importância e a manutenção em sua atuação política, nas décadas de 1950 e 1960, de parte significativa de suas reflexões oriundas daquele período anterior, especialmente, a década de 1930. Compreende-se que a valorização do Sertão e dos sertanejos, dos negros, dos indígenas e da agricultura de sustentação cultivada por esses povos, o levou à defesa incessante de um projeto político cujo objetivo era modificar a estrutura agrária do país. Josué situa, por meio de seu projeto e de seus discursos, a problemática nordestina sob outras bases, diversas daquelas que predominavam no debate em fins da década de 1950.

Ao longo de sua obra, Josué revela-se sintonizado com o pensamento político e social de sua época e também se caracteriza como um intelectual preocupado com os trabalhos acadêmicos e comprometido com as ações políticas. Compreende-se que tal fato impossibilita uma divisão das duas esferas, ou seja, a tentativa de se analisar o autor, o político ou sua obra de forma separada quando se pretende uma apreensão de seu pensamento como um todo. A inviabilidade desta separação é revelada em muitos de seus escritos, os quais são resultados de debates, conferências e palestras introduzidas em instituições políticas e organizações sociais nacionais e internacionais.

Por diversas vezes, Josué não revela ou dificulta o desvendamento de seus antagonistas no campo político e ideológico, o que torna necessária a compreensão de determinados projetos políticos e tendências de pensamento para sinalizar os diálogos e embates que o autor estabelece. Cabe destacar que Josué não se conecta com uma linha exclusiva de pensamento, posicionamento ou ação política (liberais, desenvolvimentistas, conservadores, esquerda, direita etc.). O que talvez melhor o defina, assim como no caso de Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte, é o pertencimento a uma esquerda democrática, como ele mesmo se autodenomina: “Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso nunca fui nem

serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado.”<sup>5</sup> O fato de Josué não se atrelar a determinada tendência repercutiu no recebimento de diversas críticas, tanto de setores dominantes, quanto das esquerdas da época, o que parece também ter contribuído para que sua obra influenciasse, em parte, diferentes projetos políticos.

A importância de Josué nos diversos caminhos por ele trilhados sugere, ainda, novos estudos sobre as incidências e a contribuição de suas idéias e de sua trajetória política e intelectual para a construção e interpretação de um período da história do país. Além do amortecimento de sua obra no período militar, na própria trajetória do autor, já se encontravam presentes as investidas contrárias à manifestação de seu pensamento. Um exemplo é a presença inexpressível de suas contribuições no âmbito da geografia dominante em sua época. Rui Ribeiro de Campos, na tese *A dimensão populacional na obra de Josué de Castro*, resgata a inserção de Josué no pensamento geográfico brasileiro<sup>6</sup>, demonstrando sua relevância para a construção deste campo científico no país. O autor da tese analisa que a falta de publicidade das contribuições de Josué para geografia naquela época advém do predomínio de uma geografia com caráter positivista, ligada ao poder dominante e que rejeitava trazer à tona temas como a fome e a explosão demográfica, tal qual Josué os colocava. A partir das evidências, pode-se aferir que a obra de Josué de Castro constitui campo profícuo para o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas, bem como para a interconexão entre diferentes saberes. Nela, apresentam-se criações e temas condizentes ou oriundos da literatura, da sociologia, da história, da nutrição, da economia, da política, entre outras, muitos deles provavelmente ainda obscurecidos.

---

<sup>5</sup> CASTRO, Josué de. In.: Pedro Bloch entrevista: Josué de Castro. *Revista Manchete*, nº 625. Rio de Janeiro, abril. 1964.

<sup>6</sup> CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A dimensão populacional na obra de Josué de Castro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, 2004. Outra Tese que também demonstra a importância de Josué de Castro na história do pensamento geográfico brasileiro é a de CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. *O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – USP, 2007. Nela, o autor analisa que Josué introduziu a geografia da fome na história do pensamento geográfico brasileiro no período entre 1937 e 1954. Destaca ainda na análise de Josué, o método geográfico, sob influência da Escola Francesa, como sendo o mais apropriado para analisar a fome em toda a sua complexidade.

A obra de Josué desafia os pesquisadores que nela encontram seus aportes de pesquisa a difícil tarefa de realizar um estudo sobre um campo ou tema específico de seu pensamento. A partir desta dificuldade, um tanto intencional, compreende-se também que os desígnios originais da tese que ora se conclui, apesar desta ser inacabável, almeja possibilitar reflexões em diferentes âmbitos no universo de saberes tanto da sociologia, quando da economia, da política, da literatura, entre outros. Um desejo despertado pela própria e positiva falta de especificidade contida na obra de Josué, assim como no contexto intelectual de sua emergência. Uma obra característica de um tempo onde se misturavam a imaginação, a observação, a ciência e a arte nos nascentes escritos sociais no país, característica também de um autor que desenvolve severas críticas ao surgimento de uma “civilização de especialistas”<sup>7</sup>.

Pode-se aferir que a inserção de Josué em diferentes universos e grupos com pensamentos diversos contribuiu para que o autor construísse uma análise inovadora. Josué não se contrapõe ao processo de modernização e industrialização, mas não deixa de expressar suas críticas quanto à via pela qual o processo era formulado e implantado por diversos governos, bem como por muitos dos ideólogos que davam suporte analítico ao regime. Josué compartilha a idéia da necessidade de um desenvolvimento nacional e industrial. Porém, propunha um equilíbrio nos investimentos, ou seja, que o urbano não fosse privilegiado em detrimento do desenvolvimento de uma “agricultura de sustentação”, para o qual aponta claramente a necessidade, além da reforma agrícola, a indispensável reforma agrária como base para o combate à fome. A originalidade de sua obra revela-se por meio de um diálogo constante com diferentes atores e projetos críticos. Nesse diálogo, o autor demonstra sua aproximação com o pensamento social e literário da época e, ao mesmo tempo, desenvolve uma crítica construtiva com pensadores clássicos do pensamento social brasileiro. O pensamento de Josué revela o quanto o autor

---

<sup>7</sup> Exemplos da crítica à “civilização de especialistas” desenvolvida pelo autor são os seguintes escritos: CASTRO, Josué de. A função social das Universidades. In.: *Ensaio de Biologia Social*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968 e CASTRO, Josué de. *Ensino Universitário*. 15 jun.1935, s/r.

encontrava-se inserido na sociedade, nela desenvolvendo reflexões, ações e influências e, ao mesmo tempo, sendo por ela envolvido.

As constantes inferências à importância da agricultura de sustentação, concebida assim, por sua excepcionalidade no combate à fome, e a proposição de projetos políticos de incentivo a esses cultivos demonstram a relevância do pensamento de Josué no âmbito dos estudos clássicos sobre a questão agrária no Brasil. Suas ações no universo político o situam entre as personalidades mais empenhadas na defesa dos suportes necessários ao desenvolvimento da agricultura de sustentação, destacando-se entre eles, a reforma agrária. Nesse sentido, seu pensamento demonstra um desenvolvimento, conforme os diferentes contextos. Na primeira edição de *Geografia da fome* (1946), não se observa ainda um claro projeto de reforma agrária com vistas a uma ampla distribuição de terras, como em edições posteriores do livro. Porém, desde a primeira edição constata-se suas contundentes análises sobre a necessidade de um plano de política alimentar que tem entre suas metas: o “combate” ao latifúndio improdutivo e à monocultura e o incentivo à agricultura de sustentação.

Em *Geopolítica da fome*, publicada em 1950, Josué amplia sua análise para outros espaços territoriais e seus contextos históricos. Novamente, observam-se as inter-relações que o autor desenvolve entre fome e questão agrária, assim como a importância da agricultura de sustentação em diferentes países, com suas diversas experiências de incentivo a esses cultivos e seus impactos no combate à fome. Diferente das idéias predominantes no contexto da chamada Revolução Verde, que exaltavam um aumento da produção por meio da modernização das grandes propriedades produtoras, Josué propunha utilizar as terras inexploradas que constituíam latifúndios para o desenvolvimento da agricultura de sustentação. A necessidade de se criar condições para que esses alimentos possam ser adquiridos e consumidos pelos grupos humanos que deles necessitam, também constituía uma de suas preocupações. Ao trazer à tona essa necessidade, Josué demonstra a existência de recursos naturais suficientes para alimentar toda a humanidade, contrapondo-se assim às idéias neomalthusianas. Josué analisa que o principal limite

às possibilidades de alimentação não é o fator natural, mas social, econômico, político e historicamente construído.

É na década de 1950 que seus escritos e ações demonstram uma maior aproximação com as demandas dos movimentos sociais do campo. Nesse contexto, seus argumentos anteriores de combate ao latifúndio e a monocultura adquirem a conotação de um projeto político de reforma agrária como um fator imprescindível no combate à fome. A transmutação desses argumentos para uma esfera política institucional é instigada por uma série de relações com integrantes da literatura social nordestina, do PCB e das Ligas Camponesas, com destaque para Francisco Julião, João Cabral de Melo Neto e Alberto Passos Guimarães. Com eles e com diversas outras personalidades, Josué de Castro desenvolve uma série de mobilizações, reflexões, projetos e debates sobre a questão agrária.

A trajetória intelectual de Josué de Castro abrange também as discussões sobre um plano para o desenvolvimento do Nordeste. Pode-se aferir que Josué, além de destacar os problemas do Nordeste, tenta colocar a reforma agrária e a agricultura de sustentação na agenda política da época enquanto imperativos, tanto para o desenvolvimento nacional, quanto para o daquela região. Seu pensamento transita entre uma análise regional, nacional e internacional, traçando um mapa mundial, um nacional e outro regional sobre a problemática da fome, e a partir deles, Josué evidencia projetos para possíveis saídas do problema. Neste trânsito por diferentes saberes e espaços, destacam-se em suas análises, experiências e proposições, o desvendar da relação entre fome e questão agrária e a importância da agricultura de sustentação e da reforma agrária como medidas imprescindíveis no combate à miséria. Compreende-se ser esta articulação uma constante em seu pensamento, presente desde sua análise sobre a fome nos mangues do Recife, até aqueles quadros de miséria assoladora presente nas terras mais distantes de seu país.

Sua obra demonstra não haver, ao longo da história do país, com seus diferentes projetos políticos e econômicos, uma ruptura radical com os dois modelos em questão (agricultura de sustentação e grande plantação), apesar da predominância histórica da grande plantação no âmbito das prioridades políticas. Isto

é demonstrado, quando em diferentes períodos do processo de industrialização no país, o autor publica artigos e outros escritos ressaltando a manutenção das estruturas agrárias e de uma política retrógrada para com o combate à fome. A esterilização inevitável da agricultura de sustentação também é rejeitada por Josué quando este apresenta seus projetos, na década de 1950, que possibilitam o incentivo aos cultivos direcionados à produção de alimentos e a efetivação de uma reforma agrária no país, creditando-os como questões imperativas para um projeto de desenvolvimento nacional. Josué demonstra que os principais fatores que barram o incentivo à agricultura de sustentação e a efetivação de uma reforma agrária no país são os interesses econômicos e políticos que seriam contrariados e ameaçados. É com esse olhar que Josué analisa o Golpe Militar de 1964, quando, na sua acepção, mais uma vez, predominaram por parte das elites agrárias os interesses arcaicos e radicalmente contrários a emancipação do país.

As conseqüências desse processo demonstram que a construção de uma vida sustentável, onde o combate à fome seja uma de suas prioridades máximas, não significa uma mera maximização do Produto Interno Bruto (PIB) ou da quantidade de alimentos disponíveis. O objetivo maior neste projeto é promover a igualdade e a justiça, priorizando-se a distribuição de renda e de propriedade. Muitas das políticas desenvolvimentistas partiram do princípio de que o desenvolvimento viria como resultado natural do crescimento econômico, graças ao “efeito cascata”. Segundo Ignacy Sachs<sup>8</sup>, em termos éticos isso é inaceitável, pois em um mundo de fortes desigualdades é absurdo pretender que os ricos devam ficar ainda mais ricos, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos. Cabe ressaltar a importância de se avaliar a constituição de uma vida sustentável e o combate a fome, não com parâmetros como o crescimento do PIB, mas com outros como o *Coeficiente de Gini* que possibilita medir as desigualdades sociais e a concentração de terra, por exemplo.

Observa-se, assim, como foi retrógrada e intransigente a investida ditatorial sob o projeto nacional em processo de construção no pré-1964, no qual Josué

---

<sup>8</sup> SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento*: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

encontrava-se inserido. O “milagre econômico” apresentado pelo Brasil na década de 1970 com seus índices de crescimento econômico e privações de liberdade rompeu, por um longo período, as possibilidades de uma emancipação social no país, abafando as desigualdades e injustiças sociais reinantes. O pensamento de Josué revela-se atual para refletir e discutir a construção de projetos de incentivo à agricultura de sustentação, em especial, para as ainda necessárias reformas nas estruturas agrárias do país. Atualidade que se manifesta em discussões no sentido de ampliar o acesso aos direitos e encontrar alternativas socialmente justas para aquelas populações que, histórica e politicamente, foram menos favorecidas no banquete da humanidade.

Percorrendo inúmeros palmos de terra, Josué semeou aqui e acolá os grãos de combate à fome. Desde jovem, espalhou sementes por todos os cantos deste mundo sem se preocupar com os arremessos assimétricos que poderiam prejudicar os simétricos verdes canaviais, cacauais ou outros monoculturais.

Em seu caminho, não se preocupou com as ervas daninhas e as formigas esfomeadas, cegas e agitadas encontradas no percurso, por acreditar que seus grãos eram superiores, dotados e regidos pela força superior da dignidade humana.

Por um longo período, as ervas daninhas, acompanhadas pelas fabriquetas de balas e canhões, impediram o desabrochar das sementes.

Hoje, em suas roças centenárias, já se encontram milhares de roceiros que delas cuidam com o intuito de construir um projeto contra-hegemônico.

Porém, os quilômetros de terras por ele semeados atingem milhões de léguas que ainda aguardam milhões de braços, rostos e sentimentos para a germinação.

## Referências Bibliográficas

### Do autor

#### a) Livros, prefácios ou capítulos de livros

CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

\_\_\_\_\_. *Alimentação à luz da Geografia Humana*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

\_\_\_\_\_. MEIRELLES, Cecília. *A festa das letras*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

\_\_\_\_\_. *A Fisiologia dos Tabus*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

\_\_\_\_\_. *O problema da alimentação no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1939.

\_\_\_\_\_. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

\_\_\_\_\_. *Prefácio*. In: *El mercado de cereales*. Hubert D'Herouville. Paris: 1955.

\_\_\_\_\_. *Três personagens*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1955.

\_\_\_\_\_. *Documentário do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1960.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentos e de população, vol.I. 7 ed. (revista e aumentada) São Paulo: Brasiliense, 1965.

\_\_\_\_\_. *Desarrollo económico y bienestar social* (Discurso). In: Ensayos sobre el subdesarrollo. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1965.

\_\_\_\_\_. *Malthus y el camino de la perdición*. In: Ensayos sobre el subdesarrollo. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1965.

\_\_\_\_\_. *Apresentacion*. In: RUIZ GARCIA, Enrique. America Lantina: anatomia de uma revolucion. Madrid Guadarrama, 1966.

\_\_\_\_\_. *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

\_\_\_\_\_. *Geografia da fome* (o dilema brasileiro: pão ou aço).10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

\_\_\_\_\_. *Sete palmos de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

\_\_\_\_\_. *Homens e Caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentos e de população, vol. II. 8 ed.(revista e aumentada) São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Biologia Social*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Geografia Humana*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. *A estratégia de desenvolvimento*. (tradução de Antônio Melo). Cadernos Seara Nova - economia, Lisboa, 1971.

\_\_\_\_\_. *Foreword*. In: The third world and the rich countries: prospects for the year 2000. Angelos Angelopoulos. New York: Praeger Publishers, 1972.

\_\_\_\_\_. *Fome, um tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro*. Anna Maria de Castro (Org.). 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Armamentismo (discurso)*. In: ANDRADE, Manuel Correia de [et al]. Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Projeto Tracunhaém: O Nordeste do Brasil e a Campanha Mundial contra a Fome*. In: ANDRADE, Manuel Correia de [et al]. Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

CASTRO, Josué de. *Homens e Caranguejos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

#### **b) Artigos em Jornais e Revistas**

CASTRO, Josué de. Estudos Americanos. Salvador Díaz Miron ou o espírito mexicano. *Diário da Manhã*, 01 ago. 1929.

CASTRO, Josué de. Cinema e a literatura. *Diário da Manhã*, Recife, 4 ago. 1929.

\_\_\_\_\_. [Poema] Raça Preta. *Diário da Manhã*. s/r.

\_\_\_\_\_. A revolução mexicana vista de perto I. *A Província*, 03 mai. 1930.

\_\_\_\_\_. A revolução mexicana vista de perto II. *A Província*, Recife, 07 mai. 1930.

- \_\_\_\_\_. *Ensino Universitário*. 15 jun. 1935, s/r.
- \_\_\_\_\_. O ciclo do caranguejo. *A Platéia*, São Paulo, 30 mar. 1935.
- \_\_\_\_\_. Assistência Social. *A Manhã*, Rio, 04 ago. 1935.
- \_\_\_\_\_. Hábitos civilizados da província. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27 nov. 1935.
- \_\_\_\_\_. *O Folk-lore negro do Brasil*. 1935.
- \_\_\_\_\_. Recife: cidade desigual. *Carioca*. Rio, 15 fev. 1936.
- \_\_\_\_\_. Mocambo: habitação hygienica. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1936.
- \_\_\_\_\_. O Romance do Nordeste. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1936.
- \_\_\_\_\_. Independência artística do Brasil. *A Nação*, Rio de Janeiro, 1936.
- \_\_\_\_\_. O Moleque Ricardo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 01 set. 1936.
- \_\_\_\_\_. O problema da alimentação e a sociologia brasileira. *Dom Casmurro*, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Alimentação defficitaria do Nordeste*. s/r., 1937.
- \_\_\_\_\_. *A alimentação defficitária do Nordeste*. s/r, 1937.
- \_\_\_\_\_. *América Indígena*. Vol. V, n. 3. México, jul. 1945.
- \_\_\_\_\_. O espírito geográfico da filosofia moderna. *Formação*, n. 156, 1951.

\_\_\_\_\_. Instalado em Campinas o primeiro Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *O Estado de S. Paulo*, 27 mai. 1953.

\_\_\_\_\_. Crise social e desequilíbrio econômico do mundo. *Revista Brasiliense*, nov-dez. 1955.

\_\_\_\_\_. Impressões da Polônia. *Última Hora*. 22 jul. 1957.

\_\_\_\_\_. A atualidade da China II. *Última Hora*, 18 jun. 1957.

\_\_\_\_\_. A atualidade da China III. *Última Hora*, 19 jun. 1957.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária: um imperativo nacional. *Revista do Clube Militar*, n.152, 1958.

\_\_\_\_\_. A vitória da China contra a fome. *Jornal do Commercio*, 1959.

\_\_\_\_\_. A vitória da China contra a fome. *Estudos Sociais*, n. 06, mai-set. 1959.

\_\_\_\_\_. FURTADO, Celso. Operação Nordeste: Dois nomes e duas opiniões. *O Observador Econômico e Financeiro*, Ano XXIV, n. 278, abr.1959.

\_\_\_\_\_. Tragédia alimentar do Nordeste Brasileiro. *Jornal O Comércio*. Recife, 24 nov. 1960.

\_\_\_\_\_. El dilema brasileño: pan e acero. *Cuadernos americanos*, n.6, 1961.

\_\_\_\_\_. O Brasil e o Mundo Afro-asiático. *Revista Brasiliense*. n. 36, 1961.

\_\_\_\_\_. O dilema brasileiro: pão ou aço. *Revista Brasiliense*, n. 39, 1962.

\_\_\_\_\_. A revolução social brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. II, Jul., 1962.

\_\_\_\_\_. Le developpment: virtualité e obstacies. *Tiers Monde*, n. 20, 1964.

\_\_\_\_\_. Le Grand Partage *Way Forum*. n. 52, 1964.

\_\_\_\_\_. In.: Pedro Bloch entrevista: Josué de Castro. *Revista Manchete*, nº 625. Rio de Janeiro, abr.1964.

\_\_\_\_\_. Signification du phénomène économique brésilien. *Tiers Monde*, n. 31, 1967.

\_\_\_\_\_. Le tiers monde en l'an 2000. *Forces*, n.9, 1969.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento: causa primeira de poluição. *O Correio da Unesco*. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação, Ano 1, jan. 1973.

### **c) Discursos e Projetos na Câmara dos Deputados**

Anais da Câmara dos Deputados. 11 jul. 1956;

\_\_\_\_\_. 10 jul. 1957.

\_\_\_\_\_. 12 dez. 1957.

\_\_\_\_\_. 21 mai. 1958.

\_\_\_\_\_. 21 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. 07 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. IV. 8 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. Vol. IV, 13 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. Vol. IV. 15 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. IV. 21 mai. 1959.

\_\_\_\_\_. Vol. VII, 10 jun. 1959.

\_\_\_\_\_. 26 abr. 1961.

\_\_\_\_\_. Vol. XVIII. 22 ago. 1961.

\_\_\_\_\_. XVIII. 22 ago. 1961.

\_\_\_\_\_. XXXV. 12 dez. 1961.

Projeto de nº 11 de 1959.

Projeto de nº 442 de 1959.

### **Outros Artigos de Jornais**

Pela inclusão das obras contra as secas na futura Constituição. *Diário de Pernambuco*. Recife, 04 jan. 1933.

Aspectos sociológicos da alimentação brasileira. *Diário de São Paulo*. 05 fev. 1935.

Revalorização do Nordeste. *Diário da Manhã*. Recife, 1936.

Novos rumos para a agricultura nacional. *Revista O observador econômico e financeiro*, n. 131, dez. 1946.

Quarenta e quatro técnicos latino-americanos no Seminário em Campinas. *O Radical*. Rio, 21 mai. 1953.

Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *Jornal do Brasil*. 27 mai. 1953.

Inaugurado o Seminário sobre os problemas da terra. *A Notícia*. 27 mai. 1953.

Inicia-se o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *Folha da Manhã*. São Paulo, 27 mai. 1953.

Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre de Bem Estar Rural. *A Gazeta*. São Paulo, 27 mai. 1953.

Instalou-se ontem o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *Diário do Povo*. Campinas, 27 mai. 1953.

Instalado em Campinas o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *Diário de S. Paulo*. 27 mai. 1953.

Instalado, a cidade de Campinas, o Seminário Latino-Americano sobre os Problemas da Terra. *O Popular*. Rio, 03 jun. 1953.

*A Noite*, Rio, 18 dez. 1953.

*A Gazeta*, São Paulo, 21 dez. 1953.

O *Globo*, 18 dez. 1953.

A China e a fome. *Última Hora*. 26 jun. 1957.

O programa de reforma agrária no Brasil. *O Fluminense*. Niterói, 27 fev. 1959.

Reforma Agrária: ponto de partida para a solução da crise brasileira. *O Semanário*, 29 mai. 1959.

Reforma agrária é uma necessidade histórica. (Entrevista com Josué de Castro). *O Metropolitano*. 22 fev. 1959.

Reforma Agrária: estruturas feudais no Brasil constituem ponto de estrangulamento em nosso desenvolvimento. *O Dia*. Curitiba, 23 abr. 1959.

Filosofia festeja seus 20 anos. *Diário Carioca*. 14 abr. 1959.

Conferência do Deputado Josué de Castro em João Pessoa. A Reforma Agrária e o Nordeste. *O Semanário*. 1959.

7 respostas para o Nordeste. Entrevista com Josué de Castro. *A Manchete*.

“Nordeste: pobres ricos que têm terra sem cultivo” declara o dep. Josué de Castro. *Jornal do Comércio*. 14 fev. 1960.

*Jornal do Comércio*, 10 dez. 1960.

*Jornal do Comércio*, 22 ago. 1961.

*Jornal do Comércio*, 25 ago. 1961.

*A União*, 21 ago. 1961.

*A União*, 25 ago. 1961.

Julião em Maringá: reforma agrária vem pacífica ou pela revolução. *Folha de Londrina*. 13 ago. 1961.

### **Livros, artigos, teses, dissertações e coletâneas sobre Josué de Castro**

ABRAMOVAY, Ricardo. A atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. SOBER Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília vol. 34, n. 3/4, jul/dez. 1996.

ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. *Estudos Avançados*, 11(29), 1997.

\_\_\_\_\_. (et al). *Josué de Castro e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ASCOFAM. *O drama universal da fome*. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. *A dimensão populacional na obra de Josué de Castro*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, 2004.

CARVALHO, Antonio Alfredo Teles de. *O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – USP, 2007.

CASTRO, Anna Maria de. *Nutrição e desenvolvimento*: análise de uma política. (Tese de Livre Docência em Sociologia). Instituto de Nutrição. Centro de Ciências da Saúde. UFRJ. Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. Josué de Castro – Semeador de idéias. In.: FERNANDES, Bernardo Mançano. GONÇALVES, Carlos Walter Porto (orgs.). Josué de Castro: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro. Academia Pernambucana de Medicina. Recife: UFPE, 1983.

L'BATTE, S. *Fome e desnutrição*: os descaminhos da política social. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1982.

LIRA, José Tavares Correia de. *Mocambo e cidade*: regionalismo na Arquitetura e Ordenação do espaço habitado. (Tese de Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU/USP, 1996.

MAGALHÃES, Rosana. *Fome*: uma (re)leitura de Josué de Castro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005.

*Josué de Castro*: por um mundo sem fome. Projeto Memória. Fundação Banco do Brasil. Mercado Cultural, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Raízes da fome*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. *Josué de Castro: o Sociólogo da fome*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Sociologia/UnB. Brasília, 2003.

NATAL, Jorge Luiz Alves. *A questão alimentar-nutricional na política econômica (1930-1976) – Um vai-vem na periferia da agenda pública*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Economia e Planejamento Econômico do IFCH, Unicamp. Campinas, 1982.

PIRES, Maria Adalina da Cruz. et al. *Josué de Castro*. São Paulo: Paulinas, 1992.

Projeto Memória. Fundação Banco do Brasil. Mercado Cultural, 2004.

QUEIROZ, Raquel de. Geografia da fome. *Diário de Notícias*, 22 dez. 1946.

REZENDE, Maria José de. Josué de castro e a combinação das perspectivas multidirecionais e cíclicas da mudança social. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC. Florianópolis: EDUFSC, n. 33, abr. 2003.

SAMPAIO, José Levi F. *A fome e as duas faces no Estado do Ceará*. (Tese de Doutorado). Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. FFLCH/USP. São Paulo, 1999.

SILVA, Tânia Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. (Tese de Doutorado) Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica. PUC/São Paulo, 1998.

TARANTO, G. *Sociedade e subdesenvolvimento na obra de Josué de Castro* (Trad. de Maria de Fatima Mendes Leal. Belém: CEJUP, 1993.

TOBELEM, Alain. *Josué de Castro e a descoberta da fome*. Rio de Janeiro: Leitura, 1974.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. *História, Ciência e Saúde* vol. VIII (2), jul-ago. 2001.

### **Bibliografia Geral**

ALMEIDA, José Américo de. *A Parayba e seus problemas*. 3 ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980.

\_\_\_\_\_. *A Parayba e seus problemas*. 4 ed. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de José Américo, 1994.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro*. In: História das Ciências Sociais no Brasil. Sérgio Miceli (org.). São Paulo: Vértice/Idesp, vol. 1, 1989.

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

AMADO, Jorge. *Cacau*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das sociedades americanas*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

ASHTON, Basil. HILL, Kenneth, PIAZZA, Alan. ZEITZ, Robin. Famine in China, 1958-61. *Population and Development Review*. Population Council, vol. 10, n. 4, dec., 1984, pp. 613-645.

BASTOS, Élide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio. *O que ler na Ciência Social Brasileira*. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília, DF: CAPES, ANPOCS, 2002.

\_\_\_\_\_. REGO, Walquíria D. Leão. (orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOTELHO, André. *Um ceticismo interessado: Ronald de Carvalho e sua obra dos anos 20*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH, Unicamp, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe*. In: *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CÂMARA CASCUDO, Luis da. *Viajando o Sertão*. 3 ed. Natal: Fundação José Augusto/CERN, 1984.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira (Período Republicano)*. Tomo III, v. 3., 1981.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1968.

\_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. Poesia, documento e história. In.: *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. In.: PONTES, Heloísa. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n.47, 2001.

CARNEIRO, Edison. *O quilombo dos Palmares*. 2 ed. Série Brasiliana. Vol. 302. Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CARVALHO, Afrânio de. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1963.

CARVALHO, Daniel de. Estrutura agrária do Brasil. *Revista O observador econômico e financeiro*, n. 162, jul. 1949.

\_\_\_\_\_. *Sob a bandeira da liberdade* (Discurso no Comício da União Democrática Nacional), Belo Horizonte a 15 de julho de 1945, Rio de Janeiro: Tipografia Baptista de Souza, 1945.

\_\_\_\_\_. *Estudos e depoimentos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

\_\_\_\_\_. *Discursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. S/A, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand Brasil, 1992.

CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CNPA Comissão Nacional de Política Agrária. *Reforma Agrária no Brasil: estudos e projetos*. Ministério da Agricultura, 1958.

\_\_\_\_\_. *Os problemas da terra no Brasil e na América Latina*. Documentário e conclusões do Seminário Latino-Americano sobre o problema da terra. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.

DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. Trad. Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

DINIZ, Eli. BOSCHI, Renato Raul. *Magnitude das empresas e diferenciação da estrutura industrial: caracterização da indústria paulista na década de 30*. In: Empresariado Nacional e Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DINIZ, ELI. *Empresariado, Estado e Nacionalismo: ideologia e atuação política nos anos 30*. In: *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DOMBROWSKI, Osmir. *Reforma Agrária no Brasil: primeiros projetos (1945-1955)*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciência Política. FFLCH, USP. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *A cidade sitiada: idéias de reforma agrária no Brasil e a crise do regime populista*. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política. FFLCH/USP, São Paulo, 2003.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Serviço de Documentação, 1953.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução Pedro Sussekind, Prefácio de Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Norbert Elias por ele mesmo*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 3 ed. 1975.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 4 ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1967.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mocambos*. Tomo I. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GARCIA JR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

\_\_\_\_\_. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, 2003.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMES, Angela de Castro. MATTOS, Hebe Maria. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*, n. 1, 1998.

GUIMARÃES, Osias. *Amor à terra: realizações do decênio Getúlio Vargas no Nordeste brasileiro* Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, 1941.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUZMÁN, S. E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.1, 2002.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Pensamento social no Brasil*. Buru, SP: EDUSC, 2004.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Biografias, disponível em <http://www.ihgb.org.br>, 17 fev. 2008.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma e utopia no contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades. Editora 34, 2000.

LAMBERT, Jacques. *Os Dois Brasis*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LECHNER, Norbert. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia Latino-americana. *Lua Nova*, n. 21, São Paulo, set.1990.

LE GOFF, Jacques. *A História nova*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a História*. Entrevista de Francisco Maiello. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999.

LIMA FIGUEIREDO, José de. *Cidades e sertões* (páginas de história e geografia do Brasil). Rio de Janeiro: Gráficos Bloch, 1941.

LIMA, Nívia Trindade. HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In:

LIN, Justin Yifu - Peking University. Collectivization and China's Agricultural Crisis in 1959-1961. *The Journal of Political Economy*. The University of Chicago Press, vol. 98, n. 6, dec. 1990, pp. 1228-1252.

MALTHUS, Thomas Robert.(1798). *Ensaio sobre a população*. Tradução: Antônio Alves Cury. (Os Economistas). 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

MANOILESCU, M. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. São Paulo: CIESP, 1931.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 4, vol. 2, jun. 1987.

MAYER, André. Um problema tão velho quanto a própria vida. In: O drama universal da fome. Rio de Janeiro: ASCOFAM, 1958.

MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Instituto Piaget, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *A questão da reforma agrária no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP, 1982.

MEIRA, Roberta Barros. Banguês, engenhos centrais e usinas. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo/USP, 2007.

MELO, Marcelo Mário de. NEVES, Teresa Cristina Wanderley. (Orgs.). Perfil parlamentar Josué de Castro: um homem interessado no espetáculo do mundo. Recife: Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro – CJC, 2005.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. (Tese de Doutorado). Programa de Doutorado em Sociologia. IFCH/Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Campinas, 2006.

MINICUCCI, Marcos F. ZORNOFF, Leonardo A. M. MATSUE, Mirna, INOUE, Roberto M. T. Edema Generalizado e Circulação Hiperdinâmica – Um Possível Caso de Beribéri. Arquivos Brasileiros de Cardiologia - Volume 83, Nº 2, Ago. 2004.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Economia Moral versus Moral Econômica. In: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 16, fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. vol. 21, n. 40. Associação Nacional de História, São Paulo, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. Viajando o Sertão: Luis da Câmara Cascudo e o solo da tradição. In: CHALHOUB, Sidney (org.). *A História em Coisas Miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO – FAO. El estado de la inseguridad alimentaria em el mundo. FAO, 2002.

PAGOTTO, Claudete. Apontamentos acerca das principais formas de cooperação na China entre 1950 e 1966. *Novos Rumos*, ano 21, n. 46, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Nordeste: mudanças políticas no século XX. *Cadernos Brasileiros*. Ano VIII, n. 5, set/out. 1966.

\_\_\_\_\_. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *Plantation* tradicional. *Contraponto*, ano II, n. 2, nov. de 1977.

PAPALI, Maria Aparecida C. R. *Escravos, libertos e órfãos*. A construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PERRUCI, Gadiel. *A república das usinas*: um estudo da história social e econômica do Nordeste (1889-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POCOCK, J. G. A. *Introdução, O estado da arte*. In: *Linguagens do ideário político*. Sergio Miceli (org.). Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PONTES, Heloísa. *Destinos Mistos: o Grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*. (Tese de Doutorado). Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1996.

\_\_\_\_\_. Círculos de intelectuais e experiência social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 34, 1997.

\_\_\_\_\_. Por uma Sociologia do mundo intelectual. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 7, 1991.

\_\_\_\_\_. Entrevista com Antonio Candido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.16, n.47, 2001.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1957.

PREBISCH, Raul. Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, mar. 1963.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

RANGEL, Maria do Socorro. Medo da morte; esperança de vida. A história das ligas camponesas na Paraíba. (Dissertação de Mestrado). Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos*. Rio de Janeiro: AJ Lamoureux & Co, 1883.

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: FUNDAPE, 1997.

REZENDE, Maria José de. Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences. Maringá*, v. 26, n. 2, 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. PECHMAN, Robert. (Orgs.) *Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *Apresentação a Norbert Elias*. In: O processo civilizador. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

RAVALLION, Martin. Famines and economics. *Journal of Economic Literature*, 35, 1997.

SANDRONI, Paulo. (org.) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Ricardo Ventura (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SANTOS, Isabél Peres dos. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (orgs). *Da terra nua ao prato cheio*. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP/UNIARA, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

\_\_\_\_\_. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

SEN, Amartya. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford, Clarendon Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *Sobre ética e economia*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Fomes coletivas e outras crises. In.: *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGAUD, G. P. et al. *Reforma Agrária, questão de consciência*. São Paulo: Ed. Vera Cruz, 1962.

SIGAUD, Lygia. A nação dos homens: uma análise regional de uma ideologia. *Anuário Antropológico*. n. 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

\_\_\_\_\_. A idealização do passado numa área de *plantation*. *Contraponto*, ano II, n. 2, nov. de 1977.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *Meaning and context* Quentin Skinner and his critics. Tully, J. Cambridge: Polity Press, Basil Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. *Motives, intentions and the explanation of social action*. In: *Meaning and context* Quentin Skinner and his critics. Tully, J. Cambridge: Polity Press, Basil Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. *Some problems in the analysis of political thought and action*. In: Meaning and context Quentin Skinner and his critics. Tully, J. Cambridge: Polity Press, Basil Blackwell, 1988.

\_\_\_\_\_. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Diálogos*, DHI/UEM, n. 02, 1998.

SILVA, Leonardo Dantas. A atualidade de Joaquim Nabuco. In.: O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000.

SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Coletânea da polêmica Simonsen x Gudin. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

\_\_\_\_\_. *As finanças e a indústria*. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo, 1937.

\_\_\_\_\_. *Operariado e Questão Social*. In: Evolução Industrial do Brasil e outros estudos (seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone). São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

\_\_\_\_\_. *Indústria e agricultura*. In: Evolução Industrial do Brasil e outros estudos (seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone). São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: Modernismo à moda Baiana*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, Universidade Estadual de Feira de Santana. Bahia, 2005.

SOLA, Lourdes. *O Golpe de 37 e o Estado Novo*. In: Brasil em perspectiva. Org. e intr. de Carlos Guilherme Mota. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

STEIN, Leila de Menezes. *Sindicalismo e corporativismo na agricultura Brasil (1930-1945)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 1991.

TAKAGI, Maya. SILVA, José Graziano. DEL GROSSI, Mauro. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 101, jul. 2001.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. *Capitalismo e questão agrária*. Um estudo sobre as alternativas de reforma agrária no Brasil 1946-1964. Tese de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, IFCH, Unicamp. Campinas, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, n. 47, 2004

*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. Conselho do Desenvolvimento. Presidência da República. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. Brasil, 1959.

VELOSO, Mariza. MADEIRA, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. In: Cardoso, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3 ed. Recife: FUNDAJ: Editora Massangana, 1990.

VOGT, William. *O caminho da sobrevivência*. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951.

WAIZBORT, Leopoldo. Pequena sociologia da nota de rodapé. *Novos Estudos*, n. 48, jul. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out. 1996.

WANKE, Nurimar C. F. SANTOS, Omar Lupi R. SANTOS, Vera Lúcia dos. Pelagra: relato de 34 casos. *Anais Brasileiros de Dermatologia*, vol. 68, n. 01, jan/fev. 1993.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.